

Claude  
Lefort

D · A INVENÇÃO ·  
DEMOCRÁTICA A

OS LIMITES DO TOTALITARISMO

321.9 L494i CD

Autor: Lefort, Claude,

Título: A invenção democrática



00217271

114.864

PUCB PUC-Rio

editora brasiliense

COLEÇÃO

# D · A INVENÇÃO · DEMOCRÁTICA

Coordenação: Marilena Chaui

N.Cham. 321.9 L494i CD  
Autor Lefort, Claude, 1924-  
Título A invenção democrática



FUC-Rio - PUCB

114864

00217271

*outread  
321.9  
L494i  
2ed. CD 1ex*

# LEITURAS AFINS

- A Filosofia e a Visão Comum do Mundo — *Bento Prado Jr. e outros*
- As Formas da História — *Claude Lefort*
- A Sedução da Barbárie — O Marxismo na Modernidade — *Nélson B. Peixoto*
- Considerações sobre o Governo da Polônia e sua Reforma Projetada — *Jean-Jacques Rousseau*
- Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo — *Marilena Chauí*
- Discurso da Servidão Voluntária — *Etienne de La Boétie*
- Filosofia da Ciência — Introdução ao Jogo e sua Regras — *Rubem Alves*
- Marx: Lógica e Política — *Ruy Fausto*
- Pensamento e Política — Almanaque 9 — *Div. Autores*
- Trabalho e Reflexão — Ensaios para uma Dialética da Sociabilidade — *José Arthur Gianotti*

#### Coleção Primeiros Passos

- O que é Dialética — *Leandro Konder*
- O que é Filosofia — *Caio Prado Jr.*
- O que é Ideologia — *Marilena Chauí*
- O que é Poder — *Gérard Lebrun*

#### Coleção Primeiros Vãos

- Alienação e Capitalismo — *Laymart Garcia dos Santos*
- Conservadorismo Romântico — Origens do Totalitarismo — *Roberto Romano*

Margarida de Souza Leles  
CLAUDE LEFORT Rio 1983

## A INVENÇÃO DEMOCRÁTICA

Os limites da dominação totalitária

Apresentação:  
Marilena Chauí

Tradução:  
Isabel Marva Loureiro

brasiliense  1983

40 anos de bons livros

Copyright © Librairie Arthème Fayard, 1981.

126864

Título original: L'Invention Démocratique — Les limites de la domination totalitaire.

Capa:  
Moema Cavalcanti

Revisão Técnica:  
Marilena Chauí

Revisão:  
Luiz R. S. Malta



322.9  
L494i  
CO



editora brasiliense s.a.  
01223 — r. general jardim, 160  
são paulo — brasil

## Índice

<i>Apresentação da coleção</i> — Marilena Chauí .....	7
<i>Apresentando o livro de Lefort</i> — Marilena Chauí .....	9
<i>Prefácio</i> .....	15

### CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO TOTALITARISMO

1. Direitos do homem e política .....	37
2. A lógica totalitária .....	70
3. Stalin e o stalinismo .....	89
4. A imagem do corpo e o totalitarismo .....	107

### DECIFRAR OS SIGNOS DO NOVO

5. A questão da revolução .....	125
6. A insurreição húngara .....	132
7. Uma outra revolução .....	167
8. Volta da Polônia .....	188
9. Alargar as fronteiras do possível .....	235

## Apresentação da coleção

*Por que invenção democrática? Porque sendo a marca da democracia a criação social de novos direitos e o confronto com o instituído, a prática democrática não cessa de expor os poderes estabelecidos aos conflitos que os desestabilizam e transformam, numa recriação contínua da política. Em segundo lugar, porque a desconfiança perante políticas já tentadas e já instituídas convida a criar novas formas da experiência política, novos modos de convivência social inventando contrapoderes sociais capazes de enfrentar a onipotência conferida ao Estado e às administrações burocráticas, desvendando um mistério que somente o peso das experiências presentes e passadas poderia desvendar, isto é, que o democrático não se inventa a partir dos poderes instituídos, mas contra eles. Enfim, porque as lutas democráticas passadas e presentes evidenciam que o desejo de liberdade e de igualdade pode ser bloqueado, reprimido e impedido pelas instituições existentes, mas não pode ser destruído por elas, a menos que nisto consintamos, abdicando desses direitos e aceitando a servidão voluntária. Invenção democrática significa, apenas, que a democracia tem a capacidade extraordinária de questionar-se a si mesma questionando suas próprias instituições e abrindo-se para a história, sem dispor de garantias prévias quanto aos resultados da prática política. A democracia não é algo que foi inventado certa vez. É reinvenção contínua da política.*

*Sob esse aspecto, as divergências teóricas e práticas no campo democrático assumem um significado peculiar: não são apenas maneiras diferentes de pensar e fazer democracia, são a democracia em*

ato. Por esse motivo, esta coleção pretende tomar três direções simultâneas (ainda que sucessivas, do ponto de vista editorial): textos clássicos sobre a democracia, textos nacionais e estrangeiros sobre as dificuldades e promessas democráticas na sociedade contemporânea, e textos antigos e contemporâneos de um determinado tipo de autor que não costuma ser considerado sujeito de seu próprio discurso, aparecendo sempre através da fala alheia que o toma como objeto, isto é, dizeres e escritos de homens e mulheres anônimos que lutaram pela democracia, aqueles que, na forte expressão de um "nivelador" inglês do século XVII, estão dispostos a "virar o mundo do avesso".

Marilena Chauí

## Apresentando o livro de Lefort

Esta coletânea sobre democracia, cujo título — *A Invenção Democrática* — é o mesmo do livro com o qual ela se inicia, título que Claude Lefort generosamente nos cedeu, começará pondo o leitor brasileiro em contacto com um pensador com o qual está pouco familiarizado e cujo estilo parecerá, num primeiro momento, hermético quanto à forma e ao conteúdo. Os estudos reunidos pelo autor foram escritos em ocasiões diferentes, alguns deles separados por anos de intervalo, embora constituam, como escreve Lefort no prefácio, um livro propriamente dito, isto é, tecido com o fio de um argumento que, trabalhado pelo autor nos últimos trinta anos, entrelaça os textos mais antigos aos mais recentes. Talvez o leitor brasileiro se sinta mais à vontade para acompanhar o itinerário de um dos fundadores de *Socialisme ou Barbarie* se iniciar a leitura pela segunda parte do livro. Evidentemente, a edição brasileira poderia ter reordenado os textos numa outra seqüência, mas preferimos não alterar a ordem que lhes foi dada na versão original. Desta, aliás, omitimos dois ensaios que discutem os meandros da atual conjuntura política francesa e alguns trechos do prefácio que vão na mesma direção. Esses textos serão publicados noutra volume desta coletânea onde pretendemos reunir artigos e ensaios de vários autores sobre a conjuntura política e a questão democrática em seus respectivos países.

A obscuridade maior que porventura o leitor encontrará nos textos da primeira parte talvez advenha de uma circunstância bastante corriqueira: Lefort é um filósofo político e não um cientista político e, via de regra, estamos mais habituados aos escritos do

segundo do que aos do primeiro. O cientista político, de modo geral, dedica-se a compreender a política, enquanto o filósofo político, frequentemente, efetua uma reflexão sobre o político. O politólogo opera com dados e idéias, práticas e pensamentos que existem sob a forma de fatos instituídos cuja inteligibilidade é pressuposta, cabendo ao cientista sistematizar, articular, organizar esses fatos cujo sentido e papel se encontram esparsos nas instituições existentes. O filósofo político, muitas vezes, trabalha com a indeterminação da experiência política, com um sentido em busca de sua própria inteligibilidade, com práticas e idéias instituintes do social e do político enquanto tais, como o advento de práticas e significações pela ação múltipla de sujeitos históricos instituindo a relação com o poder, a dominação, a servidão, a revolta e o sentido da liberdade, e não com a organização das instituições existentes, seja para criticá-las, reforçá-las ou simplesmente descrevê-las. Não que um deles lide com fatos enquanto o outro mergulha em idéias, nem que um esteja condenado às aparências e o outro premiado com as essências, que um deles seja "realista" e o outro "idealista" (muitas vezes ocorre exatamente o contrário, como se sabe), mas simplesmente se distinguem porque se situam em planos diferentes da reflexão.

No entanto, para alguns leitores a dificuldade maior (se houver) talvez não decorra do que acabamos de sugerir, mas da própria análise lefortiana da democracia no confronto com o totalitarismo. E isto porque, no final das contas, todos nós já sabemos muito bem duas coisas. Em primeiro lugar, os que são de direita já sabem que o socialismo é uma loucura popular desencadeada por um bando suspeito de intelectuais que se aproveitam da democracia para destruí-la desembocando necessariamente em campos de concentração (a lógica desse raciocínio é obscura, mas quem, afinal, está interessado em compreender o fenômeno totalitário?); e os que são de esquerda já sabem que infelizmente o totalitarismo é um desvio do socialismo porque este teve o infortúnio de implantar-se em países economicamente atrasados, politicamente despóticos e culturalmente bárbaros, enfrentando a hostilidade belicosa do capitalismo internacional e obrigado a recorrer à força e à burocracia para defender "a cidadela socialista sitiada" e criar um sistema sem violência e sem desigualdades (a lógica do raciocínio também não é clara, embora tenha o mérito de buscar compreender o fenômeno em pauta, ainda que o torne mais incompreensível). Em segundo lugar, os que são de direita já sabem que a democracia é um regime político de liberdades civis onde todo mundo pode dizer e pensar o

que quiser, enquanto uma elite competente decide o que é melhor para todos; e os que são de esquerda já sabem que a democracia é uma mistificação burguesa a ser corrigida pela instauração da boa sociedade socialista. Nestas circunstâncias, o livro de Lefort se torna desconcertante.

O pensamento de Lefort sobre o que chama de *invenção democrática* situa a democracia entre duas formas historicamente determinadas do político: o Antigo Regime e o Estado totalitário. No Antigo Regime, a sociedade se encontra suspensa numa imensa metáfora orgânica e teológica que a absorve inteiramente no político, a metáfora do *corpo político do rei*, identificação fantástica operada entre o social e o político sob uma imagem, uma idéia e um nome: o nome do *UM*, corporificado, litúrgica e juridicamente, no governante, cuja vontade é a lei. O político devora o social como um órgão do corpo régio; poder, lei e saber, personificados pela unidade corpórea, são identificados e indiferenciados. No sistema totalitário, como as metáforas orgânicas do Gulag o revelam, novamente o social e o político são soldados num único e indiferenciado corpo — o do partido-Estado, cujos órgãos e células constituem o tecido social — cuja cabeça, Guia Supremo, recoloca o novo nome do *UM*: o Egocrata. A *invenção democrática* é um acontecimento extraordinário, "uma revolução que corre pelos séculos", instituição do político como nova instituição do social pelo fenômeno da *desincorporação*, pela perda da eficácia prática e simbólica da idéia, da imagem e do nome da *unidade*. Advento da divisão social reconhecida como tal, da diferenciação interna entre o social e o político ou entre as esferas da existência social e a das instituições políticas, a democracia institui a alteridade em toda a espessura do social, instituindo a idéia dos *direitos* e diferenciando, pela primeira vez, Poder, Lei e Saber "que ficam expostos aos conflitos das classes, dos grupos e dos indivíduos e, assim, impedidos de se petrificarem". A democracia é invenção porque, longe de ser a mera conservação de direitos, é a criação ininterrupta de novos direitos, a subversão contínua do estabelecido, a reinstalação permanente do social e do político. Como criação de direitos, como reconhecimento das divisões internas e das diferenças constitutivas do social e do político, a democracia abre para a história no sentido forte da palavra. E desfaz as imagens da boa sociedade e do bom governo, da "comunidade ideal" transparente, virtuosa, sem conflitos, plenamente reconciliada consigo mesma, una e invencível. Imóvel, mais do que corpo, mjneral.

Entre as duas formulações canônicas de "L'état c'est moi", a prática democrática tem a capacidade extraordinária de questionar-se a si mesma como poder e contrapoder sociais sem garantias externas e sem a integração funcional dos órgãos de um "corpo".

O contraponto fundamental é estabelecido, por um lado, entre a revolução democrática e o fantasma da revolução (a imagem do povo-um ou do povo-unido) e, por outro lado, entre a revolução democrática e a contra-revolução totalitária cuja "figura realizada" é a União Soviética. No prefácio, Lefort declara estar convencido de que é impossível compreender a dinâmica da democracia e da política contemporânea sem uma análise do fenômeno do totalitarismo como instituição de uma "nova formação social" sem precedentes na história. Ao mesmo tempo, tanto no prefácio quanto nos estudos, Lefort descortina um aspecto essencial da democracia, qual seja, o de que ela carrega virtualmente representações sobre o social e o político que são atualizadas de fato pelo totalitarismo. Assim, o leitor que esperasse um contraponto transparente entre a "boa" democracia e o "mau" totalitarismo ficaria decepcionado. As contradições da democracia são indispensáveis para a compreensão do fenômeno totalitário, particularmente o fantasma da revolução e o fantasma do reformismo.

Descoberta e criação dos direitos, invenção contínua do social e do político através das divisões e dos conflitos, a democracia não pode, escreve Lefort, ser considerada uma criação burguesa, pois, muito pelo contrário, nascida da luta de classes, dos movimentos populares e operários, sempre foi considerada pela burguesia um escândalo e "um perigo maior do que o socialismo". Por outro lado, como instituição do social, não pode ser reduzida a mero complemento político de um socialismo concebido sempre em termos econômicos. São estes dois aspectos que, na *Questão Judaica*, Marx perde de vista — tema do primeiro ensaio deste livro, talvez o mais polêmico, juntamente com o segundo, sobre a lógica totalitária.

Se o leitor se dispuser a caminhar na companhia do autor, pensar com ele, interrogar a partir dele e contra ele, certamente as dificuldades iniciais da leitura serão logo superadas porque terá tido início aquilo que, noutro lugar, Lefort chama de "o trabalho da obra". Contrariamente à ilusão objetivista — que nos faz crer que uma obra de pensamento se encontra apenas no texto do autor — e contrariamente à ilusão subjetivista — que nos faz crer que uma obra de pensamento se encontra apenas nas múltiplas interpretações que lhe dão os leitores —, Lefort considera que o enigma da obra, seu

trabalho, está em existir simultaneamente no texto do escritor e nos textos de seus leitores, no campo constituído por eles e no debate fecundo e interminável que aí se institui. Não se trata de "diálogo" entre autor e leitor, nem de "mensagem" enviada a alguns destinatários. Trata-se apenas da compreensão de que uma obra de pensamento é aquela que, *ao pensar, dá a pensar*. Concepção generosa do pensamento, que Lefort compartilha com Merleau-Ponty, a obra instaura um modo de existência como diferença interna entre escrita e leitura que abre o pensar, em vez de fechá-lo sobre si mesmo, abertura que é o trabalho da obra ou o que Lefort designa como o *trabalho da interrogação* que, escreve ele no prefácio, "é o vínculo mais seguro entre autor e leitor", pois "é na leitura que um livro se faz".

Todavia, ler, escreve Lefort noutro lugar, pode ser um obscuro desejo de dominação quando o leitor se acerca da obra não como quem se aproxima do trabalho da interrogação, mas como quem se apropria de um objeto completamente determinado, exposto à inspeção intelectual do olho do espírito que sobrevoa e controla o texto. A "objetividade" atribuída à obra permite ao leitor situar-se num lugar imaginário, fora do campo de pensamento a ele oferecido, num lugar de onde possa contemplá-la inteiramente, abarcando todas as perspectivas, num geometral omnividente e por isso omnisciente. Ora, curiosamente, esse lugar "alto", externo, de onde tudo é visto e compreendido, não é apenas o lugar que nossa ciência atribui ao observador, é também o lugar que, em nossas sociedades, a imaginação confere ao poder. A "objetividade" atribuída à obra, parecendo dar-lhe plena soberania sobre o simples leitor, é, de fato, sustentada pela subjetividade soberana do contemplador imaginário. Dependerá do leitor escolher o tipo de leitura que pretende fazer. Poderá acolher a obra, a indeterminação que a constitui, participar do campo de questões por ela aberto e jamais encerrado. Como dele dependerá não aceitar a parceria, o conflito ou a concórdia, a instigação a pensar, preferindo situar-se no abrigo da soberania que supõe ter sobre aquilo que lê e pensa. A cada um de nós encontra-se aberto o trabalho da obra e aberta a possibilidade de inventar ou não uma leitura democrática de *A Invenção Democrática*.

Marilena Chauí  
Fevereiro de 1983

## Prefácio

Eis aqui textos sobre a democracia e o totalitarismo; uns, inéditos, outros, já publicados em diversas revistas. Ao conjunto acrescentei dois estudos antigos, contemporâneos aos acontecimentos que abalaram a Europa do Leste, em 1956: a insurreição húngara e o "Outubro" polonês. Parece-me oportuno lembrar dois grandes episódios da luta antitotalitária no momento em que a Polônia está novamente em plena efervescência, quando, semana após semana, temos um golpe de força do imperialismo soviético. Quis confrontar essas análises de vinte cinco anos atrás e as mais recentes que consagrei ao abalo do sistema totalitário porque de umas às outras delineia-se um movimento rumo a uma melhor compreensão da dinâmica democrática.

Mais valeria, sem dúvida, ter composto um livro novo. Os leitores têm razão de desconfiar de trabalhos fabricados às pressas reunindo textos esparsos. Mas a conjuntura não dá descanso. De um lado, a guerra no Afeganistão, a estratégia ofensiva da União Soviética sobre várias frentes, sobretudo no Oriente Próximo, a repressão que continua se abatendo sobre os dissidentes na denominada pátria do socialismo e, acima de tudo, a ameaça mortal sobre as novas liberdades na Polônia; de outro lado, na França, a pusilanimidade de nossa política externa, o maquiavelismo rastejante, acolchoado, do giscardismo, a embrulhada intelectual, a timidez, a irresponsabilidade do partido socialista em suas escolhas, o descaramento dos dirigentes comunistas na provocação stalino-poujadista, e toda essa agitação com a proximidade das eleições, estritamente regradas pela obrigação de cada um de só dizer o que sirva, só o que tenha em

mira a taça presidencial; de um outro lado, ainda, o avanço do reaganismo, o retorno ao discurso da guerra acompanhado do desprezo pelos direitos do homem, uma ofensiva selvagem dos ricos contra os pobres, uma reabilitação das ditaduras da América Latina, julgadas “os verdadeiros amigos do ocidente” — eis o que nos apressa a publicar alguma coisa que não é exatamente o trabalho que gostaríamos de oferecer, ao qual falta um encadeamento metódico, não vai de um começo a um fim, mas que poderia valer como um convite a pensar, à distância do turbilhão das opiniões.

De resto, repito, essa coletânea não é feita de peças e pedaços. É uma seqüência de escritos, nenhum dos quais foi improvisado, ainda que a maioria seja produto das circunstâncias.

Se o desejar, o leitor não terá dificuldades em convertê-los em capítulos, entrelaçar por si mesmo os fios de um único argumento. Como sempre me dediquei a combinar a reflexão política com o deciframento de alguns grandes fatos (fatos que gozam de má reputação junto aos intelectuais ocupados em governar nossa cultura), não me prendi à forma demonstrativa. Basta-me o sentimento de caminhar sobre o mesmo terreno, de tentar avançar numa mesma direção. Se tivesse tido tempo para conceber um livro novo, ter-me-ia afastado de um sistema. Meu esforço teria apenas tendido a tornar mais sensível o trabalho da interrogação. É este que cria o mais seguro vínculo com o leitor. Como dizem os pensadores cujo exemplo admiro, é na leitura que o livro se faz.

Atitude esquisita, julgarão muitos, quando o assunto é política. “Você declara que tem pressa em falar, neste momento; ora, bem ou mal cozidas, suas análises, com exceção de duas ou três muito vivas, são bem pesadas. Quem se prendesse a elas correria o risco de perder de vista as questões do momento. Acredita ou não na ameaça da guerra? Apóia ou não a política nuclear? Diga-me apenas: a URSS invadirá ou não a Polônia? Diga-me, antes: apóia Mitterrand? Mas, o que é isso? Falar do stalinismo, do Estado totalitário, do retorno, em sua ideologia, da imagem da sociedade como corpo, demonstrar que os direitos do homem não são somente os do indivíduo, que se revelam constitutivos do espaço social democrático, tudo isso é ficar na órbita da teoria com a qual o público pouco se importa...”

Maravilhas do espírito do tempo...

Lembro-me que, após publicar *Un Homme de Trop*, onde reexaminava o totalitarismo à luz de Soljenitsyn, recebia o prêmio de um comentário desse tipo por parte de um jornalista eminente, numa breve nota do *Le Monde*. Observando que, “após muitos outros”, eu interrogava “sobre as razões da indulgência de princípio fornecida à URSS por uma boa parte da *intelligentsia* de esquerda na França”, Michel Tatu concluía: “Essas questões (leia-se: o fenômeno stalinista, o totalitarismo, a figura do Egocrata, a ideologia convertida em instrumento de terror) não acabaram de fascinar os autores. Mas, para o grande público, menos guloso de teoria, a causa já não está compreendida?”

Devo confessar, de passagem, que ficou atravessado em minha garganta o tal “após muitos outros”. Após alguns, vá lá! E, afinal, já há mais ou menos vinte e cinco anos, contando da data da publicação da notinha no *Monde*! E numa época em que os autores não se acotovelavam no portão da crítica aos intelectuais de esquerda. Numa época em que, a menos que fossem de direita, tais autores se entendiam muito bem para aplicar à URSS a etiqueta de nação ideologicamente privilegiada sem que, nessa época, Michel Tatu parecesse surpreender-se com isso. Mas, não quero perder o fio da meada. Minha verdadeira surpresa foi ler que para o grande público a causa parecia *compreendida*. Modo de dizer que se podia enfiar a teoria no bolso. Que os autores tagarelavam enquanto os fatos haviam falado, enquanto todo mundo já sabia. Apreciação que vara as paredes do otimismo. Pois, afinal, na ocasião havia — há sempre — alguma ousadia em imaginar que o espetáculo da opressão na União Soviética tivesse induzido o grande público a se interrogar sobre a natureza do Estado totalitário, sobre as razões de sua formação e, conseqüentemente, a repensar os fundamentos da democracia.

E em que consiste, afinal, esse “grande público”? Ao que parece, é preciso, de início, excluir aqueles, certamente numerosos, mais ou menos de direita, mais ou menos indiferentes, que sempre trataram o socialismo como inimigo, fosse qual fosse a fórmula empregada, ou que nunca sentiram atração por ele. Tanto quanto eu, meu crítico, sem dúvida, não lhes atribuiria muitas luzes. Os testemunhos das vítimas do terror stalinista, dos dissidentes sob a repressão que sempre flagelou a URSS ou a Europa de Leste, nada lhes ensinaram, nem as revoltas esmagadas em Berlim-Leste, Budapeste ou Praga. Os relatos puderam, certamente, comovê-los. Mas para eles a causa já estava compreendida antes mesmo de ser conhecida.

Sobra essa vasta porção do grande público chamada a esquerda. Forma mais ou menos a metade da opinião. Desde há muito, nela se encontram mais ou menos 20% de eleitores que votam no partido comunista: A proporção já foi mais forte, hoje é considerada mais fraca... mas pouco importa. O fato é que o partido comunista nunca fez nada senão manifestar algumas reservas prudentes com relação ao stalinismo. Sequer o esboço de uma análise; algumas condenações vagas e ritualísticas aos malfeitos do culto da personalidade, aos excessos que subsistem na URSS no uso da autoridade. Em contrapartida, protestos indignados contra aqueles que pretendem desacreditar um regime socialista cujo balanço é julgado "globalmente positivo".

Admitamos ainda que aqueles que votam comunista não fazem parte desse grande público para o qual a causa está compreendida. A que se reduz? Estamos, enfim, na presença da opinião esclarecida.

Se, provisoriamente, eu deixar de lado os elementos esquerdistas de diversas obediências ou de diversas tradições, também um número indefinido, nem negligenciável nem considerável, de indivíduos inorganizados e cujo julgamento não se forma sob a influência de um partido, e também os sindicalistas (e, em primeiro lugar, os da CFDT), devo interessar-me pela massa que gravita em torno do partido socialista ou que milita em seu seio.

Ora, "o maior partido da França", segundo a expressão de seus dirigentes, só cresceu graças à aliança com o partido comunista, sendo duvidoso que possa manter-se nesse grau de potência desfazendo-a inteiramente. O fato desse prognóstico ser formulado pela direita não o torna infundado: se, amanhã, os socialistas ficarem privados do apoio comunista, arriscar-se-ão a perder dezenas de cadeiras nos legislativos e a deixar escapar o controle de numerosos municípios. Pode-se julgar que não tinham outra escolha para chegar à proeminência que hoje alcançaram e da qual se vangloriam em altos brados. Mas pode-se também interrogar sobre o valor de um objetivo que pressupunha ou a mentira ou a cegueira sobre questões de importância fundamental, exatamente aquelas que vemos sempre colocadas.

Para avançar na via do sucesso, o partido de Mitterrand teve que apresentar o partido comunista como uma grande formação democrática. Isso não o impediu de criticar seu modo de organização e o comportamento dos dirigentes, julgados autoritários; encontrava nessas críticas a razão de sua própria existência, de seu

laço exemplar com a liberdade. Mas a mola-mestra de sua ação foi esta: dar ao PC os títulos da legitimidade democrática para ganhar, em troca, os meios da força.

Que seja lembrada a segurança com que os socialistas, durante longo tempo, falaram da transformação do partido comunista. Era inconveniente, então, evocar seu passado: os filhos são responsáveis pelos erros dos pais? Ouvindo-os, o PC tinha fabricado uma nova pele. Já não carregava os estigmas do stalinismo. Sua política era decidida livremente. Seus vínculos com o Kremlin se haviam distendido; permaneciam naturais sem serem constrangedores. Enfim unidos, os dois grandes partidos encarnavam as aspirações democráticas das massas populares.

Segunda condição do sucesso da estratégia de Mitterrand: era preciso que nada fosse dito que pudesse anuviar a reputação socialista do regime soviético ou dos regimes dos países de leste. Não apenas o partido socialista não deu ao protesto dos dissidentes a ampla ressonância que estava em condições de dar, não somente Mitterrand julgou muito natural que o presidente da república se recusasse a receber Amalrik, mas, coisa admirável, enviou uma delegação a Budapeste no exato ano do aniversário de sua insurreição, quando eram celebrados os méritos do partido dos trabalhadores húngaros, e apresentou um acordo sobre as questões fundamentais. O partido de Mitterrand apresentou-se como a variante liberal de um socialismo cujo aliado, na França, comporia a variante autoritária, enquanto, no mesmo momento, este último apresentava a face liberal de um socialismo do qual o partido de Brejnev constituiria a outra face, ela própria autoritária. Certamente, pode-se discutir o grau de sinceridade ou de astúcia das diversas tendências socialistas, cujas dissensões são conhecidas. Porém, mais importante é constatar que, longe de informar ou instruir seu público, dissimularam, soterraram a questão do stalinismo e, mais geralmente, a da natureza do Estado totalitário. Eu deveria ainda precisar que para a fração militante desse público, pelo menos, a causa se apresentava compreendida no seguinte sentido: o mundo está dividido em dois campos; diante do imperialismo, o socialismo forma um bloco, malgrado suas divisões.

Penso que não se dará um único passo no conhecimento da vida política de nosso tempo sem nos interrogarmos sobre o totalitarismo. Qualquer um que pretenda trabalhar pela instauração de

um socialismo democrático e se afastar dessa questão condena-se à mentira ou abandona-se à estupidez. Dois fatos — o segundo incomparavelmente mais importante do que o outro — poderiam dar a esperança de que doravante esta convicção seria melhor compartilhada. Mas até o momento, infelizmente, serviram apenas para revelar a extensão de nosso infortúnio. Primeiro fato: a política do partido comunista, que levou ao fracasso a União da esquerda e, por etapas, orientou-se rumo a posições intransigentes, revolucionaristas tanto por suas declarações quanto por suas ações. Segundo fato: a política da União Soviética que, com a invasão do Afeganistão, ultrapassou audaciosamente as fronteiras da zona tacitamente reconhecida até então como de seu domínio; que ameaça as fontes de energia da Europa Ocidental e que desde há pouco — mas isso não é senão a repetição de seus antigos empreendimentos — tenta aniquilar pela intimidação o movimento democrático na Polônia, preparando-se para esmagá-lo se seus avisos não bastarem.

.....

.....

.....

Não contesto que, de uns tempos para cá, produziu-se uma inflexão significativa na estratégia do PCF. Acontece, porém, que desde há muito ele é o partido da ordem, já deu provas de seu chauvinismo. Que as pessoas simplesmente se recordam do tempo em que a França tinha ministros comunistas, da maneira como estes faziam reinar a disciplina nas fábricas, de sua linguagem patrioteira! Ou, se essa época já parece muito distante, que as pessoas se lembrem da política comunista diante do primeiro levante argelino e, em seguida, durante a guerra; ou, então, seu comportamento em 1968 e nos dias subseqüentes. Inútil ir escrutar as novas gerações de eleitores cujos favores se suporia que tenta obter por meios indignos. Exatamente como o senhor Peyrefitte, Marchais tem faro para cheirar, em nossa sociedade, os subterrâneos do medo, do ressentimento, da inveja. Ali se encontra muita gente. Marchais se dirige particularmente aos furiosos: são multidão.

.....

.....

.....

Os socialistas, e mais geralmente os observadores de esquerda, avançam um outro argumento: os erros do partido seriam medidos pela amplidão de sua crise interna. É um fato: os militantes se rebelam, escrevem nos jornais "burgueses", não admitem nem o golpe dado à União da esquerda nem a aprovação da intervenção soviética no Afeganistão, nem os embaraços de *L'Humanité* diante dos acontecimentos poloneses. Atualmente, indignam-se com as ações perpetradas contra os imigrantes. Mas ainda é preciso lembrar que a história do PC é urdida com múltiplas rebeliões: no total, foram pequenos estragos. Um dos antigos observava que, desde há muito, uma peneira se alojou nos interstícios do Partido. Alguns desaparecem, não renovando a carteira — raramente se demitem —; recém-chegados os substituem. Porém, mais importante é indagar qual o destino dos rebeldes, com os quais a esquerda tanto se importa. Ora, para alguns que se tornaram oponentes resolutos, não a Marchais, mas ao partido, para um pequeno número repentinamente esclarecido, liberado das dúvidas, consciente da lógica que comanda o sistema de sociedade estabelecido na União Soviética, que não fala dos vícios do socialismo na Rússia, mas concebe a idéia do totalitarismo e, finalmente, reconhece os elementos na organização de que se livraram — para esses alguns, quantos outros continuam a evoluir em sua órbita? Se não são excluídos do partido, ali ficam. Se excluídos, se dizem sempre comunistas, opondo à Igreja visível sua Igreja invisível. Você não quer ver o novo, me dizem... Não é desse novo que jorra o menor filão de verdade.

Os oponentes internos do PC podem muito bem estender os braços fraternais aos socialistas, indignar-se com o lamaçal no qual Marchais retém seu infeliz partido. É sempre na mesma panela que borbulham amorosamente.

.....

.....

.....

Há algo triste ou gozado, seguramente desencorajador, em ouvir o líder do único partido que traz para a cena política as esperanças de uma mudança encetar o processo das *atitudes* do PC. Mitterrand precisa do eleitorado comunista, não estou me esquecendo. Admito mesmo que essa precisão não está a serviço de uma ambição de governar: apresentando-se como candidato da união dos franceses, declara recusar-se a dela excluir 5 a 6 milhões deles.

Dou-lhe razão. Deixemos de lado seu projeto de união, que não é justo nem crível. Um programa socialista não é feito, felizmente, para reunir; vai contra interesses e opiniões que excedem de muito o mero círculo dos grupos capitalistas mais poderosos. Deixemos também de lado sua referência a de Gaulle, de quem foi um adversário constante, cujos méritos como chefe de Estado, não negligenciáveis, se limitam à obra de descolonização e a quem devemos uma Constituição que contém um perigo mortal para a democracia: uma Constituição que nos expõe ao risco de 14 anos de giscardismo. A questão é saber se o eleitorado comunista e a direção do partido estão ou não soldados. Na afirmativa, Mitterrand fala demais para conseguir atraí-lo, ou melhor, diga o que disser, sua palavra falha. Na negativa, nada diz que seja de molde a tirá-lo do torpor.

Suponhamos que, desde há muito, o partido socialista tivesse procurado desmontar a lógica do sistema totalitário ali onde se exerce plenamente, isto é, na União Soviética, que nada tivesse concedido à crença em um campo do socialismo que, a despeito de suas contradições, faria face ao campo imperialista, que tivesse restituído à dinâmica da democracia vigor, inventividade, força de subversão da ordem estabelecida, em vez de fazer dela o complemento de um socialismo sempre concebido por critérios economicistas, enfim, que tivesse aproveitado todas as ocasiões para pôr em evidência as afinidades do modelo de organização e do sistema de representação do partido comunista francês com os dos partidos burocráticos que detêm o poder no Leste. Tomando tais iniciativas, poderia ter feito passar um sopro de verdade, poderia, numa linguagem que não fizesse a menor concessão ao anticomunismo de direita, exercer uma atração sobre a parte do eleitorado que lhe é necessária...

Faltou-me realismo? Mas o realismo tem costas largas. Justifica o consumado, mais do que dita escolhas. Num programa de televisão, Mitterrand, criticando a política externa do governo, declara que quanto a ele, nas discussões com Brejnev, não passará por baixo do pano. Por que não acreditar nele? Mas como esquecer que há anos os socialistas passam por baixo do pano no diálogo com os "camaradas comunistas"? Por realismo? Julgavam que, para seduzir as tropas, precisavam ganhar os chefes, portanto, ir com cuidado? Agora que os chefes conduzem uma campanha "apaixonadamente, sistematicamente, por vezes caluniosamente anti-socialista", segundo Mitterrand, a necessidade os constringe a apostar numa defecção das tropas e a romper com os chefes? A imaginação realista era decididamente um pouco curta!

Entretanto, talvez minhas observações também o sejam. O drama do partido socialista poderia ser bem mais profundo. Se não lhe falta julgamento, não lhe faltam recursos? Não seria, mais uma vez, porque permanece cego ao sistema totalitário? A conquista do aparelho do Estado o fascina assim como a carreira que ela abre à promoção burocrática. Em seu seio, a velha tradição jacobina e a nova tradição tecnocrática se combinam no molde de um marxismo arcaico. Os militantes se exaltam com a idéia de construir um socialismo sem modelo e não se preocupam em perguntar de onde vem o modelo do socialismo estabelecido que, sob diversas variantes, espalhou-se pelo mundo, da China a Cuba. Insensíveis ao nascimento de uma nova *formação social*, atribuem os malfeitos do stalinismo e do maoísmo às circunstâncias infelizes da política internacional ou, então, à pobreza dos solos sobre os quais jamais havia crescido uma cultura democrática. O partido socialista não traz, certamente, os germes do totalitarismo, mas tem muita ligação com a dinâmica estatal para adquirir a liberdade para detectá-los. Visto que não capta o sentido da figura ali onde está realizada, como poderia inquietar-se com sua gênese? Cegueira desconcertante, pois é sempre o estrangulamento da social-democracia que assinala o advento do Estado totalitário. Há pelo menos sessenta anos a Esfinge paciente, no entanto, falou e voltou a falar: o partido socialista sequer ouviu um só enigma.

Deixemos os socialistas. Imaginar-se-ia que há, pelo menos à sua esquerda, movimentos que compreendem o sentido da época. Temo, porém, que encontremos apenas indivíduos. Não é pouco, pois são numerosos, mais do que se imagina, creio, mas disseminados, freqüentemente mudos. Em contrapartida, as vozes que se fazem ouvir, ainda que na periferia da cena política, não nos dão muita esperança. Há os que semeiam a palavra "totalitário" aos quatro ventos. Mas que coisa! Que digam uma vez autoritário, uma outra opressivo, uma outra arbitrário, uma outra vez despótico: a palavra voga como uma bolha assoprada pelas vociferações contra o Estado e a política como tais, contra todos os poderes pequenos ou grandes, contra todos os partidos. Tamanha inconsistência confirma a opinião dos esquerdistas "sérios": têm repugnância em pronunciá-la. Vejam, dizem eles, é uma palavra da língua vulgar. Falam com mais gosto em capitalismo de Estado, socialismo de Estado, burocracia, burguesia vermelha. Falam como se deve falar,

isto é, segundo as regras estabelecidas do conceito. Embora algumas vezes se tenham separado do marxismo, permanecem habitados pela ciência e a ciência só conhece "modo de produção" e "luta de classes". Embora processem o regime soviético, seu primeiro cuidado é de não se prestarem a alguma crítica que poderia ser comparilhada com os "democratas burgueses". Vá a gente tentar objetar dizendo-lhes que há um tempo que marca a invenção de um conceito e que não há meio da ciência formá-lo antes que a coisa exista. Vá a gente lhes dizer que "totalitário" não brotou da tagarelice da opinião, mas do vocabulário fascista antes de ser retomado pelo nazismo. Tempo perdido. Por que haveriam de conceder que uma palavra nascida de um discurso ideológico designaria alguma coisa real? O fascismo, a seus olhos, simplesmente forneceu um disfarce para os interesses do grande capital ameaçado numa conjuntura histórica; a noção de Estado totalitário constitui uma peça mestra da mistificação. Inútil, portanto, levá-los a se interrogarem sobre as afinidades, malgrado as diferenças existentes entre o modelo fascista e o stalinista. A função do partido-Estado, a função da ideologia, a função do extermínio dos inimigos a serviço da integridade do corpo social, a função do Duce, do Führer, do Guia Supremo lhes parecem meros traços adjacentes de um sistema de produção. Vá a gente objetar dizendo-lhes que a figura de um novo Estado ou de uma nova sociedade — ambos são inseparáveis — se desenhava na Rússia antes que fossem estabelecidas as bases da nova economia. Que se não acompanharmos a dinâmica do partido bolchevique que o fez único detentor do poder, da lei e da verdade, que se negligenciarmos a destruição não somente da democracia "burguesa", mas de todas as formas de democracia que desabrocharam durante a revolução, cessaremos de ler a história, trocando-a por uma ficção de teoria. Tempo perdido, novamente. A violência, essa velha parteira, julgarão eles, deve ser posta em seu lugar. Mas em que lugar, perguntamos? A Alemanha nazista, a Itália fascista, a Rússia stalinista e pós-stalinista não se casaram com a parteira? A falta de uma resposta, entender-se-á que o terror aqui e ali nada ensina sobre a natureza dos Estados considerados. E atualmente são numerosos aqueles que acrescentam que a burguesia ocidental exagerou desmedidamente esse terror para levar a esquecer seus próprios crimes. Ou ainda, que se superestima a potência de Hitler ou de Stalin.

Todos os argumentos esquerdistas que sustentam a denegação do totalitarismo me parecem inspirados pelo ódio à "democracia burguesa", sentimento maquiado sob os traços de ciência. Nada

mais importante do que processar a ingenuidade, revelar o que se esconde sob as aparências. A suspeita se exalta a serviço da "verdade". Para alguns, a suspeita recai sobre a existência das câmaras de gás nos campos nazistas, sobre o número de judeus exterminados, sobre os projetos assassinos que foram atribuídos a Hitler. Amanhã, ela recairá sobre o número de vítimas do terror stalinista, como sobre as crueldades atribuídas a Stalin. Já se suspeitou dos testemunhos dados em Nuremberg; suspeitar-se-á do de Soljenitsyn. Os campos de concentração nos lançaram no estupor; para voltar a submetê-los à potência da teoria são agora convertidos numa indústria penitenciária, ela própria substituída pelo quadro da indústria capitalista. De onde nasce a suspeita? De onde vem o processo contra a ingenuidade? Do medo insuportável de restituir uma legitimidade aos regimes nos quais vivemos. Quer-se dizer que, *de fato*, melhor é morar na França do que na Rússia, na Alemanha do Oeste do que na do Leste, mas sobretudo que esse fato não venha sustentar um juízo teórico. Se necessário, recordar-se-á a palavra banida para recalcar a idéia intolerável de uma diferença de essência entre totalitarismo e democracia. Desta, será dito que é "um totalitarismo larval". Conceber a diferença seria aceitar perder o ponto de vista soberano que assegura a posse do princípio de desenvolvimento das sociedades; ou, pelo menos, seria aceitar privar-se de poder separar a figura da sociedade moderna, em todas as suas variantes, sobre o fundo de uma realidade radicalmente outra. Seria recolocar o pensamento à prova no deciframento daquilo que chamam de as aparências.

Todavia, há uma justiça para as idéias como para os indivíduos e ela ignora a generosidade dos sentimentos. O Estado totalitário não é um Estado onde a arbitrariedade flagela. É um Estado que *em seu princípio* denega o direito, denega o livre exercício do pensamento. Ora, entre os esquerdistas, os que se limitam a conceber nos regimes do Estado o *fato* da opressão, o *fato* da exploração de classe (por mais vivos que sejam em sua oposição e por mais sapientes que sejam na reconstituição da história da burocracia), mas que denegam, por seu turno, o sentido da denegação, aqueles que, pelo mesmo motivo, não querem saber que a "democracia burguesa", sejam quais forem as violações do direito, as astúcias da ideologia dominante, contém o princípio da afirmação do direito — esses deixam cair suas idéias num dos pratos da balança. À sua própria revelia, aliaram-se à ideologia totalitária. O ódio à "democracia burguesa" escondeu-lhes a verdade da democracia. O fan-

tasma da Revolução como separação absoluta entre o velho e o novo, entre a sociedade pervertida e a boa sociedade, dissimulou-lhes a obra da revolução democrática que, caminhando desde há muito, através numerosos episódios violentos ou não, permanece sempre o teatro de um conflito entre forças que querem roer seus efeitos ou explorá-los a serviço de interesses dominantes e aquelas que empurram seu alargamento, sua propagação em toda a espessura do social e, em particular, ali onde se mantém a organização despótica do trabalho industrial.

É uma aberração, como escrevi noutra lugar, fazer da democracia uma criação da burguesia. Seus representantes mais ativos, na França, tentaram de mil maneiras atravancar sua dinâmica no curso do século XIX. Viram no sufrágio universal, no que era, para eles, a loucura do número, um perigo não menor do que o socialismo. Durante muito tempo julgaram escandalosa a extensão do direito de associação e escandaloso o direito de greve. Procuraram circunscrever o direito à educação e, de modo geral, fechar, longe do povo, o círculo das "luzes, das superioridades e das riquezas". A democracia que conhecemos instituiu-se por vias selvagens, sob o efeito de reivindicações que se mostraram indomesticáveis. E todo aquele que tenha os olhos voltados para a luta de classes, se deixasse os sendeiros marxistas (é verdade que se finge, às vezes, não mais segui-los, mas conserva-se a direção), deveria convir que ela foi uma luta para a conquista de direitos — exatamente aqueles que se mostram hoje constitutivos da democracia; que a idéia do direito foi ativa e eficaz, embora de modo diferente da do comunismo. Poderoso agente da revolução democrática, o movimento operário talvez tenha, por seu turno, se atolado na lama das burocracias, nascidas da necessidade de sua organização. Acontece, no entanto, para além dos choques de interesses particulares nos quais a democracia corre o risco de se deteriorar, que os conflitos que atravessam a sociedade em todos os níveis sempre deixam visível uma oposição geral, que é sua mola-mestra, entre dominação e servidão. Sem dúvida, essa oposição nunca é nomeada. Como o seria? Mas o que se encontra tacitamente reconhecida, pelo menos, é a existência do conflito e, mais profundamente, a da divisão social: permanece sensível o enigma de uma sociedade que não possui sua própria definição, que permanece às voltas com sua própria invenção.

Face a essa revolução democrática que corre pelos séculos, que tem diante de si o futuro e que, é verdade, sempre engendra e provoca cada vez mais, aqui mesmo, uma resistência decidida ou

disfarçada dos detentores da riqueza e do poder, resistência que conta com a cumplicidade maciça do medo do novo, da busca de normas protetoras, da atração pela uniformidade, do fechamento dos indivíduos no interior de seu espaço privado — perante essa revolução indefinida, sempre em obra, está aquilo que é preciso nomear, considerando-a na escala da história, a contra-revolução totalitária. Empreendimento que se apresentou sob o signo da criação do homem novo, explorou o mito da edificação de uma sociedade sem divisões e, de fato, tendeu a petrificar as relações sociais, desarmando os conflitos, expulsando tudo que desse sinal de autonomia, de criatividade, sujeitando indivíduos e grupos, sem finalmente conseguir nada melhor do que apodrecer os laços da sociabilidade e construir uma imensa rede de coerção. Ainda me dirão que todas as aventuras do mundo moderno são regidas pelas leis da produção capitalista? Decididamente, essas leis servem para tudo, seu poder é tão oculto quanto o da Providência.

Não negligenciem também, nos confins da esquerda, os barulhentos militantes do terceiromundismo, ainda que seu número pareça-me decrescer singularmente. Totalitarismo, democracia? "Vocês estão obnubilados pelas querelas entre Leste e Oeste. É sempre coisa de pirados. Abram os olhos para o verdadeiro mundo, onde vive o espírito da revolução — o mundo dos pobres, dos famintos, dos últimos dos explorados, presas do imperialismo. Esse mundo não conhece outra alternativa senão a da dependência e a da independência, da espoliação das riquezas naturais ou da criação de Estados a serviço do povo." Quanta cegueira diante do fato político! Que o imperialismo agarra numerosos países por uma dominação atualmente indireta, não devemos cessar de dizê-lo. São misturas de burguesias e de burocracias nacionais que detêm a parte da riqueza de que podem apropriar-se por suas implicações nos interesses estrangeiros, às expensas das massas pauperizadas. São governos, no mais das vezes ditatoriais, que protegem esses interesses, sufocam toda resistência popular. A revolução democrática não penetrou ali, ou então, cada vez que começou a se desenvolver, seu curso foi brutalmente invertido. É isso uma razão para que o intelectual de esquerda que vive na França despreze a democracia? Para que, indo além da justa defesa das lutas contra as ditaduras, faça a apologia da guerrilha pela guerrilha, mesmo quando sabe que ela está a serviço de um Estado totalitário estrangeiro?

Ninguém possui a chave para os problemas do denominado Terceiro Mundo. Somos tomados de vertigem quando entrevemos o

abismo de morte que a miséria cava na Ásia, na África, na América Latina. Mas o que é certo, por mais diferentes que sejam as situações e os graus de dependência dos países considerados, é que há para cada um deles um espaço político interno no qual se joga uma parte de seu destino. Nesse espaço, um pequeno número descobre lentamente que nenhuma solução sairá de movimentos que retomem por sua própria conta, invertendo os sinais, um ideal de ditadura, que carreguem consigo o desprezo pela democracia, que não tolerem o conflito de opiniões, que, uma vez no poder, não aceitarão qualquer iniciativa popular independente, nenhuma formação política fora do partido-Estado. Esse pequeno número está persuadido de que se não houver garantias dos direitos dos indivíduos, do direito dos operários se associarem para defender suas reivindicações, do direito das comunidades rurais para decidirem sobre suas organizações, haverá apenas a troca de um sistema de dominação por outro. Como se não bastasse, apanhados numa prensa, ou ameaçados de sê-lo, entre a violência e a contraviolência, ainda têm que agüentar as elucubrações dos esquerdistas parisienses que se encantam em vê-la apertar-se.

Para que se incomodar com uma análise do totalitarismo? Para o "grande público a causa está compreendida", julgava meu crítico, há cinco anos. Estava enganado. Mas pelo menos pode-se imaginar que a política externa da União Soviética fez ouvir mais do que o ruído das armas. Somente agora, em circunstâncias eleitorais, essa política começa a ser debatida. Vale a pena um pequeno retorno capaz de assinalar fatos que, há pouco tempo, voltam a ser lembrados. A invasão do Afeganistão foi acolhida com serenidade pelo que se denomina de "a classe política" (por justa prudência não mais se emprega a palavra elite). Foi um verdadeiro concurso, tanto à direita quanto à esquerda, para ver quem se mostrava mais imperturbável. Somente Marchais vociferou para anunciar que não estava acontecendo nada. A preocupação dominante de nossa maioria foi a de deplorar que os americanos quisessem engrossar o acontecimento. Entenda-se: era preciso a pequenar-lo para reduzi-lo às dimensões do jogo da "democracia francesa". Que espetáculo, sobretudo para nossos velhos lobos-do-mar, treinados nos exercícios da política, Carter perdendo o sangue-frio, cheio de surpresa por um grão vindo do Leste! A crer-se na imprensa, Edgar Faure teria segredado que o tomava por um cretino; Poniatowski, por um imbecil.

Nossos dirigentes não podiam imaginar uma situação na qual a manobra política e a manobra diplomática, sua equivalente, não fossem eficazes, imaginar que um ator obedecesse a uma lógica que não a deles. Nessa ocasião, e na subsequente, Giscard deu a verdadeira medida da inteligência e do caráter da direita francesa — essa direita que os esquerdistas julgam tão ciosa da democracia burguesa que não querem lhe dar a caução de uma crítica do totalitarismo. Lembro, por minha vez, que a invasão soviética, ocorrida a 24 de dezembro, só foi condenada pelo presidente da república a 9 de janeiro. Foi a sua primeira exibição. Enquanto os russos estavam em Kabul, quando o primeiro ministro afegão, cujo apelo tinham supostamente atendido, já estava assassinado por sua ordem, o presidente indaga cortesmente os motivos e objetivos do governo soviético. Certamente, pode-se discutir as razões de seu primeiro atraso em formular um julgamento inevitável. Nenhum de seus enviados, nos protestos indignados que agora lançam contra Mitterrand, arriscou-se a fornecer uma explicação. Como no caso dos diamantes, os clamores da virtude ultrajada tomam o lugar dos desmentidos. Talvez o silêncio de Giscard tivesse apenas o objetivo de suscitar o espanto... Essa é uma das lições de de Gaulle que ele conservou: ligar autoridade e faculdade de fazer o imprevisível. Mas diante de tal circunstância a hipótese me parece leviana. A única plausível, a meu ver, é a seguinte: fazendo hora, Giscard especulava sobre as chances dos russos ganharem mais depressa a partida. Supondo-se, com efeito, que o medo fosse suficiente para desencorajar toda resistência no Afeganistão, a França só teria que deplorar e, no mesmo gesto, admitir o fato consumado. Teria tirado partido de sua reserva inicial para estabelecer negociações com um parceiro-adversário satisfeito com sua presa e reconhecido. Giscard já manobrava para tornar-se aquilo que se tornou a seguir, o interlocutor privilegiado de Brejnev, atento a seus interesses. Seria preciso ainda lembrar, fato que Mitterrand não menciona com precisão, a moderação das falas de Giscard em suas primeiras intervenções? Declarou haver levado ao conhecimento dos russos quais os limites que já não poderiam ultrapassar. O que era dar a entender que ainda não o haviam sido. A guerra prosseguindo, importante questão foi endereçada aos dirigentes soviéticos: poderiam dizer em que condições e em que prazo estavam dispostos a repatriar suas tropas? Não é para rir? Mas já faz muito tempo que não se ri na França. Aliás, nem mesmo se indigna. E foi muito seriamente que a "classe política" ouviu o ministro das Relações Exteriores e outros porta-

vozes presidenciais comentarem suas intenções. Toda ameaça de represália, ensinavam eles, só teria como efeito despertar a susceptibilidade dos russos e conduzi-los a se aferrarem à guerra. A verdadeira tarefa era *ajudá-los* a sair do impasse onde haviam imprudentemente se metido! Nossos dirigentes, serenos, pacientes, sutis, não pareciam duvidar de que "a reprovação da comunidade internacional" iria persuadir o Kremlin de seu erro. Desejavam facilitar-lhe os meios para repará-lo. Sua velha experiência de políticos lhes interditava imaginar que a burocracia soviética, quando julga a ocasião favorável, confia apenas na potência das armas, não teme romper o equilíbrio de forças no mundo e se preocupa muito moderadamente com o protesto de uma centena de nações. Essa é, pelo menos, a interpretação mais generosa, a que confere uma parte menor ao cinismo.

.....

.....

.....

Quanto ao que, num programa de televisão, disse Giscard sobre a Polônia, vale a pena pesar bem suas declarações. Claro, nós o ouvimos dizer que a Polônia é uma "amiga". Claro, que "toda ingerência estrangeira nos negócios da Polônia acarretaria graves conseqüências". Não é muito comprometedor. Giscard escolhe o tom do observador: "Na hora presente, acrescenta, todo mundo já está plenamente informado e consciente". É verdade. E também você e eu. Só que o nosso homem não é um observador. É um chefe de Estado. Assim sendo, suas frases adquirem outra ressonância.

Especialmente esta: "Naturalmente, na solução dos problemas, a Polônia deve levar em conta sua situação geográfica e estratégica". Esse "deve" já é de uma ambigüidade insuportável. E quando Alain Duhamel lhe pergunta se a aspiração dos poloneses por um regime mais liberal lhe parece algo que possa ser aceito duradouramente pelos soviéticos, eis seu julgamento: "Não tenho que me pôr no lugar dos soviéticos, eles é que devem responder. Você acaba de dizer: é preciso levar em conta os dados estratégicos e geográficos. Poderíamos ir juntos olhar um mapa: a Polônia se situa entre a União Soviética, com quem tem uma longa fronteira, e a Alemanha do Leste. Está, portanto, no interior do bloco soviético e as comunicações do bloco soviético passam através da Polônia. Quem ignorar esses dados geográficos e estratégicos não terá a

menor chance de ser aceitável para a União Soviética". Em suma, Giscard, contrariamente ao que anuncia, responde no lugar dos soviéticos... Sua fala não foi muito comentada (Jacques Amalric — homenagem lhe seja prestada — espantou-se breve, mas firmemente, no *Le Monde*). Formulada sob a capa de uma análise objetiva, essa fala é odiosa. E quando se pensa nas contorções, nos gritinhos das bonecas do giscardismo que recentemente ficaram indignados com as críticas de Mitterrand e com a injúria feita à dignidade da França, lamentamos que não tenha havido uma única pessoa no dia seguinte à entrevista para denunciar a linguagem da indignidade. Chefe de Estado — de um Estado que se pretende democrático e liberal — Giscard d'Estaing, indagado sobre a Polônia, só tinha uma resposta a dar a Alain Duhamel: "Você não tem que me perguntar se os soviéticos podem ou não aceitar as aspirações liberais dos poloneses. O que se passa no país não é negócio deles. A Polônia não lhes pertence. Nenhuma força ameaça a segurança da Polônia. Na Europa de Oeste nenhuma potência tem a intenção nem, com evidência, dispõe de meios para ameaçá-la. A relação de forças é inequívoca em favor dela na proporção de quatro para um. Nenhuma consideração de ordem geográfica ou estratégica pode ser invocada para medir a parte do aceitável e do inaceitável na liberalização do regime polonês. E, se por infelicidade, os exércitos soviéticos invadirem a Polônia, desprezando o Direito, os acordos de Helsinki seriam quebrados, as relações econômicas e culturais interrompidas entre a França e a Europa de Leste".

Essa resposta escapa à imaginação de Giscard d'Estaing e não corresponde nem aos interesses nem aos desejos dos negociatas que o sustentam. Tiremos a lição: é mais do que claro que para uma boa parte da burguesia francesa as convicções democráticas não têm o menor peso, ela hoje mantém a mesma complacência com relação ao totalitarismo soviético, como, ontem, antes da guerra, com relação aos totalitarismos fascistas.

.....

.....

.....

Gosta-se de repetir que um povo tem o governo que merece. É meia-verdade. Quando aqueles que dispõem dos meios de esclarecer a opinião a conservam nas trevas, espera-se em vão que ela encontre em si mesma os recursos para um juízo correto. A gente ouve dizer

que o conflito afegão é regional, que a União Soviética protege seus interesses, que ela não poderia aceitar a desordem polonesa sem correr o risco de ver suas vias de comunicação ameaçadas, fica-se habituado a considerar a Europa de Leste como propriedade russa. Seria preciso a gente fazer um grande esforço para pensar que os insurretos afegãos defendem algo de sua própria liberdade; um grande esforço para descobrir que Praga, Varsóvia ou Budapeste se situam no mesmo espaço de civilização que Paris, Roma ou Londres e que renasce nesse mundo do Leste um espírito democrático, mais forte e mais inventivo do que no mundo do Oeste. Também se ouve dizer que a União Soviética é uma formidável potência face à qual os exércitos coligados do Ocidente não têm peso, que a única chance é abrigar-se sob o guarda-chuva nuclear. Diante disso, o que se pede à gente é heroísmo para opor a imagem do direito à da força. Que se explique, pois, que essa formidável potência é trabalhada por não menos formidáveis contradições; que o Estado burocrático se revela minado pela corrupção; que mesmo na URSS a ideologia enfraqueceu; que se o nacionalismo russo pode bem sustentar, como o fez durante a última guerra, uma resistência ao inimigo, nada autoriza a crer que numa sociedade onde reinam a opressão e a penúria, ele seja de molde a alimentar a fé de um comunismo conquistador. Que se mostre ainda como esse comunismo provocou ódios na Europa do Leste, a fragilidade dos regimes que não se manteriam por mais de três meses se o medo dos russos não aterrorizasse a população! Que se pare de acreditar na representação do colosso russo que poderia subitamente abater-se sobre a Europa de Oeste, engoli-la e digeri-la em algumas semanas, se não se lhe opuser a arma da dissuasão!

Quando o "expert" — a espécie pulula hoje em dia — faz a soma, para cada campo, das divisões blindadas, das rampas de lançamento de mísseis, das ogivas, há um certo bom-senso popular em julgar que "você e eu" não contamos nada nesse caso todo. Quem lembra que um país não pode ser engolido, que é conquistado por homens sobre outros homens, que uma conquista se mantém pela administração de homens por outros homens, que a burocracia do Kremlin não é tão delirante que não saiba a que riscos se exporia com uma invasão da Europa de Oeste, enfim, que a França só viria a ser submetida direta ou indiretamente à URSS graças à complacência ou à cumplicidade dos franceses?

O enredo da guerra nuclear me parece uma ficção. Em contrapartida, o perigo real é o que constituiria a apropriação progressiva das fontes de energia da Europa pela União Soviética, a sub-

missão crescente das nações ocidentais sob a prova da intimidação, a decomposição interna das sociedades democráticas, sua oposição a todos os movimentos de emancipação no mundo. Ora, a esse perigo, não há arma atômica que dê resposta, mas uma política que combinasse o alargamento da compreensão da revolução democrática, pelo alargamento das liberdades e a redução das desigualdades, com a compreensão da contra-revolução totalitária. Uma política que legitimasse uma tradição e erguesse esperanças e que, ao mesmo tempo, tivesse a audácia de reivindicar um futuro para os povos que estão atualmente sob jugo.

Na ausência de tal política e por falta de suas condições, perece a idéia do direito, fenecendo nos quadros de nossas instituições (...) Excita à derrisão quando se trata dos negócios do mundo: o giscardismo nem mesmo precisa opor-lhe a razão de Estado, basta-lhe o oportunismo.

.....  
 .....  
 .....

No fim das contas, vejo apenas uma única organização que não temeu designar como totalitário o Estado que outros se obstinam em qualificar de socialista, afirmar maciçamente sua solidariedade ao combate dos poloneses, vincular os traços da organização comunista aqui e no Leste, nem temeu combinar a crítica do regime burocrático com uma tentativa de reformulação da democracia. Honra lhe seja feita: foi a CFDT.

Como eu dizia, este livro contém textos diversos. Um argumento os ordena: o Estado totalitário só pode ser concebido em relação à democracia e sobre o fundo das ambigüidades desta última. É a refutação dela ponto por ponto e, no entanto, atualiza representações que ela contém virtualmente. Nele, a democracia encontra uma potência adversa, mas que ela carrega também dentro de si mesma. Não é possível combatê-lo senão despertando o espírito da revolução democrática, reinventando-a, e não na conservação do adquirido que se revela sempre, de fato, uma regressão. Em nossos dias, são todos os protestos, todas as revoltas provenientes do Leste que voltam a dar sentido à *invenção democrática*. São eles que nos ensinam novamente que a democracia não é, por essência, bur-

guesa. E, no mesmo gesto, essas revoltas nos ensinam as fragilidades, os fracassos, as contradições de um tipo de Estado que num prazo — talvez um longo prazo — cederá sob um choque revolucionário. Enquanto isso, é importante conhecer tanto os meios formidáveis que lhe permitem sufocar em toda parte as liberdades — talvez amanhã na Polônia — quanto livrar-se da imagem de um Leviatã que bloquearia o horizonte para sempre.

Sinceramente, seria muito difícil articular essas idéias, tomá-las como um único pensamento? Todavia, aí vejo apenas um começo. Depois dele, reencontra-se dia após dia o risco de interpretar, de julgar — e se se tem força, de agir.

Março de 1981.

## **CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO TOTALITARISMO**

1.

## Direitos do homem e política\*

Não faz muito tempo a revista *Esprit* organizava um encontro sobre o tema: "Os direitos do homem são uma política?" A questão merece ser colocada. Mas, a nosso ver, ela suscita uma segunda: os direitos do homem dependem ou não do campo do político? Deveríamos ainda ligar essas duas questões a uma terceira, logicamente primeira: teremos nós boas razões para falar de direitos do homem e o que entendemos por isso? Se julgamos que há direitos inerentes à natureza humana podemos economizar uma definição daquilo que é o próprio do homem? É verdade que abordar frontalmente esta última ou primeira questão seria mais que temerário. Não somente correríamos o risco de embarcar numa reflexão que faria perder de vista a intenção inicial como, sem dúvida, a resposta se esconderia. O fato é que um dos pensadores mais penetrantes do nosso tempo, Leo Strauss, fincou balizas preciosas para uma reflexão como essa sem se aventurar a tirar conclusões. De seu livro *Droit Naturel et Histoire* podemos tirar o ensinamento de que a questão da natureza do homem não foi de forma alguma resolvida pelo fato de terem sido abandonadas as premissas do pensamento clássico, que tal questão não cessou de perseguir o pensamento moderno e que ela se aprofunda sob o efeito das contradições engendradas pela ciência positiva e pelo historicismo. Tal ensinamento não é certamente de pequena monta, mas nos deixa na incerteza... E, no entanto, se for preciso renunciar a uma interrogação por demais exigente, corre-se

(\*) *Libre*, nº 7, Payot, 1980.

o perigo de eliminá-la por inteiro. A questão que nos ocupa degradar-se-ia; restaria apenas perguntar se se pode explorar a idéia dos direitos do homem, as reivindicações que nela se inspiram, para mobilizar energias coletivas e convertê-las numa força suscetível de medir-se com outras forças no que se chama a arena política. Racionalizaríamos em termos de utilidade mesmo quando invocássemos o nobre motivo da resistência à opressão.

Como afastar, pois, as facilidades do pragmatismo sem ceder à vertigem da dúvida filosófica? Parece-nos que a boa maneira de abrir caminho é partir da segunda questão. Esta é, com efeito, a charneira das outras duas. Nada se pode dizer de rigoroso sobre uma política dos direitos do homem enquanto não se examinar se esses direitos têm uma significação propriamente política, e nada se pode avançar sobre a natureza do político que não ponha em jogo uma idéia da existência ou, o que dá no mesmo, da coexistência humana.

É tempo de assinalar, além disso, que esta questão surge nas condições históricas em que vivemos e testemunha uma nova sensibilidade para o político e o direito. Ela se impõe a todos aqueles que não mais se satisfazem com uma análise em termos de relações de produção, menos ainda em termos de propriedade e para quem o abandono da perspectiva do comunismo não induz de forma alguma a se refugiar numa visão religiosa ou moral do mundo, mas incita, pelo contrário, a procurar novos meios de pensamento e de ação.

A expansão do marxismo, no conjunto da esquerda francesa, caminhou por muito tempo lado a lado com uma depreciação do direito em geral e a condenação veemente, irônica ou "científica" da noção burguesa dos direitos do homem. E observemos de passagem, antes de voltarmos a este ponto, que o marxismo, pelo menos desta vez, não foi infiel à inspiração de seu fundador: sua célebre crítica dos direitos do homem em *A Questão Judaica*, ainda que se trate de um ensaio de juventude, não foi desmentida nem por suas obras posteriores nem pelas contribuições de seus herdeiros. Desde há pouco o marxismo mudou de tom; ornamenta-se com uma fraseologia liberal enquanto um pequeno número de ideólogos, que antes se apresentavam como guardiães intransigentes da doutrina, voltam-se contra ele. Todos sabem de onde veio o choque. A descoberta da amplitude do sistema concentracionário na União Soviética graças a uma torrente de informações difundidas pelas vítimas do Gulag, entre as quais e primeiramente Soljenitsyn, em seguida as iniciativas dos dissidentes no conjunto dos Estados socialistas tirando partido

dos acordos de Helsinque para exigir o respeito aos direitos do homem semearam a maior confusão nos espíritos. Esses direitos já não parecem formais, destinados a acobertar um sistema de dominação, mas vemos investir-se neles uma luta real contra a opressão. Nestas circunstâncias, quem desaprova ou condena a repressão nos países do Leste sente-se obrigado a reconhecer-lhes um valor aqui mesmo, no quadro da democracia dita burguesa, e a proclamar que a instauração do socialismo deverá assegurar-lhes a salvaguarda.

No entanto, que ouvimos nos novos discursos em favor dos direitos do homem? Ou estes são definidos como o complemento indispensável de um bom regime, complemento que ainda falta ao socialismo mas que lhe será levado amanhã, ou vêm fornecer a prova de uma independência do espírito ou do coração face às sinistras coerções da política. Enquanto alguns não pensam senão em remodelar o socialismo para que ganhe "um rosto humano", outros não fazem senão invocar a humanidade do homem para defendê-la contra as agressões do Estado — de um Estado maléfico, seja qual for a sua natureza. Tudo se passa como se, do lado marxista, os direitos do homem tivessem permitido redescobrir as virtudes do "suplemento d'alma" e, do lado dos destruidores de ídolos socialistas, tivessem incitado a restabelecer a oposição do indivíduo e da sociedade ou a do homem interior e do homem acorrentado à cidade.

A ação dos dissidentes provocou certamente uma reavaliação dos direitos do homem, mas evitou-se sondar o seu alcance. É verdade que a maioria dos dissidentes declarou que não queria "fazer política", facilitando, assim, a tarefa daqueles que aqui não queriam ouvir. Mas o que significavam aquelas declarações? Que eles não tinham ambições políticas, que não procuravam derrubar o poder estabelecido, nem propor um novo programa de governo, nem criar um partido de oposição, nem opor ao marxismo uma nova doutrina. Seja. Eles só pediam as garantias em vigor nas nações democráticas, sem as quais não há liberdade nem segurança para os cidadãos. Contudo não há a menor necessidade de lhes atribuir intenções ocultas para descobrir o sentido político de sua ação. Pois, a partir do momento em que os direitos por ele exigidos são incompatíveis com o sistema totalitário, é mais do que claro que fazem política, sem ter objetivo, programa, nem doutrina políticas; e torna-se igualmente claro que esses direitos se revelam, através de sua ação, ligados a uma concepção geral da sociedade — do que

outrora se denominava a cidade — da qual o totalitarismo constitui precisamente a negação. Observemos que o que há de mais novo na conjuntura destes últimos anos na União Soviética, na Europa do Leste e também na China não são indivíduos protestando contra o arbítrio da polícia, denunciando a sujeição dos tribunais ao Estado, exigindo liberdades definidas, mas sim colocando sua ação sob o signo da defesa dos direitos do homem; o que há de mais novo não é a perseguição que sofrem por suas opiniões, que sejam condenados sem que possam defender-se, mas sim que os direitos do homem se tornem, através deles, o alvo do poder. Além do duro fato da coerção exercida contra indivíduos e grupos, tornou-se assim manifesta uma oposição fundamental entre um modelo de sociedade totalitária (quaisquer que sejam as múltiplas variantes, stalinista ou neostalinista, maoísta ou neomaoísta) e um modelo que implica o reconhecimento dos direitos.

Essa oposição não é pensada por aquilo que se chama da esquerda na França. O Partido Comunista, em várias ocasiões, sobretudo através de Georges Marchais, protestou contra prisões ou condenações de dissidentes. Particularmente vivas foram suas últimas declarações a respeito dos processos de Praga. Mas quando afirma que os homens não deveriam ser perseguidos por delito de opinião, quem lhe pergunta se a defesa dos direitos do homem é a expressão de uma opinião? E quando proclama sua adesão a esses direitos, quem lhe pergunta quais são as implicações políticas disso? Antes da ruptura da União de esquerda, os socialistas, encantados em apresentar seu aliado como um partido ganho para a causa da democracia, se contentaram em explorar os protestos do Partido Comunista a serviço de sua estratégia eleitoral. Mas era somente por oportunismo? A questão merece ser colocada. Acredito que sua atitude testemunha uma impotência em conceber os direitos do homem a não ser como direitos do indivíduo. Compartilham esta concepção com a maioria da esquerda francesa, quer seja marxista quer seja impregnada de marxismo. De fato, o homem de esquerda não comunista quer-se ao mesmo tempo liberal e socialista. Se liberal, invoca de bom grado os princípios de 1789 (o que não o impede, eventualmente, de admirar Robespierre) e se compraz em imaginar uma feliz *mistura* de socialismo e liberdade. Aí está a explicação para sua cegueira diante do totalitarismo. Pode descobrir, pela leitura de testemunhos cada vez mais numerosos, todos os sinais de um novo sistema de dominação, mas tirando unicamente conclusões sobre o desolador arbítrio dos poderes burocráticos. E ainda que

condene os vícios desse sistema, os regimes da União Soviética, da Europa do Leste, da China ou do Vietnã não deixam de lhe aparecer como socialistas (somente o caso do Cambodja o deixa perplexo). No fundamento de todos esses julgamentos há a idéia tenaz de que a realidade se define no nível das relações de propriedade e das relações de força: quanto ao direito, quando nele encontra mais do que uma racionalização dessas relações, instala-o no santuário da moral, santuário que cada indivíduo carrega consigo.

Não nos espantemos, pois, com a facilidade com que os comunistas combinam a crítica dos processos contra os dissidentes soviéticos e a defesa de um regime apresentado como “globalmente positivo”. Sentem-se à vontade para fazê-lo, pois tomam emprestada uma lógica que não é a sua e habilmente dela se aproveitam. Mas ainda não basta observar que essa lógica comanda o pensamento da esquerda. Quem não vê perfeitamente como ela se exerce fora de suas fronteiras? Por mais zeloso que seja o pensamento conservador moderno ao exaltar os valores da democracia, não põe em dúvida que relações de propriedade e relações de força constituem a essência da política. Esse pensamento tem certamente por sagradas as liberdades individuais e as garantias dadas à segurança dos cidadãos. Porém distingue cuidadosamente o que depende da moralidade e o que depende da política, isto é, do jogo da competição pelo poder, das necessidades da conservação da ordem estabelecida ou da razão de Estado.

Daí a indiferença geral perante as violações do direito cometidas por homens políticos: admite-se que podem utilizar todos os meios para defender sua posição, assim como parece ser evidente que as relações entre Estados sejam determinadas pelo interesse ou por imperativos de poder. E daí, por exemplo, a ironia com que foi acolhido o escândalo provocado nos Estados Unidos pelo caso Nixon, há alguns anos.

O Partido Comunista encontra-se, assim, ao abrigo das críticas que mais profundamente o atingiriam. Quando reprova os métodos de repressão stalinista ou suas sobrevivências, uns se maravilham com suas palavras; outros reprovam-lhe declarações tardias demais, tímidas demais, raras demais; adversários, que os julgam hipócritas, inquietam-se com o seu bom efeito sobre os eleitores liberais. Todavia, ninguém o obriga a dizer se a agressão do poder soviético contra o direito é ou não uma agressão contra o corpo social. A questão não lhe é colocada porque implicaria a idéia de que o direito é constitutivo da política. Ora, na falta desta idéia,

observemos de passagem, nem mesmo se poderia dizer que a defesa de princípio das liberdades individuais seja incompatível com a justificação do stalinismo. Com efeito, basta reduzir os direitos do homem aos dos indivíduos para destacar, à distância deles, uma ordem de realidade *sui generis*. Isto feito, o único problema pertinente consistirá em saber se, nas condições históricas dadas, a conservação do Estado podia ou pode, agora, suportar o exercício de tais direitos e em que medida. Doravante, o fato decide sobre o direito. Em outras palavras: trata-se de examinar se certos métodos coercitivos de governo se deduziam ou se deduzem da necessidade de conservação de um sistema político, o socialismo, ou se eram, e ainda são, um excesso para essas necessidades. Neste quadro de discussão, os comunistas podem, sem perigo, conceder a seus interlocutores liberais que as prisões arbitrárias por delito de opinião são condenáveis e, sobretudo, os campos de concentração, mas esta condenação é cuidadosamente medida com o critério do realismo, sob a convenção, *admitida por ambas as partes*, de que a violação dos direitos do homem é a violação de direitos individuais, de direitos que não são políticos. Assim lhes é possível demonstrar que os erros de governo de que foram vítimas indivíduos (milhões, seja) não autorizam a pôr em causa a natureza de um Estado, já que esta é distinta da natureza dos indivíduos, já que este Estado obedece a leis, está sujeito a coerções que lhe são específicas. E lhes é ainda possível afirmar que a definição do stalinismo como figura historicamente determinada do socialismo não poderia ser questionada a partir do exame dos seus chamados excessos, já que estes são apenas os subprodutos de um primeiro excesso da autoridade política que, exigido pelos imperativos de coesão da sociedade, é inatacável. Pouco importa, porém, como se exerce a argumentação dos comunistas. É sempre eficaz, pois eles falam a mesma linguagem de seus parceiros não comunistas ou de seus adversários.

Ora, aqueles que rompem resolutamente com o realismo político para sustentar incondicionalmente a defesa dos direitos do homem não se libertam dessa linguagem, uma vez que essa ruptura é acompanhada de uma pura e simples recusa de pensar o político. Elaboram uma religião da resistência a todos os poderes, fazem dos dissidentes seus mártires modernos. Porém, ao enraizar os direitos no indivíduo, privam-se de conceber a diferença entre totalitarismo e democracia, chegando mesmo a atribuí-la a uma diferença de grau na opressão e, simultaneamente, voltam a dar crédito à concepção marxista que, em seu primeiro momento, tinha justamente denun-

ciado a ficção do "homem abstrato" e desvendado sua função no quadro da sociedade burguesa.

Seguramente é necessário desfazer-se da problemática de Marx se se quiser dar pleno sentido à noção dos direitos do homem. Contudo, é preciso não retroceder aquém de seu pensamento; ao contrário, devemos rememorar sua crítica dos direitos do homem, a qual não era vã, para extirpar o erro ou a ilusão que fundamenta a sua argumentação e faz com que, ainda hoje, se pareça com a dos seus adversários.

Como dissemos, foi em *A Questão Judaica*<sup>1</sup> que Marx nos deu o essencial de sua interpretação dos direitos do homem; tentemos, pois, interrogá-la. Essa interpretação decorre da convicção de que a representação desses direitos apenas prevaleceu no fim do século XVIII, primeiro nos Estados Unidos e depois na França, para dar uma figura à dissociação dos indivíduos no seio da sociedade e à separação entre essa sociedade atomizada e a comunidade política. "Quem é o homem distinto do cidadão?", escreve Marx. Apenas o membro da sociedade burguesa. Por que o membro da sociedade burguesa é chamado "homem"? Homem em si. Por que seus direitos são chamados direitos do homem? Pelo que explicamos este fato? Pela relação do Estado político com a sociedade burguesa. Pela natureza da emancipação política." E observa ainda: "Os direitos do homem, direitos do membro da sociedade burguesa, são apenas os direitos do homem egoísta, do homem separado do homem e da coletividade". Destas proposições, tirava Marx uma série de conseqüências relativas ao estatuto da opinião, sobretudo da opinião religiosa, da liberdade, da igualdade, da propriedade e da segurança. O que dizia ele da opinião? Substancialmente, que é reconhecida como legítima no momento em que parece um equivalente espiritual da propriedade privada. Da liberdade? Que, definida como "o poder que pertence ao homem de fazer tudo que não prejudica o direito de outro", supõe que "cada indivíduo é uma mônada isolada, dobrada sobre si mesma". Da propriedade? Que, definida juridicamente como o direito que pertence a todo cidadão de fruir e dispor à vontade de seus bens, rendas, do fruto do seu trabalho e de sua indústria, faz com que cada homem encontre no outro homem "não a realização mas, ao contrário, o limite da sua

(1) A tradução das citações que se seguem foi tirada da edição Aubier Montaigne, 1971.

liberdade". Da igualdade? Que oferece apenas uma nova versão da teoria da mônada. Da segurança, enfim? Que é "o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito da polícia, segundo o qual toda sociedade existe unicamente para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade". E, em resumo, que "é a garantia de seu egoísmo". Ora, a experiência do totalitarismo lança uma luz sinistra sobre as fraquezas desta interpretação. O totalitarismo se edifica sobre a ruína dos direitos do homem. Entretanto, o homem se encontra, sob esse regime, dissociado do homem e separado da coletividade como jamais o estivera no passado. Mas não porque supostamente figure o indivíduo natural; não, é porque supostamente figura o homem comunista, porque sua individualidade deve se dissolver num bom corpo político, o povo soviético ou o partido. Dissolução que é ao mesmo tempo a da diferença do homem com o homem e a diferença do homem com a coletividade. Não é porque está circunscrito aos limites de uma vida privada, ao estatuto da mônada, porque goza do direito de ter opiniões, liberdades, propriedades e segurança, mas porque este gozo lhe é interdito. Enfim, não é porque a sociedade civil presumidamente está dissociada do Estado, mas porque o Estado supostamente detém o princípio de todas as formas de socialização e de todos os modos de atividade.

É verdade que a interpretação de Marx pretende dar conta de um grande acontecimento histórico, a passagem do feudalismo à sociedade burguesa. A seus olhos, o feudalismo designa um tipo de sociedade em que todos os elementos, materiais e espirituais, possuíam um caráter político, estando impressos em conjuntos organicamente ligados com as senhorias, os estamentos, as corporações, os corpos de ofício. Pondo fim a esse sistema, observa Marx, "a revolução política aboliu o caráter político da sociedade civil. Fez explodir a sociedade civil em seus elementos simples, de um lado, os indivíduos, do outro, os elementos materiais e espirituais que formam o conteúdo da vida, a situação desses indivíduos na sociedade civil. Rompeu os liames do espírito político que de alguma maneira estava desmembrado, despedaçado, diluído nos impasses da sociedade feudal. Pôs fim a essa dispersão reunindo-o, libertou-o de sua fusão com a vida civil e constituiu-o em esfera da comunidade, do que concerne ao povo em geral numa independência ideal com respeito a esses elementos particulares na vida civil". Entretanto, a análise histórica da passagem do mundo feudal ao mundo burguês inscreve-se numa teoria da emancipação humana que determina o

sentido daquela análise. Disso nos persuade a obra inteira que evocamos e, em particular, sua conclusão. Marx retém da revolução burguesa o que ele chama de "emancipação política", isto é, a delimitação de uma esfera da política como esfera do universal, à distância da sociedade, ficando esta reduzida, ao mesmo tempo, à combinação de interesses particulares e de existências individuais, decompostos em elementos. Faz desta emancipação política um momento necessário e transitório no processo da emancipação humana. E visto que esse momento é concebido pela burguesia como exatamente o da realização da emancipação humana, faz dele o momento por excelência da "ilusão política". Neste sentido, "emancipação" e "ilusão" políticas mostram-se indissociáveis a seus olhos. E visto que, simultaneamente, os elementos particulares da vida civil se destacam como se fossem independentes, a ilusão política coincide, para ele, com a ilusão da independência desses elementos, ou com a representação ilusória dos direitos do homem que têm por fim mantê-la. Em outros termos, a política e os direitos do homem constituem os dois pólos de uma mesma ilusão.

Se é este o arcabouço teórico da análise da revolução democrático-burguesa, estamos autorizados a nos perguntar se ele pode sustentar a da revolução totalitária. Ora, convenhamos que seria necessário revirar a maioria dos termos daquele para dar conta desta. Com efeito, o totalitarismo tende a abolir todos os signos de autonomia da sociedade civil, a negar as determinações particulares que a comporiam. Aparentemente, o *espírito político* se propaga então em toda a extensão do social. O partido, enquanto representante do espírito político, consagra-se a compor uma fusão entre o Estado, que supostamente encarna o povo em geral, e todas as instituições da vida civil. Entretanto, nenhum leitor de Marx, se de boa fé, concluirá que o totalitarismo dá a fórmula do que ele chamava de "emancipação humana". Entre todas as razões que o impedem, retenhamos apenas uma: o processo de destruição da sociedade civil implica um formidável alargamento da esfera do político, mas não certamente a sua desaparecimento; em outras palavras, a propagação do espírito político é proporcional à consolidação do poder que supostamente representa a comunidade e decide sobre "o que concerne ao povo em geral". À luz de Marx, o totalitarismo aparece como o regime onde a "ilusão política" é levada ao auge, materializada num Estado que detém a onipotência (ou que, ao menos, se esforça para detê-la). Aqui, porém, os direitos do homem são destruídos, apaga-se a relação da "política" e dos "direitos do

homem" que Marx fizera dois pólos da mesma ilusão. Destarte, impõe-se uma primeira constatação: a problemática de Marx foi posta em xeque pelos acontecimentos do nosso tempo. Mas então impõe-se uma segunda: sua crítica dos direitos do homem, alojada na análise da revolução democrático-burguesa, já se encontrava mal fundada. O que não anula necessariamente o conjunto da crítica. Aquele que se apressasse em afirmá-lo negligenciaria, entretanto, um fato notável: Marx limita-se várias vezes a comentar, parafraseia mesmo, textos extraídos das Constituições americanas ou das Declarações de 1791 ou de 1793. É preciso levar os detratores de Marx a maior moderação, campeões dos direitos do homem que nada querem saber sobre a ambigüidade desses direitos, nada querem conservar das formulações que se prestavam ou se prestam ainda às objeções, não apenas de Marx ou dos marxistas, como também daqueles que não se satisfazem em fazer do egoísmo a regra de conduta dos homens em sociedade. Com efeito, grande número dessas formulações, na Declaração de 91, que serviu de modelo na Europa, dão crédito à imagem de um indivíduo soberano cujo poder de agir ou empreender, de falar ou escrever, de possuir, seria limitado apenas pelo de outros indivíduos para exercê-lo igualmente. Além disso, não é arbitrário considerar o direito de propriedade, enunciado no último artigo, único qualificado de sagrado, como susten-táculo de todos ou outros. Do mesmo modo, o que deveria suscitar nossas críticas não é tanto o que Marx lê nos direitos do homem, mas o que ele é impotente para aí descobrir. Com efeito, Marx cai e nos joga numa armadilha que em outras ocasiões e para outros fins foi bastante hábil em desmontar: a da ideologia. Deixa-se aprisionar pela versão ideológica dos direitos, sem examinar o que significam na prática, que reviravolta fazem na vida social. E, por isso, torna-se cego ao que no próprio texto da Declaração aparece à margem da ideologia.

Voltemos a este texto. Seja o argumento que o artigo sobre a liberdade lhe inspira. O artigo estipula: "A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudica outro". Marx comenta: este direito faz do homem uma "mônada", não está fundado sobre a relação do homem com o homem mas, ao contrário, sobre a separação do homem com o homem: "de direito ele está votado a essa separação, o direito do indivíduo limitado a si mesmo". Assim, ele circunscreve a função negativa "não prejudicar" subordinando-lhe a função positiva "poder fazer tudo que...", sem levar em conta que toda ação humana, no espaço público, seja qual for a constituição

da sociedade, liga necessariamente o sujeito a outros sujeitos. Sendo esse vínculo um dado primeiro que não depende de mecanismos institucionais ou políticos ou, o que dá no mesmo, o isolamento, o monadismo do indivíduo sendo estritamente impensáveis — visto que mesmo onde ele está de fato separado de seus semelhantes ainda se trata de uma modalidade de sua relação com os outros —, a única questão deveria ser esta: nessa ou naquela sociedade — nessa ou naquela formação social — quais são os limites impostos à ação de seus membros, as restrições ao seu estabelecimento, ao seu deslocamento, a que freqüente certos lugares, à sua entrada em certas carreiras, à mudança de suas condições, ao seu modo de expressão e de comunicação? Em vez de colocá-la, Marx, estranhamente, ignora a supressão das múltiplas interdições que pesavam sobre a ação humana antes da revolução democrática, sob o Antigo Regime, ignora o alcance prático da Declaração dos Direitos, cativo da imagem de um poder ancorado no indivíduo e podendo se exercer apenas até encontrar o poder de outrem. Ele não a inventa, certamente. Esta imagem desponta no artigo sobre a liberdade; é verdade; mas não é menos verdade que ela mascara um novo modo de acesso ao espaço público. No entanto, quão mais significativa é a resistência de Marx em apreciar os dois artigos relativos à liberdade de opinião dos quais o segundo é, entretanto, o mais preciso possível. Na verdade, não os comenta na passagem consagrada ao exame dos direitos do homem, e esta omissão mesma merece ser assinalada, pois testemunha seu preconceito; mas, no essencial, o argumento de *A Questão Judaica* é destinado a demonstrar, contra a tese de Bauer, que o direito a exprimir convicções religiosas — mesmo as dos judeus, que imaginam pertencer a um povo à parte, cujas crenças estão aparentemente em contradição com o fato de pertencerem a uma comunidade política —, este direito manifesta apenas a cisão advinda, santificada pelos direitos do homem entre o elemento individual, particular, privado, constitutivo da sociedade civil, e a vida do Estado, entre o membro da sociedade burguesa e o cidadão. Seguramente não há porque deduzir deste argumento que Marx seja contra a liberdade religiosa, nem mesmo, como alguns imprudentes ou tolos sustentaram, que se mostra anti-semita. Porém deve-se convir que a liberdade de consciência é, a seus olhos, apenas o indício mais eloqüente da ficção democrática — ficção que marca, repitamos, um momento necessário, porém transitório, da emancipação humana. Ora, que dizem os artigos que o autor silencia? Recordemos. O artigo 10: "Ninguém pode ser hostilizado

por suas opiniões, mesmo religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei". O artigo 11: "A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem, podendo pois todo cidadão falar, escrever, imprimir livremente, ficando sujeito a responder pelo abuso desta liberdade nos casos determinados pela lei". Precisaria Marx estar obcecado por seu esquema da revolução burguesa para não ver que a liberdade de opinião é uma liberdade de relações, como é dito neste caso, uma liberdade de comunicação? De acordo, em outros escritos de juventude ele defendeu a liberdade de imprensa. Porém, não é nosso assunto examinar as variações do seu pensamento; importa-nos apenas a coerência de uma argumentação cujos efeitos sempre podemos medir, em nossa época, naqueles que não têm certamente as intenções generosas do fundador. Ora, a crítica toma como alvo a representação burguesa de uma sociedade composta de indivíduos, visa a representação da opinião como propriedade privada do indivíduo entendido como indivíduo pensante. Esta representação se deixa bem apanhar, porém não é adequada ao sentido da transformação que advém, nem mesmo pode traduzir-se na linguagem da Declaração sem ser desmentida. Supondo que o primeiro dos dois artigos mencionados não exceda a metáfora da propriedade, o segundo, com efeito, dá a entender que é direito do homem, um dos seus direitos mais preciosos, sair de si mesmo e ligar-se aos outros pela palavra, pela escrita, pelo pensamento. Melhor, dá a entender que o homem não poderia ser legitimamente confinado aos limites do seu mundo privado, que tem por direito uma palavra, um pensamento públicos. Ou, melhor ainda, como estas últimas fórmulas correm o risco de reduzir a comunicação às operações de seus agentes, os indivíduos, definidos um a um como exemplares do homem em si, digamos que o artigo dá a entender que há uma comunicação, uma circulação dos pensamentos e das opiniões, das palavras e dos escritos que escapam por princípio, salvo nos casos especificados pela lei, à autoridade do poder. Na afirmação dos direitos do homem trata-se da independência do pensamento e da opinião face ao poder, da clivagem entre poder e saber e não somente, não essencialmente, da cisão entre o burguês e o cidadão, entre a propriedade privada e a política. Por que Marx não via isso? Por que encontrava na legitimação da opinião apenas o indício de uma ficção que converte o homem em mônada? Por que, visto que sabia melhor que muitos outros que, na realidade, a sociedade não era redutível a uma justaposição de indivíduos e, conse-

qüentemente, era capaz de compreender que os direitos imputados aos indivíduos se inscreviam num registro social do qual o discurso burguês não podia dispor ao seu bel-prazer? Deixemos a questão em suspenso por um momento para voltarmos ao debate do nosso tempo sobre a liberdade de opinião.

Nos Estados socialistas não são os direitos individuais que se encontram violados quando os homens são condenados por delito de opinião. E não se trata de erros nem de enganos, nem de golpes acidentais na legalidade que dependeriam de um exercício defeituoso do poder. Esses acontecimentos testemunham um modo de constituição da sociedade, a especificidade de seu sistema político. A vocação do poder totalitário é, com efeito, levar o pensamento e a palavra públicos de volta a seu pólo; cercar o espaço público — certamente um objetivo impossível de atingir e para o qual apenas tende — para convertê-lo em seu espaço privado: espaço que coincidiria idealmente com o "corpo" do povo soviético e que seria só dele ao mesmo tempo que definiria a sua lei de organização. Deveríamos, assim, inverter o argumento comum: quando os burocratas soviéticos deixam, por um momento, publicar os depoimentos dos antigos prisioneiros do Gulag ou toleram que Sakharov se exprima perante jornalistas estrangeiros, é aí que há violação de um princípio, o princípio totalitário, e que talvez haja erro ou engano. Em todo caso, há um cruel compromisso com o princípio de realidade. Mas quando os direitos do homem são violados, a violação existe apenas aos olhos das vítimas; o poder age conforme a essência do regime; não cede ao arbítrio, não experimenta qualquer retorno da febre stalinista, não dá uma lição aos opositores — não é o medo do povo que lhe ordena, como aos tiranos, fazer medo ao povo — não, simplesmente a lógica do sistema lhe proíbe acolher qualquer opinião que dê sinal de uma exterioridade da vida social com relação ao poder ou de uma alteridade no social.

Voltemos a Marx — Marx que tinha sob os olhos apenas a sociedade burguesa, Marx que punha toda a sua energia em conceber "a emancipação humana" e a quem não sonharíamos em fazer o reparo de tolice ou hipocrisia. De onde vem sua cegueira perante os direitos do homem? De onde vem sua captura pela ideologia burguesa dos direitos do homem? Tiremos melhor a medida dessa cegueira: ele ironiza a segurança fundamentando-se num artigo da Constituição de 95: "A segurança é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito da polícia segundo o qual a sociedade existe apenas para garantir a cada um de seus membros a

conservação de sua pessoa, de seus direitos e de suas propriedades". De fato o comentário altera o sentido do texto. Este estipula que a segurança consiste na proteção concedida pela sociedade para a conservação de cada um de seus membros etc. Não menos notável é a negligência da Declaração de 91 que, por outro lado, ele explora abundantemente, e cujos artigos são os mais precisos. Artigo 7: "Nenhum homem pode ser acusado, preso, detido a não ser nos casos determinados pela lei e nas formas por ela prescritas. Quem solicitar, expedir, executar ou mandar executar ordens arbitrárias deve ser punido; porém todo cidadão chamado ou preso em nome da lei deve obedecer imediatamente: torna-se culpado de resistência". Artigo 8: "A lei não deve senão estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias; e ninguém pode ser punido a não ser em nome de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada". Artigo 9: "Todo homem é considerado inocente até que tenha sido declarado culpado; caso se julgue indispensável prendê-lo, todo rigor desnecessário à vigilância de sua pessoa deve ser severamente reprimido pela lei".

Que o leitor me perdoe por lembrar-lhe textos por demais conhecidos, mas é bom confrontá-los com a interpretação de Marx. Este não se inquieta em demonstrar que os princípios enunciados são transgredidos na prática, nem mesmo que seu enunciado pode autorizar a transgressão. Em suma, não opõe forma e conteúdo como fará, por exemplo, em *O 18 Brumário*, analisando a Constituição de 1848. Ignora a função reconhecida da lei escrita; o estatuto que ela adquire na sua separação da esfera do poder, estatuto que a põe ao abrigo da exploração das circunstâncias por legisladores submetidos à pressão dos governantes e lhe confere a autoridade necessária para aplicar-se a estes mesmos ou a seus agentes. Rebaixa a lei ao nível da realidade empírica concebida como realidade das relações individuais, e assim faz dela um artifício destinado à conservação delas. Ora, direis, Marx denuncia a definição utilitarista da lei que tem por fundamento a idéia do homem egoísta. Certamente. Porém, no mesmo movimento, explora-a fundando sua própria crítica na idéia da vida genérica ou do ser genérico. Longe de limitar-se a rejeitar uma interpretação burguesa da lei, apaga a dimensão da lei enquanto tal. O direito, ao qual se refere a Declaração, a seus olhos só tem o sentido que ele lhe atribui na representação burguesa. É necessário ainda insistir em lembrar: Marx não pensa certamente em defender as prerrogativas do poder, em liberá-lo de todo entrave, em pôr os indivíduos à sua mercê; de-

deixa-se a conceber uma sociedade libertada da opressão e da exploração do homem pelo homem; mas, nessa sociedade, não dá lugar a nenhuma instituição determinada, nem aos direitos do homem, porque os homens lhe parecem, então, imediatamente imersos na vida social, numa vida plenamente humana, ou porque lhe parecem respirar o mesmo ar de liberdade. Tal visão impede Marx, por exemplo, de pôr os olhos na fórmula "todo homem é considerado inocente até que tenha sido declarado culpado" e de nela reconhecer uma aquisição irreversível do pensamento político. Ignora-a porque esta fórmula supõe que há inocentes, culpados e terceiros, susceptíveis de confundir arbitrariamente uns e outros ou de saber distingui-los; porque ela supõe distinções que não são da ordem da vida mas simbólicas. Sem dúvida, aparece para Marx, a ponto de cegá-lo, como muito mais impressionante que a garantia dada ao inocente, a noção de culpabilidade, a imagem de uma posição de onde são enunciados o verdadeiro e o falso, o justo e o injusto, posição que faz aparecer, ao mesmo tempo em conjunção e disjunção, poderio e justiça.

Não nos deixemos, pois, enganar pelo processo da sociedade burguesa como sociedade do egoísmo. É verdade que em Marx a crítica dos direitos do homem é guiada pelo pensamento de uma decomposição da sociedade em indivíduos, decomposição que seria efeito do desencadeamento dos interesses privados, da dissolução dos vínculos de dependência que eram ao mesmo tempo econômicos, sociais e políticos e formavam conjuntos quase orgânicos; Marx, porém, compartilha este pensamento com grande número de seus contemporâneos, está no coração do discurso conservador, antiindividualista e antiburguês; encontramos-lo mesmo nos escritos de liberais. Sabemos, enfim, que elaboração encontrou em Hegel, a quem Marx se refere expressamente em *A Questão Judaica*. Inútil assinalar o que distingue Marx de Burke ou de Bonald, de Maistre ou de Guizot, de Hegel ou de Tocqueville e o que o aproxima deles; a nosso ver, o que lhe pertence propriamente — e que, paradoxalmente, lhe permitirá talvez decifrar uma realidade que os outros ignoram ou apenas entrevêm, a das relações de produção e das relações de classes — é sua rejeição do político (e quão sensível), antes mesmo de ter conquistado seu domínio de interpretação. A crítica do indivíduo exerce-se imediatamente nos horizontes de uma teoria da sociedade na qual se encontram abolidas a dimensão do poder e, com esta, a dimensão da lei e a do saber (dando a este termo a sua mais ampla acepção, abarcando opiniões, crenças,

conhecimentos). Tal teoria não permite conceber o sentido da mutação histórica na qual o poder se encontra confinado a limites e o direito plenamente reconhecido em exterioridade ao poder: esta dupla aventura torna-se ilegível, simples sinal de ilusão.

Contudo, a ilusão não está na sociedade onde Marx a precipita, está no seu próprio espírito, condenando-o a uma reconstrução imaginária da formação do Estado moderno. Lembrávamos que faz deste Estado o complemento da sociedade burguesa, para opor o novo sistema ao do feudalismo. Ora, é sua recusa em pensar o político que o impede de examinar a filiação que seria necessário analisar, a do Estado monárquico — um Estado que desde muito antes da Revolução se afirmou arruinando a organização e o espírito do feudalismo. Se o tivesse feito não teria nunca podido dizer que o advento do Estado democrático marcava o momento da instituição de uma “comunidade ideal”. Teria sido obrigado a admitir que a figura da Nação, a do Povo, a da instância que garante sua unidade se esboçam desde o século XIV, que a clivagem entre o universal e o particular, de que fala, se opera pela primeira vez na Europa como consequência da formação da monarquia apoiada sobre uma teoria da soberania e não como consequência do parcelamento dos interesses privados; teria sido obrigado a admitir que longe do Estado sair da emancipação da sociedade burguesa, extrajndo-se do mundo feudal, foi muito mais o estabelecimento de reinos territoriais, unificados pela vassalagem comum dos súditos ao monarca e pouco a pouco nivelados pelo poder estatal, que criou as condições para o desenvolvimento da burguesia. E, a partir daí, teria sido conduzido, na esteira de Hegel, a interrogar-se sobre a modalidade da divisão Estado-sociedade, ao mesmo tempo que sobre a da divisão das classes e sobre a da articulação do poder e do direito. O fato é que tão logo nos engajamos num tal interrogação, o primeiro desenvolvimento do Estado democrático e a instituição dos direitos do homem se iluminam com nova luz. Pois, se marcam uma mutação do político, esta se opera nas fronteiras singulares de uma história que é a do Estado de direito. Como esquecer que este Estado se instituiu, por um lado, graças a uma secularização dos valores cristãos — e, num primeiro tempo, a uma transferência da representação do Cristo mediador entre Deus e os homens para a do rei mediador entre a comunidade política e seus súditos —, por outro lado, graças a uma reelaboração religiosa da herança romana, à transcrição numa problemática da transcendência e à mediação de valores jurídico-racionais que sustentavam já uma definição da sobe-

rania do povo, do cidadão, da distinção do público e do privado etc. Face a esta história, que significa a “revolução política” moderna? Não a dissociação da instância do poder e da instância do direito, pois esta estava no princípio do Estado monárquico, mas um fenômeno de desincorporação do poder e de desincorporação do direito acompanhando a desapareição do “corpo do rei”, no qual se encarnava a comunidade e se mediatizava a justiça; e, simultaneamente, um fenômeno de desincorporação da sociedade, cuja identidade, apesar de já figurada na nação, não se separava da pessoa do monarca.

Em vez de falar da “emancipação política” como do momento da ilusão política, melhor seria, pois, perscrutar o acontecimento sem precedentes constituído pelo desintrincamento do poder e do direito, ou, se bem apreciamos o que o direito põe em jogo, o desintrincamento simultâneo do princípio do poder, do princípio da lei e do princípio do saber. Desintrincamento não quer dizer cisão; ou se o termo cisão convém, é com a condição de não apagar o modo de articulação que se institui como efeito da ruptura. O poder não se torna estranho ao direito, pelo contrário, sua legitimidade é mais que nunca afirmada, torna-se mais que nunca o objeto do discurso jurídico e, da mesma maneira, sua racionalidade é mais que nunca examinada. Porém, doravante, a noção de direitos do homem dá sinal em direção a um foco indomável; nele o direito vem figurar *vis-à-vis* do poder uma exterioridade indelével. Sem dúvida, o príncipe, no Estado monárquico cristão, precisava respeitar direitos múltiplos e particulares que eram direitos adquiridos — por exemplo os do clero, da nobreza, das cidades e dos Estados, das corporações —, e tratava-se de direitos que dependiam de uma espécie de pacto, que se enraizavam num passado cuja memória ele não tinha a faculdade de abolir. Mas esses direitos, esse pacto, supostamente constituíam a própria monarquia de tal maneira que o príncipe estava-lhes submetido apenas porque se conformava à sua própria natureza, como por um exercício de sua liberdade, como se os carregasse em si mesmo, como se tivesse contratado apenas consigo mesmo. Limitado, o poder do príncipe, contudo, não conhecia limites de fato, na medida em que o direito parecia consubstancial à sua pessoa. Submetido ao direito no sentido de que a origem deste se encontrava em Deus ou na Justiça, seu poder estendia-se, entretanto, para além de toda fronteira na medida em que se ocupava apenas consigo mesmo nas relações que mantinha com seus súditos. É pois todo um outro modo de exterioridade ao poder que se ins-

taura a partir do momento em que não há mais ancoradouro para o direito.

Esta última fórmula pode parecer extremada. Um novo ancoradouro é fixado: o homem. E fixado, além disso, em virtude de uma Constituição escrita: o direito encontra-se categoricamente estabelecido na natureza do homem, uma natureza presente em cada indivíduo. Mas que ancoradouro é este? Tão logo posta a questão nos defrontamos com um triplo paradoxo. Primeira figura do paradoxo: a sociedade é concebida doravante como uma sociedade de homens livres e iguais, sociedade idealmente uma nesse sentido e homogênea. Entretanto, dissemos, para além do enunciado dos direitos naturais e no seu próprio enunciado, uma mutação essencial é indicada, pois essa sociedade revela-se doravante impossível de ser circunscrita, pelo fato de que não poderia se relacionar consigo mesma em todos os seus elementos e representar-se como um só corpo, uma vez que foi privada da mediação de um poder incorporado. Em outras palavras, acham-se reconhecidos modos de existência, modos de atividade, modos de comunicação cujos efeitos são indeterminados; e, pela mesma razão, saem da órbita do poder. Segunda figura do paradoxo: os direitos do homem são enunciados; eles o são como direitos que pertencem ao homem; porém, simultaneamente, o homem aparece através de seus mandatários como aquele cuja essência é enunciar seus direitos. Impossível separar o enunciado da enunciação a partir do momento que ninguém poderia ocupar o lugar, à distância de todos, de onde teria autoridade para outorgar ou ratificar direitos. Assim, os direitos não são simplesmente o objeto de uma declaração, é de sua essência declarar-se. Terceira figura do paradoxo: os direitos do homem aparecem como os dos indivíduos, os indivíduos aparecem como tantos soberanzinhos independentes, cada qual reinando sobre seu mundo privado, como tantas micro-unidades desfeitas do conjunto social; mas esta representação destrói uma outra: a de uma totalidade transcendente às suas partes. Leva a descobrir uma dimensão transversal das relações sociais das quais os indivíduos são os termos, mas que conferem a estes sua identidade tanto quanto são produzidas por eles. Por exemplo, o direito de um de falar, escrever, imprimir livremente implica o de outro de ouvir, ler, conservar e transmitir a coisa impressa. Em virtude do estabelecimento destas relações constitui-se uma situação na qual a expressão é suscitada, onde a dualidade do falar e do ouvir no espaço público é multiplicada em vez de se imobilizar na relação de autoridade ou de

se confinar em espaços privilegiados. Mesmo considerando as garantias enunciadas sobre o princípio da segurança não poderíamos nos ater à idéia de uma proteção do indivíduo. É necessário dizer novamente que se encontram assim postas em xeque a noção de uma sociedade que englobaria, ou melhor, incluiria os homens como membros e a de um órgão que decidiria sobre seus próprios movimentos. Mais uma vez encontra-se desfeita a imagem de uma absorção do particular pelo espaço social.

Tiremos as conseqüências destes paradoxos. Uma vez declarados os direitos do homem diz-se que surge a ficção do homem sem determinação. Toda crítica de inspiração marxista, mas também conservadora, precipita-se sobre esta frágil cidadela para demoli-la. Joseph de Maistre proclamava assim: encontrei italianos, russos, espanhóis, ingleses, franceses, não conheço o homem; e Marx julgava que só havia homens concretos, histórica e socialmente determinados, modelados por sua condição de classe. Com menos talento grande número de nossos contemporâneos continua a zombar do humanismo abstrato. Ora, a idéia de homem sem determinação não se dissocia da do *indeterminável*. Os direitos do homem reenviam o direito a um fundamento que, a despeito de sua denominação, não tem figura, dá-se como interior a ele e nisto se dissimula perante todo poder que pretendesse se apoderar dele — religioso ou mítico, monárquico ou popular. Conseqüentemente, há neles excesso face a toda formulação efetivada: o que significa ainda que sua formulação contém a exigência de sua reformulação ou que os direitos adquiridos são necessariamente chamados a sustentar direitos novos. Enfim, a mesma razão faz com que não sejam confináveis a uma época, como se sua função se esgotasse na função histórica que viriam preencher a serviço da ascensão da burguesia, e que não poderiam ser circunscritos *na* sociedade, como se seus efeitos fossem localizáveis e controláveis.

A partir do momento que os direitos do homem são postos como referência última, o direito estabelecido está destinado ao questionamento. Ele é sempre mais questionável à medida que vontades coletivas ou, se se prefere, que agentes sociais portadores de novas reivindicações mobilizam uma força em oposição à que tende a conter os efeitos dos direitos reconhecidos. Ora, ali onde o direito está em questão, a sociedade, entenda-se a ordem estabelecida, está em questão. Por mais eficazes que sejam os meios de que dispõe uma classe para explorar em proveito próprio e denegar às outras as garantias do direito, ou aqueles de que dispõe o poder para

subordinar a si a administração da justiça ou sujeitar as leis aos imperativos da dominação, esses meios permanecem expostos a uma *oposição de direito*. Este último termo, me parece, deveria ser bem pesado. O Estado de direito sempre implicou a possibilidade de uma oposição ao poder, fundada sobre o direito — oposição ilustrada pelas admoestações ao rei ou pela recusa em submeter-se ao imposto em circunstâncias injustificáveis, até mesmo pelo recurso à insurreição contra um governo ilegítimo. Mas o Estado democrático excede os limites tradicionalmente atribuídos ao Estado de direito. Experimenta direitos que ainda não lhe estão incorporados, é o teatro de uma contestação cujo objeto não se reduz à conservação de um pacto tacitamente estabelecido mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente. Da legitimação da greve ou dos sindicatos ao direito relativo ao trabalho ou à segurança social, desenvolveu-se assim sobre a base dos direitos do homem toda uma história que transgredia as fronteiras nas quais o Estado pretendia se definir, uma história que continua aberta.

É necessário precisar que nada nestas observações invalida as críticas justamente levantadas contra a aplicação de fato dos direitos do homem — mais geralmente contra a elaboração de fato das leis que pretensamente neles se inspiram — ou mesmo contra a representação que leva a acreditar numa liberdade e numa igualdade que valeriam para todos, para além dos acidentes da vida social. Enquanto essas críticas se exercem sobre o terreno dos fatos atingem sua finalidade, quer denunciem os vícios da legislação nesse ou naquele campo, as iniquidades no funcionamento da justiça, opondo-se aos interesses e às paixões que as comandam, quer desmontem os mecanismos graças aos quais a opinião é manipulada ou fabricada, quer mostrem como a sacralização da propriedade é eficaz para mascarar a oposição do Capital e do Trabalho. Era nosso propósito apenas pôr em evidência a dimensão simbólica dos direitos do homem e levar a reconhecer que ela se tornou constitutiva da sociedade política. Parece-me que querer ignorá-lo, conservar somente a subordinação da prática jurídica à conservação de um sistema de dominação e de exploração, ou confundir o simbólico e o ideológico, impede ver a lesão do tecido social que resulta da denegação do princípio dos direitos do homem no totalitarismo.

Podemo-nos arriscar a repor agora a questão da qual tínhamos partido. Mas talvez seja conveniente reformulá-la mais prudentemente: a luta pelos direitos do homem torna possível uma nova relação com a política? — preferiríamos assim perguntar para su-

gerir que se trata somente de interrogar-se a respeito das condições de um pensamento e de uma ação políticos em ruptura com a ideologia.

Parece que se deve dar uma resposta positiva a esta questão e sustentá-la sem hesitar face às sociedades democráticas em que vivemos. Impossível, com efeito, limitar o argumento à observação do totalitarismo, como parecíamos fazer de início. Ali, vemos bem que os direitos do homem são anulados, e que lutando para fazê-los reconhecer, dissidentes atacam o fundamento político do sistema. Porém seria alimentar ainda um equívoco afirmar: aqui onde estamos esses direitos existem. Com efeito, quanto mais estivermos fundados para julgar que é da essência do totalitarismo recusá-los, tanto mais devemos abster-nos de lhes conferir uma *realidade* na nossa própria sociedade. Esses direitos são um dos princípios geradores da democracia. Tais princípios não existem à maneira de instituições positivas das quais podemos, de fato, inventariar os elementos, mesmo que seja certo que animam instituições. Sua eficácia provém da adesão que lhes é dada e esta adesão está ligada a uma maneira de ser em sociedade cuja medida não é fornecida pela simples conservação das vantagens adquiridas. Em suma, os direitos não se dissociam da consciência dos direitos: essa é nossa primeira observação. Mas não é menos verdade que essa consciência dos direitos se encontra tanto melhor partilhada quando são declarados, quando o poder afirma garanti-los, quando as marcas das liberdades se tornam visíveis pelas leis. Assim, a consciência do direito e sua institucionalização mantêm uma relação ambígua. Esta implica, por um lado, a possibilidade de uma ocultação dos mecanismos indispensáveis ao exercício efetivo dos direitos pelos interessados, em decorrência da constituição de um corpo jurídico e de uma casta de especialistas; por outro lado, fornece o apoio necessário à consciência do direito. De resto, vemos até sob a dominação totalitária, particularmente na União Soviética, que utilização os dissidentes souberam fazer das leis estabelecidas e da Constituição, a despeito de seus vícios. Observação que sozinha mereceria todo um desenvolvimento, pois ensina que, numa sociedade moderna, a partir do momento em que os fundamentos religiosos do direito são destruídos, o poder pode denegar o direito, porém é incapaz de se privar de sua referência. Entretanto, já que falamos da sociedade democrática, observemos que a dimensão simbólica do direito se manifesta ao mesmo tempo na irredutibilidade da consciência do direito a toda objetivação jurídica, o que significaria sua petrificação

num corpo de leis, e na instauração de um registro público onde a escrita das leis — como escrita sem autor — só tem por guia o imperativo contínuo de um deciframento da sociedade por ela mesma.

Deste ponto de vista, reenviar o problema do direito aos termos da crítica marxista, opor a forma e o conteúdo, denunciar a linguagem que transpõe e mascara as relações burguesas e a realidade econômica que seria o fundamento dessas relações significa, ignorando essa dimensão simbólica, privar-se dos meios de compreender o sentido das reivindicações cuja finalidade é a inscrição de novos direitos, assim como as mudanças que se operam na sociedade e, não menos, na representação social da diferença dos modos de existência legítimos graças à disseminação dessas reivindicações; significa, enfim, manter intacta a imagem do poder de Estado na convicção tenaz de que somente a sua conquista seria a condição do novo. Podemos medir esta cegueira e também as tarefas de uma política dos direitos do homem quando se considera quer as transformações que afetam a sociedade francesa, quer os modos de contestação que ela viu nascer desde a última guerra e, bem mais ainda, desde 1968. A impotência em pensá-los politicamente, mais mascarada que provocada pelo medo de elevar o crédito do regime, tem este estranho resultado: quer se trate da família, da mulher, da criança, ou da sexualidade; quer se trate da justiça, da função dos magistrados, da condição dos detentos; quer se trate do emprego, da gestão das empresas, do estatuto dos agricultores ou da defesa da propriedade dos camponeses contra a intrusão do Estado, quer se trate da proteção da natureza, vimos, tanto a legislação se modificar, quanto surgirem novas reivindicações que, apesar de seu fracasso, testemunham novas exigências coletivas e que, pela acolhida que receberam, testemunham uma nova sensibilidade social a essas exigências. E, no entanto, os partidos ou as pequenas vanguardas de esquerda nada souberam fazer de melhor a não ser explorar febrilmente os sinais dessas transformações e exigências a serviço de sua estratégia, introduzi-las a título de ingredientes no seu programa tradicional, sem cessar de proclamar que apenas o socialismo tinha o poder de mudar a vida.

Ora, não é em nome de seus direitos que operários e empregados contestam a uma direção de empresa o direito de privá-los de emprego, que se encorajam até a assegurarem para si a gestão da empresa, como no caso da Lip, que se rebelam, aqui e acolá, contra as condições de trabalho que lhes são impostas, que exigem novas

medidas de segurança; não é em nome de seus direitos que camponeses, como os do Larzac, por exemplo, resistem a uma expropriação julgada indispensável pelo poder de Estado; não é ainda em nome de seus direitos que mulheres pretendem que sua condição seja reconhecida em igualdade à dos homens, que homossexuais se insurgem contra as proibições e contra a repressão de que são objeto, ou que os consumidores se coligam, ou ainda que habitantes das cidades e do campo pretendem opor-se à devastação do meio natural? Esses direitos diversos não se afirmam devido a uma consciência do direito, sem garantia objetiva e, igualmente, em referência a princípios publicamente reconhecidos que, em parte, se imprimam nas leis e que se trata de mobilizar para destruir os limites legais contra os quais se chocam? E enfim, não se vê que sob o impulso desses direitos a trama da sociedade política tende a modificar-se ou aparece cada vez mais como modificável?

Se procuramos conceber uma nova relação com o político devemos começar por reconhecer que ela se esboça sob nossos olhos. Por isso, a primeira tarefa não é inventar; é interpretar, elevar à reflexão uma prática que não é certamente muda, mas que, necessariamente difusa, ignora seu alcance na generalidade do social e cujas formações políticas não podem, por natureza, extrair a verdade, que elas se empenham somente em utilizar e, em parte, não sem sucesso, em desarmar. Que há de novo no caráter e no estilo dessas reivindicações? Em primeiro lugar, não fazem esperar uma solução global dos conflitos pela conquista ou a destruição do poder estabelecido. Seu objetivo último não é essa famosa derrubada que colocava os dominados em posição de dominantes e preparava a dissolução do Estado. Não pensemos que a existência do poder seja por isso ignorada. Em um certo sentido, é o contrário que é preciso reconhecer. Que se considere, por exemplo, a forma que adquiriram desde há pouco as lutas contra as demissões em massa e nos enganaríamos se quiséssemos reduzi-las à sua significação econômica; elas valorizam um direito social ao trabalho cuja noção é, aliás, muito antiga, mas que ganha um novo vigor face à potência adquirida pelo poder de Estado. Este pode cada vez menos impunemente deixar a particulares, por mais poderosos que sejam, a inteira faculdade para decidir sobre a sua estratégia ao sabor das circunstâncias e das relações de forças. Está por demais implicado na gestão da produção nacional, diretamente como empresário e indiretamente como regulador do sistema econômico e estabilizador dos conflitos sociais, e por demais dependente de coerções de todo tipo criadas

pela sua inserção no mundo. Assim, vemos formar-se um *poder social* no qual se combina em torno do poder político uma multiplicidade de elementos, aparentemente distintos e cada vez menos formalmente independentes. Ora, é este poder social que vem abalar o direito ao emprego, tal como se articula em reivindicações dispersas, surgidas em um ramo da produção, uma região, uma localidade ou alguma empresa resolvida a livrar-se de seus trabalhadores supérfluos. À legalidade de iniciativas patronais ou burocráticas, de que o Estado, segundo a imagem convencional, supostamente garante o exercício, como se estivesse instalado acima das partes, opõe-se uma idéia nova do que é socialmente legítimo: idéia de uma tal força que às vezes dá ao protesto um caráter próximo da insubmissão enquanto os símbolos da autoridade são de preferência tomados como alvo (como constatamos pela ocupação do espaço "sagrado" da direção na empresa ou pelo seqüestro de seus representantes). A maneira pela qual a legalidade é recusada no decorrer das manifestações assinala a contestação de uma legitimidade estabelecida; tende a fazer aparecer a presença do poder social ali onde ele existia, embora invisível. E, no mesmo lance, tende a fazer aparecer um pólo do direito do qual o poder corre o risco de ser dissociado. O Estado pode sempre, sem dúvida, prevalecer-se do monopólio da violência legítima e recorrer a seus meios tradicionais de coerção. Ele o faz aqui e quando o perigo lhe parece suficientemente circunscrito. Porém são notáveis as concessões do governo; é porque, a partir do momento em que o Estado penetra mais no detalhe da vida social, o fundamento legítimo da violência parece cada vez mais ameaçado, o risco que comporta o uso da violência sempre mais forte. Uma violência que apenas se exercesse ao rés da legalidade teria como conseqüência minar a base do regime. A partir deste exemplo podemos medir as contradições que a democracia contém na nossa época e apreciar as oportunidades de mudança que oferece. A acentuação das coerções que pesam de alto a baixo sobre o detalhe das atividades e das relações sociais é inegável. Porém, simultaneamente, propagam-se, por assim dizer, transversalmente, reivindicações que não são simples sinais de resistência de fato a essas coerções, mas que testemunham um sentido difuso da justiça e da reciprocidade ou da injustiça e da ruptura da obrigação social. Eis porque uma exclusão do circuito do emprego aparece aos indivíduos como muito mais que um prejuízo, muito mais que um sinal do poderio arbitrário do patronato: como uma denegação do direito, de um direito social.

Procurar-se-ia em vão nas lutas suscitadas pela crise da siderurgia, por exemplo — anteriormente pela da relojoaria ou do têxtil —, os primeiros indícios de uma situação revolucionária ou apenas de uma reviravolta política que levaria ao poder os partidos que reivindicam o socialismo. Ainda que estes últimos possam tirar benefício disso (e viu-se pela derrota da união de esquerda quanto esta hipótese é precária), há motivos para pensar que, em caso de sucesso, enfrentariam as mesmas dificuldades que os governos estabelecidos, ou melhor, que acenderiam, com esperanças, reivindicações muito mais intensas. Estas deitam raízes na consciência do direito. Sejam quais forem sua amplitude e as modificações que seriam susceptíveis de introduzir no sistema de gestão das empresas e em todas as esferas da administração, não tendem a encontrar solução por uma ação do poder. Procedem de um foco que este não pode ocupar. São constantemente avivadas pela exigência de que as aspirações de minorias ou de categorias particulares da população sejam socialmente reconhecidas. Essas minorias, observemos, podem ser o produto de circunstâncias: quer se trate de trabalhadores despedidos de uma empresa, dos trabalhadores de uma região ameaçados de perder sua principal fonte de subsistência com o desaparecimento de uma indústria, de agricultores atingidos pelos efeitos de uma colheita desastrosa, de pescadores e comerciantes atingidos por uma maré negra — essas minorias e essas categorias podem descobrir sua identidade própria, quer seja de ordem étnica ou fundada sobre uma afinidade de costumes ou sobre uma similitude de condição, ou podem se constituir em função de um projeto de alcance geral (proteção dos consumidores, defesa do meio ambiente...). São tão variados seus modos de formação e seus motivos que à primeira vista acreditaríamos que nada as une. Num dos extremos da cadeia viram-se objetores de consciência que pretendiam subtrair-se a uma obrigação nacional definida e reivindicar um estatuto particular, ou homossexuais que não queriam senão fazer respeitar uma maneira de ser: é então serem diferentes sob algum aspecto o que une; no outro extremo da cadeia viu-se protestar aqueles que a sorte privava subitamente de meios normais de subsistência: sua preocupação é, de alguma forma, achar-se semelhantes aos outros. Considerando a heterogeneidade dos registros e das reivindicações mal ousaríamos falar de uma cadeia. Há, porém, a despeito dessa variedade, um parentesco nas iniciativas das minorias porque combinam de uma maneira que parece paradoxal, a idéia de uma legitimidade e a representação de uma particulari-

dade. Esta conjunção, seja qual for o motivo, sejam quais forem as circunstâncias de seu desencadeamento, atesta a eficácia simbólica da noção de direitos. De uma ordem diferente são as reivindicações fundadas sobre o interesse: chocam-se umas contra as outras e regulam-se em razão de uma relação de força. O poder apóia-se sobre interesses, afirma-se mesmo explorando suas divisões, tirando partido das vantagens obtidas e dos prejuízos infligidos, uns e outros sempre relativos, para aumentar o círculo de sua autonomia. Em contrapartida, face à exigência ou à defesa de um direito, é-lhe necessário dar uma resposta que dê a razão de seus princípios, que produza os critérios do justo e do injusto e não mais somente do permitido e do proibido. À falta dessa resposta a lei arrisca-se a decair no plano da coerção; e enquanto perde sua transcendência, o poder, que parece dela dispor, corre o risco de abismar-se na trivialidade. Sublinhemos novamente: o direito que é afirmado contra as pretensões do poder de decidir, segundo seus imperativos, sobre seu aumento de poderio não ataca o poder de frente, atinge-o obliquamente, por assim dizer, contornando-o, toca-o no núcleo do qual tira a justificação de seu próprio direito para requerer adesão e obediência de todos.

O que precisaríamos, portanto, pensar é o sentido de conflitos que, ao mesmo tempo, supõem o fato do poder e a busca de uma consideração das diferenças no direito. Esses conflitos constituem cada vez mais a especificidade das sociedades democráticas modernas. Nestas, a instância do poder é indelével e sua intervenção cada vez mais ampla. Haveria ingenuidade ou má fé em imaginar que se tornou possível uma abolição do poder ou somente que foi invertida a tendência ao reforço do aparelho de Estado graças a uma substituição dos detentores da autoridade. Somos tentados a pensar o contrário: que sob a capa do socialismo acentuar-se-ia a concentração dos meios de produção, de informação, de regulamentação e de controle das atividades sociais, a utilização de todos os instrumentos de natureza a fazer prevalecer a unidade do povo. Se o desenvolvimento desta tendência puder falhar, não será a partir do lugar do Estado onde ela se engendra. Desde que esse lugar se fixou plenamente destacando-se do lugar-outro metassocial do qual a religião fornecia antes a referência, desenhou-se a virtualidade de uma objetivação do espaço social, de uma determinação inteira das relações entre seus elementos. Esta aventura, aliás, não é o resultado de um golpe de força operado por aspirantes ao despotismo: a delimitação de um espaço propriamente social, sensível como tal, legível

como seu espaço, constitutivo de uma identidade comum para os grupos que o habitam relacionando-se uns com os outros, sem mascaramento sobrenatural, caminha lado a lado com a referência a um poder que, ao mesmo tempo, surge dele e, como que à distância, o garante. Devemos igualmente reconhecer que o projeto que agora obceca o poder e que, para atualizar-se, tira benefício de recursos da ciência e da técnica outrora desconhecidos e insuspeitados, não é mais imputável a uma categoria de homens ou a algum instinto de dominação. É necessário antes constatar que ele mobiliza a seu serviço as energias e molda as mentalidades dos que estão em posição de efetuar-lo. Entretanto esta conclusão somente nos confirma na convicção de que é do seio da sociedade civil, sob o signo da exigência indefinida de um reconhecimento mútuo das liberdades, de uma proteção mútua de seu exercício, que pode afirmar-se um movimento antagônico ao que precipita o poder estatal em direção ao seu objetivo.

Façamos, pois, aparecer um segundo traço das lutas inspiradas pela noção dos direitos: nascendo ou desenvolvendo-se a partir de núcleos diversos, às vezes por ocasião de conflitos conjunturais, não tendem a fundir-se. Sejam quais forem suas afinidades e convergências não se ordenam sob a imagem de um agente da história, a do Povo-Uno, e recusam a hipótese de uma realização do direito no real. É, pois, necessário nos decidirmos a abandonar a idéia de uma política que comprimiria as aspirações coletivas no modelo de uma sociedade-outra ou, o que dá no mesmo, a idéia de uma política que sobrevoaria o mundo em que vivemos, para deixar cair sobre ele os raios do juízo final. Sem dúvida, parece difícil resolver-se a este abandono, tanto está a fé num futuro libertado das amarras do presente profundamente enraizada no espírito daqueles que estão convencidos do logro do reformismo. Mas dever-se-ia sondar essa fé e perguntar-se se o revolucionarismo não alimenta ilusões gêmeas das do reformismo. Ambos, com efeito, eludem por um argumento diferente a questão da divisão social, tal como se coloca na sociedade moderna, a questão da origem do Estado e de sua função simbólica assim como a da natureza da oposição dominante-dominado trabalhando em toda a extensão e em toda a espessura do social. O reformismo deixa supor que o Estado, por seu próprio movimento, ou em conseqüência do desenvolvimento das reivindicações populares — nos dois casos graças ao aumento da produção, das riquezas e das luzes —, pode se fazer o agente da mudança social e o promotor de um sistema cada vez mais igualitário. O revolucionarismo

deixa supor que a conquista do aparelho de Estado pelos dominados ou pelo partido que os guia, cria as condições para uma abolição da dominação. Tanto um quanto outro parecem impotentes para conceber, ao mesmo tempo, dois movimentos no entanto indissociáveis: aquele pelo qual a sociedade se circunscribe, se reúne, adquire uma identidade definida em favor de uma separação interna que instaura o pólo do poder como pólo do alto, pólo quase separado do conjunto e aquele pelo qual, a partir desse pólo, sob o efeito dessa quase separação, se acumulam meios de dominação de todos os gêneros (recursos materiais, conhecimentos, direitos de decisão) a serviço dos que detêm a autoridade e procuram consolidar sua própria posição. Reformistas e revolucionaristas são cegos no tocante à função simbólica do poder e obcecados pela apropriação de sua função de fato, a de um domínio do funcionamento da organização social. E esta cegueira, e esta obsessão não somente têm as mesmas causas como os mesmos efeitos: as lutas que se desenvolvem a partir dos diversos núcleos da sociedade civil só são apreciadas em função das oportunidades que oferecem, a curto ou a longo prazo, de modificar ou de subverter as relações de forças entre os grupos políticos e a organização do Estado. Ora, pensamos que são essas lutas que se trata de libertar da hipoteca que fazem pesar sobre ela os partidos que têm vocação para o poder, pondo em evidência a idéia de uma transformação da sociedade por movimentos apegados à sua autonomia.

Autonomia, eis aí certamente uma grande palavra descuidada e que convém justamente pesar para não ceder a ficções que no momento desarmam mais do que mobilizam as energias. Digamos imediatamente que a autonomia só pode ser relativa. Reconheçamos, porém, que é igualmente vão querer fixar ou querer apagar seu limite na realidade empírica. Essas duas tentações são observadas no debate sobre a autogestão, conceito que não tem o mesmo valor que o de autonomia, mas que se beneficia de um favor significativo numa sociedade dominada pelo fato da produção e ainda mais pelo da organização. Ou se denuncia como inconsistente a idéia de uma sociedade inteiramente regida pelo princípio da autogestão, ou não se teme em imputar a um desejo de conservação das velhas estruturas de dominação todas as resistências ou críticas que ela suscita. Ora, os argumentos trocados são feitos para dissimular a questão do político. Aqueles invocados em nome do realismo são bem conhecidos; inútil desenvolvê-los... Os imperativos da produção e mais largamente da organização moderna, tornariam inviáveis a partici-

pação de todos nas responsabilidades públicas; imporiam um esquema de divisão do trabalho que reforçaria as hierarquias fundadas sobre a competência, colocando-a cada vez mais no fundamento da autoridade; além disso, a dimensão de nossas sociedades, a complexidade das tarefas requeridas pela mobilização dos recursos para objetivos de interesse geral, a coordenação dos setores de atividade, a satisfação das necessidades sociais de todos os gêneros, a proteção da ordem pública e a defesa nacional só poderiam estar de acordo com um processo de centralização das decisões, ou melhor, combinado com a multiplicação de órgãos representativos, rigorosamente distintos da massa instável de seus mandantes; face a essas necessidades, o ideal de uma autogestão se efetuando nas fronteiras de múltiplas células sociais seria quimérico. Tais argumentos não são nem fracos nem sempre hipócritas, como é dito às vezes ligeiramente. Procedem simplesmente de uma leitura da estrutura social tal como adveio e apreendem-na como natural. Ao fazê-lo, confundem noções que deveriam ser distinguidas se nos evadíssemos dos horizontes da nossa vida social. Confundem principalmente o exercício do poder com o da competência. Que esta confira uma autoridade não vemos que experiência invocar que o contradiga; mas que secrete poder, só se pode afirmar para uma sociedade da qual se destacou uma instância geral de poder e onde esta se vê delimitada e se arroga uma posição de conhecimento e de domínio do conjunto social: então se oferece a possibilidade de identificações em cadeia dos indivíduos que detêm competência e autoridade com o poder (entenda-se: seu ponto de vista). Esta objeção não é puramente formal; permite descobrir o que fica mais freqüentemente dissimulado pelo argumento realista, a saber, que há uma diferença entre o exercício da competência e o do poder. É a imagem do poder que mobiliza a seu serviço a da competência e isto, certamente, à medida que o desenvolvimento técnico e científico aumenta a importância desta última. Como explicar, por exemplo, que, na realidade, os homens que dispõem de uma formação técnica ou científica ou seja qual for o campo, de um capital de conhecimentos que os distingue da maioria se beneficiam, na sua escala, de uma liberdade e de meios de decisão que os inserem no sistema do poder político? É ainda mais notável que a maioria deles se enterre nas trevas das Organizações. O que somente é verdadeiro mas completamente diferente, é que a competência (real ou simulada) fornece o critério de uma hierarquia das remunerações e que esta constitui um sólido apoio para a conservação da estrutura sócio-política. Mas,

precisamente, convém observar que a disposição dessa hierarquia não se deduz do princípio de distinção das competências, que procede de uma interpretação no sentido político mais lato. A mesma sujeição às condições da ordem estabelecida proíbe, enfim, imaginar uma sociedade cuja marcha não seja comandada por um aparelho de Estado ultracentralizado; leva a esquecer, em larga medida, que as causas são também efeitos, que as escolhas das tecnologias, dos recursos energéticos, das produções privilegiadas, dos sistemas de informação, dos modos de transporte, dos modos de implantação das indústrias, dos programas de urbanismo, etc., precipitam o processo social de massificação assim como o da centralização administrativa e o da concentração do poder. Simultaneamente, a crítica do ideal da autogestão induz a desconhecer todas as possibilidades de iniciativas coletivas contidas nos espaços governáveis pelos que os povoam, as possibilidades de novos modelos de representatividade, assim como a possibilidade de novos circuitos de informação que mudariam os termos da participação nas decisões públicas.

Inversamente, fica-se surpreso ao ver a indigência do pensamento autogestionário a partir do momento em que pretende inscrever seus objetivos no real. Uma vez desfeito o argumento do adversário, o limite da autonomia se esvai. Tudo se passa como se a idéia de estar junto, produzir junto, decidir e obedecer junto, comunicar plenamente, satisfazer as mesmas necessidades ao mesmo tempo aqui e acolá e em toda parte simultaneamente se tornasse possível tão logo retirada a alienação que ata o dominado ao dominante; tudo se passa como se somente uma vontade maléfica e uma servidão cúmplice tivessem desde há séculos ou milênios escondido aos povos esta verdade inteiramente simples: que eram os autores de suas instituições e, mais ainda, de sua escolha de sociedade. A partir daí não há mais preocupação em enfrentar os problemas postos nas fronteiras da história que vivemos. Paradoxalmente, a idéia de que nenhum sistema estabelecido seja suscetível de ser questionado novamente, perde-se nestas afirmações: que não há outro peso do passado a não ser pesos de fato, que a humanidade sempre se encontrou, como se encontra agora, perante um possível radical — maneira de dizer que não há história. Também não há mais preocupação em se interrogar sobre a igualdade e a desigualdade: a idéia justa de que esta última não se exprime no real senão ao preço de uma elaboração social e política perde-se nesta afirmação: que ela é apenas um engodo a serviço do projeto de dominação.

Não haveria mistério na obediência ao poder tal como ele se condensa em instituições materiais, tal como se encontra figurado por homens, simplesmente amáveis ou odiáveis se a *altura* fosse apenas engodo; se não testemunhasse um movimento geral de elevação ao mesmo tempo que um movimento geral de abaixamento; se não captasse alguma coisa da instituição do social ao mesmo tempo em que ele se dobrava sobre si mesmo, respondendo, por um crescimento de sua força, e um peso dobrado de sua massa, à necessidade de uma destituição do social. Não haveria, notadamente, essa espantosa conversão da liberdade em servidão, não haveria enigma da servidão voluntária — segundo a forte expressão de La Boétie —, de uma servidão que fosse contrária ao desejo de liberdade sem lhe ser estranha, se o sinal do que cai do alto não mantivesse alguma relação com uma aspiração.

Pensar assim o limite da autonomia não significa resumir a questão do político aos termos da relação geral da sociedade com o poder. Não substituímos a idéia de um poder maléfico ou a de um poder benéfico pela idéia de um poder ambíguo. Procuramos fazer entrever uma dimensão do espaço social mascarada no mais das vezes. Por que o é, senão, paradoxalmente, por uma fantástica atração pelo Um e uma irresistível tentação de precipitá-lo no real? Quem sonha com uma abolição do poder conserva à mão a referência do Um e a referência do Mesmo: imagina uma sociedade que estaria espontaneamente de acordo consigo mesma, uma multiplicidade de empreendimentos que seriam transparentes uns aos outros, se desenvolveriam num tempo e num espaço homogêneos; uma maneira de produzir, de morar, de comunicar, de se associar, de pensar, de sentir, de ensinar que traduziria como que uma só maneira de ser. Ora, o que é esse ponto de vista sobre tudo e sobre todo, esse amoroso abraço da boa sociedade senão um equivalente do fantasma de onipotência que o exercício de fato do poder tende a produzir? Que é o reino imaginário da autonomia senão um reino governado por um pensamento despótico? Eis sobre o que seria conveniente meditar. O que não impede de julgar que os sábios reformadores, predizendo o advento de um poder racional que saiba encerrar as experiências de autonomia dentro de justos limites, que saiba combinar, como se ouve dizer, a autoridade do plano com as virtudes da autogestão, decidiram medir o valor das iniciativas coletivas com o critério de sua conformidade com as decisões do

Estado; não querem deixar aos locatários do edifício socialista senão a liberdade de se entenderem para obedecer às prescrições do poder proprietário.

Desfazer-se do revolucionarismo não significa ir ao encontro do reformismo. Dizemos somente que de nada serve ignorar a atração pelo Um, de nada serve denegar a distinção entre o Baixo e o Alto; que mais vale obstinar-se a resistir à ilusão de um poder que coincidiria realmente com a posição que lhe é figurada e que ele tenta ocupar assim como à ilusão de uma unidade que se faria sensível, real e que dissolveria nela as diferenças. Dupla ilusão no momento em que se confunde o simbólico e o real e cuja conseqüência é ocultar de uma maneira ou de outra a pluralidade, a fragmentação, a heterogeneidade dos processos de socialização e igualmente o caminhar transversal das práticas e das representações, o reconhecimento mútuo dos direitos. O que desafia a imaginação realista é que a sociedade se ordene em busca de sua unidade, que testemunhe uma identidade comum latente, que se relacione consigo própria pela mediação de um poder que a excede e que, simultaneamente, haja formas de sociabilidade múltiplas, não determináveis, não totalizáveis. Não nos espantemos: a imaginação à qual, na nossa época, se rendem homenagens barulhentas é impotente para nos fazer enfrentar a contradição, a verdadeira contradição compreenda-se, a que resiste obstinadamente à sua solução, porque é o indício da interrogação que habita a instituição do social. E, notemos de passagem, sempre lhe é necessário traír a marca daquilo que recalca: imaginação do Um, ela veicula secretamente a representação do poder (o Outro por quem o Um se nomeia), sinal da divisão social; imaginação do livre brotar e do livre desabrochar das energias coletivas, veicula secretamente a representação do Mesmo, sinal da não-divisão. No final das contas, o que se esconde da imaginação, apesar de aí encontrar recursos desconhecidos, é a democracia. Com o seu advento erigem-se, pela primeira vez, ou numa luz inteiramente nova, o Estado, a Sociedade, o Povo, a Nação. E gostaríamos de, em cada uma dessas formas, conceber plenamente o singular, defendê-lo contra a ameaça de divisão, rejeitar tudo o que o induz à falha como sintoma de decomposição e de destruição e visto que a obra da divisão parece se desencadear na democracia, gostaríamos quer de jugulá-la, quer de nos desembaraçarmos dela. Porém, Estado, Sociedade, Povo, Nação são, na democracia, entidades indefiníveis. Carregam a marca de uma idéia de Homem que mina sua afirmação, idéia aparentemente derrisória face aos antagonismos

que dilaceram o mundo, mas em cuja ausência a democracia desaparecia; e permanecem numa perpétua dependência da expressão de direitos rebeldes à razão de Estado e ao interesse sacralizado da Sociedade, do Povo e da Nação. Que não se acredite, pois, que o desejo da revolução, como advento do comunismo, o desejo de uma boa sociedade nos faça romper amarras com as figuras imaginárias que obcecaram a democracia; modifica-as, porém reforça fantásticamente a crença de que se alimentam; serve o culto da unidade, o culto de uma identidade enfim encontrada no singular e não é por acidente, mas segundo sua lógica, que abole o pensamento do direito. É antes necessário consentir em pensar e agir nos horizontes de um mundo onde se oferece a possibilidade de um depreciamento da atração pelo Poder e pelo Um, onde a crítica contínua da ilusão e a invenção política são feitas à prova de uma indeterminação do social e do histórico.

Política dos direitos do homem, política democrática, duas maneiras, pois, de responder à mesma exigência: explorar os recursos de liberdade e de criatividade nos quais se abebera uma experiência que acolhe os efeitos da divisão; resistir à tentação de trocar o presente pelo futuro; fazer o esforço ao contrário para ler no presente as linhas da sorte indicadas com a defesa dos direitos adquiridos e a reivindicação dos direitos novos, aprendendo a distingui-los do que é apenas satisfação do interesse. E quem disser que a tal política falta audácia, que volte os olhos para os soviéticos, para os poloneses, os húngaros, os tchecos ou os chineses em revolta contra o totalitarismo: são eles que nos ensinam a decifrar o sentido da prática política.

Maio de 79

## 2. A lógica totalitária\*

O fascismo italiano foi o primeiro a vangloriar-se de construir um Estado totalitário, *uno stato totalitario*. É a ele que se deve a invenção de uma fórmula à qual devia fazer eco, alguns anos mais tarde na Alemanha, a do *totale Staat*. Seríamos, pois, tentados a pensar que a crítica do totalitarismo veio replicar à sua apologia. Porém, embora sem negar essa articulação, duvido que ela seja de natureza a nos esclarecer sobre a fortuna do conceito.

Entre as duas guerras, os socialistas e os liberais que denunciaram os regimes de Hitler e de Mussolini colocaram sua luta sob o signo do antifascismo. Apenas uma *enquête* minuciosa nos ensinaria que lugar davam ao tema totalitário, mas, que eu saiba, não foi importante. Em contrapartida, deve-se convir que esse tema inspirou ideólogos de direita que associaram na mesma reprovação fascismo, nacional-socialismo e bolchevismo. De maneira significativa o *Petit Robert* ilustra sua definição do vocábulo francês "totalitário" com uma citação tirada de um livro de Jacques Bainville sobre a Alemanha, publicado em 1933. "Doravante, escreve o autor, um só partido tem direito à existência na Alemanha. É evidente que se trata do partido nacional-socialista. Do mesmo modo, o fascismo na Itália, o bolchevismo em Moscou. É uma nova forma de sociedade política. O Estado-Deus não suporta dissidência pois é representado por uma minoria que possui todos os poderes, o resto da população

compondo-se de cidadãos passivos. A concepção totalitária acaba, aliás, no expurgo." Pensador conservador, nacionalista, Jacques Bainville tinha sido um dos fundadores da *Action française*. Seu julgamento não é isolado, ainda que seja verdade que uma grande parte da direita tenha exaltado as maravilhas do fascismo antes de a ele aderir sob a autoridade de Pétain. Contudo, parece-me ainda mais instrutivo o impulso que a crítica do totalitarismo tomou após a última guerra mundial. Certamente que no decurso desta a propaganda dos aliados não deixou de apontar o empreendimento totalitário de seus inimigos. Mas não foi senão mais tarde, no momento em que se desencadeou o conflito ideológico entre as potências ocidentais e a URSS — o que se chamou de guerra fria — que a denúncia do totalitarismo adquiriu uma nova amplitude e mobilizou uma larga corrente da opinião liberal. A partir daí o comunismo se via definido como um sistema totalitário, o mais elaborado, o mais acabado, o que havia resistido à destruição do fascismo e do nacional-socialismo, mas que procedia das mesmas causas e perseguia fins análogos. Não se tratava, então, de uma simples transferência para o comunismo dos traços imputados ao fascismo. Na minha opinião, não houve constituição de uma nova categoria política, não houve passagem do epíteto especificando Estados inimigos ao substantivo feito para designar um novo tipo sócio-histórico a não ser quando o comunismo soviético pareceu ameaçar a existência das democracias.

Se não é inútil interrogar-se sobre as condições nas quais se esboçou outrora e desabrocha há alguns decênios a representação do totalitarismo, é porque esclarecem, em parte, as resistências da opinião de esquerda. O novo conceito foi considerado como um conceito de direita, forjado a serviço de um desígnio reacionário. A luta contra o totalitarismo apareceu como uma manobra diversionista cuja finalidade era levar a esquecer a realidade do imperialismo ocidental e desarmar a crítica do sistema capitalista. Mas é ainda necessário se perguntar por que a esquerda não comunista, marxista ou marxizante, tinha deixado a conservadores ou a liberais a iniciativa da formulação do problema totalitário; por que análises como as de Hannah Arendt tiveram tão pequeno eco. Não se poderia com efeito esquecer que o regime soviético tornou-se, desde os anos trinta e sobretudo após a guerra, objeto de múltiplas críticas por parte de indivíduos isolados ou de pequenos grupos revolucionários, atentos à formação de uma camada burocrática, ao desenvolvimento das desigualdades sociais, ao aperfeiçoamento do sistema policial, à extensão dos campos de concentração, ao culto de Stalin. Sem

(\*) Artigo publicado na *Kontinent Skandinavia*, p. 3 e 4, 1980. Revista anti-totalitária, dirigida por Tore Stubberud, ed. Dreyer.

dúvida, o que permanece mais espantoso é que testemunhos, documentos, julgamentos que hoje não mais parecem contestáveis não tenham sacudido a opinião da maior parte da esquerda, que esta tenha podido continuar a dividir o mundo em dois campos, um essencialmente mau apesar das vantagens que acarretava ao movimento socialista, o outro essencialmente bom, a despeito dos vícios do stalinismo. Todavia, é também surpreendente e, para nosso propósito, mais instrutivo que, entre aqueles mesmos que desmontavam a mistificação do comunismo soviético, a maioria sentia repugnância em aproximar stalinismo e fascismo evitando falar de um Estado totalitário na URSS. Acumulavam elementos para uma interpretação mas se esquivavam perante a exigência de uma nova conceituação. Nesse aspecto o caso dos trotskistas é exemplar. Por menos numerosos que fossem não há dúvida nenhuma de que exerceram uma influência considerável sobre os intelectuais de esquerda na Europa ocidental. Ora, eles não variaram no seu julgamento: o fascismo foi e continua sendo, para eles, um meio que o Grande Capital se deu, em condições históricas determinadas, de reafirmar sua dominação sobre o proletariado, enquanto o stalinismo lhes apareceu e aparece sempre como o produto monstruoso de uma situação na qual a derrota da revolução mundial havia dissociado da infra-estrutura socialista uma superestrutura burocrática na qual uma casta parasitária se tinha enxertado sobre o Estado proletário. Este caso bem que merece reter a atenção pois o *maître à penser*, o guia do qual todos os argumentos eram tirados tinha, no que lhe diz respeito, no final da sua vida, dado os sinais de uma reapreciação do sistema soviético como sistema totalitário. Nas últimas linhas de sua obra sobre Stalin, que a morte não lhe permitiu acabar, Trotski ousou escrever: "*L'État c'est moi!*"<sup>1</sup> é quase uma fórmula liberal em comparação com as realidades do regime totalitário de Stalin. Luís XIV se identificava apenas com o Estado. Os Papas de Roma se identificavam ao mesmo tempo com o Estado e com a Igreja, mas somente durante as épocas do poder temporal. O Estado totalitário vai muito além do César-papismo, pois abarca a economia inteira do país. Diferentemente do Rei-Sol Stalin pode dizer a justo título: *la Société c'est moi!*"<sup>2</sup>

(1) "O Estado, sou eu!" Frase atribuída a Luís XIV, momento culminante da monarquia absoluta, sob cujo reinado a centralização do Estado chegou ao máximo. Conservamos a expressão no original, por se tratar de uma frase célebre. (NT)

(2) "A sociedade, sou eu!". Grifado no original. (NT)

Paradoxalmente, é do lado do teórico da revolução desfigurada mas sempre viva, do Estado operário degenerado mas sempre pronto a se restaurar que se pode encontrar uma fenda em direção a uma análise do totalitarismo. Simples fenda, podendo-se duvidar de que nela perseverasse, a lembrarmos o papel que teve na formação da ditadura bolchevique. Resta que, em poucas palavras, dá muito a entender. Ao observar que o Estado abarca a economia, sugere que a distinção do político e do econômico se apagou; ao imputar a Stalin a fórmula: *La Société c'est moi!* deixa entrever a especificidade do totalitarismo face ao absolutismo e a força dos mecanismos de identificação que fazem com que nada, doravante, escape ao Poder. Todavia, tudo se passou como se, para seus próprios êmulos, Trotski nada tivesse dito.

Para encontrar o caminho de uma nova reflexão sobre a natureza da URSS, teria sido necessário que a esquerda marxizante consentisse em abandonar a visão da realidade social que sustém todas as suas análises — quer sejam de inspiração reformista ou revolucionária. Esta visão, é bom lembrar, formou-se em oposição à do liberalismo num mundo revolvido pela expansão do capitalismo. O liberalismo havia forjado a ficção de uma sociedade que se ordenava espontaneamente graças a uma livre concorrência entre proprietários independentes e na qual o Estado se limitava a fazer respeitar as regras do jogo e a proteger as pessoas e os bens. Denunciando essa ficção, pondo em evidência a polarização da sociedade em classes antagônicas, encontrando as condições dessa polarização nas relações de propriedade, dirigindo toda a sua crítica à irracionalidade do sistema capitalista, o pensamento socialista não se libertou da problemática na qual se desenvolvera a teoria liberal. Demonstrou que a dinâmica efetiva do mercado desmentia as leis da economia política clássica, que as crises não eram de modo algum acidentais mas estruturais, que não havia harmonia entre o Capital e o Trabalho, mas uma radical oposição de interesses entre os que dispunham dos meios de produção e os que deles se encontravam despossuídos. Contudo, ao fazê-lo, não se desligou de forma alguma da idéia de que a realidade se desvelava no nível da economia. A ficção de uma organização da produção sob a direção dos trabalhadores associados, isto é, de fato, de seus representantes, veio substituir a de um mercado que conciliaria os interesses e satisfaria as necessidades por auto-regulação. Assim, à denegação liberal do antagonismo das classes na realidade efetiva do capitalismo respondeu a ilusão de uma abolição desse antagonismo num futuro mais ou

menos próximo, graças a uma revolução ou à abolição progressiva da propriedade privada. O recalçamento da questão do político foi levado o mais longe possível. Enquanto o liberalismo econômico pretendia, pelo menos, combinar-se com um liberalismo político, enquanto às vezes induzia este último a procurar em si mesmo seus próprios fundamentos (na França os esforços de Benjamin Constant, de Guizot ou de Tocqueville dão testemunho disso no começo do século XIX), os socialistas, por mais ardentes que fossem em defender a liberdade, a igualdade e a justiça, privaram-se dos meios de conhecer os perigos que abriga um Estado que se tornasse senhor da economia e privaram-se dos meios de pensar até onde se enraíza a democracia. O que certamente não os impediu de medir a ameaça que o fascismo fazia pesar sobre as suas instituições. Opuseram-se-lhe tanto mais resolutamente porque contradizia abertamente seu ideal humanista e porque lhes apareceu como um produto do capitalismo. Mas uma coisa é mobilizar-se face a um inimigo intolerável porque este exalta os valores do nacionalismo e mesmo do racismo, porque pratica abertamente o culto da força e do chefe e outra poder elevar à reflexão os princípios da sua crítica. O que se verifica quando se mede a impotência dos socialistas para conceber a natureza do regime soviético. A partir do momento em que viam a propriedade privada abolida, em que o antagonismo de classe não se deixava mais decifrar no quadro conhecido do capitalismo, seu pensamento encontrava-se desarmado. Podiam julgar o Estado soviético carregado de vícios; mas, justamente, não sabiam senão localizar os vícios para imputar-lhes a origem aos acidentes da história. À esquerda faltava uma teoria do Estado ou, mais profundamente, uma concepção da sociedade política. E, simultaneamente — fato muito pouco notado —, revelava-se impotente para interpretar os sinais manifestos da exploração dos operários e dos camponeses, os sinais da divisão de classe que se engendrava a partir das novas relações de produção. Por ter circunscrito a esfera da realidade aos limites da economia tornava-se cega à estrutura do sistema de produção quando ele se imprimia explicitamente no sistema político.

Por que, perguntávamos, repugnou à esquerda empregar o conceito de totalitarismo? Respondíamos de início: porque foi inventado pela direita. Seja. Mas perguntávamos ainda: por que não ultrapassou seus adversários? Ousaríamos dizer agora: porque esse conceito é *político* e a esquerda não pensa em termos de política. Esta proposição parece paradoxal. Os socialistas são resolutamente

partidários da intervenção do Estado em todos os domínios da vida social para diminuir ou suprimir as desigualdades que surgem no quadro da sociedade civil, para atenuar os efeitos da apropriação da riqueza por uma minoria ou torná-la impossível. É a eles que se deve atribuir, no decorrer dos últimos cem anos, todos os esforços feitos para uma repartição menos desigual do imposto, todas as proposições ou as medidas mais eficazes para defender os assalariados contra o arbítrio patronal, para assegurar a estabilidade do emprego, para melhorar as condições de trabalho e a segurança. É a eles que se devem as iniciativas mais radicais em favor da educação, da higiene pública, da moradia ou dos lazeres. Em uma palavra, se a idéia de progresso não nasceu com o movimento socialista, se antes mobilizou uma corrente liberal, humanitarista, encontrou, contudo, em seu seio a expressão mais firme, associando-se à da intervenção do Estado. Independentemente do projeto comunista que faz de uma inteira transformação do aparelho de Estado a condição da mudança social, a noção de um combate político esteve sempre no coração do empreendimento da esquerda socialista. Entretanto, não devemos confundir a capacidade de agir politicamente, com vistas à formação de um Estado reformador ou revolucionário, com a capacidade de conceber a sociedade como sociedade política.

Tal concepção exigiria uma reflexão sobre a natureza da divisão que se instituiu entre a sociedade civil e o Estado; uma reflexão sobre o alcance da distinção historicamente advinda entre o poder político — cujas fronteiras se vêem delimitadas, cuja formação, exercício, renovação estão submetidos a regras democráticas — e o poder administrativo — cujas competências são igualmente precisas e limitadas de direito, mas sempre mais extensas, de fato, em virtude de se encarregar das necessidades da população e controlar sempre mais regularmente e mais detalhadamente a vida social. Em compensação, enquanto nos contentarmos em definir o Estado como um simples órgão da sociedade, dela se diferenciando para exercer funções de interesse geral, podemos escolher apenas entre duas versões. De acordo com a primeira, o Estado não se destaca da sociedade senão parcialmente, seu poder é totalmente dependente da classe dominante, sua única tarefa é assegurar as condições de funcionamento de um sistema econômico que obedece à sua própria lógica dando crédito à imagem de uma identidade coletiva comum e mascarando em interesse geral o interesse particular das camadas beneficiárias do capitalismo. De acordo com a segunda, graças à

sustentação das forças populares, o Estado pode elevar-se acima dos particulares e, assim, tornar-se cada vez mais consubstancial à sociedade, dar verdadeiramente figura a um interesse geral no qual são dissolvidos os interesses privados; aparece, então, como o grande órgão que decide sobre todos os movimentos do corpo social e, simultaneamente, não faz senão um com ele. Estas duas versões, a do Estado burguês e a do Estado socialista não permitem discernir a natureza do poder político, a dinâmica própria da burocracia de Estado. Em primeiro lugar, desconhece-se o sentido de uma mutação que está na origem da democracia moderna: a instauração de um poder limitado de direito, de tal sorte que, fora do espaço político (no sentido estrito, convencional do termo) se circunscrevem espaços econômico, jurídico, cultural, científico, estético obedecendo cada um a suas próprias normas. Acontecimento cujo alcance último não é nada menos que a separação entre a sociedade civil e o Estado. Ora, se devidamente apreciado, dever-se-ia inverter a tese que comanda a interpretação marxista e admitir que o Estado moderno, longe de ser um produto do capitalismo, criou-lhe as condições de seu desenvolvimento assegurando a possibilidade de relações de produção e de troca relativamente autônomas. Dever-se-ia sobretudo reconhecer o caráter simbólico do poder em vez de reduzi-lo à função de um órgão, de um instrumento a serviço de forças sociais que lhe preexistiriam. Na falta dessa perspectiva não se vê que a delimitação de uma esfera do político é acompanhada de um modo novo de legitimação, não somente do poder mas das relações sociais como tais. A legitimidade do poder funda-se sobre o povo; mas à imagem da soberania popular se junta a de um lugar vazio, impossível de ser ocupado, de tal modo que os que exercem a autoridade pública não poderiam pretender apropriar-se dela. A democracia alia estes dois princípios aparentemente contraditórios: um, que o poder emana do povo; outro, que esse poder não é de ninguém. Ora, ela vive dessa contradição. Por pouco que esta se arrisque a ser resolvida ou o seja, eis a democracia prestes a se desfazer ou já destruída. Se o lugar do poder aparece, não mais como simbolicamente mas como *realmente* vazio, então os que o exercem não são mais percebidos senão como indivíduos quaisquer, como compondo uma facção a serviço de interesses privados e, simultaneamente, a legitimidade sucumbe em toda a extensão do social; a privatização dos agrupamentos, dos indivíduos, de cada setor de atividade aumenta: cada um quer fazer prevalecer seu interesse individual ou corporativo. No limite não há mais sociedade *civil*. Porém, se a

imagem do povo se atualiza, se um partido pretende se identificar com ele e apropriar-se do poder sob a capa dessa identificação, desta vez é o princípio mesmo da distinção Estado-sociedade, o princípio da diferença das normas que regem os diversos tipos de relações entre os homens, mas também dos modos de vida, de crenças, de opiniões que se encontra negado — e, mais profundamente, é o princípio mesmo de uma distinção entre o que depende da ordem do poder, da ordem da lei e da ordem do conhecimento. Opera-se então na política uma espécie de imbricação do econômico, do jurídico, do cultural. Fenômeno que é justamente característico do totalitarismo.

A mesma necessidade faz com que a esquerda socialista desconheça a dinâmica da burocracia de Estado. Esta permanece invisível enquanto o Estado parece surgir da sociedade como o órgão no qual se condensam a vontade e a força das camadas dominantes ou a vontade e a força do povo. Contudo, a história ensina que o Estado moderno, enquanto centro de decisão, de regulamentação, de controle, tende cada vez mais a submeter o detalhe da vida social. Mas o sentido desse processo é ignorado quando é imputado à perversidade dos homens que povoam suas burocracias. Numa sociedade cuja homogeneidade aumenta em consequência da dissolução das antigas hierarquias "naturais", que se encontra cada vez mais às voltas com o problema de sua organização, que não dispõe mais do socorro de uma garantia transcendente da ordem, que não encontra mais na linguagem da religião uma justificação para as suas desigualdades, só o Estado aparece a todos e se representa a si mesmo como o princípio instituinte, como o grande ator que detém os meios da transformação social e do conhecimento de todas as coisas. É o advento desse "ponto de vista do Estado" — de um Estado virtualmente no centro da potência e da ciência — que torna possível a formidável expansão das burocracias, cujos membros podem cultivar seu interesse próprio, cada um tirar para si o máximo de poder e de vantagens alegando a sua soberana distância face aos administrados. Ora, cega a essa evolução e às suas causas, ganha para a idéia de uma boa estatização, a esquerda socialista ignora que trabalha, sob a aparência de nobres motivos, para uma separação sempre maior entre o poder administrativo, regulamentar, policial e a sociedade da qual ela se encarrega, que precipita o processo de formação de uma camada de burocratas que, a despeito de suas diferenças e de seus conflitos internos, se destaca do restante da população. Com isso o fenômeno totalitário lhe escapa: de novo, uma

vez que está essencialmente ligado à idéia de um Estado que seria onipresente graças à sua rede burocrática.

É preciso insistir nisso? Nós não insinuamos de maneira alguma que o movimento socialista carrega os germes do totalitarismo. Como o diríamos? É muito claro que este último implica na destruição dele. Procuramos apenas compreender porque esse movimento, a despeito de seu apego de fato às instituições democráticas, às liberdades públicas, aos direitos do homem, permanece incapaz de conceber a natureza do novo sistema social cujo modelo a URSS criou. Por que não cessou de manter uma relação suspeita com o movimento comunista principalmente na França, na Itália, na Espanha e por que, mesmo onde se encontra em conflito aberto com ele, sua análise teórica não vai longe? Por que, por exemplo — para fazer alusão a um acontecimento recente que se esfuma mas que ainda não está esquecido —, bastou que se espalhasse uma fraseologia nova sobre o eurocomunismo para que dirigentes e militantes socialistas fundassem esperanças em Berlinguer, Carillo e Marchais, como se suas organizações tivessem mudado de caráter? Responder-se-á que em vários países os comunistas gozam de uma forte implantação na classe operária e, mais largamente, nas camadas assalariadas, que travam combates (outra coisa é saber como e para que fins) cujos objetivos imediatos coincidem com os dos socialistas? Nós não discordamos desse fato, porém em nada explica o desfalecimento na crítica ao totalitarismo. Seria extravagante supor que essa crítica permanece informulada por simples cuidado tático. A verdade é, mais simplesmente, que ela requereria uma nova conceituação que abalaria os fundamentos do pensamento socialista, uma conceituação política.

Já que utilizamos várias vezes o termo "política", sem definição, é tempo de tentar precisar-lhe o sentido. Assinalávamos que a esquerda não pensava em termos políticos porque desconhecía a natureza simbólica do poder na sociedade democrática e a do Estado moderno. Entretanto, sugeríamos imediatamente que esse desconhecimento dirigia-se, no mesmo lance, à estrutura da sociedade, ao mesmo tempo à divisão do Estado e do conjunto social, à divisão interna e à relação mantida por uma certa articulação do poder, da lei e do conhecimento com a ordenação das relações sociais (começando pelas que se estabelecem no quadro da produção). Colocávamos, assim, uma baliza. A nossos olhos, o fenômeno do poder está no centro da análise política, mas não porque há uma autonomia da relação de poder (esta reduzida a sua mais simples

expressão de dominação de um homem ou de um grupo sobre uma coletividade não nos ensina nada); é porque a existência de um poder suscetível de obter a obediência e a fidelidade generalizadas implica um certo tipo de divisões e de articulações sociais, ao mesmo tempo que um certo tipo de representações, em parte explícitas e, em maior parte, implícitas, concernentes à legitimidade da ordem social. Não nos contentemos sequer em dizer que não há poder que não requeira procedimentos de legitimação pois seria forjar a ficção de um poder nu que teria de produzir imagens ou idéias suscetíveis de vesti-lo e de o fazer reconhecer como necessário e desejável. Esse trabalho de legitimação ocorre, é operado pelos detentores do poder, pelos agentes religiosos ou pelos legistas a seu serviço. Mas, antes de apreciá-lo, é necessário decifrar as condições que o tornaram possível, perguntar-se em cada caso dado que mudança nos princípios de legitimidade, que remanejamento no sistema de crenças, no modo de apreensão da realidade permitiram que uma nova figura de poder se desenhasse. E dizemos "figura" para dar a entender que é da essência do poder fazer-se ver e tornar visível um modelo de organização social.

Nesse sentido, nada mais instrutivo do que examinar a formação do Estado totalitário na URSS. Ora, é seguramente necessário pôr em evidência os acontecimentos políticos (tomando a palavra na sua acepção restrita) que dela dão conta. Com efeito, como todos sabem, mas como é freqüentemente esquecido, a perturbação da economia se efetuou apenas a partir dos anos 29-30; foi precedida pelo estabelecimento de um novo modo de dominação, esboçado nos dias que se seguiram à Revolução já no tempo mesmo de Lenin. Entretanto não basta salientar os sinais da conquista do poder e de sua apropriação pelo partido bolchevique, nem tampouco os de uma burocratização nas múltiplas instituições saídas da Revolução, cujo efeito foi cristalizar em torno do Partido uma camada de quadros indispensáveis à transformação do Estado. A estratégia do Partido retém, legitimamente, sem dúvida, a atenção: elimina todas as formações políticas rivais, depois subordina a si, quando não os suprime, todos os órgãos revolucionários — soviets, comitês de fábrica, comitês de bairro, comitês de soldados, milícias operárias, jovem guarda vermelha — até concentrar nas suas mãos, ou melhor, nas mãos da direção, todos os meios de decisão e de coerção. Sem dúvida importa ainda captar, no contexto pós-revolucionário de desordem e de penúria, uma espécie de seleção espontânea, no seio da população, de dirigentes que, consolidando sua função, não tirando vantagens materiais, criam novas solidariedades de uma insti-

tuição a outra e se ligam ao pólo de autoridade mais firme. Assim Marc Ferro analisou magistralmente o processo de burocratização por baixo, que vem duplicar o de uma burocratização pelo alto e favorecer a constituição de um novo aparelho de Estado ditatorial.<sup>3</sup> Resta que esses fenômenos, por mais importantes que sejam, estão longe de dar o sentido da situação. De fato, o partido bolchevique, como observa ainda Ferro, não era o único a aliar a manobra à demagogia, a manipular as assembléias e excluir seus adversários das posições-chaves, assim como não era o único a poder ganhar para a sua causa elementos procurando fazer carreira numa sociedade livre da anarquia. O que precisamos compreender é que sua força de atração não se mede por sua força real. O que o distingue e explica seu sucesso é a capacidade que tem de se identificar com a Revolução, como movimento irreversível, como poder de ruptura radical com o passado e de fundação radical de um novo mundo; a capacidade que tem de condensar a reivindicação de uma transformação social com a de um saber absoluto sobre a história e a sociedade; enfim, a capacidade que tem de se conceber e de aparecer como o depositário da legitimidade e da verdade socialistas. Esses traços, rigorosamente ligados, dão-lhe uma figura singular e dão conta de sua influência sobre elementos que não têm formação política, nem cultura e sobre uma *intelligentsia* sem experiência dos problemas de organização e dos problemas econômicos. O partido encarna o pólo do saber e da ação, atrai para si os que não têm o que fazer com a teoria porque ele é a teoria e os que não têm o que fazer com a prática porque ele é a prática.

De homens rudes e incultos faz os depositários da grande teoria; de intelectuais (os que não destrói) faz militantes, organizadores, depositários da práxis revolucionária. E mesmo quando ainda deixa lugar para debates internos e quando navega através dos compromissos com esse grupo contra aquele, em suma, mesmo quando não é ainda partido monolítico nem partido único, conjuga potencialmente essas duas naturezas porque figura o partido-Uno, não um partido entre outros (que apenas seria mais forte e mais audacioso), mas aquele partido que tem como vocação agir graças a uma única vontade e nada deixar fora da sua órbita, isto é, confundir-se com o Estado e a sociedade.

(3) Marc Ferro, *La Révolution de 1917*, Aubier-Montaigne, 1976. — *Des Soviets à la bureaucratie*, coleção "Archives", Gallimard-Julliard, 1980.

Em suma, a análise não iria longe caso parasse na observação da conquista do poder, das modalidades de seu exercício, do estabelecimento de uma hierarquia de burocratas capaz de sustentar e de difundir suas normas e regulamentos. Obriga-nos a interrogar a mutação que se produz com o advento de um novo tipo de partido. Esta é de ordem simbólica. Não se poderia apontá-la no registro dos acontecimentos; testemunha um novo sistema de representações que determina o próprio curso dos acontecimentos.

É verdade que esse sistema não faz senão esboçar-se no tempo de Lenin. Para conceber sua lógica é preciso considerar o período no qual o novo poder se estabilizou, a nova burocracia se constituiu plenamente, os fundamentos materiais do regime foram colocados graças à abolição da propriedade privada dos meios de produção, à coletivização e à instalação dos instrumentos de intervenção do Estado, isto é, da planificação.

Por que, então, estamos fundamentados para falar de totalitarismo? Não porque a ditadura atingiu sua maior força, porque é capaz de exercer sua coerção sobre todas as categorias da população e de editar regulamentos que valem como normas em todos os domínios da vida social. É certamente assim que acontece. Mas parar nos traços da ditadura significa permanecer no nível da descrição empírica. Impõe-se o modelo de uma sociedade que se instituiria sem divisões, disporia do domínio de sua organização, se relacionaria consigo mesma em todas as suas partes, seria habitada pelo mesmo projeto de edificação do socialismo.

Apenas é possível distinguir a causa do efeito no encadeamento das relações que tendem a apagar os traços da divisão social. Em primeiro lugar, o poder afirma-se como o *poder social*, figura de alguma maneira a própria Sociedade enquanto potência consciente e atuante: entre o Estado e a sociedade civil a linha de clivagem torna-se invisível. E, simultaneamente, torna-se também invisível a que separa o poder político do poder administrativo: o aparelho de Estado perde toda independência face ao partido comunista e à sua direção. Paradoxalmente, como muito bem mostra Hannah Arendt, as diversas burocracias estatais perdem as fronteiras que fazem de cada uma delas, na sociedade moderna, um universo distinto cujas prerrogativas e atribuições são fixadas, assim como seus membros cessam de se articular no seio de hierarquias regularmente constituídas. O poder político circula através de seus agentes — os funcionários do partido e da polícia secreta — em todas as esferas da burocracia, tendendo a dissolver as relações particulares fundadas

sobre a divisão do trabalho e as solidariedades de clã, para deixar apenas subsistir uma relação geral entre o órgão dirigente (e o dirigente supremo) e seus executantes os quais, enquanto indivíduos, dispõem de um estatuto e de uma existência sem garantia. Simultaneamente, no vértice do Partido e do Estado, o poder se confunde com a posição daquele ou daqueles que detêm a autoridade. Esta confusão não é acidental, não é efeito do comportamento do ou dos governantes. A mesma necessidade faz com que o Estado se solde à sociedade, o poder político ao aparelho de Estado e os chefes a um e outro. Em outros termos, por uma inversão da lógica democrática que evocávamos, o poder cessa de designar um lugar vazio, vê-se materializado num órgão (ou, no limite, num indivíduo), supostamente capaz de concentrar nele todas as forças da sociedade.

Em segundo lugar, encontra-se denegado o princípio de uma divisão interna à sociedade. Todos os sinais desta, que não desapareceram de forma alguma, são referidos à existência de camadas sociais (kulaks, burgueses) provenientes do Antigo Regime ou à existência de elementos acusados de trabalhar por conta do imperialismo estrangeiro. A nova sociedade está encarregada de tornar impossível a formação de classes ou de agrupamentos cujos interesses seriam antagônicos. Entretanto, a afirmação da totalidade requer não menos imperativamente a denegação da diferença das normas em função das quais se define cada modo de atividade e cada instituição onde se exerce. No limite, a empresa de produção, a administração, a escola, o hospital ou a instituição judiciária aparecem como organizações especiais, subordinadas aos fins da grande organização socialista. No limite, o trabalho do engenheiro, do funcionário, do pedagogo, do jurista, do médico, escapa à sua responsabilidade e se vê submetido à autoridade política. Enfim, é a noção mesma de uma heterogeneidade social que é recusada, a noção de uma variedade de modos de vida, de comportamento, de crença, de opinião, na medida em que contradiz radicalmente a imagem de uma sociedade de acordo consigo mesma. E ali onde é assinalado o elemento mais secreto, mais espontâneo, mais inapreensível da vida social, nos costumes, gostos, idéias, o projeto de dominação, de normalização, de uniformização vai o mais longe possível.

Ora, que se considere esses dois momentos do empreendimento totalitário de fato indissociáveis: a anulação dos sinais da divisão do Estado e da sociedade e a da divisão social interna. Implicam numa desdiferenciação das instâncias que regem a constituição de uma sociedade política. Não há mais critérios últimos da

lei, nem critérios últimos do conhecimento que sejam subtraídos ao poder. Esta observação é a que melhor permite apanhar a singularidade do totalitarismo. Pois, sem chegar a falar da monarquia absolutista européia que manifestamente sempre comportou uma limitação do poder do príncipe-limitação ligada ao reconhecimento dos direitos adquiridos pela nobreza ou pelas cidades, porém mais fundamentalmente comandada pela imagem de uma Justiça de origem divina —, nunca o despotismo (esse famoso despotismo oriental no qual se gosta de encontrar uma prefiguração do regime stalinista) apareceu como um poder que tiraria de si mesmo o princípio da lei e o princípio do conhecimento. Para que tal acontecimento se produza é necessário que seja abolida toda referência a potências sobrenaturais ou a uma ordem do mundo e que o poder tenha acabado por se mascarar em poder puramente social.

O totalitarismo supõe a concepção de uma sociedade que se basta a si mesma e, já que a sociedade se significa no poder, a de um poder que se basta a si mesmo. Em suma, saímos dos quadros tradicionais do absolutismo, do despotismo ou da tirania quando a ação e a ciência do dirigente não se medem senão pelo critério da *organização*, quando a coesão ou a integridade do corpo social se revelam como exclusivamente dependentes da ação e da ciência do dirigente. O processo de identificação entre o poder e a sociedade, o processo de homogeneização do espaço social, o processo de fechamento da sociedade e do poder encadeiam-se para constituir o sistema totalitário. Fica assim restabelecida a representação de uma ordem “natural”, mas esta ordem é suposta social-racional e não tolera divisões nem hierarquias aparentes.

No fundamento de tal sistema devemos apanhar certas representações-chaves que compõem sua matriz ideológica. Num certo sentido elas não são novas, derivam de uma experiência do mundo que a democracia moderna inaugurou, porém deixam de ser latentes, vêm-se carregadas de uma potência de afirmação do ser do social que as faz alcançar uma eficácia completamente nova e as expõe também a um destino novo.

Notável é, com efeito, o desdobramento de cada uma delas sob o efeito de sua atualização. O que aparece em primeiro lugar é a imagem do povo-Uno. Pouco importa que, durante um certo período, o povo se confunda com o proletariado: este é então concebido misticamente como a classe universal na qual se fundem todos os elementos que trabalham na edificação do socialismo; propriamente falando, não é mais uma classe no interior de uma sociedade

estratificada, é o povo na sua essência e, principalmente, inclui a burocracia. Ora, essa imagem combina-se com a de um poder-Uno, poder concentrado nos limites do órgão dirigente e, finalmente, num indivíduo que encarna a unidade e a vontade populares. São duas versões do mesmo fantasma. Pois o povo-Uno não pode ser ao mesmo tempo figurado e enunciado senão por um grande Outro; no primeiro período, não pode sê-lo senão por esse grande indivíduo que Soljenitsyne tão bem nomeou o *Egocrata*. Mas, por outro lado, a mesma imagem se combina com a do elemento estranho ao povo, com a do seu inimigo. É preciso compreender que esta última não é secundária. A definição do inimigo é constitutiva da identidade do povo. E, desse ponto de vista, a metáfora do *corpo*, em vigor no tempo do próprio Lenin, retém a atenção. A campanha contra os inimigos do povo vê-se posta sob o signo da profilaxia social: a integridade do corpo dependendo da eliminação de seus *parasitas*.

Não menos determinante nos parece a representação da organização. Não nos contentemos, com efeito, em observar que organizações proliferam em toda a extensão do social. A novidade consiste em que a sociedade é percebida no seu conjunto como uma vasta organização compreendendo uma rede de microorganizações. Ora, esta representação se desdobra, por sua vez. Enquanto se impõe a imagem dessa organização geral na qual os indivíduos estão inscritos, na qual encontram predeterminados seu estatuto e sua função, enquanto prevalece a noção de uma racionalidade imanente ao social, a sociedade aparece como uma matéria amorfa a organizar, como organizável, como alguma coisa que se oferece à intervenção incessante do engenheiro, do construtor comunista. Nesse sentido, a estrutura de cada organização particular, o lugar e a função de cada um de seus agentes não são nunca estabelecidos nem seguros. Enfim, assim como a identidade do povo, a integridade do corpo dependem de uma luta constante contra os elementos estrangeiros ou os parasitas, a virtude da organização supõe a idéia de uma desorganização, de um caos, sempre ameaçadores, e a de perturbadores, sabotadores das leis do socialismo. Se perscrutarmos essas duas representações teremos a medida da contradição que persegue o militante ou o dirigente da sociedade totalitária. Por um lado, confunde-se com o povo, o proletariado, o partido, está incorporado nele, encontra-se dissolvido enquanto indivíduo no "Nós" comunista, ou então é uma peça ou uma correia de transmissão na Organização, na Máquina e, por outro lado, ocupa a posição do

Senhor, daquele que vê e nomeia tudo, ou a do organizador, do ativista, do mobilizador das massas.

É necessário ainda discernir duas outras representações que, por mais próximas que estejam das precedentes, nem por isso são menos distintas. Uma é a da criação social-histórica, outra a da transparência da sociedade para si mesma. A primeira sustenta-se sobre o mito de uma matéria social oferecida ao poder do organizador, porém tem raízes mais profundas pois, antes mesmo de ter sido formado o modelo da racionalização burocrática (industrial), desde a época da Revolução Francesa, tinha-se visto nascer a idéia da criação de uma sociedade inteiramente nova, de um homem novo, como se fosse possível e necessário construir sobre tábula rasa. Agora afirma-se a fé em uma edificação permanente do socialismo, a visão de um "futuro radioso" que justifica todas as ações presentes e, principalmente, os sacrifícios impostos às gerações do tempo da transição. O contraponto dessa idealização também não nos deve escapar. A idéia da criação, ou melhor, de uma autocriação da sociedade é acompanhada por uma prodigiosa recusa de toda inovação que transgredisse os limites de um futuro já sabido, de uma realidade em princípio já dominada. Nesse sentido, a imagem de uma história que se faz a todo momento revela-se absolutamente contradita pela de uma história fixada. O desconhecido, o imprevisível, o indeterminável são as figuras do inimigo.

A última representação surge ainda do fato da democracia moderna; porém, sua transformação, no contexto do totalitarismo, é mais notável. A partir do momento em que o Estado tende a se confundir com a sociedade deixa de haver apenas presunção de um ponto de vista de racionalidade sobre o conjunto das atividades, esse ponto de vista torna-se o do poder que, por intermédio de seus agentes políticos, policiais, planejadores, possui o conhecimento inteiro do detalhe da realidade social. E, simultaneamente, esse conhecimento se quer como o da sociedade sobre si mesma. Assim se desenvolve uma intensa atividade destinada a tornar manifestos os objetivos e os resultados do empreendimento socialista. Seu melhor testemunho é a fantasmagoria do Plano. Tudo se passa como se o poder tivesse a capacidade de exibir a obra social comum ou como se, por seu intermédio, a sociedade se exibisse diante de si mesma. Entretanto, a mirada da transparência revela-se contraditoriamente como sendo a da opacidade. Pois o "todo" não admite deixar-se desdobrar através de articulações conhecendo cada uma sua função. O "todo" deve permanecer fora de suas articulações e logo, um

segredo. Ao evocarmos as belas análises de Hannah Arendt notávamos a insegurança, a incerteza, é preciso que se diga agora, que se liga à posição do militante, do burocrata na administração, do engenheiro ou do diretor na indústria: uma incerteza radical para cada um, seja qual for sua posição, a respeito das razões das decisões tomadas pela cúpula e dos limites da autoridade de que esta dispõe. Ora, esse fenômeno não é apenas o indício de um poder tirânico tanto mais temível porque ninguém conhece nem pode prever seus desígnios. A verdade é que uma sociedade que assegurasse à ação social sua maior inteligibilidade seria aquela onde cada campo passasse pela prova da realidade, pelo conhecimento do possível e do impossível, pela consideração das resistências dos homens e das coisas e, conseqüentemente, por uma apreensão das condições singulares dos diversos modos de relação e de trabalho. Tal sociedade seria, por princípio, rebelde ao empreendimento totalitário. Este não pode desenvolver-se senão obstinando-se em destruir toda garantia de competência no espaço mesmo da burocracia, senão embarçando a meada das responsabilidades, mantendo nas trevas o núcleo do poder onisciente. É assim que o ideal do segredo se revela gêmeo do do conhecimento (e seria necessário acrescentar que o ideal da polícia secreta se faz gêmeo de uma exibição política de tudo o que é realizado).

Para apreciar a eficácia do sistema de representação que acaba de ser esboçado, seria necessário abandonar o nível de abstração em que nos situamos e levar em consideração todas as molas que lhe permitem inscrever-se na vida social. A primeira dessas molas é, evidentemente, o Partido. Após ter sido a forma do empreendimento totalitário, torna-se, uma vez o regime estabelecido, o agente privilegiado do processo de identificação entre o poder e o povo e do processo de homogeneização do campo social. Porém, não preenche essas funções senão combinando-se com inúmeros organismos de massa. Assim, enquanto por um lado penetra em todo o edifício do Estado até deslocar dele as articulações convencionais e utilizá-lo como uma simples fachada do poder político, por outro lado faz surgir microcorpos às dezenas e às centenas, sendo essencial que a natureza deles pareça distinta da sua, de maneira a simular a especificidade e a autonomia de relações puramente sociais, isto é, não políticas mas que lhe são consubstanciais. Sindicatos de todo tipo, agrupamentos de auxílio mútuo, agrupamentos culturais de trabalhadores de diversas categorias, organizações de jovens, de crianças, de mulheres, círculos de escritores, de

artistas, de cientistas, academias, toda uma rede de "coletivos" na qual circulam as normas comunistas se vê instalada. Em cada um desses coletivos é refeita a imagem de uma identidade social comum e de uma direção que dela é depositária, a imagem da boa organização e do ativista-organizador; em cada um é novamente representado o mecanismo de eliminação dos parasitas, dos sabotadores, dos desviantes; em cada um se conjugam o imperativo da inovação e o do mais estrito conservadorismo; em cada um o da exibição dos objetivos e dos resultados e o de uma ocultação dos centros de decisão. E, por isso, toda relação social, toda troca, toda comunicação, toda reação que testemunhassem iniciativas particulares, imprevisas, desconhecidas, situadas fora do espaço domesticado do coletivo, torna-se um alvo. À obra de *incorporação* dos indivíduos nos agrupamentos legítimos corresponde a obra de decomposição das relações livremente estabelecidas; à obra de uma socialização artificial, a destruição das formas de sociabilidade natural.

Quem não prestasse atenção ao imenso dispositivo edificado para dissolver em toda parte onde pode afirmar-se o sujeito em um "nós", para aglomerar, fundir esses "nós" no grande "nós" comunista, para produzir o povo-Uno, privar-se-ia de compreender como se exerce a lógica totalitária. Poderia denunciar a desmedida de um poder ditatorial, a expansão da burocracia, a proliferação dos aparelhos que reduzem à função de puros executantes aqueles que se supõe participarem da vida das instituições, ainda não veria que ditadura, burocracia, aparelhos precisam de um novo sistema de corpos.

Ora, talvez toquemos aqui na causa mais profunda da cegueira da esquerda face à variante comunista do totalitarismo. Enquanto não sente senão nojo por todas as formas de organização criadas pelo fascismo, nas quais reconhece um desígnio de arregimentação e de mistificação porque o culto do chefe e da disciplina aí é praticado abertamente, permanece a maior parte das vezes estúpida perante o processo de associação, de mobilização, de animação de massa, porque se desenvolve sob o signo aparente da *democracia real*. Como o ideal da democracia real é o seu, limita-se a deplorar que seja desnaturado nos fatos pela ação de manipuladores. Curiosamente retoma por sua própria conta a acusação de parasitismo ou de sabotagem para aplicá-la aos burocratas, sem nunca se perguntar se a idéia do bom "coletivo" pode ser extraída do sistema de representações totalitário. Paralisada pela justa crítica do individualismo burguês, pela da separação dos papéis e das atividades engendrada

pelo capitalismo, não sabe acrescentar-lhe a crítica inversa: desmontar a ficção da unidade, da identidade, da substância do social e mostrar que ela conduz ao isolamento dos indivíduos levado ao seu mais alto grau, à dissolução do Sujeito, à destruição forçada da sociabilidade humana. E é tal sua impotência que a vemos desarmada quando os comunistas da nova onda, sobretudo os italianos, proclamam os méritos da "democracia de massa", como se esse conceito não fosse o melhor para cobrir a invasão de todos os setores da cultura — antes os da economia — por grupos apaixonados pela sua coesão, votados ao conformismo, cimentados pelo ódio dos desviantes.

Tentar discernir as grandes linhas do empreendimento totalitário é uma coisa. Seria outra perguntar-se o que acontece com seus efeitos na realidade. Seria necessário observar a desordem em vez da ordem; a corrupção para além da imagística do corpo são; a luta pela sobrevivência ou pelos lugares à espera do "futuro radioso", a virulência dos antagonismos burocráticos sob a férula do poder. Esta tarefa, nós não a empreendemos. Pelo menos não deixemos o leitor duvidar de nosso pensamento: o sistema totalitário não alcança seus fins. Mais que qualquer outro choca-se contra o desmedido da experiência. Importa ainda apreciar sua coerência fantasmática.

## 3.

**Stalin e o stalinismo\***

A convite dos organizadores de nosso encontro, temos de nos interrogar sobre o que foram Stalin e o stalinismo. Entendo, de minha parte, que se trata de uma única questão que diz respeito, ao mesmo tempo, ao papel do homem e a uma *forma política*. Sem dúvida, concordaremos facilmente ao julgar que esta não foi o produto da vontade e da ação pessoal de Stalin; mas talvez seja mais difícil dar o justo lugar a este último. Com efeito, é grande a tentação, quando estamos ocupados em detectar uma *forma*, de reter dela apenas os traços aparentemente objetivos e apagar os outros, ou de abandonar o resíduo à competência do psicólogo — como se fosse preciso, a qualquer preço, raciocinar em termos de necessidade e de contingência e decidir entre uma e outra. Convido-os a observar que se cedêssemos, contudo, a essa tentação, não seria apenas o fenômeno Stalin que negligenciariamos, mas o fenômeno stalinismo na medida em que esse conceito carrega a marca de um nome próprio. É também minha intenção dar pleno sentido à articulação desses dois fenômenos, ou ainda justificar o emprego do conceito de stalinismo no qual se encontram combinados a referência a um indivíduo e uma significação política.

Como, pois, apreender este objeto: *Stalin e o stalinismo*? Parece-me que a questão comanda nosso debate e que, deixando de colocá-la, arriscar-nos-íamos a nos extraviar em discussões vãs.

(\*) Intervenção no Colóquio organizado em Genebra, em janeiro de 1980, pela Faculdade de Letras e o Instituto Universitário dos Altos Estudos Internacionais, sobre o tema: "Stalin e o stalinismo".

Parece-me, principalmente, que este debate seria cego se agitassemos argumentos para opor ou confundir a era stalinista e a era pré-stalinista ou pós-stalinista, ou para opor ou confundir marxismo, leninismo e stalinismo, sem ter de antemão definido os princípios de uma interpretação que tornam pertinentes os problemas colocados. Desse ponto de vista, começarei por evocar dois procedimentos que me parecem igualmente votados a nos fazer perder nosso objeto, de maneira a melhor pôr em evidência a exigência de uma nova conceituação. O primeiro procedimento concerne à historiografia tradicional que pretende ater-se à observação empírica, na ausência de todo pressuposto teórico. O estudo de Stalin e do stalinismo confunde-se então com o de um período que começa no momento em que se afirma plenamente a autoridade do ditador e se encerra com a sua morte. Leva certamente em conta as mudanças ocorridas nos métodos de governo e a natureza ou o funcionamento das instituições, mas implicando-as sempre na narração dos acontecimentos. Tal estudo choca-se contra o obstáculo que encontram todos os do mesmo gênero. É impotente para justificar o recorte do período, pois nada lhe permite considerar que a duração da vida política de Stalin delimite uma fatia significativa de história: a noção de reino de Stalin pode ser julgada tão arbitrária quanto a do reino desse ou daquele monarca. No presente caso, a dificuldade consiste, além disso, em circunscrever exatamente o dito período. Com efeito, não há coroação, golpe de Estado, acontecimento notável que sirva de baliza. Supondo que a morte do ditador fixe um limite natural — de tal maneira que a idéia de um stalinismo sem Stalin seja por princípio banida ou tenha apenas significação metafórica — coloca-se a questão de saber se a era stalinista começa com a morte de Lenin, em 1927, nos anos 29-30, em 34 ou mesmo mais tarde. Como assinalávamos, o historiador empirista está, sem dúvida, sempre exposto a essa indeterminação e pretende resolvê-la organizando a sua narração. Mas, além de lhe faltar aqui o sinal que lhe asseguraria uma mudança manifesta no estatuto ou na situação de seu personagem (as funções exercidas por Stalin não informam sobre o grau de seu poderio), o problema da datação está imbricado em um outro que escapa à perspectiva do simples observador. É preciso assinalar que o termo de stalinismo não designa o governo de Stalin nem seu "reino"; serve para pôr em evidência, pelo menos, um exercício singular do poder e, na medida em que este afeta a sociedade inteira e o detalhe da vida social, um modo de organização e de disciplina, um conjunto de comportamentos, de atitudes,

de valores que deram sua fisionomia ao regime dito soviético. Não apenas Stalin, mas o próprio Kruchev, a despeito das críticas que este dirigiu àquele, evitaram falar de stalinismo. O termo foi forjado, se não me engano, pelos trotskistas e reinventado por Medvedev com uma intenção crítica, para denunciar um desvio do marxismo e uma ruptura com o leninismo. Perdoem-me esta observação que parece inútil tanto ela é evidente: se se ativer à simples descrição das mudanças políticas que caracterizam a era stalinista, o historiador não encontra o stalinismo.

Para introduzir esse conceito é preciso que assuma a linguagem dos opositores, mas então, a menos que a explore como um simples dado de fato, impõe-se-lhe uma exigência teórica. Se, contudo, me demoro nessa constatação banal é porque o ponto de vista da historiografia tradicional pode muito bem coexistir — e coexiste efetivamente às vezes — com o de uma historiografia comunista, ao preço de uma dissimulação de seus pressupostos, quando esta tem a audácia de criticar os métodos stalinistas afastando o conceito de stalinismo. Diluída na narração dos acontecimentos, esta crítica não menciona a aparição de um estilo político novo a não ser para melhor desarmar a reflexão política.

A segunda via que evocava, como acabamos de entrever, é a dos opositores que tomam como dupla referência o marxismo e a prática leninista. O fato é que lhes devemos o conceito de stalinismo. Mas em que sentido? No fundo, quer se consulte Trotski quer Medvedev, um mesmo esquema é sensível, a despeito de múltiplas diferenças: considerando a teoria de Marx, impossível ignorar a perversão introduzida pela doutrina implícita de um poder burocrático; considerando a ação de Lenin, impossível confundir o que foram um comando autoritário, medidas arbitrárias ditadas pelos imperativos da revolução com métodos deliberados de coerção, um governo pelo terror a serviço de uma ambição pessoal. O conceito de stalinismo não se definiria, pois, senão no quadro da problemática marxista-leninista, sob a condição de imaginar uma história regida pelo advento do socialismo cujas peripécias atrasando sua realização tiveram como efeito engendrar uma formação monstruosa. Inútil desenvolver longamente este esquema; ele é familiar a vocês. Importa-me apenas sublinhar que o conceito de stalinismo é rigorosamente comandado por uma teoria da filiação e da desnaturação. Tanto do ponto de vista dos princípios quanto do da prática, o stalinismo aparece como um filho socialista que as vicissitudes do real teriam resguardado da dinâmica revolucionária e que

estaria ocupado apenas com a sua própria conservação, às custas de todas as forças que põem a sua sobrevivência em perigo. Uma teoria desse gênero combina, pois, as duas idéias do stalinismo como sistema e como produto das circunstâncias. Ou, prefiro dizer, implica um compromisso entre a exigência de conceituação e a perspectiva da história factual, única capaz de revelar as famosas vicissitudes do real. Para evocar apenas Trotski, recordarei que esse compromisso guia o desenvolvimento de uma interpretação em dois momentos. Quando se trata de dar conta da ascensão de Stalin, as circunstâncias fornecem o essencial da interpretação. A guerra civil, a intervenção estrangeira, o refluxo das forças revolucionárias na Europa, o isolamento da URSS e suas conseqüências — o desmoroamento da produção, a desorganização da economia, o antagonismo cidade-campo, a diminuição do proletariado industrial e seu desencorajamento, a entrada em massa no Partido de elementos que lhe são estranhos e que procuram apenas segurança e promoção social: eis o cenário histórico. Stalin parece irresistivelmente levado pelo curso das coisas, o homem que responde às aspirações dos medíocres, dos tímidos, dos arrivistas. É certo que a descrição sustenta a idéia de uma ruptura na edificação do socialismo, da passagem de uma política revolucionária que leva o nome de Lenin a uma política a serviço da consolidação de um aparelho burocrático que leva o nome de Stalin. Mas essa ruptura, essa passagem estão bem inscritas num processo objetivo, anônimo, que parecem escapar aos atores e, em resumo, ser inevitáveis. Assim, vemos Trotski obstinar-se em mostrar que a derrota da Oposição não é imputável a seus erros mas efeito de circunstâncias que esta não podia modificar. O stalinismo parece emergir de uma aventura fatal. E, observemos de passagem, é tal a eficácia dessa visão da história que tende, então, a anular a crítica. De fato, quantos intelectuais que se vangloriavam de fundar sua adesão ao comunismo sobre uma apreciação lúcida dos acontecimentos não encontraram em Trotski a prova de que qualquer outra política que não a de Stalin era condenada pela história e logo, condenável, e que era necessário, para lutar contra o capitalismo, aceitar as condições reais nas quais o regime tinha podido sobreviver? O segundo momento da interpretação trotskista assinala-se, em contrapartida, pela tentativa de pôr em evidência a finalidade específica do sistema stalinista — tentativa sustentada na análise dos métodos empregados pelo poder para se reforçar, uma vez tendo triunfado sobre seus inimigos, e na análise, também, da mentalidade dos dirigentes e dos novos quadros

que se tornaram insensíveis aos interesses das massas na Rússia e no mundo. A partir daí os acontecimentos não figuram mais como causas, são antes tratados como efeitos da política stalinista. Não entrando no detalhe da argumentação, digamos brevemente que tudo o que se passa na cena internacional desde 1926 ou 27, principalmente na China, na Alemanha quando da ascensão do nazismo, ou na Espanha, assim como as perturbações catastróficas sobrevindas em conseqüência da coletivização forçada e da industrialização carregam a marca das malfetorias da estratégia stalinista. O stalinismo, nesta perspectiva, não é mais moldado pela história, mas imprime nela seu curso singular. De conseqüência, torna-se princípio.

Resta que este ponto de vista não apaga o precedente; eles se justapõem. De tal maneira que, se se adotou o primeiro, pode-se sempre subordinar-lhe o segundo. Se se compartilhou a visão fatalista pode-se objetar a Trotski que a política interior e exterior de Stalin nos anos 30 continua imposta pelas circunstâncias que provocaram o enfraquecimento do proletariado russo, arruinadas as oportunidades de uma oposição no Partido e favorecido o surgimento de uma burocracia em ruptura com a dinâmica revolucionária, enfim, coagido o poder a ziguezagues para preservar as aquisições do socialismo.

Observei que o conceito de stalinismo, na sua primeira acepção, procedia de um compromisso entre uma exigência teórica, qual seja a de uma reflexão sobre a natureza do regime e a história descritiva. Esse compromisso efetua-se acobertado pelo marxismo. Mas não o deixa intacto. Este pretende esclarecer o caminhar da revolução a partir de uma teoria do modo de produção e da luta de classes; o que não lhe proíbe explorar as vias da contra-revolução e decifrar que figuras assume em resposta aos movimentos que, segundo o esquema estabelecido, são julgados como não tendo atingido a sua maturidade. Ora, o que Trotski (mas a observação aplica-se igualmente a Medvedev) poderia a rigor explicar, reconstituindo uma seqüência de acontecimentos, seria a derrota da revolução russa e a formação de um regime contra-revolucionário de uma nova espécie, regime anti-socialista, sustentado por uma classe cujos interesses são opostos aos do proletariado; mas os limites da interpretação marxista são transpostos quando a análise histórica é explorada para inscrever num contínuo temporal uma formação política a qual se julga, no entanto, que possui uma coerência própria e levanta obstáculos à revolução.

Gostaria de fazer uma segunda observação sobre esse ponto. Se se aceitar ainda por um momento em lembrar da argumentação de Trotski, parece-me que ela conduz a duas conclusões: a primeira seria que, dadas as circunstâncias, não havia mais na URSS — digamos: a partir de 1923 — política revolucionária possível. Concepção fatalista, observávamos, que não autoriza, no melhor dos casos, senão a busca de um trabalho teórico à espera de novos acontecimentos que modificassem o estado das relações de forças no país ou no mundo. A segunda, cuja hipótese me parece justificada ao ver seus constantes esforços para formular, em cada etapa, uma política diferente da de Stalin, seria que, à falta de poder realizar uma revolução de acordo com o esquema sugerido por Marx e retomada por Lenin em *O Estado e a Revolução*, teria sido possível compor com o real conservando inteiramente em vista os objetivos últimos e assegurando ao proletariado uma participação na vida do Partido. Que me compreendam bem, não me pergunto se Trotski vencedor de Stalin teria sido capaz de levar a cabo essa política. De fato, sua prática, quando exerceu altas responsabilidades políticas, torna pouco crível sua crítica da burocracia. O que me interessa é que o stalinismo aparece, desse ponto de vista, não mais como um desvio direto do marxismo, mas como um desvio de um caminho que, de toda maneira e, de fato, já no tempo de Lenin, se afastava da via régia da política revolucionária. Medvedev, mais uma vez, nos inspiraria o mesmo comentário. Condena os excessos do stalinismo ou, mais precisamente, julga que o stalinismo se define por seus excessos, impostos pelas circunstâncias, porém os caracteriza face aos justos excessos leninistas. Certamente ninguém pensa que Marx havia excluído a violência da política revolucionária. Mas entrevemos nos autores que reivindicam seu ensinamento contra Stalin uma sutil distinção entre a violência proletária por um lado, sempre imposta pela luta contra o inimigo de classe, e, por outro lado, uma violência extraordinária, exigida em uma situação limite, quando a revolução explodiu num país onde o proletariado é fraco demais para conduzi-la a seu termo e o mundo se liga contra ela e, enfim, uma violência parasitária que confunde os interesses do novo poder com os da revolução.

Por que essa observação? Porque me parece que os adversários do stalinismo são incapazes de defini-lo uma vez tendo admitido um transbordamento da política revolucionária pelo real (o curso dos acontecimentos após 1917) e imaginado uma política de substituição (um prolongamento do leninismo sem Lenin) — esta conduzida por

bons dirigentes e um bom aparelho apenas sustentado por uma magra fração proletária. Em outros termos, a definição do stalinismo como excesso revela-se inconsistente, se se concedeu que já há excesso antes da era stalinista e que nos vemos assim reduzidos a distinguir excessos “normais” e excessos “excessivos”.

Localizamos aqui, novamente, a função da história descritiva e verificamos que é construída para eludir toda questão que dissesse respeito, ao mesmo tempo, à validade da teoria marxista da revolução e do leninismo e à lógica do sistema stalinista. Ali onde seria preciso interrogar os fundamentos da teoria, contenta-se em “mostrar” que é deformada no contato com os acontecimentos; ali onde seria preciso perguntar por que o terror, sob Lenin, foi desencadeado antes e após a guerra civil, isto é, em épocas em que não poderia se deixar deduzir de uma situação de perigo extremo, atribui-se indistintamente todos os seus episódios a uma dinâmica de resistência aos inimigos da revolução; ali onde se observa uma mutação, a instauração da ditadura stalinista, que faz da violência generalizada um princípio de governo, descobre-se um produto monstruoso das circunstâncias.

Mas é ainda preciso perscrutar a contradição entre a conceituação e a narração que mina o compromisso de que falávamos. Por que se quer tão obstinadamente manter uma continuidade entre o marxismo e o stalinismo? Não é porque a propriedade coletiva dos meios de produção vem fornecer o índice do socialismo? Estranho argumento, na verdade, cuja conseqüência é a de que o momento culminante do “desvio” stalinista, o da coletivização forçada, associada ao terror de massa, momento que prepara a industrialização acelerada e a instalação de uma economia estatizada, é exatamente o momento que aparece como o da criação das “bases do socialismo”. Medvedev não é menos eloqüente que Trotski nesse ponto. Os anos 29-30 marcam, a seus olhos, uma virada decisiva: o stalinismo encontra então seu verdadeiro rosto. Mas como, por outro lado, faz da abolição da propriedade privada a pedra de toque da teoria, devemos admitir que a inauguração da curso do socialismo coincide com o seu desvio, que a norma coincide com o excesso.

Até agora não evocamos senão os oponentes marxistas do stalinismo. Porém, considerando seu procedimento, não nos surpreenderemos de que autores antimarxistas possam dele se apropriar unicamente invertendo-lhe a direção. Mencionei apenas Soljenitsyn. Argumento é o que não lhe falta para ridicularizar os que falam de desvio stalinista ou de marxismo degenerado. A idéia

de uma coletivização que passasse ao largo dos excessos do terror parece-lhe derrisória. Mas não faz senão tomar a contrapartida da análise de seus adversários; conserva suas premissas combinando como eles a descrição dos acontecimentos com a referência a Marx. De filho monstruoso do marxismo o stalinismo torna-se seu produto natural, autenticado pela História. Aos trotskistas que acusavam Stalin de desfigurar o ensinamento do fundador, replica que é o revelador do conteúdo real. Mas, ao fazê-lo (ao menos no momento da polêmica, pois suas análises sobre o funcionamento do sistema stalinista são, na maior parte das vezes, de uma lucidez notável), toma, por sua vez, ao pé da letra, o discurso oficial que reivindica o marxismo, toma também como uma mesma coisa o socialismo e a destruição da propriedade privada e imprime igualmente o stalinismo na continuidade de uma história inaugurada por um movimento de idéias — com a única diferença de que vê nele a realização deste último.

Os dois procedimentos que acabo de resumir são instrutivos pois, ao desvendar o que dissimulam, reconhecemos a necessidade de tornar explícitos os princípios de uma interpretação. Em primeiro lugar, deveríamos admitir que um ponto de vista histórico-descritivo não permite nunca conceber a natureza de uma formação política. Não que seja ilegítimo nos perguntarmos como ela surge; mas a reconstituição da trama dos acontecimentos de que procede revela-se sempre comandada, quer se confesse ou não, por uma hipótese, pela suposição de que se lida com uma configuração de traços significativa. Em resumo, a noção que formamos da identidade específica de certos fenômenos precede e guia a tentativa de descrever sua gênese. A hipótese deve ser estabelecida, a idéia elaborada e enunciada para que possam ser submetidas rigorosamente à prova da interpretação. Exigência banal, dir-se-á, desde que Max Weber a formulou e que, aliás, tinha sido reconhecida por todos os verdadeiros pensadores no passado e que foi seguramente a de Marx. Entretanto, essa exigência torna-se de novo audaciosa num campo particularmente enevoado pela ideologia. Impõe-nos, no caso presente, afastar provisoriamente, ou pôr entre parênteses a gênese do stalinismo a partir do leninismo ou da Revolução Russa. Não que essas questões não possam revestir-se de um grande interesse, mas porque não devemos acreditar que são inocentemente postas.

Em segundo lugar, deveríamos nos libertar do discurso dos atores, quer stalinistas quer anti-stalinistas, para tentar elucidar o sistema no qual se alojam suas representações e suas ações e cuja

lógica lhes escapa na maior parte das vezes. Este imperativo, tão bem posto em evidência por François Furet no seu último livro sobre a Revolução francesa,<sup>1</sup> parece tanto mais indispensável quanto, no caso presente, a prática e o discurso dos atores têm por constante referência o marxismo, uma teoria da História, da Sociedade, da Revolução, e que somos tentados a acreditar que os guia, que sabem o que fazem, que são julgados por ela ou que ela se faz julgar através deles. Permitam-me, a este respeito, lembrar-lhes uma observação de Trotski que me ficou para sempre na memória tanto me pareceu exemplar. Stalin, declara em resumo, na obra que lhe consagrou, *se apoderou de uma máquina que era produto da luta dos bolcheviques, ela mesma produto de idéias.*<sup>2</sup> Espanta que um escritor que faz profissão de fé materialista não hesite em afirmar que o partido é um produto de idéias, porém indica bem a armadilha em que cai e em que nos joga a leitura marxista da realidade "socialista". Que se note: nessa perspectiva, Stalin, pondo a máquina a serviço de suas ambições continua a manter, através desse produto de idéias, um elo com a criação marxista; desvia-a de seus fins, porém continua impressa na sua criatura. Por princípio, o partido não poderia ser percebido como uma peça essencial do sistema estabelecido e sua função referida à lógica própria deste; é proveniente da teoria e o seu devir revela unicamente um desvio dos efeitos da teoria.

Deixemos este exemplo para assinalar que as mais difundidas análises sobre o stalinismo aliam ao mais extremo objetivismo o mais extremo subjetivismo. O modo de produção dito socialista, o Estado dito proletário, assim como o partido dito revolucionário são apreendidos como entidades marxistas vindas encarnar-se, bem ou mal, na realidade. Por um lado, é considerando a infra-estrutura que se designará o regime como socialista; por outro lado, é a idéia da distinção entre infra e superestrutura que conferirá a coletivização da agricultura e às nacionalizações sua determinação revolucionária. Desse ponto de vista, o poder de Stalin será concebido sempre conforme a representação marxista que dá de si mesmo, ou a representação marxista dos opositores, isto é, como expressão adequada ou viciada de alguma coisa que lhe dá sentido fora dele, uma realidade conceituada ou uma idéia realizada.

(1) F. Furet, *Penser la Révolution Française*, Gallimard, 1978.

(2) L. Trotski, *Staline*, Grasset, 1948, p. XIII-XIV.

O que não quer dizer que devemos ignorar o discurso dos atores. Se o afastássemos sem nos preocuparmos em desvendar os esquemas de representação que, na maior parte das vezes à sua revelia e para além dos enunciados marxistas, comandam sua apreensão da sociedade e da História, bem que poderíamos descrever numerosos fatos de opressão, de exploração, condutas manifestamente regidas pelo apetite de poder e o interesse privado, porém permaneceríamos incapazes de voltar à sua fonte e de conceber a especificidade do stalinismo.

Qual é, pois, o procedimento que proponho em ruptura com os precedentes? O stalinismo é, aparentemente, o nome dado à maneira pela qual Stalin exerce o poder e, por extensão, à maneira pela qual este é exercido, acobertado pela sua autoridade e segundo seu modelo, em toda a extensão da sociedade. Entretanto, tal exercício testemunha uma determinação e uma figuração singulares do lugar do poder — uma não existindo sem a outra, porque não se poderia, quando se trata do poder político, dissociar o fato da representação (na qual se combinam, aliás, a visão dos que o detêm e a visão dos que lhe estão submetidos). Além disso, a noção desse lugar implica ela mesma uma determinação e uma figuração singulares do espaço social, de suas divisões internas e de suas articulações, principalmente das classes; e também das dimensões simbólicas segundo as quais esse espaço se ordena; quer dizer, se diferencia e se relaciona consigo mesmo — entendo por isso dimensões políticas (na acepção particular do termo), econômica, jurídica e cultural. Ora, eis o que deveria constituir o objeto da análise. Esta, repitamos, não poderia surgir da simples observação. É guiada por uma idéia do político que foi largamente apagada pelo desenvolvimento do que se chama ciência política, a qual não se interessa senão pelo que toca direta ou indiretamente as relações de poder tratando-as como um setor particular das relações sociais. Quanto a nós, pensamos — não somos os únicos a pensá-lo hoje e, aliás, reatamos assim com uma tradição muito antiga — que o conhecimento do político é o dos princípios geradores das sociedades e que põe em jogo uma reflexão sobre o destino ou os destinos do homem; pensamos, mais precisamente, que se o poder constitui o objeto privilegiado do conhecimento do político, é no sentido de que a definição que adquire aqui e acolá condiciona a *formação (mise en forme)* e a *encenação (mise en scène)* de um conjunto social.

É preciso dizer que isso não desacredita, de modo algum, uma análise dos modos de produção, das relações de classe, do direito, da

cultura ou dos costumes, apenas nos faz julgar que as relações de ordem econômica ou sócio-econômica, jurídica, cultural ou moral e seus efeitos são singularmente moldadas pelo fato de estarem inscritas no que eu chamaria, de bom grado, uma matriz política e que, desta, o poder é constitutivo. Enfim, se falo de *formação (mise en forme)* e de *encenação (mise en scène)*, é para dar a entender que essa matriz não se deixa apreender como o resultado de um processo histórico-natural, mas que testemunha uma elaboração coletiva ainda que não possamos imputá-la a agentes determinados e, por outro lado, que esta última tende a produzir uma visão da sociedade ou a exibí-la perante si mesma como a melhor sociedade.

Sem dúvida poderão objetar-me que não recuso os pressupostos marxistas a não ser para introduzir outros, porém, insisto nisso, o problema não é raciocinar sem pressupostos; convém explicitá-los e ver se resistem ao trabalho da interpretação. Acrescentarei que devo a concepção do político aqui esboçada à experiência do stalinismo ou, mais genericamente, do totalitarismo; que é o advento de um sistema de dominação inédito, de um poder paradoxalmente pessoal e impessoal, de um partido-Estado que aparece simultaneamente no centro de todas as atividades sociais e como fazendo corpo com o povo, que é, além disso, a formação desse modelo antes mesmo que a estrutura da economia tenha sido revirada que, a meus olhos, induzem a uma nova problemática.

Como caracterizar o lugar do poder sob a ditadura de Stalin? A bem dizer, não poderíamos fazê-lo sem fixar as balizas de outras formas políticas. Mas é inútil explicitar os termos da comparação, eles estão presentes para cada um de nós. Reduzirei, pois, o argumento ao essencial.

Em primeiro lugar, a ditadura stalinista não se apresenta, nem é percebida como transitória. Não esqueço, certamente, que a ditadura do proletariado na qual se imprime a do guia supremo evolui supostamente para a sua supressão. Mas essa supressão é definida como histórico-natural; o mesmo movimento conduz supostamente à expansão e ao deperecimento dessa ditadura. Recordemos a fórmula feliz de Stalin, lançada em 1934 no Plenum do TSK: "O deperecimento do Estado produzir-se-á pelo fortalecimento máximo do poder de Estado". O enunciado marxista cobre a verdade profunda do totalitarismo: o mais alto grau de potência do Estado coincide com uma indivisão da sociedade e do Estado; quanto mais este invade a sociedade, menos dela se distingue. Nenhuma dúvida: o ditador não é um transgressor das leis estabe-

lecionadas que pretende salvar a nação e devolver-lhe, num prazo determinado, o exercício de seus direitos. Sua posição está ligada à afirmação de uma nova legitimidade supostamente detida pelo partido comunista, o proletariado, o povo soviético graças à edificação do socialismo. Segunda observação: a autoridade de Stalin parece inscrita na essência do regime a ponto de ele se apresentar como um simples executante; seu estatuto não é o de um fundador. Contudo, é enquanto indivíduo que manda e é obedecido e não enquanto depositário de uma autoridade que, para ser a de um só, não residiria na sua pessoa mas se transmitiria segundo uma regra de sucessão. Terceira observação que se combina com a precedente: o poder ao qual Stalin se encontra, assim, *soldado*, não constitui uma mediação entre uma potência transcendente e o povo; não se choca com limites que lhe seriam impostos pela religião, o direito, valores intemporais. Trata-se de um poder puramente social investido em um indivíduo. O que mostra bem em que se distingue do poder tal como se define nas sociedades democráticas. Aí mostra-se, já, social no sentido de que a origem da soberania está colocada no povo; mas a manifestação dessa soberania está rigorosamente submetida a procedimentos fixados pelo direito. Logo, não há povo — na acepção política do termo —, que não seja definido pelo direito, um direito que escapa ao poder. Simultaneamente, não há poder cujas atribuições não estejam circunscritas por uma constituição, nem Constituição que não imponha aos governantes o respeito pelas condições nas quais se encontram garantidas a justa manifestação da vontade popular pelo sufrágio, as modalidades da representação que dela emanam e sua renovação.

A mesma razão faz com que o poder seja limitado, de direito, e não possa se confundir com a potência dos que o exercem; e a mesma razão faz com que não haja povo em ato fora da operação regulamentada do sufrágio e com que não haja poder susceptível de encarná-lo. O *lugar do poder* encontra-se, assim, tacitamente reconhecido como um lugar vazio, por definição inocupável, um lugar simbólico, não um lugar real.

Em contrapartida, o stalinismo designa a tentativa de uma apropriação efetiva desse lugar em favor da plena afirmação da potência e da vontade do dirigente, a qual supostamente coincide com a plena afirmação da potência e da vontade do povo. Seja. Dizendo isto, negligencio a Constituição soviética, mas ela é puramente formal e não valeria a pena interessar-se por ela a não ser para sublinhar este fato significativo: ali mesmo onde o direito é

destituído permanece a impossibilidade teórica para o ou os detentores da autoridade se absterem de uma linguagem jurídica e enunciar cruamente: eu sou ou nós somos o soberano. É mais importante observar que a legitimação do poder stalinista repousa sobre a imagem do povo soviético como presente de uma maneira permanente, com uma presença manifesta a cada momento, mesmo enquanto essa manifestação, para ser desvendada, requer o olho atento de seus dirigentes.

A idéia de uma permanência do povo é, na verdade, muito antiga. Creio que aparece, ou melhor, reaparece no fim da Idade Média, no quadro das monarquias européias, sem se ligar então, contudo, à sua existência política. O advento da democracia dá-lhe seu sentido moderno. Porém, estamos em presença de uma mutação quando a permanência caracteriza a existência contínua do sujeito *Povo* na duração empírica. A noção de uma intemporalidade do povo que implicava na conservação de sua identidade a despeito da sucessão das gerações combina-se, então, com a de uma temporalidade singular tal que sua identidade reveste uma expressão incessante.

Minha última observação, como vêem, nos conduz desde já a localizar os traços da nova determinação-figuração da sociedade. Não poderíamos, com efeito, definir o poder stalinista sem apreciar sua referência ao povo em ato e, em primeiro lugar, ao povo-Uno. No que este consiste, idealmente? Num Grande Vivente, na sociedade concebida como indivíduo coletivo, agindo, fazendo-se, tomando posse de todas as suas faculdades para se realizar, desembaraçando-se de tudo o que lhe é estranho: um *corpo* que tem o recurso de controlar os movimentos de cada um de seus órgãos e de cada um de seus membros. A esse respeito o fato democrático nos esclarece ainda. Pois se é verdade que contém a noção de unidade do povo, ligada à de sua soberania, esta forma apenas um pólo da representação. No outro pólo encontram-se reconhecidos a dispersão dos indivíduos, a fragmentação das atividades, o antagonismo dos interesses particulares, a clivagem das classes. É esse segundo pólo que o stalinismo, acobertado pela teoria do socialismo, abole, enquanto leva a seu mais alto grau de expressão, a uma fantástica atualização, a idéia da unidade do corpo social. E, apenas preciso assinalar, a formulação ruidosa, incessante, dos imperativos da luta de classes não significa, de forma alguma, a aceitação da divisão social. Em um tal regime a divisão não parece mais constitutiva da sociedade; toma a figura de uma divisão externa que separa a

verdadeira sociedade, o povo, o proletariado soviéticos de seus inimigos, isto é, das classes que obtêm sua existência e sua potência de um sistema estrangeiro — o despótico-feudal da época dos tzares ou o do capitalismo internacional. O princípio de uma divisão, de uma alteridade internas é abolido enquanto o *outro* se vê lançado para fora. Os próprios camponeses perseguidos, como todos aqueles sobre quem se abate a repressão, são qualificados, sejam quais forem os motivos do poder, como representantes desse *outro*. A intolerância absoluta para com toda forma de associação, de solidariedade, de expressão que testemunhe iniciativas coletivas ou individuais independentes, ao mesmo tempo em que é o indício de uma vulgar vontade de dominação por parte do Senhor e da burocracia dirigente, carrega assim a marca de uma construção ideológica. Por um lado, a sujeição do conjunto da população às normas e aos regulamentos do poder, a operação de nivelamento que este conduz; por outro lado, a afirmação de uma sociedade consagrada a se relacionar consigo mesma em todas as suas partes, a combinar numa mesma marcha os movimentos de seus membros, coletividades e indivíduos, e a falar uma mesma linguagem: esses dois fenômenos são indissociáveis.

Além disso, não é apenas a denegação da divisão social que se revela no princípio do sistema (digo "denegação" uma vez que, nos fatos, é preciso lembrá-lo, uma burocracia, nova camada ou nova classe, cinde-se da população; uma vez que novas hierarquias, novas desigualdades, novas oposições de interesses se multiplicam): vê-se também vacilar as balizas simbólicas da experiência. Já aludi a esse acontecimento: o poder que pretende condensar nele as forças vitais do povo soviético, que se apresenta e aparece como consubstancial à sociedade, esse poder stalinista não tem fronteiras definidas; não reconhece nenhum imperativo fora dele, nem os da economia, nem os do direito e da justiça, nem os do conhecimento científico, nem os da informação, nem os da arte. Nem mesmo reconhece, por mais próximos da atividade governamental, os imperativos da administração enquanto esta se distingue da política. Simultaneamente, são os critérios do justo e do injusto, do legal e do ilegal, do verdadeiro e do falso, do normal e do patológico, do imaginário e do real que se tornam indetermináveis enquanto a sorte das crenças, opiniões, atividades, parece, na sociedade, depender da apreciação e da decisão supremas do Senhor. A esse respeito, a qualificação de arbítrio também não é suficiente. Pois esse arbítrio não se separa de uma legitimidade que escapa a toda medida: em Stalin manifesta-se o povo-produtor, o povo-cientista, o povo-juiz, o povo-artista.

Resumindo: o poder não detém apenas uma potência de fato; o fato está alojado na representação. Não há separação entre a posição dos dirigentes e o poder, nem entre o poder de Estado e a sociedade. A noção de uma sociedade civil apaga-se. Não há diferenciação de princípio entre domínios de competência no interior daquilo que fomos acostumados a pensar como Estado. No interior da sociedade não há valores, normas independentes em função das quais se ordenariam setores específicos de atividade. Dir-se-á talvez que, nos fatos, acontece de outra maneira. Certamente, porém limito-me a descrever uma forma política. Parece-me vão insistir no fato de que ela não pode nunca coincidir com a realidade. Contudo, o esquema que esboçamos exige um complemento essencial, pois a cadeia das identificações — entre Povo, Proletariado, Estado, Órgão dirigente, Stalin — e a lógica de redução ao *Uno* supõem a operação de um mediador: o partido comunista. É por seu intermédio que se estabelece e se organiza o sistema totalitário; é através dele que este último se distingue como uma formação histórica singular. Não consegue realizar essa operação senão na medida em que é ambíguo, participando da natureza dos termos que faz fundir. Implicado em todos os meios e em todas as práticas parece depender do conjunto do tecido social e, inteiramente ativo, parece o agente onipresente da sua produção. Vemos, sem dúvida, restabelecer-se nas suas fronteiras divisões internas, uma clivagem entre setores de atividade, compartimentações, hierarquias; mas essas divisões estão, no melhor dos casos, dissimuladas sob a representação da unidade do Partido, sob a do "*Nós*" comunista. O partido é o órgão no qual não poderia haver lugar para um modo de ação, de conhecimento, de julgamento independentes. Impresso na sociedade inteira, dela se faz a expressão geral. Assim assegura ao poder uma força única e contínua de irradiação ao mesmo tempo em que investe no órgão dirigente a potência reunida do social.

Eu havia invocado a imagem do corpo para sugerir que o indivíduo Stalin oferecia a réplica de um corpo social e que, simetricamente, este se definia, à distância de tudo o que era rejeitado como estranho, em referência ao corpo do ditador. Convém precisar agora que esse dispositivo só tem plena eficácia graças ao Partido que é, por excelência, máquina de incorporação: os sujeitos são constantemente submersos no coletivo, as determinações particulares da prática e do conhecimento aniquiladas e a dimensão da própria realidade apagada enquanto reinam a certeza da visão socialista e o gozo narcisista da onipotência do corpo político.

Ao fim desta breve análise é necessário concluir pela inconsistência da teoria dos "excessos" de Stalin ou do "desvio" stalinista. Com efeito, os traços que descrevemos exigem outros, comumente levados em conta para caracterizar o stalinismo e que formam sistema com eles. É tal a posição do poder que, no momento em que desaparece a distinção entre o Estado e a sociedade civil, ele se erige com proeminência, adquire uma fantástica pretensão a decidir sobre tudo e a comandar todos sem tolerar obstáculo algum; e é tal a lógica da encarnação do povo no órgão dirigente que tende a produzir um indivíduo que ao mesmo tempo exerce a função de garantia da unidade da sociedade e se destaca dela, encontra a medida de seus atos na sua desmedida. Soljenitsyn forjou o feliz termo de *Egocrata* para designar esse senhor que não é, de acordo com a acepção conhecida da palavra, nem ditador, nem déspota, nem tirano, e que, idealmente confundido com a sociedade, encontra no seu Eu a lei de todas as coisas, ou não reconhece nada fora dele.

É tal, por outro lado, a imagem do povo como povo-Uno e de todo representante da divisão social como estranho que o *Egocrata* sua encarnação, é incitado a conceber todo indivíduo ou todo grupo, pelo simples fato de que escapa ou escapou por um momento ou poderia escapar a seu controle — no limite, pelo simples fato de que existe independentemente dele — como um inimigo potencial. Stalin encarna, assim, o Povo, o Proletariado, o Partido, porém, os incorpora assimilando sua substância e devorando-os. É tal ainda a função do Partido e a impossibilidade em que se encontra de admitir o princípio de uma divisão interna ou, o que dá no mesmo, a idéia de uma indeterminação nas coisas, que o dirigente supremo torna-se o leitor incondicionado daquilo que é, que unicamente seu imaginário privado estabiliza a representação comunista do "real" e fornece ao Partido o critério do verdadeiro e do falso, do possível e do impossível.

É tal, finalmente, a natureza da classe dominante, a burocracia, sua dependência face ao poder político a despeito de seu enraizamento econômico que Stalin pode-se fazer o garantidor de sua dominação, de sua integridade de classe e, entretanto, destroçar seus membros, aniquilar carreiras, quebrar indivíduos. O que aparece para inúmeros observadores como o mais inexplicável — a liquidação arbitrária dos quadros do regime em certas épocas — depende ainda de uma lógica que não foi percebida: a burocracia afirma-se acima dos burocratas sob o efeito da violência stalinista; dá provas de sua essência de classe enquanto todos tremem pela sua

segurança — isso, pelo menos, até que o poder sem freio do Senhor faça pesar uma ameaça intolerável sobre todos.

Eis o que nos leva a compreender que o sistema totalitário não se organiza a não ser pela intervenção de um indivíduo que o *excede*. Dissemos que, num certo sentido, este é seu produto. Mas esse produto é engendrado de tal maneira que se destaca, *se desacorrenta*. Ou, em outros termos, se é verdade que o sistema é regido pela representação da não-divisão, pelo fantasma do Um, requer, à distância, a figura de Alg-Um, uma figura que assegura à sociedade sua identidade, seus contornos, sua homogeneidade; requer um nome próprio pelo qual esta se ache enunciada; e essa figura, esse nome são os de um *Outro*, de um indivíduo que, possuído pelo corpo social é simultaneamente enclausurado na sua existência privada, de um indivíduo cujos fantasmas são desencadeados pelo fantasma totalitário.

Concebendo nesses termos a posição de Stalin nada nos proíbe de nos interessarmos pela sua biografia. Ela pode seguramente instruir-nos e esclarecer inúmeros episódios de seu reinado. Sua brutalidade, seu delírio de perseguição, sua obstinação em fazer desaparecer seus próximos, sua repetida necessidade de campanhas de expurgo são igualmente traços que constituem a sua personalidade. Mas o estudo do homem Stalin não levaria longe se não localizássemos o lugar onde se aloja, o do poder totalitário, se não inscrevêssemos sua violência pessoal numa violência simbólica.

Imagino uma objeção: o totalitarismo sobrevive ao stalinismo, dir-se-á, e não será porque a função dada aqui ao *Egocrata* não fornece a chave do sistema? Responderia que a "solução" encontrada para fazer a economia do *Egocrata* não nos dispensa de reconhecer que este era indispensável à formação do regime, que seus sucessores tiveram que esperar seu desaparecimento para uma modificação do sistema, que, enfim, as críticas póstumas que lhe endereçaram, a começar por Kruchev, não alcançaram sua função e que eles não libertaram a sociedade de seu fantasma. Acrescentaria, enfim, que não há hoje formação totalitária — da China a Cuba — que não tenha feito nascer um *Egocrata*.

Sei que é tenaz a resistência a um gênero de análise que não se satisfaz unicamente com considerações históricas ou sócio-econômicas exatamente no momento em que o marxismo já não granjeia a convicção. E, no entanto, foi um dos mais intransigentes teóricos marxistas quem, há muito, fincou uma baliza para uma nova reflexão sobre Stalin e o stalinismo. Trata-se de Trotsky de quem eu

evocava, ainda há pouco, as interpretações para criticá-las. As últimas linhas de sua obra sobre Stalin marcam uma surpreendente transgressão de sua problemática. Não resisto ao prazer de citá-las à guisa de conclusão:

*"L'État c'est moi!* é quase uma fórmula liberal em comparação com as realidades do regime totalitário de Stalin. Luís XIV identificava-se apenas com o Estado. Os Papas de Roma identificavam-se ao mesmo tempo com o Estado e com a Igreja — mas unicamente durante as épocas do poder temporal. O Estado totalitário vai muito além do César-papismo, pois abarca toda a economia do país. Diferentemente do Rei-Sol, Stalin pode dizer à justo título: *la Société c'est moi!*"<sup>3</sup>

4.

## A imagem do corpo e o totalitarismo\*

Pareceu-me oportuno preceder a curiosidade de muitos de vocês com algumas observações introdutórias, assinalar algumas balizas de meu itinerário intelectual e chamar sua atenção para o problema do totalitarismo que está, desde há muito, no centro da minha reflexão e me parece exigir uma nova abordagem do político. A fortuna desse termo é recente, pelo menos na sua aplicação aos regimes denominados "socialistas". É verdade que Hanna Arendt, Raymond Aron e alguns outros em pequeníssimo número, eu entre eles, empregaram-no já lá vão vinte ou vinte e cinco anos, tomando-o em sua acepção mais lata, apreendendo-o tanto nas suas variantes socialistas quanto fascistas. Cada um de nós se colocava numa perspectiva singular; de minha parte, ignorava Hanna Arendt quando, após ter consagrado um certo número de estudos à crítica da burocracia — isso desde 1948 —, dirigia meus esforços para uma conceituação mais nitidamente política em um ensaio intitulado *O Totalitarismo sem Stalin* que data de 1956. Em todo caso, falar de totalitarismo a propósito da União Soviética era escandaloso na época e continuou a fazer escândalo até estes últimos anos. No momento, o termo não surpreende mais ninguém. Diria mesmo que se desgastou antes de ter adquirido sentido. O que designa? Um regime no qual a violência estatal se abate sobre o conjunto da sociedade, um sistema de coerção generalizada, detalhada... não

(\*) *Confrontation*, cf. nº 2, outono de 1979. Texto de uma conferência realizada perante um público de analistas quando de uma sessão organizada por *Confrontation*, em fevereiro de 1979.

(3) L. Trotski, *op. cit.*, p. 584.

muito mais. Não se torna o suporte de um novo pensamento político, de um novo deciframento da história das sociedades modernas ou da História em geral. Por pouco, pois, temeria misturar minha voz ao concerto dos chamados "novos filósofos". Mas enfim, não temo ceder à moda, pois há muitíssimo tempo considero o totalitarismo o fato maior do nosso tempo, colocando um enigma que exige reexaminar a gênese das sociedades políticas.

Acabando de fazer alusão aos meus primeiros trabalhos sobre a burocracia quero lembrar ou assinalar-lhes que minha reflexão se exerceu primeiramente nos horizontes do marxismo. Em estreita colaboração com Castoriadis que havia precocemente captado os traços de uma nova formação social na URSS, eu me dedicava a pôr em evidência a divisão de classe que se tinha estabelecido após a Revolução Russa e o caráter específico de um Estado ao qual a classe dominante, a burocracia, se via soldada. Esta não encontrava os fundamentos do seu poderio na propriedade privada, mas coletivamente, solidariamente, na sua dependência do poder de Estado, do Estado-partido que detinha o conjunto dos meios de produção. Esta camada burocrática testemunhava uma solidez, uma estabilidade para a qual o pensamento trotskista era cego, obstinando-se em imaginar que uma simples casta, parasitária e transitória se tinha superposto a uma infra-estrutura socialista e desconhecia a instauração de um novo modo de dominação e de exploração às custas do campesinato, do proletariado, da imensa maioria da população.

Comparando burguesia e burocracia observei que esta oferecia um contraste notável entre a solidez de sua constituição como classe e a fragilidade da posição de seus membros os quais se mostravam sempre ameaçados de aniquilamento fossem quais fossem sua posição e sua autoridade, em razão de sua sujeição ao poder político. Os grandes expurgos stalinistas revelavam que a burocracia era idealmente tudo e os burocratas nada; a exclusão periódica de milhares ou dezenas de milhares de burocratas, longe de ser contrária aos interesses da burocracia, parecia-me atestar sua potência, para além da contingência dos indivíduos. Desenvolvia essas análises sob o signo do que me parecia o marxismo autêntico, o marxismo de Marx, visto por mim como inteiramente desnaturado em todas as versões do pretenso marxismo ortodoxo. Ao fazê-lo, acreditava firmemente, na época, no papel do proletariado. Ele era, a meus olhos, o agente privilegiado da História. Eu pensava, em suma, que se a burocracia tirava partido das modernas condições da socie-

dade industrial, não tinha podido constituir-se, desenvolver-se, tornar-se uma força histórica senão porque a classe operária se tinha dividido, oposta a si mesma, no decurso de suas lutas seculares para se organizar e se emancipar; que tinha engendrado uma camada dominante; que se tinha alienado na figura de uma Direção, de um poder que se revelava como uma força estranha, trabalhando por sua própria conta... Em virtude de uma dialética cuja mola propulsora é por demais conhecida, eu concluía que essa alienação do proletariado de si mesmo era necessária, esse último modo da alienação, que era necessário que se cumprisse para o proletariado essa experiência ao fim da qual uma burocracia se destacava e se voltava contra ele, para que se afirmasse plenamente a exigência de uma abolição de toda divisão social e não somente da propriedade privada. A representação de uma sociedade liberta da divisão regia, assim, minha argumentação.

Porém, eis duas razões que, parece-me agora, contrariaram essa perspectiva marxista e me impediram de aderir plenamente a uma concepção que reduzia a criatividade da História à do proletariado. Essas duas razões são, aparentemente, de ordens inteiramente diferentes. Em primeiro lugar, no momento mesmo em que eu imaginava uma abolição da divisão social e encontrava no proletariado o bom agente da História, tinha uma prática da leitura de Marx que supunha uma singular sensibilidade para a interrogação. Posso lembrar-lhes: não sou sociólogo nem politólogo de origem. Minha formação é filosófica e eu a adquiri quando ainda estava nos bancos do colégio, junto a Merleau-Ponty, um pensador que tinha o dom de quebrar as certezas, de introduzir a complicação ali onde se procurava a simplificação, que recusava a distinção do sujeito e do objeto, ensinava que as verdadeiras questões não se esgotam nas respostas, que não vêm unicamente de nós mas são o indício de nossa freqüentação do mundo, dos outros, do próprio ser. Assim, atraído — *quê digo?* —, *encantado* por Marx, não podia entretanto lê-lo sem satisfazer as exigências em cujo nível a filosofia de Merleau-Ponty me tinha colocado. Não travava relações com a sua obra a não ser interrogando-a. Sem dúvida é porque respondia em mim a um desejo cuja origem não posso nomear. Pouco importa... O fato é que o que me ligava a Marx eram suas ambigüidades, mais, sua oposição a si mesmo, o escapar do pensamento a si mesmo nas suas melhores obras e de uma obra para outra, a indeterminação que minava o que se apresentava como sistema, que minava o discurso que ele próprio tinha, às vezes, sobre sua obra para reuni-la em teses.

Por exemplo, fui muito cedo sensível a uma oposição entre a idéia da continuidade e a da descontinuidade da História em Marx; a idéia de um movimento inelutável regulado pelo desenvolvimento das forças produtivas, que faz passar de um modo de produção a outro e a de uma ruptura entre todos os modos de produção pré-capitalistas e o capitalismo moderno; a uma oposição entre a idéia de uma dissolução de todas as relações sociais limitadas e a idéia de uma força de conservação, de mecanismos de repetição que, até no capitalismo, asseguravam a permanência de uma estrutura. Por exemplo, fui também extremamente sensível à vacilação de uma interpretação que ora queria conhecer apenas os fundamentos materiais da vida social e de sua evolução, ora descobria todo o peso do imaginário social, a função dos fantasmas que perseguem o presente ou a do fetichismo — interpretação de inspiração ora darwinista, ora shakesperiana. Em suma, enquanto me via atraído pela teoria do proletariado ou da sociedade sem classes, não o era menos por aquilo que havia de inapreensível na obra de Marx. Assim, à minha revelia, o ideal de uma determinação inteira da realidade social, da essência da História, encontrava-se em contradição com a descoberta de uma indeterminação própria ao pensamento, de um movimento que subtraía os enunciados a toda determinação unívoca. Se me permite evocar esta relação com Marx é para dar a entender que não podia haver adesão total, repouso na teoria a partir do momento em que tudo ao mesmo tempo e, paradoxalmente, o proletariado me fornecia a garantia da prática social, a garantia da História e que a garantia dessa garantia, o pensamento de Marx, me punha ao abrigo da interrogação. Era necessário que sobreviesse um momento em que se desagregassem minhas primeiras certezas.

A segunda razão que evocava é proveniente de uma experiência que tive ainda muito jovem, a militância em uma pequena organização política. Parece-me que mencionando-a poderia esclarecer a seqüência de minhas observações. Com efeito, liguei-me ao partido trotskista antes do fim da guerra e aí fiquei por volta de quatro anos. Esse agrupamento tinha-se formado, como sabem, a partir de uma condenação do stalinismo. Apresentava-se como o herdeiro legítimo do marxismo-leninismo, pretendia reatar a tarefa inaugurada pela Revolução Russa e prefigurada pela Comuna de Paris; denunciava o papel contra-revolucionário dos partidos comunistas, assimilando-o, *mutatis mutandis*, ao que tinha outrora representado a social-democracia. À traição dos interesses do proletariado pela II Internacional que a III Internacional tinha procla-

mado, a IV Internacional acrescentava a dessa III Internacional e, em suma, pedia uma volta às fontes. O partido trotskista reivindicava um herói fundador, Trotski, herói ao mesmo tempo morto e imortal, e, mais genericamente, uma dinastia; a imortalidade era ligada à coroa sob a qual haviam reinado Marx, Engels, Lenin, Trotski. E a coroa garantia a imortalidade do corpo dos revolucionários. Stalin figurava, em contrapartida, como o usurpador que o corpo dos revolucionários expulsaria. Ora, o partido trotskista apareceu-me, pouco a pouco, funcionando como uma microburocracia e isso a despeito das regras ditas do centralismo democrático que tornavam possível um conflito de tendências — o qual era mesmo intenso. A potência do aparelho, a divisão dirigentes-executantes, a manipulação das assembléias, a retenção da informação, a compartimentação das atividades, a estereotípiia do discurso dominante nas suas diferentes variantes, a impermeabilidade aos acontecimentos pelos quais a teoria e a prática corriam o risco de serem contestadas, mil sinais me persuadiam que a cem léguas do partido comunista ali se encontrava a sua minúscula réplica. O que importa é que essa microburocracia não tinha nenhum fundamento de ordem material. Na origem das posições de poder ocupadas por um pequeno número de militantes detinha-se um certo saber, um exercício da palavra e, mais precisamente, a capacidade de inscrever todo fato interior ou exterior numa mito-história, de que a Rússia fornecia o quadro privilegiado. Impossível enumerar todos os episódios sagrados que, da formação do bolchevismo às traições do stalinismo, compunham o registro sobre o qual o presente vinha adquirir sentido. A função dessa mito-história, a do discurso que aí encontrava seu referente me perturbaram profundamente. No final das contas, era assim que eu mesmo exercia um certo poder dentro do partido.

Parece-me que não estamos apenas confrontados com o problema da burocracia mas que certos elementos do totalitarismo se deixam aqui descobrir. Não acreditem, por causa disso, que eu concebia o pequeno partido ao qual pertencia como um embrião totalitário. Não. Aliás, não tinha os meios para isso. Porém, o que me impressiona, me impressionava já quando militava, era um fechamento do partido, assegurado por um discurso supostamente científico, enunciando a racionalidade do real e regido, de ponta a ponta, pela representação do que aconteceu, do já feito, do já pensado, do já visto. Esse discurso é invulnerável no seu fundo; está, de fato, sujeito ao erro, à retificação, mas não de direito. Imprime os signos do real num texto — o dos grandes autores e, mais generi-

amente, o de um passado fundador — e alimenta constantemente com os seus signos a leitura do grande texto. E o que não menos me impressiona é que o fechamento desse discurso provém do fato de não ser o discurso de ninguém, é discurso do partido, corpo ideal de revolucionário, que passa através de cada um de seus membros. Cada um vê-se implicado em um *nós* que impõe uma clivagem com o fora; as coisas do mundo, de que se fala tanto, sendo apreendidas unicamente reportadas ao espaço imaginário da História de que o partido é o depositário. E enquanto o militante é incorporado, o suposto real é destinado à assimilação.

Finalmente, as duas experiências que evoquei não são estranhas uma à outra. Uma não se circunscribe ao campo da teoria, a outra ao campo da prática. O militantismo supõe uma certa relação com o saber. Todo comunista é um homem de conhecimento, sua identidade lhe é outorgada por sua implantação em um lugar do saber de onde são apreendidos os textos e as coisas. Quanto à aventura da interpretação, ela implica, vocês não o ignoram, numa relação com o poder. Ler uma obra, e disso tive a prova ainda mais no contato com Maquiavel que no contato com Marx, é consentir em perder os pontos de apoio que nos asseguram da nossa soberana distância do outro, da distinção do sujeito e do objeto, do ativo e do passivo, do falar e do ouvir (interpretar é converter a leitura em escrita), da diferença dos tempos, a do passado e do presente (esta não poderia anular-se nem deixar-se sobrevoar), é, enfim, perder os pontos de apoio da divisão entre o espaço da obra e o mundo sobre o qual ela abre... Assim, por caminhos diferentes, mas que se cruzavam e se recruzavam, fui pouco a pouco levado a estender a interpretação até o núcleo da certeza marxista.

Chego à questão que desejava colocar após ter sumariamente indicado como caminhei ao seu encontro. Por que o totalitarismo é um acontecimento maior do nosso tempo, por que nos obriga a sondar a natureza das sociedades modernas? No fundamento do totalitarismo se alcança a representação do povo-Uno. Compreendemos que é negado que a divisão seja constitutiva da sociedade. No mundo dito socialista não poderia haver divisão a não ser entre o povo e seus inimigos: uma divisão entre o interior e o exterior; não há divisão interna. O socialismo, após a revolução, não apenas supostamente prepara o advento de uma sociedade sem classes, como também já deve tornar manifesta essa sociedade que carrega o princípio de uma homogeneidade e de uma transparência para si. O paradoxo é o seguinte: a divisão é denegada — digo denegada já

que uma nova camada dominante se distingue ativamente, já que um aparelho de Estado se destaca da sociedade — e, na medida dessa denegação, se vê fantásticamente afirmada a divisão entre o povo-Uno e o Outro. Esse Outro é o outro de fora. Expressão para tomar ao pé da letra: o Outro é o representante das forças provenientes da antiga sociedade (kulaks, burguesia) e é o emissário do estrangeiro, do mundo imperialista. Duas representações que, aliás, se combinam: pois sempre se imagina que os representantes da antiga sociedade estão ligados a esses centros estrangeiros. Compreendemos, assim, que a constituição do povo-Uno exige a produção incessante de inimigos. Não apenas é necessário converter fantásticamente adversários reais do regime ou opositores reais em figuras do Outro maléfico, é preciso inventá-los. Entretanto, não nos detenhamos apenas nessa interpretação. As campanhas de exclusão, de perseguição, o Terror durante toda uma época, põem em evidência uma imagem nova do corpo social. O inimigo do povo é considerado como um parasita ou um dejetos a eliminar. Os documentos reunidos por Soljenitsyn, dos quais alguns eram, de resto, conhecidos desde há muito, são extremamente instrutivos a esse respeito. A perseguição dos inimigos do povo é exercida em nome de um ideal de profilaxia social e isso desde o tempo de Lenin. O que está em causa é sempre a integridade do corpo. Tudo se passa como se o corpo devesse assegurar-se de sua identidade própria expulsando seus dejetos, ou como se devesse fechar-se novamente sobre si mesmo subtraindo-se ao fora, exorcizando a ameaça de um arrombamento que a intrusão de elementos estranhos faz pesar sobre ele. Não há, pois, derrotas no funcionamento das instituições que não se tornem sinais de um relaxamento na vigilância dos mecanismos de eliminação ou sinais de um ataque de agentes perturbadores. A campanha contra o inimigo é febril: a febre é boa, é o sinal, na sociedade, do mal a combater.

Convém ainda observar que, na ideologia totalitária, a representação do povo-Uno não está de modo nenhum em contradição com a do partido. O partido não aparece como distinto do povo ou do proletariado que dele é a quintessência. Não tem uma realidade particular na sociedade. O partido é o proletariado no sentido da identidade. Isso ao mesmo tempo em que é o seu guia, ou, como dizia Lenin, a consciência; ou, como diríamos nós, retomando uma velha metáfora política sobre a qual voltarei, ao mesmo tempo em que é a sua cabeça. E, da mesma forma, a representação do povo-Uno não está em contradição com a de um poder todo-poderoso,

onisciente, com a representação, finalmente, do *Egocrata* — para retomar o termo de Soljenitsyn — figura última desse poder. Um tal poder destacado do conjunto social, que domina o todo, se confunde com o partido, se confunde com o povo, com o proletariado. Confunde-se com o corpo inteiro enquanto é a sua cabeça. Descobre-se aqui todo um encadeamento de representações cuja lógica não nos pode escapar. Identificação do povo com o proletariado, do proletariado com o partido, do partido com a direção, da direção com o *Egocrata*. A todo momento um órgão é, ao mesmo tempo, o todo e a parte destacada que faz o todo, que o institui. Essa lógica da identificação regulada secretamente pela imagem do corpo explica, por sua vez, a condensação que se opera entre o princípio do poder, o princípio da lei e o princípio do conhecimento. A denegação da divisão social caminha junto com a de uma distinção simbólica que é constitutiva da sociedade. A tentativa de incorporação do poder na sociedade, da sociedade no Estado implica, de alguma maneira, que não há nada que possa se fazer o indício de uma exterioridade ao social e ao órgão que o figura, dele se destacando. A dimensão da lei, a dimensão do saber tendem a apagar-se, na medida em que não são, bem o sabemos, da ordem das coisas socialmente concebíveis (menos ainda psicologicamente concebíveis), em que não são localizáveis no social empírico, em que instauram as próprias condições da sociabilidade humana. Produz-se uma espécie de positivização da lei manifesta na intensa atividade legislativa, jurídica, a serviço do Estado totalitário e uma espécie de positivização do conhecimento, manifesta na intensa atividade ideológica — a ideologia tornando-se esse empreendimento fantástico que tende a produzir, a fixar o fundamento último do conhecimento em todos os campos. De fato, o que se observa, é a tentativa de uma apropriação da lei e do conhecimento dos princípios e dos fins últimos da vida social pelo poder. Mas essa linguagem é ainda inadequada pois daríamos, sem razão, ao poder, uma liberdade desmedida; confundiríamos novamente poder arbitrário e poder totalitário. É certamente verdade que o poder manipula e submete a si, através de mil meios, as regras jurídicas e as "idéias". Mas deve-se ver também que é apanhado na ideologia: o poder do discurso afirma-se plenamente enquanto o discurso verdadeiro se torna o discurso do poder. E ver também que a lei, positivizada, degradada em lei do socialismo, rege e torna opaco o poder para si mesmo, opaco como jamais o fora.

Peço que compreendam mais uma vez que esta rápida interpretação, apenas esboçada, tem unicamente em mira o totalita-

rismo. Não é minha intenção perguntar-me o que ocorre de fato na marcha da sociedade. Se o quisesse precisaria tentar analisar todos os modos de resistência ao empreendimento — e não falo aqui na resistência decidida, política, mas das relações sociais que se esquivam à ascendência do poder. Precisaria também tentar analisar todos os processos patológicos do universo burocrático pois a perversão da função do poder, da lei, do conhecimento têm efeitos sobre o conjunto da vida social, não o dissimulemos, mesmo quando não há ou não haja mais adesão ao regime. Entre outros, Alexandre Zinoviev é o mais cruel analista dessa patologia.

Para mim é mais importante pôr em evidência, submeter à interrogação de vocês a imagem do corpo político no totalitarismo. Essa imagem que, por um lado, exige a exclusão do Outro maléfico e, simultaneamente, se decompõe na de um todo e de uma parte que vale no lugar do todo, de uma parte que reintroduz paradoxalmente a figura do outro, o outro onisciente, todo-poderoso, benéfico, o militante, o dirigente, o *Egocrata*. Esse outro oferece ele mesmo seu corpo individual, mortal, ornamentado de todas as virtudes quando se chama Stalin, Mao ou Fidel. Corpo mortal que é percebido como invulnerável, que condensa nele todas as forças, todos os talentos, desafia as leis da natureza com sua energia de super-macho.

Para dizer a verdade sei que puxo apenas um fio da interpretação. Sem poder desenvolver esta observação gostaria, contudo, de assinalar que deveríamos perscrutar um outro pólo da representação totalitária: o da organização. Ou, para empregar um termo que tenha alguma possibilidade de dar a perceber melhor a discordância da representação totalitária, direi que a imagem do corpo se combina com a da máquina. O modelo científico-técnico, o da empresa de produção, regida pela divisão racional do trabalho foram não apenas importados do capitalismo ocidental como também, de alguma maneira, se apoderaram da sociedade inteira. Com o socialismo parece impor-se, ao menos a título ideal, a fórmula de uma sociedade harmoniosa, em relação consigo mesma em todas as suas partes, liberta das disfunções próprias de um sistema no qual os diversos setores de atividade obedeciam cada um a normas específicas e onde sua interdependência permanecia tributária das vicissitudes do mercado. A nova sociedade apresenta-se como uma única organização compreendendo uma rede de microorganizações; ainda mais, apresenta-se paradoxalmente como esse "grande autômato" que Marx pretendia pôr em evidência no modo de produção capitalista. Vale a pena notar que tal representação se desdobra; o

social, na sua essência, se define como organização e como organizável. Do primeiro ponto de vista, o homem socialista é homem da organização, impresso nela, do segundo ponto de vista, é o organizador sempre a trabalhar, o engenheiro social. Mas importa, sobretudo, situar a articulação das duas imagens-chaves, a do corpo e a da máquina. Em um certo sentido são bem convergentes: implicam uma ambigüidade do mesmo gênero. Num dos casos, o agente político se encontra dissolvido em um *nós* que fala, ouve — lê o real — através dele, identificando-se, assim, com o partido, com o corpo do povo e, no mesmo momento, pela mesma identificação, figurando-se cabeça desse corpo, atribuindo-se a consciência. No outro caso, o mesmo agente revela-se ao mesmo tempo peça da máquina ou de um de seus órgãos, ou correia de transmissão — metáfora frequentemente empregada — e maquinista-ativista que decide sobre o funcionamento e a produção da sociedade. Contudo, as duas imagens não podem ser confundidas; a imagem do corpo se encontra alterada pelo contato com a da máquina. Esta última contradiz a lógica da identificação; o próprio "nós" comunista se dissolve. A noção da organização, exatamente quando suscita a do organizador, faz pesar uma ameaça sobre a substância do corpo político, fazendo aparecer o social no limite do inorgânico.

Agora ousarei colocar a questão: de onde surge a aventura totalitária? Não nasce do nada. É sinal de uma mutação política. De que mutação se trata? Parece-me vão inscrevê-la no registro do modo de produção como a consequência de uma última concentração do capital; mas também é vão fazer dela, como se comprazem alguns, o produto dos fantasmas de intelectuais revolucionários acabando a obra dos jacobinos de 93 para reconstruir o mundo sobre *tábula rasa*. A meus olhos, o totalitarismo só se esclarece sob a condição de captar a relação que mantém com a democracia. É dela que surge exatamente no momento em que ele se implanta, pelo menos na sua versão socialista, em primeiro lugar, nos países em que a transformação democrática estava apenas no seu começo. Derruba-a ao mesmo tempo em que se apodera de seus traços e lhes traz um prolongamento fantástico.

No que nos faz ver sua derrubada? Creio que nossas rápidas considerações sobre a imagem do corpo político nos indicam a via da resposta. A democracia moderna é, com efeito, o regime no qual tende a apagar-se tal imagem. Digo *regime*... Tomado na sua acepção convencional, este termo é inadequado. Para além de um sistema de instituições políticas, historicamente determinado, quero

designar um processo de longa duração, aquilo que Tocqueville chamava de *revolução democrática*, que ele via despontar na França sob o Antigo Regime e que, desde seu próprio tempo, não cessou de continuar. Sabemos que encontrava o motor dessa revolução na igualização das *condições*. Por mais importante que seja o fenômeno não nos esclarece suficientemente e deixa na sombra uma mutação essencial: a sociedade de Antigo Regime representava para si sua unidade, sua identidade como a de um corpo — corpo que encontrava sua figuração no corpo do rei, ou melhor, se identificava com este, enquanto a ele se ligava como à sua cabeça. Ernst Kantorowicz mostrou magistralmente que uma tal simbólica foi elaborada na Idade Média e que é de origem teológico-política. A imagem do corpo do rei como corpo duplo, ao mesmo tempo mortal e imortal, individual e coletivo, escorou-se, primeiramente, sobre a do Cristo. O essencial para a nossa observação — eu não poderia, com efeito, analisar os múltiplos deslocamentos da representação no decorrer da História — o essencial, dizia, é que muito tempo depois que foram apagados os traços da realeza litúrgica, o rei conservou o poder de encarnar no seu corpo a comunidade do reino, doravante investida pelo sagrado, comunidade política, comunidade nacional, corpo místico. Não ignoramos que no século XVIII essa representação é grandemente minada, que novos modelos de sociabilidade se impõem como consequência do desenvolvimento do individualismo, do progresso da igualdade das condições de que fala Tocqueville e do progresso da administração de Estado que tende a fazer aparecer este último como uma entidade independente, impessoal. Porém, as mudanças ocorridas deixam subsistir a noção de uma unidade, ao mesmo tempo, orgânica e mística do reino, do qual o monarca figura, ao mesmo tempo, como o corpo e a cabeça. Observa-se mesmo que, paradoxalmente, o crescimento da mobilidade social, a uniformização dos comportamentos, dos costumes, das opiniões, da regulamentação, têm mais por efeito exasperar que enfraquecer a simbólica tradicional. O Antigo Regime é composto de um número infinito de pequenos corpos que dão aos indivíduos suas referências identificadoras. E esses pequenos corpos se organizam no seio de um grande corpo imaginário do qual o corpo do rei fornece a réplica e garante a integridade. A revolução democrática, por muito tempo subterrânea, explode, quando o corpo do rei se encontra destruído, quando cai a cabeça do corpo político, quando, simultaneamente, a corporeidade do social se dissolve. Então se produz o que eu ousaria chamar uma desincorporação dos indivíduos. Fenômeno

extraordinário, cujas conseqüências parecem absurdas, monstruosas, aos olhos não somente dos conservadores mas de muitos liberais na primeira metade do século XIX: esses indivíduos poderiam tornar-se unidades contáveis para um sufrágio universal que valeria no lugar desse universal investido no corpo político. A obstinação com que se combateu a idéia do sufrágio universal não é apenas o indício de uma luta de classes. É extremamente instrutiva a impotência para pensar esse sufrágio a não ser como a dissolução do social. O perigo do número é mais que o perigo de uma intervenção das massas na cena política; a idéia de número como tal opõe-se à da substância da sociedade. O número decompõe a unidade, aniquila a identidade.

Mas se é preciso falar de uma desincorporação do indivíduo é preciso, não menos, reparar na separação da sociedade civil fora de um Estado, ele mesmo, até então, consubstancial ao corpo do rei. Ou, se se quiser, reparar na emergência de relações sociais, não apenas econômicas mas jurídicas, pedagógicas, científicas que têm seu próprio fim; e ainda reparar mais precisamente no desintrinsecamento que se opera entre a instância do poder, a instância da lei, a instância do saber, a partir do momento em que se apaga a identidade do corpo político. Reconhecemos a revolução democrática moderna, no melhor dos casos, por esta mutação: não há poder ligado a um corpo. O poder aparece como um lugar vazio e aqueles que o exercem como simples mortais que só o ocupam temporariamente ou que não poderiam nele se instalar a não ser pela força ou pela astúcia; não há lei que possa se fixar cujos enunciados não sejam contestáveis, cujos fundamentos não sejam suscetíveis de serem repostos em questão; enfim, não há representação de um centro e dos contornos da sociedade: a unidade não poderia, doravante, apagar a divisão social. A democracia inaugura a experiência de uma sociedade inapreensível, indomesticável, na qual o povo será dito soberano, certamente, mas onde não cessará de questionar sua identidade, onde esta permanecerá latente...

Digo: experiência de uma sociedade inapreensível; é bem verdade que essa sociedade suscita um discurso múltiplo que tenta apreendê-la e que, nesse sentido, emerge como objeto pelo fato mesmo de não ser mais impressa na ordem da natureza ou numa ordem sobrenatural. Mas me parece notável que o discurso que pode ser imputado à ideologia burguesa se exerça, nos primeiros tempos da democracia, resistindo à ameaça de uma decomposição da sociedade como tal. As instituições, os valores proclamados: a Proprie-

dade, a Família, o Estado, a Autoridade, a Pátria, a Cultura são apresentados como muralhas contra a barbárie, contra as forças desconhecidas de fora que podem destruir a Sociedade, a Civilização. A tentativa de sacralização das instituições pelo discurso é comensurável à perda da substância da sociedade, da derrota do corpo. O culto burguês da ordem, que se sustenta com a afirmação da autoridade, com suas múltiplas figuras, com o enunciado das regras e das justas distâncias entre os que ocupam a posição do senhor, do proprietário, do homem cultivado, do homem civilizado, do homem normal, adulto, face ao *outro*, todo esse culto testemunha uma vertigem perante a voragem de uma sociedade indefinida.

Contudo — acabo aliás de evocá-lo —, devemos estar atentos a um outro aspecto da mutação. O que advém com a democracia é a imagem da sociedade como tal, sociedade puramente humana, mas simultaneamente sociedade *sui generis* cuja natureza própria requer um conhecimento objetivo; é, em decorrência da destruição do núcleo monárquico de legitimidade e da destruição da arquitetura dos corpos, a imagem de um espaço homogêneo de direito, oferecido ao ponto de sobrevôo do saber e do poder; é a imagem do Estado, onisciente, onipotente, de um Estado ao mesmo tempo anônimo e, segundo o termo de Tocqueville, tutelar; é ainda, pelo fato de que a desigualdade se exerce nas fronteiras da igualdade das condições, a imagem de uma massa detentora do juízo último sobre o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o normal e o anormal, a imagem da opinião soberana; enfim, o que emerge é a imagem do povo a qual, eu observava, permanece indeterminada, mas de que é preciso não menos reconhecer que é suscetível de se determinar, de se atualizar fantasmaticamente como imagem do povo-Uno.

Nessa perspectiva não se deixaria o totalitarismo conceber como uma resposta às questões que a democracia veicula, como a tentativa de resolver seus paradoxos? A sociedade democrática moderna aparece-me, de fato, como aquela sociedade em que o poder, a lei, o conhecimento se encontram postos à prova por uma indeterminação radical, sociedade que se tornou teatro de uma aventura indomesticável, tal que o que se vê instituído não está nunca estabelecido, o conhecido permanece minado pelo desconhecido, o presente se revela inominável, cobrindo tempos sociais múltiplos não sincronizados uns com relação aos outros na simultaneidade — ou nomeáveis apenas na ficção do futuro; uma aventura tal que a procura da identidade não se desfaz da experiência da divisão.

Trata-se aí, por excelência, da sociedade *histórica*. Voltando ainda a este ponto: o que me parece condensado sob os paradoxos democráticos é o estatuto do poder, pois esse poder não é, como repete tontamente um discurso contemporâneo, simples órgão de dominação, é instância da legitimidade e da identidade. Ora, na medida em que aparece separado do príncipe, na medida em que se enuncia como poder de ninguém, na medida em que aponta para um núcleo latente, repito — o povo —, corre o risco de ver sua função simbólica anulada, de decair nas representações coletivas no nível do real, do contingente, quando os conflitos se exasperam e conduzem a sociedade ao limite da fratura. Poder político circunscrito, localizado na sociedade e simultaneamente instituinte, está exposto à ameaça de cair no abismo da particularidade, de excitar o que Maquiavel julgava mais perigoso que o ódio, o desprezo; como aqueles que o exercem ou a ele aspiram estão expostos à ameaça de tomar figura de indivíduos ou bandos simplesmente ocupados em satisfazer seus apetites. Com o totalitarismo instala-se um dispositivo que tende a exorcizar essa ameaça, que tende a soldar novamente o poder e a sociedade, a apagar todos os sinais da divisão social, a banir a indeterminação que persegue a experiência democrática. Porém, essa tentativa, que apenas pude fazer entrever, vai ela mesma beber numa fonte democrática, conduz à sua plena afirmação a idéia do povo-Uno, a idéia da Sociedade como tal, carregando o saber de si mesma, transparente a si mesma, homogênea, a idéia da opinião de massa, soberanamente normativa, a idéia do Estado tutelar.

A partir da democracia e contra ela o corpo assim se refaz. É necessário precisá-lo, o que se refaz é completamente diferente do que se havia, outrora, desfeito. A imagem do corpo que informava a sociedade monárquica se tinha escorado sobre a do Cristo. Nela se tinha investido o pensamento da divisão do visível e do invisível, o pensamento do desdobramento do mortal e do imortal, o pensamento da mediação, o pensamento de um engendramento que ao mesmo tempo apagava e restabelecia a diferença entre o engendrado e o engendrante, o pensamento da unidade do corpo e da distinção da cabeça e dos membros. O príncipe condensava na sua pessoa o princípio do poder, o princípio da lei, o princípio do saber, porém ele era *suposto* obedecer a um poder superior; dizia-se, ao mesmo tempo, desligado das leis e submetido à lei, pai e filho da justiça; detinha a sabedoria mas estava submetido à razão. Segundo a fórmula medieval, era *major et minor se ipso*, acima e abaixo de si mesmo. Essa não parece ser a posição do *Egocrata* ou de seus substitutos, burocratas

dirigentes. Coincide consigo mesmo, como a sociedade supostamente coincide consigo mesma. Uma impossível absorção do corpo pela cabeça desenha-se como uma impossível absorção da cabeça pelo corpo. O atrativo do todo não se dissocia mais do do desmembramento. Uma vez desfalecida a velha constituição orgânica, o instinto de morte se desacorrenta no espaço imaginário fechado e uniforme do totalitarismo.

Essas são algumas das reflexões que eu desejava entregar a vocês para indicar a direção de uma interrogação do político. Alguns de vocês não deixarão sem dúvida de me levar a observar que elas se alimentam da problemática da psicanálise. Certamente. Mas isso só adquire sentido sob a condição de nos perguntarmos em que lume se alumiu o pensamento de Freud. Pois não é verdade que para sustentar a experiência da divisão do sujeito, para fazer vacilar as referências de *um* e de *outro*, para destituir a posição do detentor do poder e do saber era preciso levar em consideração uma experiência que a democracia, a indeterminação que nascia da perda da substância do corpo político instituíra?

**DECIFRAR OS SIGNOS  
DO NOVO**

## A questão da Revolução\*

No decorrer deste debate François Furet e Marc Richir falaram sobretudo da idéia de Revolução. O primeiro absteve-se deliberadamente de interrogar o fato revolucionário. O segundo, partindo da idéia, foi ao ponto de sustentar que, *na realidade*, a Revolução abria inelutavelmente o caminho para o totalitarismo. Ele tornava preciso, convenhamos: pelo menos, quando utiliza a violência e se dá por fim encarnar a "transcendência prática"; mas isso era uma maneira de dizer, me parece: quando ela coincide com sua idéia.

Compreendo a intenção deles e, num certo sentido, compartilho-a. O primeiro denuncia a ilusão dos atores que, durante a Revolução Francesa, imaginam-se reconduzindo a história a um ponto de origem e reconstruindo a sociedade segundo um plano prescrito pela natureza, isto é, pela Razão; e denuncia ainda a ilusão dos historiadores que, pretendendo descrever a lógica dos acontecimentos, se identificam com os atores, compartilham sua fantasmagoria e se tornam, assim, cegos para a continuidade das linhas de evolução que estes acreditam ter quebrado. Richir, numa perspectiva diferente, nos faz reparar que no projeto de Revolução uma pulsão mortífera está associada à representação de uma sociedade suscetível de se realizar aqui e agora, de se tornar transparente, fazendo de sua própria figura o objeto de um saber último. Compreendo a intenção deles, dizia eu, na medida em que me parecem

(\*) Cf. *Esprit*, nº 9, setembro de 1976. Intervenção em um debate organizado conjuntamente por *Esprit* e um grupo de amigos, emigrados da Europa do Leste.

procurar cortar pela raiz o fantasma revolucionário de grande número de nossos contemporâneos. Com efeito, é preciso dizê-lo: a história das sociedades modernas não se resume ao curso das grandes revoluções; estas não constituem os episódios de uma Revolução universal e é aberrante supor que no intervalo delas operar-se-ia (segundo a fórmula em moda) apenas a reprodução das relações sociais de dominação e de exploração. É preciso dizê-lo ainda: a *idéia* da Revolução, como acontecimento absoluto, fundação de um mundo no qual os homens dominariam inteiramente as instituições, concordariam no conjunto de suas atividades e de seus fins, de um mundo no qual o Poder se dissolveria no fluxo das decisões coletivas, a lei no fluxo das vontades, de onde o conflito seria eliminado, essa *idéia* pactua secretamente com a representação totalitária; a crença em uma sociedade que se ordenasse organicamente, como inteiramente de dentro de si mesma, reenvia a uma referência inteiramente externa, à posição de um grande Outro que abarcaria o conjunto e o constituiria como Uno.

Contudo, a crítica pode parar aí?

Primeira observação: se nos ativermos à *idéia* de revolução não precisaríamos perguntar de onde surgiu? Não nasceu inteiramente adulta na cabeça dos atores jacobinos, nem mesmo, como se comprazem em repetir, do germe depositado pelo discurso de Rousseau. Se, como observa justamente Furet, ela implica a noção de uma ruptura entre o antigo e o novo e, simultaneamente, na de uma repartição entre o bem e o mal, o racional e o irracional, ou ainda na de uma humanidade que faria de si mesma sua própria obra, todas essas noções surgiram bem anteriormente, na Europa, pela primeira vez, creio, no começo do século XV em Florença — e já poderosamente investidas de um sentido político. E pode-se observar de passagem que os jacobinos herdaram dos heróis do Renascimento: os romanos, os espartanos, os legisladores e os tiranicidas da Antiguidade. Ou seja, "humanismo civil" em Florença, ou na França, na metade do século XVI, ou na Inglaterra no XVII não engendra a *idéia* da Revolução, mas a anuncia. Ora, não é por acaso se toma impulso em sociedades de um novo tipo, sociedades que se unificam, se homogeneizam, se circunscrevem em função da pertença comum dos homens a um território, conquistam uma identidade nacional, experimentam suas divisões internas num mesmo espaço simbólico, enfim, ordenam-se em consequência de um poder de Estado, instân-

cia da coerção generalizada e núcleo último da legitimidade, cuja aparição revolve todos os dados da Tradição e intriga. Não penso que se possa dissociar a *idéia* nova da Revolução da *idéia* nova do Estado; a *idéia* da fundação originária da do surgimento de um poder que garante à sociedade sua unidade, sua identidade, apresentando-se como seu produto e, ao mesmo tempo, correndo o risco de aparecer como um órgão particular, um órgão de fato confundido com a pessoa do Príncipe — alguma coisa que se pode destruir.

Ora, reconhecer a ligação entre essas duas *idéias* (a da Revolução e a do Estado) induziria a retomar a crítica do imaginário que se desvela no discurso revolucionário e a rearticulá-la com uma crítica do imaginário veiculado pela posição do poder estatal moderno. E induziria ainda a nos perguntarmos se, no nosso próprio tempo, quando se afirma, como jamais anteriormente, no detalhe da vida social, o ponto de vista do Estado, se pode apagar-se a *idéia* de Revolução ou se, pelo menos, pode-se imputá-la simplesmente ao fantasma.

Segunda observação: não se pode interrogar a revolução atendo-se à sua *idéia* — ou, melhor, à representação dos atores que se comportam como os encarregados da missão da História universal e pretendem que a Revolução fale pela sua boca. A *idéia* de Revolução, tal como é extraída do discurso dos revolucionários, até mesmo da ação que se realiza sob o signo desse discurso, não se teria formado ou teria permanecido privada de eficácia se faltasse uma sublevação das massas. Chamaremos revolta a essa sublevação? Se se quiser. Mas então reconheçamos que não se pode cortar o cordão umbilical que liga a revolução à revolta.

De minha parte recuso uma distinção convencional nos termos da qual a revolução se caracterizaria pela consciência que os combatentes têm de seus objetivos, como se os homens alguma vez tivessem tido, ao se sublevar, a noção clara de uma nova ordem que os libertaria da dominação e da exploração. O que dá à revolução seu caráter específico é o tipo de sociedade no qual se desenvolve (reato assim com o meu primeiro argumento), é que as massas, seja qual for o objeto de suas primeiras reivindicações, se chocam contra o Estado, contra um poder garantia da unidade e da identidade nacionais e que opondo a violência à sua violência, denegam sua legitimidade e atingem, no mesmo lance, a integridade do corpo político. Assim compreende-se que uma ação violenta aparentemente locali-

zada adquira um alcance simbólico e provoque múltiplas sublevações a partir de focos que não se comunicam entre si.

A Revolução, foi dito freqüentemente, é o resultado da luta de classes, mas é preciso ainda que esta se exerça num quadro em que a divisão de classes se combine com a divisão do conjunto social e do Estado e que todos os conflitos acumulados no seio da sociedade civil possam ser referidos à noção de uma oposição política e de um princípio da dominação. É preciso ainda que estejam dadas as condições de uma polarização geral entre o *Alto* e o *Baixo*, de tal maneira que em caso de enfraquecimento do Poder, aquilo que comumente está ligado a ele, a Autoridade, cristaliza contra si todos os ódios; de tal maneira, enfim, que em toda a extensão da sociedade, camadas estratificadas no seio das quais se repetia a relação dominante-dominado, possam de súbito ligar-se maciçamente ao *Baixo* e se sublevar contra o que aparece como o pólo adversário.

O fenômeno revolucionário é designado pelo sinal de uma operação de revolvimento que tende a propagar-se em todos os setores de socialização e a afetar todas as redes simbólicas. Ora, é bom precisar que esse revolvimento revolucionário nada deve à idéia de Revolução, robespierrista ou leninista, ou ao que Richir chama a vontade de encarnar "a transcendência prática". Observando-a não se poderia nem mesmo falar da Revolução "no singular, precedida do artigo definido", de acordo com a feliz expressão de Furet, ou da Revolução com maiúscula.

O acontecimento nada tem de uniforme e, com a permissão da palavra, é antes de uma revolução plural que se trata. Seja qual for o exemplo histórico escolhido, o espetáculo da diversidade é o mesmo. Lembremo-nos apenas da Revolução Russa: há mil teatros da revolução, nas fábricas, nos escritórios, nos bairros, no campo, no Exército, na Universidade, nos círculos de escritores e de artistas, e rapidamente todas as normas das instituições são repostas em questão. Não há diretor que regulamente o movimento dos atores. O que impressiona o observador é a paixão da auto-organização que anima múltiplas coletividades, a criação de sovietes, comitês de usina, comitês de bairro, de camponeses, soldados, milícias, associações de todo tipo, e é a afirmação reiterada por uns e outros de um direito de decidir *aqui e agora* sobre as ocupações de que têm experiência, direito freqüentemente reivindicado às custas do que é denunciado como a abstração Sociedade, encarnada nos decretos do governo.

Assim não há apenas emergência do *Baixo* e a imagem do revolvimento é, em parte, inadequada: ao mesmo tempo que a

sociedade bascula ela se descentra, o tecido das relações sociais adquire uma vida insuspeitada e se diferencia furtando-se às garras do poder estatal.

Talvez, dir-se-á, mas a experiência ensina que essa revolução plural fracassa, que deixada a si mesma conduziria a uma dissolução da comunidade nacional, que na realidade a Revolução se afirma no singular. Se se fala da Revolução mais vale, pois, se interessar no vem-a-ser. Já respondi que não se pode fazer a economia de uma análise do fato revolucionário a partir do momento em que apresenta constantes notáveis e que, à sua falta, a idéia de revolução não se formaria. E, por minha vez, coloco uma questão: pode-se afirmar que nenhum ensinamento poderia ser tirado na hipótese de uma sublevação revolucionária em nosso tempo, daquilo que a Revolução se torna — o que se tornou sob o impulso dos jacobinos e dos bolcheviques? Ou, em outros termos, seguramente preferíveis: se uma revolução explodisse em uma sociedade que assimilou na sua estrutura os efeitos do jacobinismo e do bolchevismo não se beneficiaria de uma experiência do fenômeno da burocracia e não engendraria uma imagem nova do possível e do impossível?

Chego assim a uma terceira reflexão. Esta concerne à articulação estabelecida por Richir entre a Revolução e o totalitarismo. Se afirmássemos que uma engendra inelutavelmente a outra deveríamos concluir que não há revolução antitotalitária possível ou que ela não serviria senão para reforçar o regime estabelecido. Não é talvez o pensamento de Richir uma vez que apenas toma por alvo a idéia da Revolução jacobino-bolchevique e que está consciente das contradições que trabalham o totalitarismo. Mas então mais vale dizer claramente que a crítica da mitologia revolucionária, do fantasma da "boa sociedade", da sociedade sem divisões, deixa em aberto a questão da Revolução.

Eu me espantava, antes de ouvir Akos Puskas, que nenhuma referência fosse feita às sublevações de que a Europa do Leste foi teatro e, principalmente, à Hungria. Sua intervenção é preciosa porque chama a atenção para os traços específicos da revolução antitotalitária e tenta mostrar que esta reata com a revolta (já disse porque este termo, definitivamente, não me parecia pertinente, mas pouco importa...) manifestando uma sensibilidade nova para com os efeitos destruidores da ideologia revolucionária (o que ele chama de revolucionarismo). Não é o lugar para nos estendermos sobre o

fenômeno húngaro. Contudo, importa sublinhar brevemente um duplo aspecto.

De um lado, a revolução apresenta-se sob os traços que mencionei: é uma revolução plural que passa por múltiplos centros; desenvolve-se nas fábricas, na Universidade, nos setores da cultura, no da informação, vê a proliferação de comitês de fábrica e de sovietes locais, de associações diversas, de partidos políticos, de assembléias. Esse processo selvagem se parece com todos aqueles conhecidos pelo primeiro quarto do século. As formas de organização e os métodos de luta próprios ao movimento operário são espontaneamente "reencontrados". Espontaneidade tanto mais espetacular porque a presença dos exércitos russos impede, em larga medida, a coordenação das iniciativas no conjunto do país.

Mas, fato novo e bastante notável: de todos os lados manifesta-se a *procura* de um novo modelo político que combinasse vários tipos de poder e impedisse assim que um aparelho de Estado se solidificasse e se destacasse da sociedade civil. Deseja-se um Parlamento eleito pelo sufrágio universal (cuja eficácia seria garantida pela existência de múltiplos partidos em competição), um governo eleito por ele e permanecendo sob seu controle; deseja-se uma federação de conselhos operários que dirija os negócios econômicos nacionais — o que, evidentemente, lhe confere um papel político — e deseja-se também sindicatos democráticos que defendam os interesses específicos dos trabalhadores face aos órgãos socialistas dirigentes, isto é, face ao governo e face aos próprios conselhos. Simultaneamente deseja-se devolver à justiça, à informação, ao ensino, a cada setor da cultura, sua autonomia. Em suma, procura-se a fórmula de uma democracia socialista, infinitamente mais extensa do que jamais o foi a democracia burguesa.

A meus olhos não há nada que nos informe melhor sobre a inspiração da revolução húngara que a discussão sobre a função dos conselhos operários quando da Assembléia Constituinte do conselho central de Budapeste. Prevalece a tese de que os conselhos, assumindo de imediato a responsabilidade política em escala nacional, devem abster-se de reivindicar todo o poder no futuro regime sob pena de se exporem a recriar as condições do totalitarismo após terem destruído o monopólio do Partido Comunista. A compreensão do perigo burocrático me parece, aqui, achar-se no seu mais alto grau, nessa assembléia operária que acaba de dar o máximo de atenção para o problema da representatividade de seus membros e que se recusa a confundir, de maneira geral, *democracia e repre-*

*sentação*, que reconhece que a primeira supõe uma diferenciação das fontes de autoridade e um jogo entre direitos específicos.

Estas indicações são, por certo, rápidas demais, porém eu queria assinalar que a revolução húngara, enquanto revolução espontânea, plural, desembocou imediatamente no problema da constituição geral da sociedade (constituição não sendo tomada numa acepção jurídica, ainda que a preocupação jurídica seja essencial face a um sistema no qual a dimensão da lei foi denegada). Desembocou imediatamente, em outros termos, no problema *político* e procurou a ele responder inscrevendo, projetando no espaço institucional os sinais da descompressão do social que ela instaurava por seu próprio movimento. Se nos interrogarmos sobre a revolução é preciso meditar sobre esta experiência, não nos contentarmos em imputar o projeto de revolução à ideologia (o que poderia permanecer sob o domínio da ideologia, numa posição complementar do revolucionarismo) mas nos aplicarmos em conceber a figura do novo.

## 6. A insurreição húngara\*

### A VERDADE SOBRE DOZE DIAS DE LUTA

Que se passou exatamente entre 23 de outubro e 2 de novembro?

Tentaremos dizê-lo apoiando-nos quase que exclusivamente nas informações transmitidas pela imprensa e a rádio húngaras, quer dizer, sem nos referirmos a testemunhos cuja imparcialidade possa ser contestada. A maioria das informações que utilizamos foram publicadas pela imprensa francesa, imprensa que funcionou como imprensa burguesa, porém. Quer dizer que procurou dissimular ou minimizar a ação do proletariado e que, em contrapartida, colocou em primeiro plano tudo o que permitia apresentar a insurreição como uma sublevação nacional. Todas as reivindicações políticas e nacionais foram acentuadas e falou-se sobretudo dos combates travados pelos "insurretos" em geral, sem procurar explicar quais eram as forças sociais em luta. Apenas no último período foi anunciado que tendências muito diversas se manifestavam. Não se mencionou senão incidentalmente a existência dos conselhos e suas reivindicações. Graças a essa manobra a imprensa deformou completamente os traços da revolução durante o primeiro período. Durante os três primeiros dias, com efeito, as emissões da Rádio Budapeste eram, na sua maior parte, consagradas à ação das fá-

(\*) *Socialisme ou Barbarie*, nº 20, dezembro de 56-fevereiro de 57. Texto reproduzido na primeira edição de *Eléments d'une critique de la bureaucratie*, Droz, 1971.

bricas dos bairros de Budapeste — Csepel, Rada Utca, Ganz, Lunz, Estrela Vermelha, Jacques-Duclos — e dos grandes centros industriais de província — em Miskolc, Győr, Szolnok, Pecs, Debreczen, etc.

Sobressaía dessas emissões que, com exceção de Budapeste onde, desde o início, o conjunto da população se tinha sublevado, o combate revolucionário repousava exclusivamente sobre os operários das fábricas: estes formavam "conselhos" por toda parte, por toda parte formulavam reivindicações revolucionárias, por toda parte se apoderavam de armas, em vários lugares batiam-se encarnadamente.

Sabe-se que tudo começou no dia 23 de outubro, com uma manifestação de solidariedade aos poloneses, organizada pelo círculo Petoefi, isto é, pelos estudantes e intelectuais. A essa manifestação, primeiramente proibida, depois autorizada no último momento pelo governo, juntaram-se massas de operários e de empregados que tinham deixado as fábricas e os escritórios. No conjunto desenvolveu-se pacificamente. Mas, à noite, um discurso de Geroe pôs fogo na pólvora. Ainda que esperassem importantes concessões por parte do governo, foi dito aos manifestantes que a amizade da Hungria pela URSS era indefectível, que os elementos perturbadores que queriam criar agitação seriam reprimidos e que o comitê central não tinha intenção de se reunir antes de 31 de outubro, ou seja, oito dias mais tarde. Depois de Geroe, Nagy prodigalizou algumas boas palavras e um apelo à calma. Os manifestantes sentiram o discurso de Geroe como uma provocação. Uma coluna de manifestantes dirigiu-se para a rádio e tentou entrar para que fossem transmitidas suas reivindicações: "A rádio mentel Queremos dar a conhecer o que desejamos". A polícia de segurança atirou então nos manifestantes — e, a partir desse momento, os combates se propagam pela cidade. Algumas horas mais tarde Geroe, assustado, chama Nagy ao Governo, mas isso não modifica em nada a atitude dos insurretos que avançam reivindicações de fundo e não se contentam com uma mudança de pessoas.

O discurso de Geroe, portanto, pôs fogo na pólvora. Mas seria arriscado pensar que os manifestantes teriam comportadamente voltado para casa se lhes tivesse sido anunciado a volta imediata de Nagy ao poder. Havia muito tempo que uma extraordinária eferescência reinava em Budapeste. E não pensamos unicamente nas manifestações do círculo Petoefi onde importantes concentrações tinham denunciado cada vez mais violentamente a política do go-

verno e o papel da URSS. Também não pensamos apenas no extraordinário clima suscitado pelos funerais de Rajk, em seguida pelos de antigos membros do partido e antigos oficiais de cuja liquidação e reabilitação as massas ficavam sabendo, por vezes, ao mesmo tempo. Uma forte corrente de oposição crescia, havia meses, no seio do partido; a democratização, a limitação do domínio russo eram pedidas com insistência, os crimes e as taras do regime anunciados publicamente. Os acontecimentos da Polônia tinham levado essa agitação ao máximo. É essa situação que explica que, em seguida, a grande maioria dos quadros médios do partido e de seus militantes de base se encontrassem ao lado dos insurretos. Mas, ao mesmo tempo, uma grande agitação se manifestava nas fábricas.

O órgão do partido a assinalava desde o último mês de julho e pedia reformas urgentes para apaziguar os operários. Assim, o governo precisou prometer, nessa época, que o nível de vida das massas seria elevado em 25% e anunciar a abolição do empréstimo forçado (que equivalia a uma retenção de 10% sobre os salários). Contudo, as promessas não tinham sido suficientes; eram, aliás, temperadas pela legislação da semana de 46 horas (horas normais), enquanto um projeto precedente tinha previsto 42 horas. De qualquer maneira, os operários estavam decididos a não se contentar com algumas migalhas; não queriam mais ritmos de produção impostos pelo governo: não queriam mais ordens do sindicato e do partido que eram agentes do Estado tão servis quanto o diretor da fábrica e elevavam a voz tanto mais alto porque, frente a eles, os dirigentes sindicais e políticos se encontravam cada dia mais desacreditados pela aparição na imprensa das malfetorias do regime Rakosi das quais tinham participado.

Os operários que estavam na rua no dia 23 de outubro não tinham ido apenas reclamar a volta de Nagy; tinham outra coisa na cabeça. Sua atitude pode ser resumida pela declaração de um operário, torneiro nas grandes fábricas Csepel, publicada dois dias antes pelo órgão das Juventudes Comunistas: "Até agora não dissemos palavra. Aprendemos durante esses tempos trágicos a ser silenciosos e a avançar a passo de lobo. Estejam tranquilos, nós também falaremos".

Na noite de 23 para 24 a polícia de segurança continua a atirar sobre os manifestantes. Mas os soldados húngaros confraternizam com estes últimos e, nas casernas, fornecem eles mesmos armas aos manifestantes ou não opõem nenhuma resistência quando delas se apoderam. Operários dos arsenais levam armas e distribuem. No dia

seguinte, especialmente ocorre uma grande batalha em frente do Parlamento em que intervêm, anuncia a Rádio Budapeste, os tanques soviéticos e aviões. Não há dúvida sobre o papel representado pelos operários nessa quarta, 24; batem-se encarniçadamente. São os operários das fábricas Csepel que se encontram na vanguarda e que criam o comitê central da insurreição. Um panfleto editado pelos "estudantes e os operários revolucionários" convoca para a greve geral. No mesmo dia a rádio oficial anuncia que explodiram agitações nas fábricas da província; transmite constantemente comunicados que mostram manifestações sobrevindas nos centros industriais da Hungria. De noite anuncia que a calma voltou em certas empresas da província e pede insistentemente para que os operários retomem o trabalho no dia seguinte pela manhã. Na quinta-feira o governo dá novamente ordem aos operários e aos funcionários para retomarem o trabalho, o que atesta que a greve continua.

Várias vezes o governo acredita-se dono da situação e o diz. É porque não compreende exatamente o que se passa no país inteiro: comitês operários constituem-se um pouco por toda parte, mas, com maior frequência, exprimem sua confiança em Nagy; a greve é geral, mas não dirigida contra Nagy. Por exemplo, o conselho revolucionário de Miskolc que rapidamente representa um papel da maior importância, pede, no dia 25, "um governo em que sejam colocados comunistas devotados ao princípio do internacionalismo proletário, que seja antes de tudo húngaro e respeite nossas tradições nacionais e nosso passado milenar".

Os conselhos povoam a Hungria, seu poder torna-se a partir de quinta o único poder real fora o exército russo. Quarta-feira o governo maneja sucessivamente a ameaça e o pedido. Sucessivamente anuncia que os insurretos serão esmagados e lhes propõe que devolvam as armas em troca de uma anistia. Porém, a partir de quinta à tarde revela-se impossível fazer seja o que for contra a greve geral e os conselhos. Entre três e quatro horas da tarde Nagy e Kadar prometem que vão negociar a partida dos russos; à noite a frente popular patriótica declara na rádio: "O governo sabe que os insurretos são de boa fé". O órgão do PC húngaro, *Szabad Nep*, reconheceu logo no mesmo dia que o movimento não é unicamente obra de contra-revolucionários, mas que é também "a expressão da amargura e do descontentamento da classe operária". Esse reconhecimento parcial da insurreição foi, como se vê, ultrapassado pelos acontecimentos em algumas horas e é o conjunto da insurreição que o governo se acha obrigado a legitimar. No dia seguinte pela manhã

o comandante das forças da ordem dirige-se aos insurretos pela rádio chamando-os de "jovens patriotas".

Há, pois, na quinta-feira, uma espécie de virada. Parece que a insurreição venceu, que o governo cede. E Nagy sanciona essa mudança reformando o governo; chama Bela Kovacs, antigo secretário do partido dos pequenos proprietários, preso pelos russos por "espionagem" e Zoldan Tildy, do mesmo partido, antigo presidente da República no pós-guerra, para colaborarem com ele. Essa transformação governamental é surpreendente. Visa satisfazer a opinião uma vez que mostra que o partido comunista está pronto a colaborar doravante com outros partidos; ao mesmo tempo Nagy dá garantias de sua hostilidade para com os russos, pois não há dúvida que seus novos colaboradores, perseguidos recentemente por Moscou, o ajudarão a exigir novas relações com a URSS. Mas essa reforma não satisfaz os conselhos operários: estes pedem a independência nacional e a democracia mas não querem políticos reacionários que, de resto, já colaboraram com os russos. A volta ao poder dos antigos líderes "pequenos proprietários" satisfaz provavelmente uma parte do campesinato e a pequena burguesia de Budapeste, mas, ao mesmo tempo, incita essas camadas a adquirir coragem, a formular suas próprias reivindicações e a vir para a frente do palco, enquanto, até o momento, o combate revolucionário tinha repousado principalmente sobre o proletariado.

Coloquemo-nos agora na data de sábado, 27 de outubro e, antes de procurarmos como evolui a revolução, consideremos o que foi a insurreição operária durante os quatro primeiros dias.

O conselho de Miskolc nos servirá de exemplo.

Esse conselho foi formado desde o dia 24. Foi democraticamente eleito por todos os operários das fábricas de Miskolc, independentemente de posição política. Ordenou imediatamente a greve geral, à exceção de três setores: transportes, energia elétrica e hospitais. Estas medidas testemunham sua preocupação em governar a região e assegurar à população a manutenção dos serviços públicos. Muito rapidamente também (a 24 ou 25) o conselho enviou uma delegação a Budapeste para tomar contato com os insurretos da capital, levar-lhes o apoio ativo da província e agir de acordo com eles. Publica um programa em quatro pontos:

- Retirada imediata de todas as tropas soviéticas;
- Formação de um novo governo;
- Reconhecimento do direito de greve;
- Anistia geral para os insurretos.

No plano político, o conselho definiu nitidamente a sua posição na quinta, 25, posição imediatamente conhecida na Hungria inteira graças à rádio de que se apoderou. Já dissemos qual é: é pelo internacionalismo proletário e, simultaneamente, por um comunismo húngaro nacional. A associação das duas idéias pode parecer confusa do ponto de vista dos princípios comunistas. Nas presentes circunstâncias é perfeitamente compreensível. O conselho é internacionalista, quer dizer que está pronto a lutar com os comunistas e os operários do mundo inteiro, mas é nacional, quer dizer que recusa toda sujeição à URSS e pede que o comunismo húngaro seja livre para se desenvolver como entender.

Aliás, o conselho não se opõe a Nagy. Propõe um governo dirigido por este. O que não o impede de fazer o contrário do que Nagy pede. No momento em que este suplica aos insurretos que deponham as armas e, mais particularmente, que os operários retomem o trabalho, o conselho de Miskolc forma milícias operárias, mantém e estende a greve e se organiza como um governo local independentemente do poder central. Não é apenas porque quer expulsar os russos e porque vê Nagy prisioneiro deles. Está decidido a sustentar Nagy apenas se este aplicar o programa revolucionário. Assim, quando Nagy coloca no governo os representantes do partido dos proprietários, reage vigorosamente. Em um "comunicado extraordinário" transmitido através da sua rádio no sábado, 27, às 21h30, o conselho declara principalmente que "tomou o poder nas mãos em toda a região de Borsod. Condena severamente todos aqueles que qualificam nosso combate como combate contra a vontade e o poder do povo. Temos confiança em Imre Nagy, acrescenta, mas não estamos de acordo com a composição do seu governo. Todos esses políticos que se venderam aos soviéticos não devem ter lugar no governo. Paz, Liberdade e Independência".

Esta última declaração põe em relevo também a atividade do conselho que, como acabamos de dizer, comporta-se como um governo autônomo. No dia mesmo em que toma o poder em toda a região de Borsod, dissolve os organismos que são o traço do regime precedente, isto é, todas as organizações do partido comunista (esta medida é anunciada no domingo de manhã através da sua rádio). Anuncia também que os camponeses da região expulsaram os responsáveis pelos colcoses e procederam a uma redistribuição da terra.

No dia seguinte pela manhã, enfim, a Rádio Miskolc transmitirá um apelo pedindo aos conselhos operários de todas as cidades de

província "para coordenar seus esforços com vistas a criar um só e único poderoso movimento".

O que acabamos de relatar basta para mostrar que, logo após o desencadear da insurreição de Budapeste, manifestou-se um movimento proletário que encontrou imediatamente sua justa expressão através da criação dos conselhos e que constituiu o único poder real na província. Em Győr, Pecs, na maioria das outras grandes cidades parece que a situação foi a mesma de Miskolc. Era o conselho operário que dirigia tudo; armava os combatentes, organizava o abastecimento, apresentava reivindicações políticas e econômicas. Durante esse período o governo de Budapeste não representava nada; agitava-se, lançava comunicados contraditórios, ameaçava, em seguida suplicava aos operários que depusessem as armas e que retomassem o trabalho. Sua autoridade era nula.

Face aos conselhos havia apenas as tropas russas e, além disso, parece que, em certas regiões, nem lutaram. No departamento de Miskolc, notadamente, assinalou-se que as tropas estavam na expectativa e que, em várias ocasiões, soldados soviéticos confraternizavam. Fatos análogos são assinalados na região de Győr.

Não conhecemos precisamente todas as reivindicações formuladas por esses conselhos. Porém temos o exemplo do conselho de Szeged. Segundo um correspondente iugoslavo, do jornal *Vjesnik* de Zagreb, que se encontrava nessa cidade, no dia 28 de outubro houve uma reunião dos representantes dos conselhos operários de Szeged, tendo sido adotadas as seguintes reivindicações: a substituição das autoridades locais stalinistas, a aplicação da *autogestão operária* e a partida das tropas russas.

É incrivelmente extraordinário observar que os conselhos nascidos espontaneamente em diferentes regiões, parcialmente isolados pelos exércitos russos, tenham procurado imediatamente se federar. Tendiam a constituir, no fim da primeira semana revolucionária, uma República dos conselhos.

Com base nessas informações, a imagem composta pela imprensa burguesa de uma simples participação operária numa sublevação nacional é, evidentemente, artificial. Repetindo: estava-se em presença da primeira fase de uma revolução proletária.

Quais eram os objetivos dessa revolução?

Conhecêmo-los através de uma resolução dos sindicatos húngaros, publicada na sexta, 26, isto é, três dias após o desencadear da insurreição. Contém uma série de reivindicações de um alcance imenso:

1º) Que a luta cesse, que uma anistia seja anunciada e que sejam empreendidas negociações com os delegados da juventude;

2º) Que um amplo governo seja constituído, com Imre Nagy na presidência, e com a participação de representantes dos sindicatos e da juventude. Que a situação econômica do país seja exposta com toda franqueza;

3º) Que seja concedida ajuda às pessoas feridas nas lutas trágicas que acabam de ocorrer e às famílias das vítimas;

4º) Que a polícia e o exército sejam reforçados por uma guarda nacional composta de operários e de jovens, para manter a ordem;

5º) Que uma organização da juventude operária seja constituída com o apoio dos sindicatos;

6º) Que o novo governo entabule imediatamente negociações com vistas à retirada das tropas soviéticas do território húngaro.

No plano econômico:

1º) Constituição de conselhos operários em todas as fábricas;

2º) Instauração de uma direção operária. Transformação radical do sistema de planificação e da direção da economia exercida pelo Estado. Reajuste dos salários, aumento imediato de 15% para os salários inferiores a 800 forints e de 10% para os salários de menos de 1.500 forints. Estabelecimento de um teto de 3.500 forints para os ordenados mensais. Supressão das normas de produção, salvo nas fábricas em que os conselhos de operários pedirem a sua manutenção. Supressão do imposto de 4% pago pelos solteiros e pelas famílias sem filhos. Aumento das aposentadorias mais baixas. Aumento da taxa do seguro-família. Aceleração da construção de habitações pelo Estado;

3º) Os sindicatos pedem, além disso, que seja mantida a promessa (feita por Imre Nagy) de entabular negociações com os governos da URSS e dos outros países com vistas a estabelecer relações econômicas dando às partes vantagens recíprocas, com base do princípio da igualdade.

Como conclusão é dito que os sindicatos húngaros deverão funcionar como antes de 1948 e deverão mudar de nome e chamar-se doravante "sindicatos húngaros livres".

Esta lista é assinada pela presidência do conselho dos sindicatos húngaros mas não há dúvida de que retoma e sistematiza as reivindicações emitidas pelos diversos conselhos operários.

Consideremos de perto essas reivindicações. Não constituem, seguramente, um programa socialista máximo. Pois um programa

desses teria como primeiro ponto o governo dos representantes dos conselhos apoiado nas milícias operárias. Talvez fosse o que desejavam inúmeros operários muito avançados em relação às declarações das "cúpulas". Talvez não. Disso, nada sabemos. De qualquer maneira, o que se pode considerar como teoricamente justo não é necessariamente o que pensam e o que dizem aqueles que estão engajados numa revolução e que estão colocados em condições determinadas.

O programa dos sindicatos, tal qual, vai muito longe. Por um lado, pede que Nagy governe com os representantes da juventude e os dos sindicatos. Ora, a juventude esteve na vanguarda da revolução; por outro lado, os sindicatos devem ser transformados, tornar-se sindicatos livres, verdadeiros representantes da classe; seus organismos devem ser democraticamente eleitos. Reivindicação que significa, pois, exigir um governo revolucionário.

Em segundo lugar, o programa prevê o armamento permanente de operários e jovens que, com o exército e a polícia, serão a sustentação do governo.

Além disso, e este ponto é essencial, a resolução pede a constituição de conselhos em todas as fábricas. O que prova que os operários vêem nos seus organismos autônomos um poder que tem uma significação universal; não o dizem, talvez não tenham consciência do que lhes será possível fazer, porém tendem para uma espécie de República dos conselhos. Não estão dispostos a deixar para o governo o cuidado de decidir tudo em seu nome, mas querem, ao contrário, consolidar e estender o poder que eles mesmos detêm na sociedade.

Mas o que prova a maturidade revolucionária do movimento são as reivindicações próprias à organização da produção. Essas reivindicações escapam, evidentemente, à inteligência do jornalista burguês pois este apenas vê o que se passa na superfície das coisas, isto é, no plano estritamente político. Ora, o que *na realidade* decide sobre a luta das forças sociais são as relações que existem no seio da produção, no coração das empresas.

Os operários poderiam ter no governo homens em quem confiassem e que estivessem animados de excelentes intenções, mas não ganhariam nada se na vida de todos os dias, no trabalho, permanecessem simples executantes comandados por um aparelho dirigente, como são comandadas as máquinas. Os próprios conselhos seriam finalmente desprovidos de eficácia e destinados a perecer se

não compreendessem que têm como tarefa tomar nas mãos a organização da produção.

Disto os operários húngaros estavam conscientes. E é o que dá ao seu programa um imenso alcance. Estavam tanto mais conscientes porque o regime stalinista, recusando-lhes a participação na gestão das fábricas, não tinha parado de proclamar que os operários eram os verdadeiros proprietários de suas empresas. De alguma maneira, o regime stalinista havia contribuído, nesse ponto, para a sua própria derrubada, pois tinha permitido aos operários compreender uma coisa, mais claramente que em qualquer outro lugar: que a exploração não vem da presença de capitalistas privados mas, mais geralmente, da divisão — nas fábricas — entre os que decidem tudo e os que apenas obedecem.

O programa dos sindicatos ataca, pois, essa questão que é fundamentalmente revolucionária: pede, no mesmo parágrafo, "a instauração de uma direção operária e a transformação radical do sistema de planificação e da direção da economia exercida pelo Estado". Como se efetuará essa transformação radical? Como conseguirão os operários através da sua direção participar da planificação? Isso não é dito. Isso não podia, aliás, ser dito, três dias após a insurreição, ainda no fogo da luta, e num documento que não podia afirmar senão princípios. Mas se a reivindicação está ainda mal definida, seu espírito não deixa dúvidas: os operários não querem mais que o plano de produção seja elaborado independentemente deles, não querem mais que as ordens sejam enviadas por uma burocracia de Estado. Interessa-lhes ao máximo saber o que a direção decide em escala nacional, como a produção será orientada, em que ramos se projeta fazer os maiores esforços e porque; que volume deve ser atingido nos diversos setores; qual a repercussão desses objetivos sobre o seu nível de vida, sobre a duração da semana de trabalho, sobre o ritmo de trabalho que isso imporá.

Se se continuar atentamente o exame do parágrafo "econômico" do programa, apercebemo-nos, enfim, que os operários não param em reivindicações de princípio; fazem uma exigência muito precisa e que tem imediatamente uma repercussão formidável sobre a organização da produção nas fábricas: exigem a supressão das normas de produção, salvo nas fábricas em que os conselhos pedirem a sua manutenção. Isso significa dizer que os operários devem ser livres para organizar seu trabalho como entenderem. Desejam pôr toda a burocracia na rua, desde os agentes de estudos até aos cronometradores que querem alinhar o trabalho humano sobre o

trabalho da máquina e que, cada vez mais, alinham o trabalho das máquinas sobre as cadências loucas impostas ao trabalho humano, mesmo correndo o risco de fazer explodir as máquinas.

Não excluem que em certos casos devam ser mantidas normas, porém especificam que são os operários, através do seu conselho, os únicos qualificados para decidir sobre isso.

Com toda evidência esta reivindicação coloca as primeiras balizas de um programa gestor e se a situação lhe tivesse permitido desenvolver-se não podia senão conduzir a esse programa. E, com efeito, não se pode separar a organização do trabalho dos homens da produção em geral. Os diretores de empresa nunca toleraram nem podem efetivamente tolerar tal dissociação, pois tudo está interligado na fábrica moderna. No dia em que os homens decidirem sobre a conduta no trabalho serão levados a encarar todos os problemas da empresa.

Finalmente, destaquemos do programa dos sindicatos as reivindicações salariais. É muito característico que visem estreitar o leque dos salários, isto é, combater a hierarquia: 15% acima de 800 forints, 10% entre 800 e 1.500, um teto de 3.500. Ora, a hierarquia é a arma dos stalinistas assim como dos capitalistas porque lhes permite, por um lado, constituir uma camada privilegiada que é uma sustentação para o regime estabelecido e, por outro lado, dividir os trabalhadores, isolá-los uns dos outros multiplicando os níveis de remuneração. A luta contra a hierarquia é hoje fundamental para os operários do mundo inteiro, quer trabalhem em Budapeste, Billancourt, Detroit ou Manchester e vêmo-la, efetivamente, passar para o primeiro plano cada vez que nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França uma greve selvagem explode, independentemente dos sindicatos. Essa luta torna-se mais clara para os operários visto que o desenvolvimento técnico tende a nivelar mais e mais os empregos: a extrema diferenciação dos salários aparece, assim, como absurda do ponto de vista da lógica da produção e justificável unicamente pelas vantagens político-sociais que delas retira o aparelho dirigente.

No apelo que o conselho nacional dos sindicatos húngaros lançará alguns dias mais tarde (2 de novembro) será exigido um *novo sistema de salários*, o que significa, sem dúvida nenhuma, refundir as categorias artificialmente multiplicadas pelo regime precedente.

Qual a imagem que esses primeiros dias de luta compõem? A população, no seu conjunto, se sublevoou e procurou varrer o

regime fundado sobre a ditadura do PC. A classe operária esteve na vanguarda desse combate. Não se dissolveu no "movimento nacional". Apareceu com objetivos específicos:

1º) Os operários organizaram espontaneamente seu poder próprio, os conselhos, aos quais procuraram imediatamente dar a maior extensão possível; 2º) constituíram com uma rapidez inaudita um poderio *militar* que foi capaz de fazer recuar, em certos casos, de neutralizar, em outros, as tropas russas e seus blindados; 3º) atacaram a raiz mesma da exploração apresentando reivindicações que tinham por efeito mudar completamente a situação dos operários no próprio quadro das empresas.

#### DIVERSIDADE DAS FORÇAS SOCIAIS EM LUTA PALAVRAS DE ORDEM DEMOCRÁTICAS E NACIONAIS

Retomemos o filme dos acontecimentos no momento em que o havíamos interrompido. Dissemos que a partir de quinta, 25, se opera uma virada na situação. O governo reconhece primeiramente que a luta insurrecional é justa; promete que negociará em breve a partida das tropas russas; oferece pastas a não-comunistas (pequenos proprietários). Sobre essa base acredita ter a possibilidade de pedir que os insurretos deponham definitivamente as armas. Contudo, os combates continuam. Em Budapeste a batalha contra os tanques soviéticos é extremamente violenta no início da tarde de sexta, 26. O governo não compreende essa situação: pensa que suas concessões são já muito importantes e, sobretudo, está persuadido de que os conselhos operários vão sustentá-lo já que, repitamo-lo, estes proclamam sua confiança em Nagy. Um ultimato é pois lançado para que as armas sejam depostas na sexta, 26, antes das 22 horas. No dia seguinte pela manhã a luta prossegue e a rádio oficial sustenta que aqueles que continuam a lutar são "bandidos" e como tal serão tratados. Os insurretos são novamente considerados como "agentes do Ocidente".

Perante a amplitude dos combates que recomeçam (sobretudo na noite de sábado para domingo quando a prisão de Budapeste é atacada e os dois Farkas, chefes policiais do regime Rakosí responsáveis por uma série de crimes, executados), perante a extensão dos conselhos revolucionários que se multiplicam na província e englobam agora *todas as camadas da população*, o governo é novamente

levado a ceder. Parece que a situação é muito confusa no domingo pela manhã. Por um lado, as negociações com os representantes estudantis em Budapeste levam a um armistício, por outro lado, os combates persistem apesar desse armistício. O mais provável é que algumas frações dos insurretos desprovidas de armas ou de munições ou que se encontram em má situação aceitam a negociação, enquanto outras, reabastecidas de armas pelos soldados, prosseguem ou retomam o combate.

O caso é que a tarde do domingo, 28, leva a uma segunda retirada governamental, que é, ao mesmo tempo, uma capitulação russa. Entre 12 e 13 horas Nagy anuncia que ordenou a suas tropas para cessar fogo. Às 15 horas a Rádio Budapeste declara: "Em breve o combate acabará. As armas calaram-se. A cidade está silenciosa. Silêncio de morte. Convém refletir nos motivos dessa mortandade atroz de que o stalinismo e a demência sanguinária de Rakosi são as verdadeiras causas". Às 16h30 Nagy declara que as tropas russas vão se retirar "imediatamente".

Sabe-se, de fato, que os russos não evacuam Budapeste. Esperam, supostamente, que os insurretos deponham as armas. Estes, por seu lado, recusam-se a devolvê-las e são encorajados pelos conselhos de Győr e de Miskolc: os combates recomeçam. Não é senão terça à noite que a partida dos russos parece assegurada, sendo confirmada oficialmente pela Rádio Moscou.

Não temos mais necessidade agora de seguir de tão perto o curso dos acontecimentos e podemos sobrevoar a segunda semana revolucionária para dela extrair os traços principais. Mas, para compreender a evolução do movimento revolucionário precisamos primeiramente notar o que se passa no plano governamental, no plano político geral e no plano militar.

— No plano governamental Nagy faz uma série de concessões que, num sentido, têm um caráter democrático, num outro, revalorizam as forças pequeno-burguesas. Anuncia sucessivamente o fim do regime do partido único (terça, 30) e a volta a um governo de coalizão nacional análogo ao de 1946; promete eleições livres pelo sufrágio universal; funda um novo partido, o Partido Socialista Operário; projeta um estatuto de neutralidade para a Hungria e a denúncia do pacto de Varsóvia; cria um novo governo em que os comunistas têm apenas duas pastas enquanto as outras cadeiras (com exceção de uma oferecida a um representante do novo partido Petoefi) são repartidas entre nacional-camponeses, pequenos proprietários e social-democratas.

— No plano político, os antigos partidos se reconstituem rapidamente: na província, seções dos partidos camponeses, social-democratas e pequenos proprietários se multiplicam. Entretanto, uma nova formação aparece, saída da insurreição: o partido da juventude revolucionária, situado sobre uma base nitidamente socialista. Vários jornais novos são publicados.

— No plano "militar", a situação é dominada pela presença dos russos. Fingiram aceitar partir no domingo, 28, e, em vez de partir, atacaram os insurretos dentro de Budapeste; anunciaram que se retirariam na noite de segunda, 29, e deixaram em grande parte a capital, mas se reagruparam à distância e, a partir de quinta, 1º de novembro, importantes efetivos penetram no território húngaro.

É nesse clima que o movimento de massas evolui. Ora, esse movimento engloba agora novas camadas sociais. Foi no início, principalmente, um movimento das fábricas, salvo, lembrêmo-lo, em Budapeste onde, ao lado dos operários se encontravam estudantes, empregados, pequenos burgueses. Traduziu-se pela aparição dos conselhos. Mas o primeiro recuo do governo (quinta), a formação de um governo de coalizão (sexta) encorajam todas as camadas da população a se sublevar, pois a vitória parece a todos ao alcance da mão. Tanto em Miskolc quanto em Győr constituem-se conselhos de cidades e de regiões os quais vêm para a frente do palco. É bastante evidente que a população não operária e particularmente os camponeses são antes de tudo sensíveis a reivindicações democráticas e nacionais. Ora, essas reivindicações encontram profunda ressonância na classe operária pois constituem uma demolição do antigo Estado totalitário. Os operários são a favor da independência da Hungria face à exploração russa; são a favor da abolição do regime do partido único que se confundiu com a ditadura stalinista; são a favor da liberdade de imprensa que dá aos opositores o direito de se exprimirem; são mesmo a favor de eleições livres que constituem, a seus olhos, um meio de quebrar o monopólio político do partido "comunista".

Uma certa unanimidade na euforia da vitória pode, pois, instaurar-se: em todo caso ela caminha paralelamente com uma certa confusão.

Essa confusão é acrescida pela ameaça feita pelo exército russo, pois todo mundo é obrigado a agitar ao mesmo tempo a bandeira da independência nacional.

E essa confusão é também mantida pela política de Nagy que, mesmo reconhecendo os organismos autônomos da classe operária e declarando-se decidido a apoiar-se neles, não faz na realidade senão concessões à direita.

Teremos uma idéia do flutuamento da situação política reportando-nos mais uma vez à atividade do conselho de Miskolc. A partir do domingo, 29, este publica um programa que submete aos conselhos de Győr, de Pecs, de Debreczen, Szekesfehear, de Nyregyhaza, de Szolnok, de Magyarovar, de Esztergom e de várias outras cidades de província:

“Nós exigimos do governo:

- 1º) A edificação de uma Hungria livre, soberana, independente, democrática e socialista;
- 2º) uma lei instituindo eleições livres pelo sufrágio universal;
- 3º) a partida imediata das tropas soviéticas;
- 4º) a elaboração de uma nova constituição;
- 5º) a supressão da A.V.H. (*Allamvedelmi Hatóságom*, a polícia política). O governo deverá apoiar-se apenas sobre duas forças armadas: o exército nacional e a polícia comum;
- 6º) anistia total para todos os que pegaram em armas e a incriminação de Erno Geroe e de seus cúmplices;
- 7º) eleições livres num prazo de dois meses com a participação de vários partidos.”

Este programa reflete visivelmente não mais apenas a vontade dos operários das fábricas de Miskolc mas a da população da região de Borsod no seu conjunto.

Na segunda semana parece que os que se opõem ao comunismo (sob todas as suas formas) falam mais alto, enquanto os que lutam por um poder proletário não se manifestam tão abertamente no plano político. Em Győr, desde o domingo, 29, um comunicado do conselho operário alerta contra os elementos perturbadores não comunistas que procuram explorar a situação. No dia 2 de novembro observadores anunciam que o poder dos elementos não comunistas aí se encontra ameaçado. Em Budapeste parece que manifestações reacionárias ocorreram.

Entretanto, seria absurdo pensar que se desenvolve um verdadeiro movimento contra-revolucionário. Não há base para um tal movimento. De nenhum lado vêm à luz reivindicações que poderiam pôr em causa as aquisições da classe operária. Os elementos “direi-

tistas” que estão no governo preocupam-se em declarar que não se pode, de forma alguma, voltar atrás. É assim que Tildy, líder dos pequenos proprietários, declara a 2 de novembro: “A reforma agrária é um fato. Os colcoses desaparecerão, está claro, mas a terra continuará dos camponeses. Os bancos, as minas permanecerão nacionalizados, as fábricas continuarão propriedade dos operários. Não fizemos nem uma restauração, nem uma contra-revolução, mas uma revolução”.

Pouco importa saber se Tildy pensa efetivamente o que diz. O fato é que não pode falar de outro modo porque as forças que dominam são revolucionárias.

Em Budapeste, a insurreição foi e continua obra dos operários e dos estudantes. A primeira declaração da Federação da Juventude, no dia 2 de novembro, é por demais clara: “Não queremos a volta do fascismo do almirante Horthy. Não devolveremos a terra aos grandes proprietários nem as fábricas aos capitalistas”.

Na província, a verdadeira força social fora do proletariado é o camponato. Ora, se as reivindicações dos camponeses e sua atitude podem ser confusas, não é menos evidente que sua luta pela divisão das terras é de caráter revolucionário e que, para eles, expulsar os dirigentes dos colcoses tem o mesmo alcance que expulsar os grandes proprietários.

Com efeito, os camponeses na Hungria nunca possuíram a terra; apoderando-se dela, não regridem mas dão um passo adiante. Eram, na sua imensa maioria, sob o regime Horthy, operários agrícolas e representavam, então, mais de 40% da população. Tendo tirado benefício da reforma agrária no pós-guerra, viram-se quase imediatamente despossuídos de seus novos direitos e condenados a uma coletivização forçada. Seu ódio contra os burocratas que dirigiam as cooperativas e enriqueciam às suas custas substituiu, quase sem transição, o ódio que testemunhavam contra seus exploradores ancestrais, os aristocratas da terra.

Além disso, sabe-se que a redistribuição das terras após 23 de outubro ocorreu apenas em certos setores, enquanto em outros as cooperativas, recuperadas pelos camponeses, continuavam a funcionar, o que prova que, para certas camadas camponesas, as vantagens do trabalho coletivo permaneciam sensíveis, apesar da exploração à qual tinha sido associado sob o regime precedente.

Seria, pois, simplista pretender que os camponeses constituem uma força contra-revolucionária; mesmo se estavam dispostos, em grande número, a confiar nos representantes dos partidos “peque-

nos proprietários" apegados a uma tradição religiosa e familiar, apressados em saudar a volta do cardeal Mindszenty, permaneciam membros de uma classe explorada, suscetível de ligar-se ao proletariado na sua luta por objetivos socialistas.

Citamos há pouco o programa em sete pontos de Miskolc para mostrar que aí somente apareciam reivindicações democráticas e nacionais. Podemos agora citar o programa de Magyarovar que se lhe assemelha de alguma maneira. Programa de um "comitê executivo municipal" manifestamente dirigido por elementos camponeses, pede eleições livres sob o controle da ONU, o imediato restabelecimento das organizações profissionais do campesinato, o livre exercício da profissão pelos pequenos artesãos e os pequenos comerciantes, a reparação das graves injustiças cometidas contra a Igreja, e formula toda uma série de reivindicações democráticas burguesas mas, *ao mesmo tempo*, exige a supressão de todas as diferenças de classes (ponto 13).

Nada pode mostrar melhor, na nossa opinião, a ambivalência do movimento camponês no qual, como mostrou a Revolução Russa em particular, coexistem sempre elementos conservadores e revolucionários.

#### A LUTA OPERÁRIA CONTINUA

Tentou-se fazer acreditar que no fim da segunda semana da insurreição tinha-se desencadeado um importante movimento contra-revolucionário, e que as conquistas operárias eram passíveis de ser liquidadas. Kadar precisou em seguida retratar-se dessa mentira e declarar que se tratava de uma simples ameaça de grupos reacionários cuja ação o governo necessitava preceder. Mas era ainda uma mentira. A seqüência dos acontecimentos provou-o, pois a classe operária lutou encarnadamente na Hungria inteira, a greve voltou a ser geral e as fábricas foram novamente os bastiões da insurreição. Era as novas conquistas operárias — os conselhos e o armamento dos operários — que os russos não podiam tolerar e que quiseram esmagar com a ajuda de um governo fantoche.

Durante a terceira semana, a Rádio Budapeste não pôde senão reeditar o programa de súplica que havia transmitido sob o primeiro governo Nagy no início da insurreição: pedia-se que os operários tivessem confiança no governo, que depusessem as armas, que retomassem o trabalho.

A verdade é que na véspera do ataque dos blindados soviéticos a situação estava *aberta* e que o futuro da sociedade húngara dependia — como acontece em toda revolução — da capacidade das diversas forças sociais de fazer prevalecer seus objetivos e arrastar consigo a maioria da população.

O que estava excluído, em todo caso, era uma volta a um regime do tipo Horthy, uma restauração do capitalismo privado e da grande propriedade fundiária, pois não havia nenhuma camada social importante suscetível de sustentar essa restauração.

Em contrapartida, era possível quer a reconstituição de um aparelho de Estado que se teria apoiado num Parlamento, teria utilizado uma polícia e um exército regular e teria encarnado novamente os interesses de um grupo dirigente de tipo burocrático na produção; quer a vitória da democracia operária, a tomada das fábricas pelos conselhos, o armamento da juventude operária e estudantil, em suma, um movimento que se teria, cada vez mais, radicalizado.

Nesse último caso, sem dúvida nenhuma, uma vanguarda ter-se-ia rapidamente reagrupado; teria oposto ao programa político burguês ou burocrático um programa de governo operário; teria ajudado a unificar a ação dos conselhos e a reivindicar a direção da sociedade.

As duas vias estavam abertas e, sem dúvida nenhuma, os acontecimentos que se teriam então produzido nas outras democracias populares teriam exercido uma forte influência num ou noutro sentido. Por um lado, é duvidoso que uma revolução isolada tivesse podido desenvolver-se e triunfar na Hungria; por outro, não é menos duvidoso que um movimento proletário tivesse podido durar sem fazer sentir seus efeitos sobre a classe operária da Tcheco-Eslováquia, da Romênia e da Iugoslávia, que continuavam, em graus diversos, a sofrer uma exploração análoga àquela de que os operários húngaros se tinham libertado, sem dar um impulso imenso ao movimento operário na Polônia, o qual tinha, havia um mês, imposto concessões contínuas tanto à burocracia polonesa quanto à russa.

É claro que quando uma revolução começa, seu resultado não está garantido de antemão. Na revolução húngara o proletariado não estava só; a seu lado, os camponeses, os intelectuais, os pequenos burgueses tinham combatido a ditadura da burocracia, que explorava e oprimia toda a população. As reivindicações democráticas e nacionais uniam, durante uma primeira fase, toda a população; apoiando-se nelas, era teoricamente concebível um desenvol-

vimento conduzindo à reconstituição de um aparelho de Estado separado e oposto aos conselhos, de uma "democracia" parlamentar podendo tirar benefício do apoio dos camponeses e da pequena burguesia. Numa segunda fase da revolução, o conteúdo contraditório dessas reivindicações se revelaria; nesse momento, teria sido necessário que uma solução se impusesse brutalmente às custas da outra, que se impusesse o parlamento de tipo burguês ou os conselhos, um exército e uma polícia como corpos especializados de coerção ou uma organização armada da classe operária. No ponto de partida, a insurreição trazia consigo os germes de dois regimes absolutamente diferentes.

Entretanto, a seqüência dos acontecimentos mostrou qual era a força da classe operária. Estendemo-nos voluntariamente sobre o papel dos elementos não proletários que se manifestaram durante a segunda semana da insurreição. Mas também não deveríamos exagerar seu peso real na situação. É fatal que à saída de um regime ditatorial todas as tendências políticas se manifestem, que os políticos tradicionais, apenas saídos da prisão, façam concentrações, discursos, escrevam artigos, redijam programas; que, na euforia da vitória comum, um auditório esteja prestes a aplaudir todos os fazedores de frases que proclamam seu amor pela liberdade. A ameaça representada por essas forças políticas não correspondia ainda a uma força organizada na sociedade.

Contudo, os conselhos operários continuavam a existir; os operários permaneciam de armas na mão. *Esses conselhos, esses operários eram a única força real, a única força organizada no país — fora o exército russo.*

Era essa força que a burocracia russa não podia absolutamente tolerar. Os Tildy, os Kovacs, mesmo os Midszenty — pode fazer compromissos com eles, governar fazendo-lhes concessões. Já o havia feito na Hungria, em todos os países de democracia popular — e na França, onde Thorez e Cia. não se incomodaram de participar, ao lado de Bidault, de vários governos de 1945 a 1947. Porém, a organização de conselhos pelos operários armados significa, para a burocracia, uma derrota total. Foi por isso que, forjando o álibi do "perigo reacionário", lançou no domingo, 4 de novembro, seus blindados contra os conselhos, cuja vitória corria o risco de ter repercussões imensas e de subverter seu próprio regime.

O que então se passou foi absolutamente inacreditável. Durante seis dias os insurretos resistiram a um exército cuja potência de fogo era esmagadora. Não foi senão na sexta, 9 de novembro, que

cessou em Budapeste a resistência organizada. Porém, *o fim da resistência militar não pôs absolutamente fim, sem mais, à revolução.* A greve geral continuou, mergulhando o país numa paralisia completa e demonstrando claramente que o governo Kadar não tinha estritamente nenhum apoio no meio da população. Kadar, contudo, já tinha aceitado no seu programa a maior parte das reivindicações dos insurretos — entre outras, a gestão operária das fábricas. Mas o proletariado húngaro não podia evidentemente deixar-se enganar por um traidor que queria instaurar seu poder pela força dos blindados russos. Durante uma semana, de 9 a 16 de novembro, o governo fantoche de Kadar multiplicou os apelos, ora ameaçando, ora suplicando, prometendo, e fazendo — em palavras — concessões sempre maiores. Nada se alterou. Então, na sexta, 16 de novembro, Kadar foi obrigado a entrar em conversações com os conselhos — com o conselho central dos operários de Budapeste. Reconhecia, assim, que se achava sem autoridade, que a única força verdadeira no país eram os operários e que havia apenas um meio para que o trabalho recomeçasse: que os conselhos dessem ordem para tal. Sob a condição expressa de que uma série de suas reivindicações seriam imediatamente satisfeitas e declarando que não abandonavam "uma vírgula" do resto, os delegados operários pediram a seus camaradas, pelo rádio, para retomarem o trabalho.

Esses fatos não mostram apenas, de maneira retrospectiva, o peso relativo das diversas forças na revolução húngara e o poderio extraordinário dos conselhos operários. Jogam uma luz crua sobre a derrota total da burocracia russa, mesmo após a sua "vitória" militar. Já o fato de recorrer a uma repressão maciça, de mobilizar vinte divisões para acabar com um movimento popular era, em si mesmo, para a burocracia russa obrigada a reivindicar o socialismo, uma derrota política extremamente pesada. Mas essa derrota não é nada em comparação com a que está sofrendo agora: precisa reconhecer, por intermédio de Kadar, que massacrara as pessoas para nada, que não restaurou seu poder na Hungria, que apesar de Kadar dispor de vinte divisões russas, precisa, mesmo assim, compor-se com os conselhos operários.

A revolução húngara não terminou. No país, duas forças continuam a enfrentar-se: os blindados russos e os operários organizados nos conselhos. Kadar tenta criar para si um apoio fazendo concessões extremamente generosas. Porém, a sua situação é sem esperança. No momento em que estas linhas são escritas, na véspera de segunda, 19 de novembro, não é certo que a ordem de retomada

do trabalho dada pelos conselhos será efetivamente seguida; parece que muitos operários consideram que os delegados erraram ao conceder essa retomada a Kadar. Este acaba, mais uma vez, de dar um passo em falso (que, aliás, era obrigado a dar); para assegurar-se de que a retomada do trabalho será efetiva, tem apenas um meio, reduzir os operários à fome, exatamente como um patrão ou um governo capitalista; proibiu, pois, que os camponeses abastecessem Budapeste a não ser com a permissão do governo e do exército russo e que os operários recebessem cartões de racionamento fora das fábricas. Por isso mesmo, não faz senão mostrar-se ainda mais claramente aos olhos dos operários húngaros tal como é — um fuzilador duplicado por um esfomeador — e aprofundar o fosso que o separa deles. Ao mesmo tempo, os operários continuam a pedir com persistência e como prioridade a partida das tropas russas; após a retirada, imagina-se facilmente qual seria a sorte de Kadar.

#### O REGIME CONTRA O QUAL OS OPERÁRIOS LUTARAM

A repressão russa é tão monstruosa, o combate dos operários tão evidente que a verdade deveria impor-se por si mesma. Os militantes comunistas franceses deveriam tomar consciência da cumplicidade que une, no assassinato, seus próprios dirigentes e os da URSS. Mas, precisamente porque as ilusões sobre o Estado "socialista" estão perto de se dissipar, porque a confiança na clique do *L'Humanité* está perto de se apagar, usam-se todos os meios para esconder o verdadeiro caráter dos acontecimentos da Hungria. E pouco importa que a mentira seja imensa, o PC francês não tem escolha. Como os culpados que têm medo de se "contradizer" se começam a confessar uma parte de seus crimes, o PC nega tudo em bloco; nega que a classe operária se tenha sublevado, nega que os blindados russos a tenham esmagado, nega que a população tenha querido expulsar a ditadura de Moscou, nega mesmo que Nagy tenha permanecido comunista. Apega-se à tese dos assassinos: a insurreição era um *putsch* fascista. Tese que, aliás, não é, de forma alguma, a de Kadar, já que este não pára de afirmar que as reivindicações dos insurretos serão satisfeitas...

O PC não pode convencer, mas sabe que essas mentiras engendram a confusão. Militantes, simpatizantes repetem que as palavras de ordem avançadas na luta eram principalmente burguesas e logo, reacionárias, que a hostilidade contra a URSS era uma manifes-

tação de nacionalismo, que na ausência de uma intervenção russa o regime estava necessariamente votado a uma restauração capitalista. A maior parte do tempo, os que assim falam não compreendem em que situação a população se sublevou, contra qual regime teve de lutar.

A Hungria conhece, há dez anos, um regime dito de democracia popular. Anteriormente tinha vivido durante mais de vinte anos sob um regime meio feudal, meio capitalista coroado pela ditadura do regente Horthy. Como nos outros países da Europa central e oriental, o campesinato compunha a maioria da população, e os camponeses pobres, no caso os operários agrícolas, representavam sozinhos perto da metade da população total. Um proletariado ainda fraco, mas nitidamente mais desenvolvido que nos países vizinhos (com exceção da Tcheco-Eslováquia) trabalhava em indústrias largamente financiadas pelo capitalismo estrangeiro. Nas cidades tinha-se desenvolvido uma classe média cujas aspirações entravam em choque com o poder ditatorial solidamente fundado sobre a aristocracia fundiária e sustentado pelo estrangeiro. Como em muitos outros países subdesenvolvidos, a estabilidade do regime era, além disso, mantida graças à cumplicidade de uma parte da burguesia, aterrorizada por uma perspectiva revolucionária e graças à inércia dos camponeses, freiados na sua tomada de consciência política por uma extrema miséria e uma sujeição completa aos grandes proprietários.

O Estado húngaro havia sido fundado, de fato, apenas em 1918. Anteriormente, os húngaros, um dos primeiros povos da Europa oriental a formar uma consciência nacional e um Estado, tinham ficado submetidos, durante séculos, à dominação da Áustria, de sorte que o problema da independência nacional tinha adquirido, em particular desde 1848, uma importância explosiva — que a dominação russa, após 1945, lhe deu novamente.

O desmembramento do império austríaco pelo tratado de Trianon (1919) dava uma solução aparente para o problema nacional da Hungria, mas, de forma alguma, para os outros problemas dessa sociedade: primeiramente, o problema da terra, propriedade de uma minoria de nobres, enquanto os camponeses permaneciam submetidos a uma exploração cujo fundo, senão forma, era feudal; o problema da democracia política, em seguida, impossível de instaurar, visto que a esmagadora maioria camponesa do país, se chegasse a se exprimir politicamente, avançaria imediatamente o problema da divisão das terras.

Como na Rússia czarista, a burguesia, tardiamente desenvolvida, não podia nem queria combater esses problemas, temendo que as massas, uma vez postas em movimento, pusessem em questão o conjunto do regime social. E, como na Rússia, o proletariado, numericamente minoritário, mas concentrado e politicamente desenvolvido, foi levado pela crise da sociedade a propor suas próprias soluções. Isso constituiu a revolução comunista de 1919, dirigida por Bela Kun, cujos erros de direção e a intervenção armada das potências da Entente conduziram à derrota. Foi sobre essa derrota que o regime Horthy foi estabelecido, o qual não fez, como vimos, senão manter pela força o estado de coisas anterior.

Horthy participou na guerra ao lado de Hitler. Lá pelo fim da guerra, contudo, um movimento havia tentado retirar a Hungria da aliança com a Alemanha; os alemães ocuparam então o país e exerceram um verdadeiro terror, perseguindo e exterminando os militantes de esquerda e deportando 400 000 judeus para os campos de concentração. Antes da derrota pelo exército russo, os alemães entrincheirados em Budapeste lutaram em cada rua e deixaram atrás de si uma cidade devastada.

Por sua vez, o exército russo fez reinar o terror. Pilhagens, violações, enforcamentos sucederam-se até que um governo nacional foi instalado em Budapeste.

Esse governo, dirigido pelos comunistas, possuía, de saída, uma terrível desvantagem: era criação de um exército de ocupação e elevava-se dentro de um país em ruínas cuja estrutura arcaica havia, até então, condenado a viver sob a tutela de Horthy. Viu-se bem qual era o poder real dos comunistas quando, nas eleições de 1946, conseguiram obter apenas 15% dos votos enquanto os outros partidos, pequenos proprietários, nacional-camponeses e social-democratas, repartiam entre si o restante do corpo eleitoral.

Mas o partido comunista tinha, entretanto, no seu jogo, vantagens consideráveis. Por um lado, o apoio da URSS lhe garantia uma posição dominante; por outro lado, e sobretudo, a existência de um proletariado e de um campesinato superexplorados lhe oferecia a possibilidade de expandir rapidamente uma ideologia revolucionária. A imensa maioria do povo húngaro era composta de trabalhadores pobres decididos a compreender e a sustentar uma política resolutamente revolucionária.

Que fez pois o partido comunista? Dedicou-se, simultaneamente, a consagrar a derrota das antigas camadas dominantes procedendo à divisão das terras e à nacionalização dos bancos e das

indústrias e procurou apoiar-se nos membros dessas antigas classes para constituir uma nova burocracia de Estado. Técnicos, militares, políticos mesmo (por exemplo, Kovacs) que tinham sido os agentes do regime Horthy tornaram-se os quadros das novas indústrias nacionalizadas, do novo exército, da nova política e afluíram para o partido. Por um lado, pois, reformas espetaculares, a divisão das terras, as nacionalizações pareciam ser proveitosas para o campesinato e o proletariado; enquanto, por outro lado, se restabelecia uma divisão estrita entre uma classe dirigente e os explorados para os quais o poder continuava tão estranho quanto no tempo do regime Horthy.

Na indústria, foram instauradas condições de trabalho extremamente duras, à imagem das que reinavam na URSS. Como na URSS, como nas outras democracias populares, a ordem sem cessar renovada para elevar a produtividade foi transmitida pelos sindicatos: os operários deviam aceitar os freqüentes aumentos das normas ou passar por sabotadores. Os salários eram mantidos num nível extremamente baixo, pois os operários deviam sacrificar-se para a construção do "socialismo"; as greves eram proibidas como crimes contra o Estado.

Nos campos, a coletivização forçada sucedeu rapidamente à divisão das terras; os preços impostos aos camponeses para a venda de seus produtos ao Estado, a obrigação de trabalhar nas cooperativas por um salário insignificante levaram-nos a condições de vida análogas às que haviam conhecido sob o regime Horthy.

Ao mesmo tempo construía-se o partido comunista. Seus efetivos, muito fracos em 1946, deviam atingir o número considerável de 800 000 aderentes. O fim era constituir um aparelho de direção da sociedade que obedecesse estritamente à vontade do grupo dirigente e que controlasse, em todos os níveis, a aplicação das decisões do Estado. Como na URSS, como em todas as outras democracias populares, esse objetivo não podia ser atingido senão com a condição de fazer calar pela força toda oposição, tanto no interior quanto no exterior do partido. Toda expressão política foi, pois, controlada, a imprensa amordaçada, os intelectuais manietados. Após uma etapa de colaboração necessária com os partidos não comunistas, o PC húngaro pôde governar só. A disciplina do partido, a força da polícia e dos quadros do exército dispensavam-no, desde 1948, de recorrer a uma fachada democrática.

Foi essa evolução do partido comunista devida aos erros de Rakosi?

É bem evidente que não. De propósito ainda não falamos dos excessos da coletivização, do programa extremado de desenvolvimento da indústria pesada. Porque mesmo se não se os menciona, o totalitarismo do regime aparece já claramente. Nas suas grandes linhas, a política comunista foi tanto a de Rajk e de Nagy quanto a de Rakosi. Foi Rajk quem, ministro do interior até 1949, constituiu o elemento essencial da ditadura: a polícia de segurança graças à qual o governo pôde doravante governar sem pedir a opinião das massas.

Rajk e Nagy nunca estiveram em desacordo com Rakosi a não ser sobre modalidades da política comunista. Nagy pensava que o ritmo de investimento na indústria pesada arriscava desorganizar a produção e manter o poder de compra das massas num nível tão baixo que não se poderia esperar um crescimento da produtividade. Em outros termos, pensava que a criação de altos fornos não podia ser efetuada de maneira satisfatória por um proletariado em farrapos. Recomendava também que não se precipitasse a coletivização porque recordava a terrível crise na qual a URSS tinha sido mergulhada devido à coletivização forçada. Mas Nagy, tanto quanto Rajk, não programou uma única vez consultar os operários e os camponeses sobre a organização da produção. Menos ainda propôs fazer participar conselhos operários na elaboração do plano.

Tanto Rajk quanto Nagy não lutaram nunca por uma democratização efetiva do partido que reconhecesse o direito das tendências de se organizarem e de se exprimirem publicamente.

Um nível de vida miserável, uma exploração reforçada, um controle policial sobre a vida social e intelectual, eis os traços da democracia húngara durante dez anos. O regime substituiu a ditadura Horthy por uma nova ditadura, orientada para novas tarefas (industrialização rápida, coletivização agrícola), mas tão hostil às massas quanto a primeira.

Se se toma consciência dessa situação, compreende-se porque todas as camadas da população se ligaram contra o poder "comunista" aos primeiros sinais de fraqueza que ele deu.

#### O SENTIDO DAS REIVINDICAÇÕES "DEMOCRÁTICAS"

A união dos operários, camponeses, classes médias, juventude e dos intelectuais é raramente encontrada na História. E sempre numa época em que o despotismo foi levado ao ponto de acuar o

povo inteiro à revolta. Tal união fez triunfar a revolução russa contra o tzarismo; nessa revolução, como no movimento húngaro, encontra-se, em particular, a mesma e excepcional fusão da *intelligentsia* e do proletariado e o mesmo entusiasmo da juventude que resume em si a avidez de mudança.

Em tais condições, as palavras de ordem democráticas têm um efeito explosivo. Eleições livres, abolição do regime do partido único, liberdade de imprensa, direito de greve para os operários, divisão das terras entre os camponeses, todas essas reivindicações não representam um passo atrás mas um imenso passo adiante, pois têm por efeito quebrar a máquina do Estado totalitário.

De fato, essas reivindicações não foram as únicas avançadas. Mostramos que em todo lugar os conselhos operários apresentaram outras reivindicações, radicais, próprias ao proletariado. O que queremos sublinhar agora é que as próprias palavras de ordem democráticas da insurreição têm uma significação progressista. Nunca tinham sido realizadas sob o regime Horthy e era ao conjunto da ditadura feudal-capitalista e da ditadura stalinista que os húngaros voltavam as costas.

A ideologia burguesa não tinha cegado os operários; quando sustentavam as reivindicações democráticas, lutavam também por sua própria causa. Pois elas davam novamente a palavra às massas populares no seu conjunto, cuja voz havia sido abafada pela ditadura.

O proletariado não quer mais eleições em que o partido comunista impõe uma lista de candidatos e em que o resultado é representado de antemão. Ele quer escolher seus representantes. Amanhã, sem dúvida, descobrirá que não pode dominar por intermédio de um Parlamento que submerge sua voz na de todas as outras camadas sociais. Amanhã, sem dúvida, deverá, se quer triunfar, opor seus conselhos a esse Parlamento; porém, de imediato, parte das instituições existentes e procura dar-lhes vida. Reivindica a liberdade política geral contra o totalitarismo, livre de definir mais precisamente qual deve ser essa liberdade em uma segunda fase.

O proletariado é a favor da abolição do partido único, pois viu que o reino exclusivo de um partido significa proibir toda opinião e todo agrupamento que se afaste das normas impostas pelo Estado. Quer ter a liberdade de se organizar. Será, sem dúvida, levado a fazer uma distinção entre a pluralidade dos partidos revolucionários — que é absolutamente legítima — e a pluralidade dos partidos burgueses que podem ameaçar o regime socialista. Sua reação pre-

sente nem por isso é menos fundamentalmente sadia. Do mesmo modo, quando exige liberdade de imprensa visa a destruição dos órgãos enfeudados no Estado e afirma o direito de exprimir publicamente sua opinião mesmo sendo de oposição.

#### DIVISÃO DAS TERRAS E COLETIVIZAÇÃO FORÇADA

De todas as reivindicações democráticas, a mais típica concerne à divisão das terras. Já observamos que em vários lugares as cooperativas foram preservadas, mas não voltaremos a essas informações. Admitamos que a imensa maioria dos camponeses se tenha apoderado da terra. Por que falar de um gesto reacionário?

Os stalinistas franceses se indignam. A descoletivização é uma terrível regressão, uma ameaça para o socialismo, dizem. Porém, perguntamos, por nossa vez: onde está a virtude socialista da coletivização?

Para nós, consiste no seguinte: a reunião dos camponeses em cooperativas permite-lhes colocar seus recursos em comum, adquirir máquinas agrícolas potentes, aumentar a produção e, graças a esse processo, melhorar o nível de vida e o nível cultural; além disso, o trabalho em comum muda-lhes a mentalidade; os problemas que enfrentam na sua empresa levam-nos a intensificar as trocas com o resto da sociedade, a compreender as relações que existem entre as diversas esferas da produção, a participar de uma maneira cada vez mais ativa na organização econômica no seu conjunto.

Animaria essa virtude socialista a coletivização húngara, coletivização forçada?

É evidente que se os camponeses são coagidos pela força a trabalhar em cooperativas, se aí não determinam o seu trabalho em comum mas devem obedecer às ordens de funcionários que não trabalham, se seu nível de vida não melhora, se a diferença entre a sua renda e a da burocracia é considerável, é evidente, afirmamos, que em tais condições a coletivização não tem nada de socialista. O ódio dos camponeses pela burocracia das cooperativas é, nesse caso, tão sadio quanto o que testemunhavam pelos proprietários fundiários; seu desejo de possuir a terra e de serem senhores de seu próprio trabalho é tão legítimo quanto há dez anos. Os operários revolucionários podem desejar que os camponeses compreendam pouco a pouco quais são as vantagens da produção coletiva, pois essas vantagens são, efetivamente, imensas e o socialismo não será asse-

gurado senão quando os próprios camponeses tiverem reconhecido a superioridade das cooperativas; porém, de imediato, os operários apenas podem ajudar os camponeses a combater a opressão de que foram vítimas.

*L'Humanité* insinuou que os grandes proprietários poderiam recuperar suas terras. Mas como em nenhum lugar, e com razão, os camponeses pensaram em chamá-los de volta, o órgão stalinista contentou-se em anunciar a libertação do príncipe Esterhazy. Foi libertado visto que as prisões foram esvaziadas. Porém, o que fez? Após uma rápida volta pela sua região natal, passou à Áustria.

#### A EXPLORAÇÃO DA HUNGRIA PELA URSS E AS REIVINDICAÇÕES NACIONAIS

As reivindicações nacionais foram apresentadas como tipicamente reacionárias. Ora, para apreciá-las corretamente, é preciso novamente considerar a situação na qual foram expressas.

Aqui estão os fatos: há dez anos que a URSS explora a Hungria. Não são estatísticas nem testemunhos burgueses que no-lo ensinam mas os comunistas progressistas húngaros que, desde a derrota de Rakosi (isto é, desde julho passado), o revelam claramente.

Numa primeira fase, a URSS exigiu reparações que constituem um terrível peso para a economia de um país já exangue. Em 1946, 65% da produção total do país eram consagrados a essas reparações; em 1947, 18% da receita nacional estava destinada a isso.

Numa segunda fase, os russos praticaram, como em todas as democracias populares (o que foi uma razão essencial para a ruptura de Tito), uma exploração indireta coagindo os húngaros a vender-lhes produtos industriais e produtos agrícolas a um preço muito inferior ao que teriam obtido no mercado mundial. Preparavam-se, finalmente, para pôr a mão em jazidas de urânio oferecendo uma contraproposta insignificante.

Além disso, a dominação russa não tinha apenas um aspecto econômico, aparecia em todos os setores da vida social, política e cultural.

Era sabido que o destino das tendências no PC húngaro estava estritamente ligado à orientação de Moscou; por exemplo, a ascensão de Nagy no período Malenkov, em seguida sua queda consecu-

tiva à desgraça deste último, manifestaram publicamente o papel dirigente do Politburo russo.

Os escritores, filósofos ou artistas, por seu lado, viam impor-se-lhes o modelo russo e toda tentativa de expressão independente via-se imediatamente reprimida; foi assim que, por exemplo, o filósofo húngaro Lukács, marxista que ultrapassava de muito tudo o que a Rússia stalinista produzira nesse campo, teve de fazer auto-críticas desonrosas para reconhecer que havia apenas uma literatura e uma filosofia válidas, aquelas praticadas em Moscou. Nas escolas, o ensino do russo era obrigatório. Se acrescentarmos a esse quadro a presença permanente das tropas russas, teremos uma idéia das relações entre a Hungria e a URSS. Essas relações traduziam, de fato, uma exploração de caráter colonial.

Ora, se em todos os países coloniais cresce o desejo pela independência nacional, em um país como a Hungria, dotado de um rico passado nacional, o ódio pelo explorador estrangeiro era decuplicado. Qualificar esse ódio de reacionário é absurdo, quando é a conduta do estrangeiro que é reacionária.

É certo que as reivindicações nacionais estão sempre prestes a degenerar em nacionalismo (nos países coloniais igualmente). Estamos convencidos de que, entre os que brandiam o emblema de Kossuth ou que arrancavam as estrelas vermelhas das bandeiras húngaras, bom número de elementos cediam a um puro e simples chauvinismo. Sabemos muitíssimo bem que a pequena burguesia é um terreno de eleição para esse chauvinismo. Nós próprios pensamos que o desencadeamento dos sentimentos anti-russos pôde despertar nos camponeses um ódio ancestral. Mas não é isso que importa. Havia também nas reivindicações nacionais um aspecto sadio. A juventude revolucionária e os conselhos operários que exigiam a partida imediata dos russos e a proclamação de uma Hungria soberana e independente atacavam a opressão do imperialismo russo; combatiam simultaneamente o Estado totalitário estrangeiro e o Estado totalitário húngaro.

Tivemos, além disso, a prova de que o combate dirigido contra os russos foi acompanhado, em numerosas ocasiões, por uma conduta tipicamente internacionalista. Os soldados russos foram chamados a confraternizar e efetivamente confraternizaram. É quase certo que a amplitude dessas manifestações obrigou a burocracia de Moscou a chamar de volta uma parte de suas tropas e a enviar elementos mais seguros, que não fossem suscetíveis de simpatizar com a população. A fraternidade com que os insurretos acolheram

os soldados que se recusavam a atirar sobre eles é atestada por uma resolução pedindo que se lhes conceda direito de asilo na Hungria.

Será necessário denunciar a atitude dos stalinistas franceses? Ousam indignar-se com o nacionalismo dos insurretos húngaros sendo que se precipitaram no chauvinismo face ao que chamavam os "boches" no final da guerra.

#### A BUROCRACIA RUSSA E A REVOLUÇÃO HÚNGARA

Hávamos acreditado que o pano caíra sobre o primeiro ato da revolução húngara quando Nagy anunciou conjuntamente a vitória da insurreição e a partida das tropas russas. Não houve intervalo. Apenas baixado, o pano se ergueu novamente ao estrépito dos tanques que se espraavam sobre o território húngaro, cercavam Budapeste, ocupavam as pontes, as estradas e cortavam o país do resto do mundo.

Não pensávamos que a URSS ousaria. Há seis meses que a ditadura de Stalin tinha sido solenemente condenada; os dirigentes russos tinham prometido o fim do terror policial, multiplicado os gestos que visavam restabelecer a confiança, assinado com Tito declarações sobre os princípios de igualdade que deviam reger as relações entre nações socialistas; há um mês apenas haviam cedido perante a corrente revolucionária polonesa; cinco dias antes, publicavam uma longa resolução que encarava a retirada das tropas russas de vários países da Europa central e oriental e que confirmava o direito das democracias populares a determinarem livremente sua própria política; enfim, quarenta e oito horas antes do ataque seu delegado na ONU afirmava que as tropas russas procuravam apenas proteger a partida dos cidadãos soviéticos da Hungria.

Mas em vinte e quatro horas as concessões são retiradas, as declarações anuladas, as promessas achincalhadas, a democratização varrida e ousam retomar o rosto medonho do stalinismo que eles mesmos tinham transformado em espantinho para ressuscitar a confiança nas suas próprias pessoas.

A história da humanidade está, sem dúvida, cheia de exemplos sangrentos, cheia das mentiras e das traições dos governos, mas não se podia imaginar que um Estado que reivindica o comunismo fizesse frente contra um povo inteiro e desencadeasse a mais feroz repressão.

Ainda que estivéssemos conscientes do verdadeiro caráter do regime russo, que conhecêssemos o papel contra-revolucionário exercido pelos stalinistas em todas as lutas operárias há vinte e cinco anos, que nos lembrássemos da impiedosa repressão que abateu todas as oposições na URSS, que nos lembrássemos também do destino que populações inteiras sofreram, deportadas aos milhões na época da coletivização (Kruchev confirmava-o recentemente perante o XX Congresso), não pensávamos que na conjuntura presente, a URSS — isto é, o seu governo — assumisse perante o mundo inteiro, perante os trabalhadores de todos os países e os comunistas de todos os países a responsabilidade de esmagar sob o peso de milhares de blindados uma insurreição que mobilizara todas as camadas da população húngara.

Foi feito. Havíamos subestimado o Kremlin, seu poder de mentir, seu cinismo e ódio sem limite pelas massas populares. Os Kruchev, os Mikoyan, os Bulganin que se comprazeram em acusar Stalin de todos os males e de todas as atrocidades do passado, que se apresentaram eles mesmos como os espectadores impotentes de um terror que não tinham desejado — esse bando que há vários meses faziam palhaçadas em diversas capitais do mundo a fim de se fazer passar por “bravas pessoas” —, ultrapassaram Stalin em atrocidade. E, de fato, nunca foi fornecida a Stalin a ocasião para uma tal carnificina. Os milhares de discursos de ontem e de amanhã não apagarão seus atos que os denunciam como fuziladores de operários e denunciam, para além das suas pessoas, um regime: o capitalismo burocrático.

Esse regime, nenhuma reforma pode mudá-lo. Pode liberalizar-se um momento para tentar reconquistar uma aceitação popular. Desde que seja ameaçado age segundo a sua lógica: esmagar o opositor, mesmo que esse opositor seja um povo inteiro.

Que todos os que estavam prestes a entusiasmar-se com a nova burocracia progressista da URSS contemplem hoje o rosto medonho que adquiriu no combate, que vejam as ruínas, o número de vítimas, a miséria dos insurretos que ficam agora isolados do mundo, condenados novamente a viver sob a opressão e que compreendam, pelo menos, que é preciso escolher. Escolher radicalmente não entre Stalin e Kruchev, Kruchev e Malenkov, entre os pretensos duros e os pretensos moles, mas entre a burocracia totalitária e os únicos que podem a ela se opor, que sofrem a exploração e que são os únicos a poder dar sentido ao socialismo.

#### O JOGO DO STALINISMO FRANCÊS

São numerosos os que hoje se chocam com as mentiras dos dirigentes comunistas de Paris e de Moscou. Porém, sentem-se paralisados. É a eles, em particular, que nos dirigimos. Dizem-nos: “Não vêem que a burguesia exulta e que vocês a servem atacando o PC?”

Nós lhes respondemos: “A burguesia, com efeito, explorou em proveito próprio a revolução húngara. Mas deve ficar claro que a burguesia explorará sempre as lutas que se produzem no bloco russo, assim como a URSS explorará sempre as que explodem no bloco ocidental. Que na França *Le Figaro* e *L'Aurore* se regozijem ruidosamente com as dificuldades de um imperialismo que é seu adversário, é natural. Os operários sabem que a revolução húngara que apóiam não é a de que se reivindica seu inimigo de classe. Se vocês se sentissem mudos perante essa revolução pela única razão que a imprensa burguesa dela tira um argumento contra a URSS, isso significaria que não apoiarão nunca uma revolução operária que venha a explodir num país do Leste”.

Dizem-nos: “A insurreição húngara teve como conseqüências correntes muito diversas, deu novamente um poder perigoso a elementos pequeno-burgueses e, mesmo, a reacionários”.

Nós lhes respondemos: “Primeiramente, uma revolução nunca é pura, tendências diversas manifestam-se necessariamente. A grande revolução russa de fevereiro, sabem-no bem, não era pura; ao lado dos operários e dos camponeses pobres havia também pequeno-burgueses e mesmo elementos que lutavam porque se indignavam pelo fato do czar ser incapaz de conduzir a guerra contra a Alemanha. É a dinâmica da luta que separa e opõe as tendências e regula finalmente o conflito. Na Hungria o movimento tinha explodido havia doze dias quando os russos decidiram esmagá-lo: o movimento tinha o futuro pela frente.

“Em seguida, é preciso compreender que em toda revolução que explodir nas democracias populares ou na URSS o jogo das forças será particularmente complexo. O totalitarismo suscitou tais sentimentos de revolta que todo mundo está disposto a unir-se contra ele; num primeiro momento, todos os que se sublevam têm um objetivo comum, a liberdade. Mas, passado esse primeiro momento, uns querem ressuscitar o passado nacional, a religião dos antepassados, as pequenas vantagens de outrora, os hábitos mortos, enquanto outros querem transformar radicalmente a sociedade e

instaurar enfim o socialismo que lhes havia sido anunciado quando eram reprimidos. O pequeno comerciante agradece a Deus porque vai poder pagar impostos menos pesados e aumentar os preços; os operários formam um conselho que exige a direção da fábrica.

“Vosso papel não é o de gemer à idéia de que os pequenos comerciantes gritem ‘Viva a América!’ ou de que camponeses corram para se jogar aos pés de um cardeal. Vosso papel é gritar em todo lugar o que faz o proletariado, o que ele exige, como se organiza e chamar a apoiá-lo.”

POST-SCRIPTUM — JULHO-SETEMBRO DE 1957  
A CONTRA-REVOLUÇÃO NA HUNGRIA

Na Hungria, a contra-revolução desenvolve a sua lógica implacável. Já foram executados milhares de homens e, a cada dia, são feitas novas prisões. Sistemáticamente, hipocritamente primeiro, depois cinicamente, o Poder realiza o plano traçado de esmagar toda oposição. Apenas acabara de fingir reconhecer a legitimidade das reivindicações dos conselhos operários, começava a tirar das fábricas, um a um, os mais corajosos e os mais conscientes para jogá-los na prisão; há vários meses que os extermina. Como sempre o Terror contra-revolucionário — quer use a máscara de Thiers quer a de Kadar — abate-se primeiramente sobre os operários. São a massa da qual não se pode tolerar que não seja inteiramente submetida. Ontem anônimos no trabalho, continuam hoje anônimos na morte; ainda que a sociedade não viva senão pelo seu trabalho e que não se transforme, às vezes, senão pelo seu combate, pelo sacrifício que fazem da sua vida. A memória histórica não conservará os nomes do operário desqualificado ou do torneiro-mecânico húngaro, enforcado por ter querido devolver à sociedade um pouco de sua humanidade.

Solicitados por um momento a se aliar ao regime, os intelectuais são, por sua vez, vítimas de uma perseguição sem trégua. Pelo menos seus nomes chegam até nós — os de Tibor Dery, de Gali, de Imre Soos, levado ao suicídio — nomes que testemunham a resistência a Kadar e aos quais podem aferrar-se a cólera, a solidariedade, as esperanças dos que assistem, momentaneamente impotentes, ao esmagamento da Revolução.

Será preciso comparar o terror exercido pelo novo regime e os pretensos excessos das jornadas revolucionárias de novembro? Ouvimos vozes que se indignavam porque policiais rakosistas eram perse-

guidos na rua para serem enforcados, que mesmo membros do Partido Comunista eram atacados. Mas que há de comum entre a cólera das massas, por mais cega que seja, que explode contra seus opressores e a violência calculada de um grupo que visa sufocar toda oposição no seio do povo?

Quando vemos a contra-revolução trabalhando, podemos, por outro lado, nos impedir de julgar a revolução tímida? Quando vemos que há tantos policiais para jogar na prisão os militantes dos conselhos operários e os intelectuais de esquerda, tantos juizes para distribuir sentenças de morte, tantos políticos e jornalistas para ordenar ou justificar as medidas de terror, ficamos impressionados pela clemência de uma revolução que deixou viver quase todos os seus inimigos.

Em vão, seguramente, esperaríamos um protesto dos que representavam a indignação nas colunas do *L'Humanité*: calam-se e não se incomodam de calar-se, é a sua política que reina em Budapeste. Mas que essa política possa, pelo menos, esclarecer alguns que procuravam ainda duvidar, após a segunda intervenção russa. Falavam de uma tragédia, da necessidade atroz em que Kadar se encontrava de afogar em sangue a insurreição para extinguir o *putsch* fascista que incubava às costas do movimento operário, citavam esse Kadar que declarava retomar o programa de Nagy, governar com o apoio dos Conselhos, negociar a partida dos russos, anistiar os combatentes: não era a prova de que era o salvador, triste salvador sem dúvida, graças a quem o Partido continuava de pé e o futuro socialista possível? Agora que se dissiparam os clarões do incêndio de novembro, agora que nada permanece dos dramas que sua imaginação louca projetava na alma de Kadar, ficam estupidamente a contemplar a face sinistra do ditador meticuloso que restabelece o regime de Rakosi.

Kadar, contudo, não mudou. No dia em que salvou o Partido, assumiu a política que se desenvolve hoje sob os nossos olhos. Era isso salvar o Partido: significava restabelecer o Aparelho totalitário, separado das massas, odiado pelas massas, que não poderia reinar senão através do terror, senão exterminando os operários e os intelectuais revolucionários. Não há mistério Kadar. Este nos faz, antes de mais nada, ouvir a verdade de nossa época, na situação extrema em que foi colocado: que o Partido burocrático deve ser destruído se a Revolução deve triunfar.

Dissemos, há seis meses, que a insurreição húngara compreendia correntes diversas; ninguém pode dizer o que teria ocorrido

na ausência da intervenção russa. O extraordinário movimento dos conselhos carrega toda a nossa esperança; paralelamente reconstituíam-se partidos pequeno-burgueses e nacionalistas contra os quais não teria deixado de se chocar; a revolução tinha apenas alguns dias de existência, ela devia amadurecer: o futuro estava aberto... Havia apenas um caminho *certo* para a contra-revolução, aquele aberto pelos tanques russos. Pode-se hoje contemplar o caminho percorrido por essa contra-revolução. E os que perderam o tempo e a honra discorrendo sobre os perigos de uma reação burguesa na Hungria, quando a urgência chamava a condenar *sem reserva* Kadar e seus senhores, bem podem colocar-se esta questão: "O que há de pior que o regime atual? Em nome de que critérios podemos julgar preferível a existência da ditadura stalinista à possibilidade de uma reação burguesa?"

O fracasso húngaro teria um imenso efeito se ensinasse, pelo menos, os operários comunistas e seus aliados intelectuais a reconhecer *todos* os seus inimigos sob todas as máscaras e a não sacrificar nada de sua força numa defesa de uns contra outros.

O texto das emissões da rádio húngara foi reproduzido em *La Révolte de la Hongrie d'après les émissions de la radio hongroise, octobre-novembre 1956*, prefácio de F. Fejto, Paris, 1956.

Para um conhecimento melhor dos acontecimentos, indicamos: F. Fejto, *Budapest 1956*, Paris 1966, col. Archives; Balasz Nagy, *La Formation du conseil central ouvrier de Budapest en 1956*, Paris, 1961; — Gabor Köcsis: "Sur les conseils ouvriers", *Soc. ou Barb.*, nº 23, 1958; — Pannonikus: "Les conseils ouvriers de la Révolution hongroise", *ibid.*, nº 21, 1957; — Marie, Nagy, Broué, *1956, Pologne, Hongrie*, Paris, 1966. Parece-nos, enfim, necessário retificar uma informação: assinalamos que em Győr pôde começar uma virada à direita; o fato é contestado no estudo de P. Broué, "Témoignages et études sur la Révolution hongroise", *Arguments*, nº 4, 1957, que cita P. Freyer (*Hungarian tragedy*, Londres, 1956) presente em Győr na época dos acontecimentos.

Pode-se ainda consultar a excelente obra, mais recente, de Miklos Molnar, *Victoire d'une défaite, Budapest 1956*, Fayard, 1968.

7.

## Uma outra revolução\*

A revolução húngara é um desses acontecimentos de que não poderíamos duvidar que esteja para sempre gravado na memória histórica. Dela data a primeira grande fissura do edifício totalitário, de profundidade diferente daquela criada pela sublevação de Berlim Oriental em junho de 1953, ou então, três anos mais tarde, pelas agitações de Poznan e a grande efervescência da Polônia cujos resultados, de resto, seriam dramaticamente modificados pelo fracasso dos insurretos de Budapeste. Estou certo de que os historiadores do futuro interrogarão longamente essas jornadas de outubro e novembro de 1956 que, a despeito de seu desenlace funesto, "abalararam o mundo". E, do mesmo modo, os homens ávidos de liberdade, cuja convicção se alimenta da lembrança dos grandes episódios revolucionários — se, ao menos, o desejo de saber e o desejo de liberdade não forem reduzidos ao silêncio nas sociedades futuras.

Mas a memória histórica é uma coisa e a memória coletiva é outra. Esta última é elaborada no interior e na conjunção de múltiplos agrupamentos que apenas retêm do passado o que convém à sua representação do presente. E é moldada em nossa época, cada vez mais insistentemente, pelo pequeno número que dispõe dos meios para difundir essas representações: dirigentes políticos cujas declarações são povoadas de reminiscências feitas para dar crédito a uma tradição, intelectuais ocupados em pôr em cena um passado edificante, pequenos e grandes manipuladores dos mídia, hábeis em

(\*) *Libre*, nº 1, ed. Payot, 1977.

não deixar filtrar senão o que agrada aos senhores do momento. Ora, se consultarmos essa memória coletiva, não podemos deixar de ficar impressionados com a sorte da revolta húngara. Ela enterrou-a. Este ano apresentou-se, sem dúvida, a ocasião de exumá-la. Os mídia têm a necessidade e o gosto pela necrologia e pelos aniversários. Isso não apaga, mas, ao contrário, acentua, quer o esquecimento voluntário quer o recalque de que a Hungria de 56 tinha sido objeto. Que silêncio caiu sobre ela!

Evoco a esquerda ocidental. De que serve se interrogar sobre a direita? Ou esta trata cuidadosamente as suscetibilidades da grande Potência adversária, quando o interesse lhe ordena; ou explora as marcas de suas fraquezas ou de suas contradições para justificar a política dos governos atualmente no poder no Ocidente. Como censurá-la por ter eliminado a revolução húngara ou por encontrar nela, de tempos em tempos, um pretexto para a condenação do imperialismo soviético? Mas a esquerda... Na França, notadamente, onde tem grande peso, onde a rádio e a televisão dão a palavra a seus expoentes, onde sua imprensa atinge um largo público? Por que o silêncio sobre a Hungria e tantas referências à revolução cultural chinesa de então, à Primavera de Praga? Dir-se-á que se trata de um passado mais recente? Mas observe-se, por exemplo, a abundância de comentários suscitados pelo terror stalinista. Pretender-se-á ainda que foi recentemente descoberta graças às narrações dos que se salvaram dos campos e, sobretudo, graças a Soljenitsin? É verdade que o *Arquipélago Gulag* trouxe à luz, a partir de um feixe de testemunhos e de informações irrecusáveis, o caráter, a amplitude e a duração desse terror. Contudo, desde 1949, as revelações feitas ao *Conselho econômico e social* sobre o número de prisioneiros nos campos eram divulgadas à opinião pública, enchiam de espanto os intelectuais de esquerda não comunistas, na França, e arrancavam de Sartre e Merleau-Ponty a condenação de um regime que, chegavam a dizer, não fazia, talvez, senão usurpar o nome de socialismo. Por que, então, se descobre agora o que se sabia há mais de vinte e cinco anos? A verdade é que o que nos pareceu outrora novo, inaudito, impensável, foi, em seguida, enterrado nas trevas da memória coletiva. A verdade é que a informação recebida foi bem conservada, porém, excluída da representação. Se, agora, ressurgir do esquecimento é porque se tornou assimilável. E qual é a razão dessa mudança? Não é porque ontem punha em perigo a fé da esquerda no socialismo ao passo que em nossos dias mais contribui para restaurá-la? Exorciza-se esse perigo investindo na imagem de

Stalin a parte do Mal, de medo de ter de reconhecer o totalitarismo sob a máscara do socialismo e de ter de reconhecer que aquele subsiste com novas feições. Que tal mudança esteja ligada a múltiplas circunstâncias históricas, não cabe aqui examinar. O fenômeno apenas me interessa porque dá uma informação sobre a sorte da revolução húngara.

Também esse acontecimento quando se produziu pareceu novo, inaudito, impensável para a maioria da esquerda ocidental. Estava então sob os olhos de todos. Mas o tumulto que lançou nos corações e nos espíritos foi de curta duração. Preferiu-se, em seguida, não pensar mais nisso. É certo que deixou marcas, em alguns, feridas cruéis; mas dessas marcas, freqüentemente, não se quis mais saber. O exemplo de alguns intelectuais do Partido Comunista, entre os mais célebres da época, é, a esse respeito, eloqüente. Eu me recordo que em novembro de 56 realizou-se em Paris uma reunião da Associação dos Intelectuais contra a guerra da Argélia. Compreendia comunistas, simpatizantes trotskistas, cristãos progressistas, sartrianos e homens de diversas tendências, dentre os quais um bom número de independentes. Durante essa assembléia, que reuniu excepcionalmente várias centenas de pessoas, foi apresentada uma moção para condenar, ao mesmo tempo, em nome do direito dos povos de disporem de si mesmos, a intervenção da França na Argélia e a da URSS na Hungria. Um pequeno núcleo de comunistas pôs-se a vociferar. "Canalha, víbora lúbrica", diziam aos que sustentavam a moção. Volta-me a imagem de Edgar Morin sobre a tribuna procurando fazer-se ouvir e vacilando sob as injúrias. Ora, nas semanas ou meses que se seguiram, esses furiosos defensores da URSS (cujos rostos não esqueço) abandonaram o Partido a despeito de um longo passado de militância. É verdade, as revelações do relatório Kruchev foram um golpe para eles; e o oportunismo do PCF face à guerra da Argélia punha a dura prova sua disciplina. Mas qual era seu verdadeiro motivo? O caso húngaro alquebrara-os. Ora, que eu saiba, desde então, não mais disseram nada sobre a Hungria. O assunto permaneceu tabu para eles. É certo que sua certeza acabara e que tinham perdido o gosto de tratar de canalhas seus antigos adversários. Melhor: tinham perdido a fé na Rússia. Entretanto, sobrevivia, sobrevive ainda provavelmente, a absurda convicção de que a Hungria havia naufragado na contra-revolução. Absurda, digo, pois como continuar a acreditar numa contra-revolução quando não se acredita mais na natureza revolucionária do regime húngaro ou soviético? É o seu segredo. Deixemo-

los com ele. Que se compare, ao invés, seu comportamento com o de um Garaudy perante os acontecimentos da Tcheco-Eslováquia em 68. Aquele que durante muito tempo passou por ser o grande teórico do PCF proclama, então, sua solidariedade pelos tchecos. Dá a conhecer suas reivindicações, fica indignado com a pretensão dos russos de impor sua lei à Europa do Leste, em seguida anuncia em termos veementes a intervenção militar. Sua ruptura com o PCF não o induz ao silêncio. Faz do socialismo à tcheca o símbolo do socialismo "de rosto humano", face ao socialismo autoritário dos russos. E que acolhida lhe foi reservada por parte da imprensa ou das câmaras de televisão até hoje! Surpreendente contraste entre Garaudy e seus predecessores. Mas mais surpreendente ainda se se observa que esse campeão de um socialismo liberal e democrático se abstém de despertar as lembranças de 56. Ele, que havia participado de todas as calúnias com as quais seu querido Partido oprimiu os insurretos húngaros não tem uma palavra para desmentir suas posições. Condena agora o sectarismo, o dogmatismo, o apoio incondicional à URSS, mas, à lembrança de Budapeste, recobra sua pele de stalinista. A crer nele, o sol surgiu com a Primavera de Praga. Quanto à revolução húngara, é repelida para a era das Trevas.

Ora, a aventura dos comunistas que, um a um, se separaram da mãe-pátria de vinte anos para cá não concerne unicamente a eles. Na sua grande maioria, a esquerda não comunista testemunha um comportamento análogo. Os dirigentes socialistas — tanto os que chamamos direitistas quanto os que chamamos esquerdistas — não se preocupam em recordar Budapeste. Em contrapartida, não perdem nenhuma ocasião para evocar a Primavera de Praga. Pouco importa seu projeto político: ora procuram embaraçar seus aliados comunistas, obrigá-los a tirar as conseqüências de sua "surpresa" frente às intromissões soviéticas nos assuntos das nações socialistas, ora se aplicam a dar crédito à *União da esquerda*, tirando partido das reservas emitidas pelo PCF a respeito da URSS, na esperança de que a opinião se convencerá, enfim, da existência de um comunismo nacional. Seja como for, para essa esquerda, a história deu sua grande volta em 68: Dubcek deu corpo ao dirigente comunista moderno, independente, liberal, homem do diálogo, cujos traços é preciso popularizar.

Que o leitor não se engane sobre o sentido da minha comparação. Ela não implica nenhuma depreciação do movimento de reformas que se desenvolveu na Tcheco-Eslováquia. Numa socie-

dade totalitária, toda reforma de inspiração democrática e liberal, por mais limitada que seja, não somente é benéfica em si, como também torna possíveis transformações originalmente insuspeitáveis. Lá onde a autoridade do Estado se confunde com a do partido, lá onde a sociedade civil é — ou tende a ser — engolida por esse Estado que, por intermédio do Partido, mergulha seus tentáculos em todos os domínios de atividade e de socialização, como subestimar os efeitos de um processo que reintroduz uma separação entre o Estado e o Partido, criando, ao mesmo tempo, as condições para uma diferenciação no interior deste último, e que começa a separar os imperativos do político, do jurídico, do econômico e do cultural? Que esse processo tenha sido iniciado na Tcheco-Eslováquia, que as exigências de seu desenvolvimento tenham sido publicamente reconhecidas e que tenham mobilizado energias coletivas em toda a extensão da sociedade, basta para justificar as esperanças colocadas nos acontecimentos da primavera de 68. Acrescentemos a isso que a imbricação dos regimes do Leste é tão forte que estamos no direito de imaginar que o sucesso da reforma na Tcheco-Eslováquia teria tido efeitos sobre seus vizinhos.

É impossível desconhecer, contudo, a diferença entre o movimento húngaro e o movimento tcheco-eslovaco. Assemelham-se apenas no desenlace. Somente o primeiro teve o caráter de uma revolução; o segundo, apesar da mobilização de massas em que implicou, desenvolveu-se sob o signo da reforma. Apenas o primeiro surgiu de baixo, o segundo foi desencadeado pela iniciativa de uma elite esclarecida. Ora, essa diferença parece-me de natureza a explicar porque um foi esquecido ou recalcado e a lembrança do outro tão ativamente cultivada. E se se quiser refletir sobre isso, aparecerá que, a despeito de todas as mudanças produzidas, os mecanismos da interpretação dominante nos meios da esquerda progressista continuam agindo a favor de novos dispositivos.

Como funcionava outrora o mecanismo? — Explico: já no decênio que precedeu a última guerra, mas sobretudo no que se seguiu? Uma grande linha de clivagem se encontrava traçada entre o mundo socialista e o mundo capitalista. Neste, a exploração e a opressão apareciam como traços estruturais, de sorte que não havia outra alternativa senão uma revolução ou uma acumulação de reformas cujo resultado seria uma transformação radical do modo de produção; em resumo, a destruição do poder de Estado e a abolição da propriedade privada. Em contrapartida, a URSS (e mais tarde os países do Leste europeu) apresentava a imagem de uma sociedade

pós-revolucionária, de uma sociedade na qual a coletivização agrária e a estatização dos meios de produção tinham criado as bases do socialismo. Falou-se dessas bases, e não apenas do lado dos trotskistas...! Assim, mesmo para aqueles que conservavam uma distância em relação ao modelo soviético, que se inquietavam com o que denominavam privilégios da camada dirigente, a amplitude da diferença dos salários, o esmagamento das oposições políticas, e mesmo a utilização do terror como meio de governo, esses vícios apareciam como acidentais. Ou como a marca de uma sociedade que, pelo fato de ter queimado a etapa da revolução burguesa e por lhe faltar uma tradição democrática, demorava para se libertar da herança do despotismo semi-asiático; ou como uma conseqüência das relações de força internacionais, a URSS tendo sido levada, em virtude do cerco dos países capitalistas, a operar escolhas dramáticas, tanto no domínio econômico quanto político, para defender as conquistas de Outubro e assegurar sua segurança. Mais uma vez, os traços de opressão e de exploração na URSS ou, em geral, no Leste, ainda que reconhecidos, não punham em questão a representação do socialismo, cujo progresso era considerado entravado por circunstâncias históricas. Com certeza, tal argumentação está longe de ter desaparecido. É mesmo notável que comece a ser retomada, desde há pouco, por teóricos do PCF que, após terem excluído toda crítica ao regime soviético e à política de seu guia supremo, e, por exemplo, terem pura e simplesmente negado a existência dos campos de concentração, não hesitam — como o historiador Elleinstein — em falar de um *fenômeno stalinista* numa perspectiva trotskizante, ou — como o filósofo Althusser — em denunciar um *desvio stalinista* (revanche póstuma, descobre, do economicismo social-democrata sobre o leninismo). Contudo, fora dos círculos do Partido, toda uma série de acontecimentos solaparam os fundamentos da idealização do socialismo soviético: a difusão do relatório Kruchev, as informações relativas à falsificação dos processos políticos, o testemunho dos antigos deportados, os conflitos que agitaram várias democracias populares, a grande cisão do mundo comunista fazendo surgir o pólo da nova ortodoxia chinesa, enfim, num outro registro, o surgimento, em países como a França, principalmente após 68, e a Itália, de novos métodos e de novos objetivos de luta que escapam à iniciativa e ao controle da burocracia sindical e política tradicional. Ora, como é instrutivo observar que se mantém a idéia de uma divisão entre os dois mundos, socialista e capitalista, ao menos no nível dessas elites de esquerda que têm o monopólio da palavra!

Quanto aos maoístas, suas posições são bem conhecidas. Os dirigentes soviéticos são, a seus olhos, revisionistas; na URSS, restabelece-se uma nova burguesia; o socialismo se encarna na China. A nova geração trotskista, é verdade, parece menos rígida que a antiga; está disposta a levar mais longe a crítica do regime e mesmo do imperialismo soviético, ainda que seja mais por falta de consistência teórica que graças a progressos da análise. Nem maoístas nem trotskistas são capazes de conceber a existência de um novo sistema de dominação dotado de uma lógica própria, no qual a classe burocrática se encontra cimentada em torno do aparelho do Estado e do Partido e que funciona sob o imperativo da sua própria conservação. Tudo o que podem imaginar é que o regime russo, mais do que defender as famosas bases do socialismo, compactua com o campo capitalista e restaura uma ideologia burguesa... Como poderiam decifrar, à luz dos acontecimentos, o caráter de uma nova formação social, como poderiam compreender o sentido de uma revolução antitotalitária e interessar-se pelo surgimento da burocracia como classe? Uns seriam obrigados a protelar sua interrogação sobre a China. Outros a perscrutar o papel de Trotski e de Lenin na constituição de um Estado e de um partido burocráticos. Certamente seus casos não devem ser confundidos no que diz respeito à sublevação húngara. Os trotskistas, ao menos, tiveram o mérito de defender sua causa. Fizeram-no, é verdade, na convicção de que a criação dos conselhos operários testemunhava um retorno às condições iniciais da luta proletária e sem medir o que estava em jogo nessa revolução. De resto, são os únicos grupos organizados aos quais não se poderia criticar o silêncio e o esquecimento, ainda que permaneçam prisioneiros da idéia de uma divisão do mundo entre sociedades potencialmente boas e sociedades potencialmente perversas. De resto, essa idéia sendo, no que lhes concerne, explícita, não precisamos recorrer à revolução húngara para conhecer seu sistema de pensamento. Em contrapartida, ela tem a função de revelador da mentalidade maoísta. Esses críticos implacáveis do regime soviético (alguns não chegam a denunciar a "burguesia vermelha"?) não deixam de justificar, se provocados, o esmagamento de Budapeste. No que, de resto, não fazem senão mostrar-se fiéis à política do grande Timoneiro que colocou toda a sua importância a favor da repressão da insurreição em 56. Portanto, mais do que falar de inconseqüências, como fazíamos há pouco ao evocar o caso dos intelectuais comunistas rompendo amarras, não seria necessário reconhecer a coerência de suas representações? Revolução que mobilizou todas as

forças populares contra o aparelho de Estado e o partido dirigente, que realizou a democracia em ato, a revolução húngara (Mao justamente não se enganava) arriscava-se a arruinar os fundamentos da ordem burocrática, fosse qual fosse o lugar de sua implantação e a figura que apresenta.

Mas, abandonemos os grupúsculos, não sem precisar que suas crenças, uma vez desfeitas do núcleo duro da ideologia, se propagam (notadamente o mito da boa China) muito além de suas estreitas fronteiras e consideremos, ao invés, a esquerda oficial (não comunista), pois é bem ao seu caso que se aplica o nosso revelador. Na sua maioria, seus representantes evitam, presentemente, elogiar o modelo soviético como faziam outrora, acompanhando seu elogio com uma crítica de seus "defeitos". Nós os ouvimos afirmar que o socialismo é indissociável do respeito pelos direitos do homem, que uma planificação não poderia ser justa e eficaz se permanecer autoritária, que é conveniente descentralizar e mesmo, desde há pouco tempo, descobriram as virtudes da palavra autogestão. Em resumo, tudo se passa como se a referência a um pólo positivo, historicamente instituído, se encontrasse suprimida: o socialismo está por construir. Restaria apenas o pólo negativo, historicamente instituído, do capitalismo e dos regimes burgueses que estão ligados a ele. Entretanto, seu silêncio sobre a Hungria é um dos sinais mais evidentes da sobrevivência do seu modo de pensar. Pois é face a acontecimentos revolucionários que abalaram ou poderiam abalar o mundo, *aqui* e acolá, que se restabelece a dicotomia tradicional. Esses acontecimentos repartem-se, explicitamente, em duas categorias, conforme se produzam ou sejam suscetíveis de se produzir a Oeste ou a Leste (conceitos que não são, é necessário precisar, geográficos, mas simbólicos: o Japão está a Oeste, a China a Leste). Na primeira hipótese, a revolução é necessária, legítima, desejável. Na segunda, não poderíamos nem mesmo dizer que está privada de necessidade, que é ilegítima, indesejável: ela se apresenta sem estatus. Não só não a chamam por suas aspirações, nem se regozijam quando explode. É indesejável, no sentido em que se emprega a palavra para significar que a presença de uma pessoa num lugar é incongruente, que não tem o seu lugar ali. Assim, o anulamento do pólo positivo (o socialismo na URSS) não deve gerar ilusões. É apenas aparentemente que a esquerda oficial pretende reinventar o socialismo, ela conserva sua ligação com o regime soviético, ainda que se tenha tornado impotente para nomeá-la, para justificá-la.

A Primavera de Praga provoca seu entusiasmo porque não viu florescer senão um desejo de mudança, de reformas. A Leste somente as reformas são boas. A revolução não deve deixar o espaço do Oeste. Inútil precisar, esta distinção é por demais instrutiva, pois aquilo com que nossa esquerda sonha, com o nome de revolução, é somente a instauração de uma *boa* burocracia, eficaz, flexível, e que daria um pequeno lugar a uma autogestão vigiada pelos entendidos e pela polícia. Nesse sentido, a revolução húngara me parece constituir-se numa pedra de toque do pensamento político contemporâneo.

Ser-me-á objetado que há vinte anos, numa época em que permanecia forte a idealização do regime soviético, a causa dos insurretos húngaros suscitou, contudo, um sentimento de solidariedade por parte de uma importante fração da esquerda não comunista, enquanto que a intervenção militar da URSS era objeto de uma reprovação maciça. É verdade. Porém, é ainda necessário lembrar qual era o equívoco dos argumentos. O equívoco preparava o esquecimento. Em primeiro lugar, observemos que a primeira intervenção russa foi condenada muito mais francamente que a segunda. Esta foi, inclusive, freqüentemente julgada necessária, ainda que deplorável. De fato, uma vez acalmada a emoção dos primeiros dias, os bons espíritos se dominaram. Afixou-se todas as notícias que mostravam o renascimento das forças de direita; a inquietação se propagou à idéia de uma restauração possível do capitalismo; as informações foram habilmente manipuladas para dar a impressão de deriva em direção ao caos. É quase desnecessário lembrar: não foi dada nenhuma prova sobre a importância da corrente reacionária. Que tenha havido indivíduos a desejar um retorno ao regime Horthy e explorar a desordem ou simplesmente querer o estabelecimento de uma democracia à ocidental, não poderia surpreender. Toda revolução carrega múltiplas reivindicações dentre as quais as mais retrógradas. E há séculos, toma-se como pretexto a reação que duplica a revolução, como confusas figuras de aventureiros ou saqueadores, para lançar no descrédito tudo o que se faz. Na Hungria, os indivíduos ou os pequenos grupos não tinham audiência nem dispunham de qualquer meio para influir sobre o curso dos acontecimentos. Nenhum dos partidos reconstituídos preconizava em seu programa medidas visando devolver a terra aos grandes proprietários ou devolver as fábricas às mãos do capital privado. A mobilização dos operários, o surgimento dos conselhos de fábrica e de região tornavam manifestamente impossível não apenas a reali-

zação mas a formulação de um tal programa. Quanto à iminência do caos, quais poderiam ser os sinais? Localizadas e muito pouco numerosas foram as execuções sumárias de agentes da polícia política às quais se deu ampla publicidade. Num período em que o governo se tornou impotente para se fazer obedecer, em que a greve é geral e os combates se multiplicam o que deveria ter impressionado a opinião era a rapidez e a eficácia dos operários em se encarregarem das necessidades da população e, ao mesmo tempo, a resistência armada no plano local. As grandes fábricas do país tinham, como sabíamos, conselhos eleitos e, no momento do cessar-fogo, a 29 e 30 de outubro, vários conselhos centrais já representavam os operários de toda uma cidade ou mesmo de uma região. Davam-se a conhecer, principalmente em Miskolc, em Győr, em Magyarovar, em Pecz, assim como em certos bairros de Budapeste. Esses organismos, graças às emissoras regionais de rádio, transmitiam suas reivindicações que testemunhavam sua aspiração ao socialismo e uma surpreendente convergência de pontos de vista. Finalmente, as declarações públicas do governo Nagy e mesmo, após a segunda intervenção soviética, as de Kadar, não deixavam dúvidas sobre a amplitude da sublevação operária. Foi desse modo que na França a revista *Socialisme ou Barbarie* pôde reunir imediatamente bastantes informações (tendo unicamente como fonte a imprensa e o rádio) para publicar, às pressas, uma brochura sobre a insurreição húngara dando a imagem da organização operária e de seus objetivos. Pouco importa que essa imagem, com o passar dos anos, precise de numerosos complementos e retoques. Ela é confirmada e, sob certos aspectos, consideravelmente enriquecida pelos trabalhos dos historiadores, notadamente os dos húngaros exilados. O que não impediu que a opinião de esquerda, ainda que se encontrasse plenamente apta para apreciar o papel dos conselhos, tenha preferido deixar-se obnubilado pela reconstituição ou pela criação de múltiplos partidos políticos e agitar o espectro da reação. Sua audácia consistiu, finalmente, em refutar a versão dos fatos à qual o PCF dava crédito, quer dizer, assinalar a participação dos operários na insurreição e sua vontade de abater o poder dos stalinistas ou de impedir o seu retorno. Negou inicialmente, de maneira heróica, que uma contra-revolução se desenvolvesse na Hungria, mas não pôde conceber o fenômeno da revolução. E mesmo quando a palavra era pronunciada, continuava privada de conteúdo para ela, pois era-lhe retirada a possibilidade de nomear o regime que a revolução destruíra. Foi por isso que, no fim das contas, chegou-se a falar do desenvol-

vimento de uma corrente contra-revolucionária que segundo uns ameaçava, segundo outros submergia a revolução sem nunca tê-la reconhecido. Foi por isso que se acabou por julgar necessária a segunda intervenção soviética, por não se ter compreendido que a defesa da burocracia era já o único motivo da primeira.

De fato, o equívoco da esquerda manifestou-se desde o primeiro momento da insurreição. Não foi entusiasmo o que a notícia da sublevação de 23 de outubro suscitou. A indignação provocada pelas notícias da repressão era acompanhada, não nos enganemos a respeito, de um sentimento de consternação em relação àquilo que parecia uma tragédia. Seja. As aspirações dos manifestantes podiam parecer legítimas, a violência que lhes era oposta, condenável. Mas por quê? Porque a revolta parecia um produto dos erros, da inabilidade, e mesmo de crimes de maus dirigentes, de uma equipe indevidamente estabelecida no poder desde a morte de Stalin, ainda que comprometida com a sua política; ou ainda porque parecia um produto de uma crise econômica imputável aos erros, à imperícia e mesmo às iniquidades dos dirigentes soviéticos que subordinavam os interesses dos países do Leste aos do Estado pioneiro, o único suscetível, a seus olhos, de garantir a coesão do bloco socialista. Em resumo, o acontecimento era reportado a causas particulares, contingentes, evitáveis, segundo um esquema interpretativo que deixava intacta a representação tradicional da natureza da URSS. Uma *tragédia*, digo: assim se apresentava a revolução húngara — uma moderna tragédia, no sentido antigo do termo, na qual se enfrentavam a lei do socialismo nos corações e a lei do socialismo nas instituições. E, por Deus, como as instituições estão submetidas às vicissitudes da história e seus imperativos interpretados por homens desprovidos do gênio de Lenin, desejava-se compreender a paixão de um povo decepcionado, lutando para recobrar a liberdade, melhorar suas condições de vida e fazer reconhecer a independência nacional; mas como a conflagração dos corações tornava-nos cegos à necessidade, temia-se que as próprias instituições perecessem. Foi assim que nossos pensadores de esquerda, e Sartre em primeiro plano, teriam desejado suplicar ao povo que depusesse as armas, suplicar aos russos que retornassem às suas fronteiras e suplicar a Nagy que, ao mesmo tempo, salvasse o Partido, respeitasse o pacto de Varsóvia e promulgasse boas reformas. A verdade é que viam, de súbito, desmoronar o mito do Estado proletário; viam, de um lado, o Estado húngaro em pedaços, sua força resumida à dos blindados soviéticos e, do outro, o povo em armas. Era no palco dos

seus fantasmas que se representava a tragédia. O acontecimento como tal não podia atingi-los pois eram incapazes de pensar o fato que para si mesmos tinham tornado impensável: uma revolução antiburocrática.

Acabo de evocar Sartre. Poucos homens terão, como ele, encarnado o espírito de uma certa esquerda ocidental durante este último quarto de século. Tornado, no início dos anos 50, o teórico intransigente do stalinismo, porém evitando dar sua adesão ao PCF, depois crítico da política da URSS nas democracias populares, e logo, adepto do reformismo krucheviano, partidário de Fanon e porta-voz da revolução terceiro-mundista, depois protetor dos jovens maóistas, para tornar-se o que não saberíamos nem mesmo nomear (e toda vez encontrando uma tribuna na grande imprensa burguesa progressista), Sartre realizou a *performance* de deslizar de uma posição a outra sem nunca renegar nada das teses que abandonava. Uma lenda pretende que ele tenha tomado partido pelos insurretos de Budapeste. Na realidade, só rendeu justiça às suas reivindicações para reduzi-las aos limites de uma vontade de reformas e só apresentou a revolução como a infeliz consequência da obstinação de Geroe em barrar o caminho para a volta de Nagy, a quem a razão histórica prescrevia o papel de Gomulka. Um descarrilamento da história, tal foi, na época, sua versão dos fatos. E se, a crer nele, a culpa cabia aos condutores da máquina ou aos orientadores da estrada de ferro, a necessidade ordenava que se recolocasse o socialismo em marcha, mesmo que ao preço doloroso do esmagamento dos conselhos operários. Claude Roy lembrava recentemente em *Somme toute* esta confiança de Sartre no verão de 1956: é preciso ajudar os russos pelo nosso silêncio.<sup>1</sup> Reconheçamos que preferiu uma imensa tagarelice: *O Fantasma de Stalin*. Reconstituição imaginária dos acidentes que provocaram a catástrofe, a fábula dava habilmente crédito à tese das correntes reacionárias prestes a destruir o socialismo. Mas, com efeito, soube fazer silêncio quando era necessário — um silêncio muito útil para alguém que visitava amigavelmente Moscou. E ainda hoje, nenhuma reminiscência, a des-

(1) Cl. Roy, *Somme toute*, Gallimard, 1976, p. 110. O escritor encontra Sartre em Delfos, durante o verão de 56 e dá-lhe parte da consternação que suas entrevistas e declarações suscitaram quando da sua volta de Moscou: "Mesmo assim, quando você voltou dizendo que a liberdade de crítica é total na URSS, era um pouco exagerado"; Sartre responde: "Evidentemente, não é verdade. Mas se acreditarmos que se tornará verdade, é preciso ajudá-los".

peito do caminho percorrido, que venha perturbar as certezas de 56. Eis aí as maravilhas do pensamento de esquerda: a certeza, seria muito difícil justificá-la agora como se fazia ontem, permanece inquebrantável: acompanha os afastamentos e mesmo as inversões de opinião.

Quer se remeta o curso da história a Stalin, a Kruchev ou a Brejnev, a Mao, a Liu Shaoqi ou a Lin Biao, a Dubcek ou a Husak, a Gerö, a Rakosi, a Nagy ou a Kadar, é sempre o lugar do poder que fascina nossos pretensos marxistas. É desse lugar que vêm se decidir a sorte do socialismo.

Stalinismo, revisionismo, desviacionismo, liberalização, democratização, socialismo de rosto humano — tais são as boas categorias do discurso da esquerda. Mas, que ocorra uma revolução e o discurso corre o risco de desmoronar.

Deixemos, pois, àqueles que não souberam nem quiseram apreciar o que a revolução húngara punha em jogo, àqueles que se aplicaram em esquecê-la e em fazê-la esquecer, a ocasião, este ano, de apontar *no passado* um episódio trágico do socialismo. Deixemos, mesmo, a outros a tarefa importante de trazer de volta à luz do dia fatos enterrados ou falsificados. De minha parte, é o *novo* que me parece essencial celebrar e interrogar nessa revolução: um novo que não se apagou com o seu insucesso, com a reconstituição do regime burocrático na Hungria a favor de artifícios inéditos — e cujo sentido não está atrás de nós mas permanece ainda na nossa frente.

Eu disse: os húngaros não detêm sozinhos o privilégio de se terem revoltado. A sublevação de Berlim-Este já tinha posto em evidência a existência de uma oposição de massa numa democracia popular, oposição comumente mascarada pela ideologia e de fato paralisada pelo aparelho policial; tinha também revelado a fraqueza dos quadros dirigentes, dos quais, subitamente, uma fração de responsáveis políticos e sindicais tinha-se separado, passando para o lado dos insurretos. Tanto na Polônia quanto na Tcheco-Eslováquia doze anos mais tarde, manifestou-se, em graus diferentes, a potência de um movimento coletivo mobilizado por reivindicações nacionais e democráticas. Importa, agora, acrescentar que, em 1962, como nos mostrou recentemente Soljenitsin, na última parte de seu *Arquipélago Gulag*, a população inteira de uma cidade industrial da URSS, Novotcherkaask (situada na bacia do Don), desencadeou um motim que durou três dias. Que na origem do protesto operário se encontrem incidentes análogos aos que provocaram o de Berlim-Este, que, seguindo o mesmo roteiro que na

Hungria as agitações se tenha precipitado como conseqüência da intervenção do exército, criando a quase unanimidade na população e o deslocamento do aparelho local do Partido, e obrigando os dirigentes soviéticos a aparentes concessões, antes que montassem uma segunda operação de repressão com ajuda de tropas novas, é um sinal a mais do profundo parentesco das revoltas do Leste. Mas permanece que a figura do novo se desvela na Hungria, em razão da amplitude da sublevação, de sua duração, do radicalismo das reivindicações, do sentido de organização de que dão prova os revolucionários e, paralelamente, em razão do desmoronamento do aparelho de Estado e do aparelho do Partido. Lá aparece plenamente, pela primeira vez, a contradição do totalitarismo. Ainda que nesse regime o Estado tenda a absorver a sociedade civil, a impor à população as mesmas normas, as mesmas regras, as mesmas representações, seja qual for o setor de atividade, e a tornar de alguma maneira sua operação invisível, por causa da denegação da divisão interna de classes, da reabsorção das diferenças na bela unidade da democracia popular ou do Estado proletário, simultaneamente se opera um fantástico destacamento do poder e, nesse quadro, uma fantástica concentração dos meios de dominação nas mãos de um pequeno número de dirigentes — de tal maneira que, graças a condições historicamente determinadas, a um enfraquecimento da autoridade, é paradoxalmente em toda a extensão do social que o conflito se propaga. Face a esse poder liga-se a imensa maioria da população que, de uma maneira ou de outra, e embora em graus diferentes, faz também a experiência da opressão. Eis no que consistiu a primeira conseqüência da crise húngara: as hierarquias que, ainda na véspera, pareciam solidamente estabelecidas, todas as separações saídas do novo sistema de dominação se revelaram, subitamente, secundárias em relação à clivagem entre o Estado-Partido e o conjunto social; enquanto o poder que antes se queria onipresente e invisível, ressurgia de repente na sua exterioridade como o órgão da coerção e o núcleo do discurso mentiroso, desmanchava-se o jogo de identificação graças ao qual cada pequeno burocrata se encontra comumente investido do poderio dos dirigentes. Em grande parte, a camada burocrática se dissolvia e uma fração dela, libertada do fantasma da sua função, fundia-se com a população insurreta. Repitamos: o fracasso da revolução não poderia apagar esta verdade — uma verdade que alguns teóricos bem podiam ter concebido mas que se tornou concreta, sensível a milhares de homens ao inscrever-se na experiência: o totalitarismo constitui o mais eficaz

sistema de dominação mas também o mais vulnerável. Depois de um acontecimento desses, é permitido pensar que se uma crise atingisse o coração do edifício totalitário, a União Soviética, uma revolta generalizada, ingovernável, explodiria e deixaria o poder nu, como em nenhum outro lugar.

Contudo não poderíamos circunscrever o novo ao espaço dos regimes do Leste. Como poderíamos? O desenvolvimento do totalitarismo não é um fenômeno estranho à história do mundo ocidental. Por um lado surge dele, tendo-se instaurado na esteira de uma revolução proletária na URSS (cujas condições resultavam da ocidentalização do país) e sob o signo de uma ideologia socialista, nascida da crítica do modo de produção capitalista e da democracia burguesa. De fato, a revolução húngara adquire dimensão universal porque tentou assumir a tarefa de destruir o totalitarismo, sem querer restaurar aquilo que tinha constituído o objeto da derrubada: essa democracia burguesa; e, simultaneamente, porque procurou destruir a propriedade estatal dos meios de produção sem querer restaurar a propriedade privada. Todas as proposições formuladas pelos conselhos operários assim como os embriões de programas elaborados no curso da revolução, os quais obtiveram o apoio de múltiplos organismos, de estudantes, intelectuais, escritores, jornalistas (penso, principalmente, no programa de Bibó, um dos dirigentes do Partido Petoefi, ministro de Nagy, enquanto populista, socialista-camponês) testemunham um projeto sem precedente histórico: projeto anticapitalista e antiburocrático. Se esse projeto é o produto de condições específicas, diferentes das que reinam no Ocidente, não é, contudo, na sua inspiração última, húngaro (nem tampouco um projeto revolucionário do Leste). Condensa as lições de uma experiência histórica que é também a nossa; põe em xeque para além de um modo particular de dominação, os fundamentos de todo sistema moderno de dominação.

Ora, o que me parece presentemente requerer toda a nossa atenção e que, sem o esquecer, eu não apreciava devidamente há vinte anos,<sup>2</sup> é a originalidade da busca que mobilizava os revolucionários húngaros. Com efeito, não basta sublinhar que, face à burocracia, o proletariado reencontrou espontaneamente os métodos de combate — a greve geral e as formas de organização — os conselhos — forjados outrora em circunstâncias revolucionárias

(2) Cf. acima: *A insurreição húngara*.

na luta contra o Capital e o Estado burguês. Também não basta afirmar a legitimidade de reivindicações nacionais e democrático-liberais, num país que sofre na sua economia e na sua cultura uma opressão de tipo imperialista e onde a supressão das liberdades de organização, de expressão, de informação, de circulação das idéias e dos homens está a serviço do Estado todo-poderoso. Permanecendo nessa linguagem deixar-se-ia ainda escapar uma parte do novo. Os revolucionários húngaros e, em primeiro plano, os operários organizados nos conselhos tiveram, não apenas a noção, como um pequeno número de seus predecessores em 1917 ou nos anos seguintes, mas a *representação* do perigo que um poder escondia (mesmo que estivesse em "boas mãos", as do governo Nagy) ao concentrar todas as decisões que afetam a sorte da sociedade. Melhor, deram provas, no período de criatividade mais intensa, isto é, após a segunda intervenção soviética, de uma reflexão nova sobre o perigo que emanava do desenvolvimento de seu próprio poder.

A história da formação do Conselho central de Budapeste, tal como é descrita por Balázs Nagy é, a esse respeito, exemplar.<sup>3</sup> Primeiro sinal de uma vontade comum de não deixar um órgão executivo cindir-se da classe operária: o modo de designação dos delegados na primeira reunião de coordenação, convocada por iniciativa do Conselho de Ujpest (conselho de um dos bairros operários mais importantes de Budapeste). Esses delegados, segundo as informações de que dispomos, são eleitos nas respectivas fábricas, não pelo próprio conselho, mas pelo conjunto dos operários. O fenômeno traduz a resolução de manter a direção revolucionária nos quadros da democracia direta. De modo geral, assinala o comentador, "os operários húngaros e seus delegados viram no democratismo o maior valor dos Conselhos. Viram-no na relação que ligou estreitamente os delegados a toda a classe operária e na qual esses delegados foram apenas os encarregados e executores da vontade dos operários. É de se notar que nesse movimento dos conselhos os operários frequentemente destituíram os delegados que se afastaram de seus mandatos".<sup>4</sup> Segundo sinal a ressaltar: quando da reunião que se realiza na fábrica Egyesült Izzó, a 14 de novembro, da qual sairá o Con-

(3) Balázs Nagy, "La formation du Conseil central ouvrier de Budapest en 1956", *Études sur la Révolution hongroise*, Instituto Imre Nagy de Ciências Políticas, Bruxelas, 1961.

(4) *Idem*, p. 51.

selho central, os participantes mostram-se assaltados pelo problema de sua representatividade e, segundo a observação de Balázs, solidamente presos a uma "etiqueta democrática", tão rigorosa quanto a que presidia as cerimônias da corte em Versalhes. Esse problema adquire tal importância que renunciaram a criar um Conselho operário nacional. Por mais útil que tal órgão possa parecer, os delegados julgam, por maioria, que seu mandato foi limitado à fundação do Conselho de Budapeste e que não podem se permitir adotar decisões que envolvam Conselhos de província cujos representantes estão ausentes. Notável parece a discussão que opõe o critério da eficácia e o da democracia, e no fim da qual este último prevalece. Escolha feliz, aliás, uma vez que incitará, descobrimos, um certo número de conselhos de província a aderir livremente ao novo órgão central nos dias seguintes. Trata-se mais uma vez, apenas, de um episódio significativo do debate fundamental que põe em questão a função dos conselhos num novo regime.

Ao mesmo tempo, afirma-se o desejo de criar um poder operário e, de fato, graças à intransigência de Kadar, com quem se negocia, mas de quem se recusa a legitimidade, esse desejo imprime-se no real: esse Conselho central define-se como o verdadeiro poder político. Ao mesmo tempo condena-se a idéia de um novo poder revolucionário, inteiramente nas mãos dos operários, pois teria vocação totalitária. Contradição, sem dúvida, porém fecunda, como sugere Balázs e que, de resto, não se resume aos termos de uma oposição entre imperativos práticos e imperativos teóricos. Está claro, com efeito, que, ao reivindicar para os Conselhos a função de dirigir a economia no futuro, os delegados exigem um poder de caráter político; pois a faculdade não apenas de determinar as normas de produção, a repartição dos salários, as condições de trabalho no plano local, mas de decidir, em escala nacional, sobre investimentos, dirigir os assuntos econômicos do país, implica uma responsabilidade governamental. Não é, pois, somente no presente e como que a contragosto que os delegados aceitam assumir uma responsabilidade política. Enfrentam, já, uma contradição futura ao desejar obter essa responsabilidade e que, ao mesmo tempo, seja limitada. Esboçam o modelo de uma nova divisão do poder — desconhecida no sistema democrático-burguês e que só o socialismo tornaria possível — entre órgãos, por assim dizer, político-políticos e órgãos político-econômicos: divisão juridicamente instituída.

Este modelo não foi, certamente, tão elaborado a ponto de podermos julgá-lo viável ou não. Mas é impossível desconhecer sua

inspiração. A idéia é combinar autoridades cujas origens são reconhecidas publicamente como diferentes. Vêmo-la emergir da associação de três reivindicações emitidas pelo Conselho central e localizáveis nos programas de numerosos conselhos de província: uma federação dos conselhos operários; um Parlamento eleito pelo sufrágio universal cuja legitimidade seria garantida pela liberdade de associação e de expressão; a reconstrução de sindicatos a partir da base, especializados na defesa dos interesses operários e beneficiários do direito de greve. Num sentido, esta última reivindicação aumenta a contradição, pois implica em que os próprios Conselhos *não constituem toda a representação operária*. Mas a contradição permanece fecunda. O desejo de sindicatos autênticos supõe que não poderia haver sociedade de acordo consigo mesma, libertada, de uma vez por todas, de antagonismos internos; que mesmo ali onde a democracia funciona melhor, no quadro da produção, pode, por exemplo, produzir-se uma clivagem entre os Conselhos e o conjunto dos operários que aí apenas se encontram representados ou, por exemplo, uma clivagem entre certas categorias de trabalhadores desfavorecidos e a maioria, ou ainda, conflitos se engendrando a partir das desigualdades de desenvolvimento entre certos setores da produção ou certas regiões. Implicitamente, o modelo reconhece que o trabalhador está preso em pelo menos três redes de socialização diferentes e que lhe é necessário libertar-se da ficção da unidade e dar direito à diferença social que o habita: diferença do trabalhador-cidadão, do trabalhador-produtor, e do trabalhador-sindicalizado-grevista potencial; diferença, pois, no coração do mesmo indivíduo entre o movimento que implica uma decisão coletiva geral e o movimento que dela o protege associando-o a uma ação coletiva particular.

Repetindo: essa representação nasce da crítica do totalitarismo, o qual não aparece como um simples regime de fato a destruir, como o adversário exterior que tem figura visível sob os traços de um Estado e de um Partido estabelecidos, mas como o *possível interno* do socialismo. Nada mais instrutivo, nesse sentido, que as propostas de Sandor Bali nos debates de 14 de novembro, o qual parece ter exprimido fielmente os sentimentos da Assembléia. Após ter afirmado que os Conselhos exercem no presente uma função política e econômica, na expectativa da criação de novos partidos e de novos sindicatos, precisa: "Sabemos que os Conselhos operários se tornarão órgãos dirigentes da economia do país e é exatamente o que queremos que sejam. Não queremos cometer o mesmo erro que

o cometido no passado pelo Partido, a saber, que ele era, ao mesmo tempo, o dono do país e das fábricas e a única organização representando os interesses dos operários. Se cometemos esse erro, estaremos sempre no mesmo lugar. Queremos que os Conselhos dirijam os assuntos econômicos do país e que os sindicatos tenham o direito de se pôr em greve e de dirigir todos os negócios relativos à proteção dos interesses operários".<sup>5</sup>

Não se trata de pequenos fatos que apenas esclarecem um aspecto parcial da revolução húngara. A meus olhos, mostram bem qual era sua dinâmica. Certamente, essa revolução não se reduz, nem de longe, à sublevação da classe operária. Sabe-se, notadamente, que papel representaram, na sua origem, os estudantes e os intelectuais. Os primeiros se mobilizaram, inicialmente, em Szeged, depois em Budapeste e sua ação precipitou e radicalizou o processo de contestação iniciado pelos intelectuais do círculo Petoefi. Entusiasmados pelos acontecimentos da Polônia, decididos a exigir a revisão de todos os processos políticos após a reabilitação de Rajk, e uma investigação sobre os responsáveis pelo terror, atraídos pela imagem do titoísmo que lhes parecia conjugar os méritos de um socialismo nacional fundado na autogestão das empresas, é a eles que se deve a iniciativa da grande assembléia de 22 de outubro (espécie de parlamento pré-revolucionário, como o qualifica Miklos Molnar) e a da manifestação do dia 23 que se transformou em insurreição.<sup>6</sup> Ora, é desde logo notável que o programa de reivindicações fixado durante essa assembléia — ou seja, antes da intervenção das massas operárias — testemunha a vontade de democracia que vai se afirmar e precisar posteriormente. Nos "Quatorze pontos de Poly" figuram não apenas a convocação imediata do congresso do Partido e o retorno ao governo de Imre Nagy, mas principalmente: "novas eleições gerais fundadas sobre a igualdade, o voto secreto, a participação de vários partidos e de novos candidatos à Assembléia Nacional", a revisão, na indústria, das normas impostas aos trabalhadores e a criação de uma autonomia operária nas fábricas; a liberdade total de opinião e a liberdade da imprensa garantida pela fundação de vários jornais. No decorrer do período revolucionário uma extraordinária efervescência apodera-se da população não operária traduzindo-se pela criação de numerosos comitês. A reivin-

(5) *Idem*, p. 73.

(6) Miklos Molnar, *Victoire d'une défaite*, Budapest 1956, Fayard, 1968.

dicação de autonomia se amplia, ativada pelo exemplo que os Conselhos dão. A Universidade, os órgãos de informação, os grandes serviços públicos, as associações de intelectuais e de escritores são o centro de uma discussão incessante sobre os meios de instaurar o socialismo, o que significa, no espírito dos protagonistas, cortar as raízes do totalitarismo. Enquanto o observador ocidental fica obnubilado pelo problema da propriedade, os revolucionários húngaros, manifestamente, não pensam em termos de propriedade, mas em termos de direitos. É certo que rejeitam explicitamente a idéia de uma restauração da propriedade privada dos meios de produção. Porém, querem estabelecer direitos que garantam a liberdade e a segurança e o direito à verdade: direitos que não são formais, mas que, para cada um deles, supõem que as coletividades e os indivíduos sejam subtraídos ao poder do Estado-Partido, poder que se erigiu no único detentor da lei e no único detentor do saber.

Liberdade, verdade: isso significa concretamente em cada esfera — a da educação, a da informação, a das instituições, nas quais haja auto-organização coletiva e simultaneamente pluralidade reconhecida de representação, legitimidade da diferença e do conflito. Segurança: isso significa, concretamente, a abolição da arbitrariedade policial, garantias jurídicas em cujos termos os juízes devem dar publicamente razão de suas sentenças e que garantam aos acusados direito de defesa. Vemos, assim, a vontade democrática afirmar-se deliberadamente a partir de dois pólos que, com efeito, não poderiam dissociar-se, sem que ela se aniquilasse: o pólo da organização coletiva, que supõe a implicação dos agentes na instituição (o que se deve entender não só como um sistema de delegação da autoridade da base à cúpula, mas a obrigação dos que decidem de prestar contas, a possibilidade dada aos opositores de fazer valer seu protesto, e a circulação da informação) e o pólo de diferenciação social que supõe seja reconhecida a especificidade do domínio político, econômico, jurídico, pedagógico, científico, estético...

É um total engano ver nisso o sinal de um conflito entre o modelo do socialismo e o da democracia burguesa ou, no melhor dos casos, acreditar que os direitos febrilmente afirmados pelos revolucionários húngaros tinham apenas um sentido provisório ao sair de uma experiência totalitária. Não se tratava do prenúncio de uma transição rumo à *boa sociedade*, o comunismo. O socialismo começava simplesmente a viver, no momento em que se deixava descobrir que era o único capaz de dar o máximo de vida à sociedade civil e de impedir que o poder se solidificasse, que a lei decaísse para o

plano do interesse do dominante e que o saber se dissolvesse em ideologia.

Marx dizia que a Comuna era a forma, afinal encontrada, do socialismo. Não cairemos no erro de pretender que a revolução húngara nos dava uma *solução*: dava sentido à questão do socialismo, não apenas graças à existência dos conselhos, mas graças à descoberta do limite do poder, do seu próprio poder — não apenas graças à mobilização e quase fusão das energias coletivas, mas graças a uma experiência e um desejo novos da diferença.

um ano e, contudo, mil sinais atestam já uma petrificação do Estado, do Partido, do pensamento político. Estranha mutação, na verdade: a velha pele rachada, desconjuntada, readquire vida nos interstícios da pele nova, o tempo caminha ao mesmo tempo nos dois sentidos. A metamorfose fixou já formas indelévels, porém as forças em trabalho modificam-lhes constantemente as relações.

## A OLHO NU

Primeiramente, sinto-me no dever de testemunhar a renovação. Apesar de sabermos, de Paris, que a ditadura policial está morta, que as prisões foram esvaziadas dos prisioneiros políticos, que os privilégios dos altos burocratas foram suprimidos, que no interior do Partido e na imprensa a opinião pode ser exprimida, que a desconfiança e o medo foram expulsos das conversas: no lugar mesmo, a cada instante, somos assaltados pelos sinais de uma liberdade tanto mais resplandecente porque foi, por muito tempo, abafada.

Meus camaradas e eu entramos na Polônia de automóvel.<sup>1</sup> Alguns quilômetros bastaram para medir a distância "real" que nos separava da Alemanha Oriental. Aqui, a polícia é invisível; aqui, o homem que se encontra por acaso, em vez de se afastar, aborda-nos, interroga-nos e, sem rodeios, fala-nos da vitória obtida contra o stalinismo, da ameaça russa, da incerteza do futuro.

Perto da fronteira, paramos numa pequena aldeia e tivemos nossa primeira visão da nova Polônia. Uma mulher à porta da casa, com um menino ao lado, olhava o carro com uma indiferença misturada de hostilidade. Pedimos-lhe: "*Kawiarnia* (café)?" Ela não respondia. O que éramos? Russos, alemães, tchecos (os únicos viajantes que se encontra na estrada Frankfurt-Varsóvia)? Quando gritamos: "*Franzussi*", seu rosto se iluminou. Solícita, afetuosa, ela mesma nos conduziu até à porta de uma pequena cabana. O café era miserável, homens muito pobremente vestidos lançaram-nos um olhar morto. No meio do silêncio fizemos gestos e caretas que se pretendiam engraçados para solicitar cerveja. Depois, novamente declinamos nossa identidade: franceses. "Jornalistas?" — "Não.

(1) R. Antelme, D. Mascolo, E. Morin e eu fomos convidados, a título privado, por intelectuais comunistas poloneses. Chegamos a Varsóvia no sábado, 19 de janeiro, ou seja, na véspera das eleições. A viagem durou uns quinze dias.

## 8.

## Volta da Polônia\*

Polônia: há meses que esse nome significa esperança. Esperança restituída pela revolta de Poznan a todos aqueles que, talvez numerosos porém solitários, não consentiam ou não consentiam mais em procurar no stalinismo os traços, mesmo deformados, do socialismo. Esperança restituída aos que se tinham obstinado em esperar que num ponto do globo a voz, rapidamente abafada, dos manifestantes de Berlim-Este encontre eco, que o proletariado mostre o pouco caso que faz dos regimes de opressão e de exploração ornamentados com a etiqueta socialista.

A Polônia permanece o país da esperança. Budapeste destruída, os militantes húngaros assassinados, aprisionados, exilados ou reduzidos ao silêncio, os conselhos operários dissolvidos, a polícia soberana, todos os atos que atestam o furor de um poder ameaçado não bastaram para restabelecer a ordem no universo stalinista. Em Varsóvia, o regime saído das jornadas de outubro *dura*. No coração de um mundo cercado de ferro, que por hábito ou derrisão continuamos a chamar de "soviético", cercados de regimes mortais, os poloneses defendem sua liberdade no dia-a-dia.

*Mas por quanto tempo?* A pressão da URSS não se afrouxa. O governo que lhe resiste tende a restaurar um poder que não fica nada a dever às forças revolucionárias que o criaram. Mil sinais atestam uma renovação que não ousávamos imaginar há somente

(\*) *Socialisme ou Barbarie*, nº 21, março-maio de 1957. Texto reproduzido na primeira edição de *Eléments d'une critique de la bureaucratie*, Droz, 1971.

Comunistas. De visita. Não stalinistas." Devíamos, em seguida, representar o mesmo roteiro vinte vezes ou mais e vinte vezes reviver a mesma cena. Com gestos, palavras em polonês, alemão ou em francês quando tínhamos a felicidade de encontrar um interlocutor que conhecesse a nossa língua e se encarregasse então de traduzir para quem estava em redor, explicávamos que fôramos convidados por amigos de Varsóvia, que vínhamos agora, em janeiro, isto é, depois de outubro, que antes não teríamos podido nem querido vir à Polônia, que éramos comunistas anti-stalinistas. Então os rostos se iluminam, cercam-nos, disputa-se o prazer de nos dirigir a palavra. E, como naquela primeira noite da nossa chegada, falamos em primeiro lugar dos "Rouskis". Para nos dizer que não são mais os senhores, que Gomulka os fez recuar, que gostariam de se livrar deles efetivamente. Os gestos são eloqüentes: baixam o polegar para o chão, mostram a porta e fazem um amplo movimento com o braço que varre o adversário imaginário. Os "Rouskis comunistas?" Riem: "Stalinistas, sempre stalinistas". Kruchev, Stalin: a mão na mão diz-nos a sua identidade. O termo stalinismo desencadeia as pragas: todas as injustiças do regime precedente, todos os temores que o futuro inspira parecem condensados nessa palavra (que, ficaremos estupefatos de sabê-lo em Varsóvia, é novamente considerada como tabu para a censura). Temos também a surpresa de ouvir falar do Partido Comunista Francês: sabem que combateu a revolução polonesa e votam-no ao mesmo inferno que o Partido russo. Estranha situação a nossa: lamentam-nos porque não pudemos nos desestalinizar... O nome de Gomulka é sempre pronunciado; sua popularidade é evidente, é o herói que encarna a libertação. Quanto ao futuro, está cheio de perigos: o "golpe" da Hungria pode se renovar...

Na estrada de Poznan a Varsóvia, na de Varsóvia a Cracóvia, a Praga, nos bairros de Varsóvia, a experiência é a mesma, os poloneses falam livremente uns perante os outros, fazem as mesmas confidências, divertem-se com a sua cumplicidade, estabelecendo conosco essa cumplicidade pública, como se o russo ou o stalinista estivesse atrás da porta, na rua, urdindo sombrios projetos, nosso inimigo comum. Como não constatá-lo: há na Polônia uma opinião do homem da rua — o que precisamente não existe na França — um acordo quase universal sobre alguns ódios e algumas esperanças. O regime stalinista e a ocupação russa pesaram tão fortemente sobre a população que acabaram por moldar uma mentalidade comum: querem a independência nacional, exigem liberdade, denunciam a

desigualdade e a miséria engendradas pelo antigo regime que tinha o atrevimento de se fazer passar por socialista.

Em Varsóvia pudemos verificar e confirmar essas impressões da estrada ao descobrir em outros meios a mesma atmosfera de liberdade e de sinceridade. A discussão elaborada tem as mesmas características que a conversa espontânea. Nosso interlocutor, mais freqüentemente intelectual, militante comunista, não tem desconfiança; formula os problemas, que coloca numa linguagem pessoal, acusa, sem reticências, o stalinismo, denuncia, de passagem, o argumento ou o clichê oficial, ri-se de suas antigas ilusões; seu pensamento está em movimento, procura-se e confessa a si próprio essa procura; não sentimos nunca um silêncio artificial, uma manobra de intimidação, um olhar de suspeita. Em suma, nada subsiste nele daquilo que designa na França o intelectual stalinista numa discussão: a fuga de réptil perante o argumento constrangedor, a alusão a motivos superiores incomunicáveis, o refúgio nos textos sagrados, a grandiloqüência ultrajada em resposta à dúvida, a manobra do inquisidor. Além disso, não está menos distante de nossos progressistas (fauna característica dos regimes burgueses): fez no dia-a-dia a experiência do totalitarismo e agora quer fazer dele uma crítica radical; está consciente de que o stalinismo não é uma série de erros, um plano mal concebido, privilégios burocráticos excessivos, uma política invasora, mas um sistema total que, acobertado por uma ideologia revolucionária, levou à realização final a alienação do homem, operário, camponês, intelectual ou artista. Está certo de que o futuro do comunismo passa pela derrota completa do stalinismo ou do neo-stalinismo. Não dispõe, com certeza, de uma teoria nova que abarque todos os aspectos da vida social, mas sabe que essa teoria está por fazer e está pronto para abordá-la, liberto de todos os preconceitos.

O pensamento é livre, a troca de pensamentos é livre porque nenhuma ameaça paira sobre o opositor ou o não-conformista. Já disse que a polícia era invisível. De fato, no dia das eleições, procurei em vão uma patrulha de homens uniformizados; não encontrei senão alguns civis, munidos de braçadeira e que passeavam numa alameda com um ar extremamente bonachão. Uma milícia? Informação dada, tratava-se de voluntários destinados a assegurar que nenhum bêbado (são numerosos e o álcool estava proibido naquele dia) perturbaria a via pública. No bairro das embaixadas e dos ministérios os prédios não são vigiados; um soldado anda apenas para lá e para cá frente ao domicílio de Cyrankiewicz. O imenso

prédio do ministério da segurança parece deserto, nossos companheiros poloneses dizem-nos, aliás, que foi desativado. Ainda no ano passado o arame farpado impedia o acesso à calçada na frente do prédio e o transeunte preferia atravessar a avenida a ter que caminhar ao longo dele. Essa mudança parece inteiramente natural aos poloneses. Da mesma forma, parece natural a um de nossos anfitriões escutar a BBC na noite das eleições e telefonar a seus amigos para morrer de rir do interesse que os ingleses mostram pela forte proporção de votantes. "Não é perigoso falar da BBC ao telefone?" Nosso interlocutor parece um pouco escandalizado com a pergunta. "Outrora seria permitido fazê-lo tão livremente?" Ele se surpreende de novo: outrora sua linha estava ligada a um posto de escuta. Mas o passado é o passado, hoje tudo é diferente.

Foi com algum orgulho e alguma ironia também que amigos poloneses nos levaram a passear pelas ruas de Varsóvia para nos mostrar os vestígios desse passado que acabara. Com efeito, nada nos podia fazer sentir melhor a presença física do Estado burocrático que aqueles imensos edifícios construídos para a sua glória: o ministério da segurança, de que já falei, construído num estilo de superpalácio Côte-d'Azur; o prédio do comitê central do Partido, sobretudo, que se ergue no cruzamento de duas artérias principais da cidade, cujas dimensões evocam as do Palácio de Chaillot, mas cuja massa, esmagadora de propósito, designa como que a fortaleza ultramoderna de um poder absoluto; finalmente o Palácio da Cultura, visto de onde quer que nos situemos, arranha-céu pretensioso, provido de ameias e de ornatos diversos, cuja função, aliás, sempre ficou indeterminada e que ainda está metade vazio. Símbolos da era stalinista, despojados de sua substância, cidadelas anacrônicas, é um outro modo de vida que evocam na hora da "democratização" e das supressões importantes praticadas na burocracia.

E contudo esse mundo está bastante próximo... Mais uma vez, basta observá-lo.

Nossos amigos poloneses conduziram-nos até a embaixada russa situada no extremo do bairro "oficial", num nível inferior ao Belvedere, a antiga sede do governo polonês. Cercado por um grande jardim, esse palácio imponente, recentemente construído, eclipsa por suas dimensões, não somente todas as outras embaixadas mas a maior parte dos edifícios públicos. Os poloneses chamam-no o "superbelvedere" e falam de Ponomarenko como do seu *gauleiter*. Agora, no entanto, o humor não está mais isento de amargura nem de temor. O poderio stalinista encarnado na arquitetura não per-

tence ao passado. Segundo a expressão, muitas vezes ouvida, o poder russo reina em Varsóvia independentemente do poder nacional. Ponomarenko, o adversário irredutível do movimento de outubro, que declarava aos jornalistas que Poznan tinha sido obra do fascismo no momento mesmo em que Cyrankiewicz admitia que se tratava de um levante operário, que declarava ainda a uma delegação da juventude, durante as famosas jornadas de outubro: "Hoje é a desordem, amanhã a ordem será restabelecida, escolham antes que seja tarde demais", Ponomarenko, que conservou toda a sua hostilidade contra o novo regime, continua no trono apesar do advento de Gomulka. A embaixada permanece o quartel-general do stalinismo polonês e é entre seus muros que se prepara a ofensiva quotidiana, lançada de Moscou, contra a imprensa de Varsóvia.

Ora, pudemos verificar que a cada dia esse perigo, ligado à presença russa na Polônia, era duramente sentido pela população, que ele secava o entusiasmo saído da "libertação", que proibia a esperança, inibia o próprio pensamento, tornado incerto do possível e logo, do verdadeiro. Nossas impressões, novamente, são extraídas tanto da conversa da rua quanto da discussão propriamente política.

Nunca, nesses encontros de acaso que há pouco evocava, nossos interlocutores deixaram de falar da ameaça russa. Em vão lhes dizíamos que parecia afastada naquele momento, que uma nova edição da repressão húngara era inimaginável: eles não julgavam assim. E lembro-me desta reflexão, ouvida várias vezes: "Se os russos nos atacassem, não aconteceria nada de diferente do que se produziu na Hungria; os alemães se sublevariam, sem dúvida, mas nenhum outro povo se moveria, nem no bloco soviético, nem no mundo ocidental; os americanos apenas disporiam suas tropas na fronteira das duas Alemanhas para impedir a extensão da guerra; a Rússia teria todo o tempo para nos esmagar".

Se a expressão "dar um exemplo" teve alguma vez sentido, é na Polônia que isso se descobre e que se percebe a eficácia, pelo menos a curto prazo, da repressão russa. O exemplo húngaro persegue todos os espíritos. "Húngaro Kaput", dizia um operário na região de Kusztrin, e, para mostrar o que aos poloneses restava fazer, andava na ponta dos pés.

Os numerosos intelectuais com quem discutimos exprimiam seus sentimentos de maneira menos rudimentar mas estes não variavam. Tanto sua crítica do passado, como dissemos, era radical, quanto era incerta sua visão do futuro. Não que estivessem hesi-

tantes sobre a política que, de imediato, devia ser seguida, sobre a necessidade de reformar fundamentalmente o partido, de criticar os responsáveis stalinistas, de legalizar a liberdade de expressão na organização e na imprensa, de dar, enfim, o máximo de autoridade aos conselhos de fábrica. Mas é este o seu pensamento: o que *seria preciso* fazer é o que o círculo stalinista torna perigoso, talvez impossível; o que Gomulka *deveria* realizar, se se apoiasse resolutamente em forças sociais revolucionárias, é o que se torna difícil empreender quando o governo a isso se opõe e declara acabada a fase de democratização, quando se revela necessário combater, ao mesmo tempo, o stalinismo e o novo regime que o enfrenta.

Nessas condições a esperança e o ardor depressa se transformam em lassidão. Pareceu-me significativo que muitos jovens intelectuais comunistas, fortemente engajados no combate ideológico, sonhem em ir passar alguns meses na França dentro em breve. Essa vontade de evasão exprime, sem dúvida, o mal-estar de uma *intelligentsia* que não consegue resolver seus próprios problemas no quadro da situação objetiva que deve enfrentar.

Pareceu-me incomparavelmente mais grave que muitos intelectuais estejam, nesse clima, novamente isolados da classe operária. Por exemplo, o apoio que dão ao movimento dos conselhos não é iluminado, na maior parte das vezes, por um conhecimento do que se passa nas fábricas e, por isso, suas reivindicações, por mais legítimas que sejam, conservam um caráter puramente "político"; concentram a atenção, exclusivamente, na luta das tendências no interior do Partido.

Ao temor paralisante de uma intervenção russa acrescenta-se, também, entre as massas, se é que pude julgar corretamente, uma atração no que diz respeito ao Ocidente. Numerosas vezes e, notadamente, numa fábrica de Varsóvia, interrogaram-nos com uma curiosidade cheia de admiração sobre as condições de vida na França, os preços do vestuário e da alimentação, as vantagens materiais de que certos operários da Renault poderiam dispor (automóveis, televisões, refrigeradores...), a legislação do trabalho. Implícita ou explicitamente, estabeleciam a comparação com as condições de existência na Polônia. Certamente não é possível saber, com base nessas rápidas trocas de idéias, que representação exata o polonês se forja do Ocidente (e isso tanto menos quanto no mais das vezes ignorávamos tudo do nosso interlocutor), mas pareceu-me que a ditadura stalinista havia suscitado, em reação contra suas próprias mentiras, um certo número de ilusões sobre os regimes do Oeste.

Situação paradoxal, certamente, se pensarmos que na França, por exemplo, muitos operários se alimentam de ilusões contrárias sobre as condições de vida no Leste, testemunha, porém, da confusão da massa.

Pode-se finalmente julgar, à primeira vista, as dificuldades herdadas do período stalinista pela miséria que reina entre a população. Agora que os privilégios dos altos burocratas foram abolidos e que é verdadeiramente perigoso ostentar a riqueza, a impressão de "monotonia" é dominante. Nos cafés freqüentados por médicos, advogados e intelectuais pode-se observar um certo apuro no vestir, até mesmo uma certa elegância na mulher (paralelamente a relações mundanas cuidadosamente mantidas). Mas, na rua, a pobreza é impressionante. A massa da população não pode vestir-se decentemente, uma vez que é obrigada a pagar de 450 a 700 *zlotys* por um par de sapatos, 2.000 *zlotys* por um terno ou um sobretudo de qualidade média, de 400 a 600 por um pulôver, enquanto os salários vão de 700 a 800 *zlotys* para as categorias mais desfavorecidas e de 1.000 a 1.500 para a camada mais numerosa dos trabalhadores. Por outro lado, a alimentação é barata, porém todos os produtos que saem do consumo corrente (que oferece uma escolha muito restrita) são inacessíveis à grande maioria da população. Além disso, basta entrar numa grande loja para constatar a raridade e a mediocridade dos aparelhos eletrodomésticos e, mais genericamente, dos mil pequenos produtos da grande indústria que caracterizam a vida de um país evoluído.

Finalmente, as condições de moradia são particularmente duras. A maior parte dos intelectuais que encontramos dispõem de apartamentos minúsculos, na maioria das vezes reduzidos a uma única peça — ainda que pertençam a uma camada nitidamente privilegiada (o salário de um jornalista ou de um crítico é da ordem de 2.500 *zlotys* e as possibilidades que lhe são oferecidas para publicar ou traduzir textos fora do seu trabalho permitem-lhe aumentar consideravelmente essa soma, até mesmo duplicá-la). Quanto à massa dos operários, dos pequenos empregados ou dos pequenos funcionários, devem, às vezes, contentar-se em compartilhar um único apartamento entre várias famílias e freqüentemente conformar-se com uma única cozinha para vários apartamentos.

A miséria é mais evidente ainda no campo que na capital. Mas, mesmo em Varsóvia, a atmosfera da rua sugere dificuldades econômicas: os automóveis são pouco numerosos, a luz parcimoniosamente distribuída, as vitrinas das lojas desprovidas de qualquer

atrativo; não podemos senão evocar a Paris da Ocupação nos seus dias mais sombrios.

É certo que não se pode imputar apenas ao regime stalinista a responsabilidade pela miséria. A reconstrução da capital, ainda inacabada, diz suficientemente qual foi a amplitude dos prejuízos sofridos durante a guerra... Não deixa de ser verdadeiro que, doze anos após o fim da guerra, a despeito do extraordinário desenvolvimento técnico que o mundo inteiro conheceu e, notadamente, a indústria russa, a Polônia permaneça, por culpa do stalinismo, numa situação material lamentável.

#### DISCUSSÕES

Eis as impressões que retiro dessa breve viagem. É evidente que não permitem julgar a situação política e social. Mas essa situação não é visível, ela pode apenas ser conhecida. Quis, pois, dar um lugar à parte ao que aprendi em numerosas conversas que pude ter com militantes comunistas, reunindo e confrontando as informações obtidas. Todavia, em vez de apresentar essas informações de uma maneira sistemática, parece-me que é melhor não dissociá-las do quadro real das discussões que tive — o modo de pensar de nossos interlocutores me parece tão interessante quanto os fatos relatados. Renunciando, por outro lado, a fornecer algumas informações colhidas, selecionei, pois, quatro conversas, as mais completas que me foi dado ter, e que dão uma justa idéia da mentalidade de um certo número de comunistas poloneses. Com exceção de D., alto funcionário (cujas observações narramos mais adiante), todos aqueles com quem conversamos longamente são colaboradores de grandes órgãos de imprensa poloneses: *Tribuna Ludu*, *Nowa Kultura*, *Po Prostu*, etc. Quero também assinalar que, nas páginas que se seguem, procurei não tanto relatar a conversa literal do interlocutor mas restituir o movimento do diálogo. Conseqüentemente, não procurei dissimular minhas próprias intervenções ou reflexões quando me pareciam iluminar a discussão.

#### COM A

A. é comunista e representa um papel de primeiro plano nos meios intelectuais e nos meios da imprensa. Penso compreender

que, diferentemente da maior parte de seus companheiros, nunca foi stalinista. Preciso, rigoroso, de extensa cultura política, sensível no mais alto grau à diversidade dos fatores que intervêm na presente situação da esquerda, A. dá uma imagem do intelectual comunista exatamente oposta à que dele procuram compor, para lançá-lo no descrédito, certos correspondentes de jornais progressistas franceses.

#### SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Falamos antes de mais nada da situação do escritor e do jornalista. Tornou-se-lhes possível publicar o que querem, ao menos dentro dos limites impostos pela presença russa e sua ameaça? Não, diz A. Podemos escrever muito mais coisas que outrora mas não podemos escrever livremente. De resto, a censura endurece novamente. É talvez o período eleitoral que torna o governo mais vigilante, mas não é certo. A preocupação dominante é evitar provocar os russos ou apenas chocar-se com eles. Assim, *Nowa Kultura* foi várias vezes vítima da censura no último período. E os próprios redatores, nessa situação, estão cada vez mais preocupados em escrever artigos que não abram o flanco à censura; tendem a praticar uma autocensura ou uma censura preventiva. Inquietamo-nos com essa resposta: há uma lógica do silêncio ou da prudência que leva à passividade e depois à cumplicidade. Mas nada temos a ensinar a A. a esse respeito. Ele viu essa lógica exercer-se de mais perto do que nós. Não pode deixar de dar-nos razão. Mas estamos por demais prontos a condenar a prudência e não esperamos para medir as dificuldades. Nenhum dos intelectuais que lutou pela desestalinização moderou suas críticas, e ainda menos, renunciou a elas; os redatores lutam contra a censura, procuram fazer "passar" o máximo de coisas possível e, se a censura se endurece, é também porque a crítica se desenvolve. As circunstâncias não permitem, contudo, atacar a censura de frente.

Enquanto A. fala conosco, penso que a antítese liberdade-servilidade é atualmente informulável. A. conhece os processos que engendram a servilidade e odeia-os, porém está colocado em condições que não lhe permitem reivindicar a liberdade inteira. Parece-me que, independentemente dos obstáculos exteriores com os quais tal reivindicação se chocaria, ele não a julga desejável no presente. Por exemplo, a censura oficial incomoda-o, critica-a, cita artigos

que ele mesmo e amigos da sua tendência escreveram e que foram proibidos, admite que uma mentalidade stalinista se reconstituiu acobertada pela prudência anti-stalinista, mas não fala da censura como do inimigo. O inimigo é a URSS e seus representantes poloneses que aproveitam todas as ocasiões para criticar o novo curso em termos ameaçadores. Os homens do governo, os censores e os intelectuais do mesmo círculo são, apesar disso, solidários face a essa ameaça. Outrora, a censura identificava-se com a vontade do Partido Comunista e esta não era senão um modo da vontade da URSS. Quem quer que entrasse em conflito com a censura, se não se retratasse, apareceria como opositor ao sistema total e era levado a se perceber a si mesmo como tal. Hoje, pelo menos em numerosos casos, o censor diz ao jornalista ou ao escritor: "O senhor tem razão e eu penso da mesma maneira, mas o que o senhor diz apresenta um perigo". Não há mais censura ideológica mas uma censura quase militar. E mesmo esta o censor não a exerce senão com modéstia, pois teme seu próprio papel e que seja criticado por entrar a democratização. Deseja, pois (freqüentemente), não apenas convencer o escritor de que compartilha de suas idéias mas também que proíba a sua expressão para salvaguardá-las. (Ficamos sabendo mais tarde, e esta notícia tem com que nos espantar, que os censores são os mesmos da época stalinista.)

A., como os outros intelectuais comunistas que encontrarei em seguida, não se deixa lograr por essa cumplicidade que o censor quer estabelecer com as suas "vítimas"; se a aceitasse recolocaria de uma vez por todas a sorte do seu pensamento nas mãos do aparelho e recairia no antigo estatuto de dependência que quis abolir. Contudo, também não pode conceber o censor como uma autoridade estrangeira; seus argumentos, já os formulou para si próprio quando escrevia. Apenas os avalia de maneira diferente. Sabe que uma crítica da atual desorganização do Partido pode ser utilizada pelos adeptos da NATO contra Gomulka ou que uma crítica da função do Partido será considerada pelo *Pravda* como um sinal de liquidacionismo, porém, corre o esse risco, admitindo que pode provocar uma resposta do inimigo, mas que deve estimular o progresso do pensamento comunista. O censor apenas inverte os termos do raciocínio: reconhece que se *pode* criticar, mas afirma que se *deve* evitar os riscos.

O que impressiona, no caso de A., é que ele parece, ao mesmo tempo, extremamente lúcido e encerrado em contradições de fato. Tem o pensamento de um marxista habituado a prever e a atitude de alguém que vive o dia-a-dia. Quando o aprovamos por lutar passo a

passo contra a censura, torna-se reticente como se nosso acordo o incomodasse; seja porque teme ser julgado mais empreendedor do que realmente é, seja porque lhe parecemos cegos a todas as dificuldades que enfrenta. Quando lhe mostramos o perigo que existe em praticar uma "política" da palavra e ao que leva um cálculo aplicado às idéias, ele se adianta como se tudo o que acabava de dizer-nos a favor de tal prática não devesse, de forma alguma, ser erigido em tese, como se o problema consistisse precisamente em não converter essa conduta em teoria.

Antes de mais nada, admitimos tacitamente que a livre expressão era perigosa, mas um dentre nós espanta-se, a justo título, de que não se possa distinguir assuntos perigosos e assuntos neutros. Criticar o regime ou a política da URSS, é, evidentemente, expor-se a uma resposta, analisar livremente a situação polonesa ou colocar problemas teóricos cujas incidências práticas não são imediatamente perceptíveis, não deve provocar um conflito ideológico da mesma natureza. Poder-se-ia, pois, circunscrever "zonas de prudência" fora das quais o pensamento readquiriria seus direitos.

A. concorda. Assegura-nos que, na realidade, essa distinção é familiar a todo intelectual polonês, porém é menos operante do que se poderia pensar pelo fato de ser recusada pela URSS. Os russos metem-se em tudo e, para eles, não há assunto neutro. Quer se fale da organização da economia, do papel dos conselhos operários, da estrutura do Partido ou da filosofia marxista, provoca-se igualmente a condenação do *Pravda*. Este ou aquele redator de *Nowa Kultura* é, no dia seguinte à publicação de seu artigo, taxado de liquidacionismo pelo órgão russo, sem que, no entanto, suas idéias sejam reproduzidas e seriamente comentadas. Constitui-se, assim, um dossiê antipolonês que parece acumular provas com vistas a um processo final. Seja qual for o assunto de que falem, movem-se, pois, numa atmosfera carregada de eletricidade, escrevem num constante estado de alerta, atentos às detonações quotidianas provocadas por uma expressão livre. Sabem que toda palavra encontra seu eco entre as paredes da embaixada, que Moscou está em Varsóvia, que duas leis se misturam das quais uma, triunfando, seria mortal.

Como se surpreender, então, de que a censura "gomulkista" pretenda, por sua vez, meter-se em tudo? A. dá um exemplo recente: foi proibido um artigo filosófico tendo por objeto as idéias do jovem Marx e mostrando sua deformação sob o reino stalinista. Ao crítico faltava prudência...

O que significa dizer que a estratégia ideológica passa para todos os níveis. O que significa também que, se os intelectuais não podem deixar-se asfixiar, uma luta quotidiana deve ser igualmente sustentada em todos os níveis; pois se a importunação que praticam cessasse por um momento, por lassidão, uma rigidez cadavérica se apoderaria do novo regime, à imagem do passado.

Não há, pois, outro futuro possível que não nessa tensão constante entre a imprensa e a direção política, entre uma e outra e a URSS? Segundo A., um imenso progresso seria realizado se a imprensa recebesse um estatuto que consagrasse sua independência em relação ao governo. Tal projeto encontra-se em estudos (ouvirei diversos escritores que põem aí todas as suas esperanças falar dele diversas vezes). Instituído, criaria uma nova situação, pois Gomulka não mais estaria comprometido aos olhos dos russos pelo menor dos artigos publicado na menor das revistas polonesas. Tornar-se-ia necessário para o Bureau político de Moscou raciocinar sobre a Polônia a partir de critérios novos.

Atualmente, a publicação de um artigo antigovernamental na menor cidade de província do Turquestão seria considerada por Kruchev como o sinal de uma insurreição, porque está estabelecido que não deve existir nenhuma separação entre o pensamento dos dirigentes supremos da União Soviética e o do militante de base. Em função de uma tal perspectiva, e reciprocamente, Gomulka é tido como responsável por tudo o que se escreve nos jornais e revistas poloneses. Uma vez sua independência reconhecida, a escrita não seria mais uma expressão direta da política nacional e seria aliviada, pelo menos parcialmente, da carga explosiva que possui agora.

Parece-me significativo que A. não fale desse projeto senão com uma certa reserva. Antes de mais nada porque é duvidoso que seja elaborado e mais duvidoso ainda que resolva o problema da liberdade de expressão. Por um lado, não se vê muito bem como não provocaria na URSS uma tensão superior a todas as que até aqui foram registradas, pois o que a URSS contesta é a idéia de uma vida política polonesa autônoma, a idéia de que um debate sobre a construção do socialismo possa instituir-se na Polônia. As garantias que Gomulka já lhe deu ao condenar espetacularmente as tendências gauchistas de *Po Prostu*, por exemplo, não permitem em absoluto esperar que a enfrente no terreno dos princípios, legitimando as oposições ideológicas possíveis.

Por outro lado, é difícil imaginar que um estatuto da imprensa não seja acompanhado de uma reforma fundamental do Partido.

Em grande parte os redatores de *Tribuna Ludu*, de *Po Prostu*, de *Nowa Kultura* ou de *Tworczo* são comunistas; reconhecer-lhes o direito de se expressarem livremente nos órgãos da imprensa significa consagrar o princípio da democracia no Partido; ora, se esta se exerce de fato atualmente, ainda não possui estatuto e não o adquirirá (se o adquirir) senão ao preço de grandes dificuldades.

#### SOBRE A POLÍTICA DE GOMULKA

Somos, assim, naturalmente conduzidos a falar da situação política que condiciona o problema da liberdade de expressão. No início, A. parece preocupado em fazer compreender as dificuldades contra as quais Gomulka se choca; porém pouco a pouco, suas críticas se acumulam.

Primeiramente, inquietamo-nos com a última intervenção de Gomulka na campanha eleitoral. A idéia de transformar as eleições numa espécie de plebiscito, se respondia à preocupação de fazer cessar as manobras stalinistas, não era, contudo, contrária ao novo programa? Tinha-se prometido às pessoas que elas iam escolher seus representantes, pelo menos dentro de certos limites. No último momento ordena-se-lhes que aprovelem as chapas governamentais e apresenta-se-lhes a escolha como um ato de oposição a Gomulka. A. compartilha essa opinião. Pensa que se Gomulka for bem-sucedido, sua intervenção terá sido "hábil" (no momento em que discutimos não possuíamos ainda nenhuma indicação sobre os resultados da votação), mas parece temer essa habilidade mesma. De fato, essa manobra veio coroar toda uma série de medidas táticas igualmente inquietantes.

A. deplora, notadamente, o modo de composição das chapas de candidatos; frequentemente, foram colocados no final das chapas ou eliminados, elementos revolucionários que tinham representado um papel de primeiro plano na demolição do antigo regime, preferindo-se a eles, por razões táticas, não-comunistas pouco seguros, esperando, assim, aliá-los à política do governo. Em suma, preferiu-se jogar a cartada da unidade nacional e aceitou-se sacrificar uma parte dos militantes de vanguarda.

Essas medidas inscrevem-se, aliás, diz-nos A., numa estratégia de conjunto. No dia seguinte à sua chegada ao poder, Gomulka mostrou-se essencialmente preocupado em frear o movimento que o tinha conduzido até lá. Longe de querer proceder a

uma depuração dos stalinistas no interior do Partido, procurou persuadi-los de que não seriam incomodados e obter sua colaboração. Tinha como objetivo reunir em torno de si os membros do aparelho e orientar o Partido para as novas tarefas, sem choques. Convencidos de que não tinham nenhuma chance de retomar a direção (a não ser que provocassem uma guerra entre a URSS e a Polônia), e, de fato, desamparados, os stalinistas — o clã otaniano<sup>2</sup> — teriam tido apenas como perspectiva reconhecer tacitamente a falência da sua política e conservar seus postos servindo a nova. Essa evolução aparecia como tanto mais realizável porque a imensa maioria dos quadros dirigentes havia permanecido “stalinista” até à última hora tendo-se convertido ao gomulkismo apenas no decorrer da crise de outubro ou nas vésperas. Entre Gomulka e Nowak a transição estava assegurada por Ochab e Cyrankiewicz.

É difícil estabelecer com segurança os motivos que inspiraram Gomulka. Não podemos nos impedir de pensar que seus primeiros reflexos foram os de um “político” que procura, antes de mais nada, manobrar, até mesmo de um burocrata cuja preocupação dominante diz respeito à integridade do aparelho. Mas também não é duvidoso que considerações “estratégicas” gerais representassem um papel de primeiro plano. Neutralizar os otanianos, em seguida conciliar progressivamente com eles, significava privar a URSS de sua base de ataque na Polônia, significava persuadir o Kremlin de que o gomulkismo era um fato nacional irredutível.

Seja como for, essas manobras tinham um corolário: esfriar o entusiasmo de todos aqueles — operários, estudantes, intelectuais — que haviam feito triunfar a desestalinização e que, agora, esperavam uma depuração no Partido, uma democratização oficial nas organizações de massa e, mais geralmente, uma participação ativa dos comitês revolucionários e dos conselhos operários na vida política nacional. A esses todos foi pedido que tivessem confiança na direção do Partido: a estrada estava semeada de emboscadas, Gomulka sabia o que fazia, não devia ser atrapalhado na sua ação. Em suma, foram retomados os argumentos utilizados outrora pelos stalinistas contra os descontentes. Certamente num outro espírito, e em função de uma outra causa, mas recomeçou-se, como no passado, a pregar a confiança no chefe, a disciplina e a centralização do poder.

(2) Apesar de esdrúxulo, utilizamos o termo otaniano (de OTAN) porque traduz bem a expressão *natolinien* (de NATO). (NT)

Comitês surgidos um pouco por toda parte, tanto em Varsóvia quanto na província, tinham tomado iniciativas políticas; entre eles, muitos elementos pensavam estar associados ao poder de uma maneira permanente. Gomulka declarou-lhes que conselhos operários não poderiam ter senão um papel estritamente econômico, o de organismos locais de co-gestão. A política permanecia da exclusiva competência do Partido.

Durante as jornadas de outubro tinha sido constituído um comitê de ligação entre os representantes dos operários e os dos estudantes; esse comitê podia representar um papel político de primeiro plano. Gomulka interveio para que fosse dissolvido.

Na própria Universidade, multiplicavam-se as concentrações e as discussões. Eram votadas resoluções sobre as mais diversas questões. A seção do Partido criticou duramente a conduta dos estudantes e exerceu sobre eles uma pressão constante para fazê-los voltar à ordem. Essa tática gomulkista beneficiou-se, no mais, da confusão engendrada pelo desabamento do sistema precedente, pois no quadro da nova liberdade exprimiam-se críticas de toda natureza, sendo que algumas visavam o socialismo como tal. Era, pois, fácil confundir todas as vozes, fazer um amálgama entre os protestos revolucionários e reacionários e denunciar o perigo que o regime corria por causa da crítica em geral.

Num tal clima a insurreição húngara não pôde, finalmente, senão reforçar as medidas de autoridade. A., sem contestar a necessidade em que se encontravam de evitar toda provocação em relação à URSS, insiste na decepção causada pela atitude governamental. E essa decepção aumentou ainda mais (no momento em que a violência da repressão na Hungria fazia com que medissem os riscos que corriam e temperava o ardor revolucionário) quando Gomulka assinou na Rússia um texto que reconhece a legitimidade de Kadar.

#### SOBRE A RESISTÊNCIA DOS STALINISTAS E A SITUAÇÃO NO PARTIDO

Na medida em que é possível hoje emitir um julgamento sobre a política governamental desde outubro, pode-se dizer que esta parece ter fracassado. É preciso reconhecer — diz A. — que Gomulka não obteve a estabilização que procurava, antes, porém, novos perigos nasceram. Os stalinistas aproveitaram, indubitavelmente, a ocasião que era oferecida para consolidar sua posição

dentro do Partido. Já que o próprio Gomulka abatia as forças que o tinham levado ao poder, já que denunciava em termos violentos jovens militantes revolucionários, estigmatizava redatores de *Po Prostu*, reduzia as prerrogativas dos conselhos, podia-se, na sua esteira, alçar o tom, deplorar a desordem de Outubro e imputar aos jovens comunistas, tratados como elementos irresponsáveis, todas as dificuldades econômicas presentes.

Como nos surpreendemos que os stalinistas possam, num tão breve espaço de tempo, levantar novamente a cabeça e fazer-se ouvir por uma parte, ao menos, da população, A. mostra-nos que eles são servidos pela estrutura do Partido.

Considere-se esse Partido. É pletórico: 1 500 000 membros numa população de 27 milhões de almas e de 17 milhões de pessoas na idade de votar. Uma das primeiras tarefas da nova direção era reduzir os efetivos da organização e, principalmente, suprimir numerosos postos de "permanentes" cuja atividade não justifica, de forma alguma, um salário especial. Como na URSS, como em todas as outras democracias populares, essa camada de pequenos burocratas responde à única preocupação da direção de constituir para si uma base fiel, que dependa materialmente dela e assegure a estabilidade do regime. A. estima que na Polônia, se contarmos os burocratas e respectivas famílias, há aproximadamente um milhão de pessoas cuja renda é proveniente de sua integração ao aparelho do Partido. Esses elementos não são, pelo menos na maior parte, stalinistas. Seu destino não foi certamente o mesmo; alguns obedeceram servilmente ou cinicamente às instruções burocráticas, outros acreditaram, de boa fé, que o regime prosseguia por caminhos difíceis a edificação do socialismo, outros ainda se embotaram nas atividades quotidianas como fazem os empregados que vêem no patrão, seja qual for, alguém que paga. Muitos viram com simpatia (mesmo se não estava isenta de inquietação) o desenvolvimento do movimento que levou a Outubro. A exploração da Polônia pela URSS não era para eles tão sensível quanto para o resto da população e a disciplina estúpida da burocracia não se exercia também às suas custas? Mas, sejam quais forem suas opiniões, esses funcionários do Partido têm em comum o fato de que sua sorte material está ligada à integridade do aparelho.

Quando Gomulka anuncia que o número dos permanentes deve ser consideravelmente reduzido, choca-se, pois, de frente, com uma camada imediatamente tornada solidária pelo perigo e pronta a adorar novamente os antigos deuses desde que ela subsista.

A pequena burocracia tem outros motivos de descontentamento. É um objeto de crítica constante por parte dos elementos revolucionários ou progressistas que denunciam a ignorância, a incompetência, o conformismo do bonzo local. Tem a impressão de que podem fazê-la endossar todas as taras do sistema existente e irrita-se de ver elementos que, ainda não há muito tempo, abraçavam sem reservas a ideologia stalinista voltar-se contra ela como se encarnasse o antigo regime. Ora, ao mesmo tempo, continuam a reinar à cabeça do Partido homens (a começar por Ochab e Cyrankiewicz) que na véspera eram seus senhores e que se encontram agora ao abrigo de toda crítica oficial. O raciocínio que faz é claro demais: "Querem fazer de nós bodes expiatórios. Sacrificam o empregado para salvar o patrão". E, como esse raciocínio contém uma parte de verdade, encontra eco em certas frações das massas. Por mais paradoxal que isso possa parecer à primeira vista, operários, empregados, camponeses que ontem consideravam o funcionário do Partido como um aproveitador do regime, um demagogo ou um importuno, estão decididos a simpatizar com a sua sorte porque sentem que era apenas um assalariado do sistema e que hoje, com os antigos privilégios abolidos, suas condições de existência não o distinguem de forma alguma da massa dos assalariados.

Os stalinistas não têm dificuldade em explorar essa situação. Não agem a descoberto criticando Gomulka e louvando o regime precedente mas afirmam que a nova política se edifica sobre as costas dos "militantes" do Partido. Na véspera das eleições, distribuíam um panfleto nas fábricas, diz-nos A., opondo a situação dos funcionários do partido à dos líderes que permaneceram à cabeça da organização lançando sobre estes últimos todas as responsabilidades da antiga política. Graças a essas manobras, podem obter um eco que, evidentemente, não teriam, se se colocassem sobre um terreno ideológico. Muito habilmente negam, ao contrário, toda diferença entre a nova e a antiga equipe dirigente e dão crédito à idéia de que as mudanças sobrevindas em outubro foram principalmente o efeito de rivalidades pessoais. Nisso são servidos pela atitude de Gomulka, que, por seu lado, hesita em promover um programa novo limitando-se a declarações de intenção.

Mas não é apenas a situação dentro do Partido que os favorece. No país inteiro, as dificuldades econômicas engendram um clima de inquietação; não somente uma melhoria do nível de vida das massas é improvável mas, de imediato, são tomadas medidas de saneamento ou de racionalização soldadas por importantes demis-

sões em massa nos ministérios e nas empresas. Pode-se muito bem explicar-lhes que a burocracia stalinista multiplicou as funções inúteis e engendrou uma verdadeira proliferação de improdutos, os que sentem pesar sobre si a ameaça do desemprego são mais sensíveis a uma crítica rudimentar do novo regime.

Fazemos com que A. note que todas as suas informações suscitam uma grande desconfiança *vis-à-vis* da política gomulkista, cujas concessões aos otanianos e à tática manobrista reforçam o perigo contra-revolucionário. Mas A. hesita manifestamente em emitir um julgamento de conjunto sobre a política de Gomulka. No seu entender, sem dúvida, houve inépcias, erros, uma prudência excessiva, mas não uma verdadeira política que deva ser condenada. Gomulka acaba de fazer uma experiência, pode constatar o fracasso da sua política em relação aos stalinistas; pode compreender que, se não se apoiar resolutamente sobre as forças que o levaram ao poder, arruinará seu próprio futuro. A visita pessoal que quis fazer à fábrica Zeran na véspera das eleições (a primeira nesse gênero desde outubro) não testemunha essa tomada de consciência?

A. relata-nos, finalmente, um episódio da luta no interior do Partido o qual teve, segundo ele, uma influência decisiva sobre Gomulka. Este tinha ido pessoalmente a uma reunião de uma seção de província para apoiar a candidatura de um secretário que compartilhava suas idéias. Sua intervenção a favor de um novo curso no Partido foi vivamente aplaudida mas, quando se tratou de votar, os militantes elegeram, contra seu candidato, um stalinista, expulso na sua própria região, que gozava de amizades pessoais no local.

O episódio permite esperar uma evolução de Gomulka? Em todo caso, ilustra o poderio do aparelho tradicional.

#### COMBEC

Diferentemente de C. e da maior parte dos que encontramos alhures, B. não está inscrito no Partido. É um dos principais colaboradores de um órgão de imprensa polonês e julgo compreender que é considerado como mais crítico que outros em relação ao regime. De fato, salvo algumas nuances, sua atitude é muito próxima da de C. e de A., de quem já relatamos a conversa.

#### SOBRE O ALCANCE DAS ELEIÇÕES

Quando nos encontramos, os resultados das eleições já são largamente conhecidos; sabemos que a grande maioria da população seguiu as indicações de Gomulka e se pronunciou maciçamente a favor dos que encabeçavam as chapas. C., que se tinha dedicado desde a nossa chegada a Varsóvia a justificar a tática "plebiscitária" de Gomulka, considera que ela acaba de conseguir um sucesso estrondoso. A campanha abstencionista desencadeada pelos stalinistas, os numerosos apelos, por outro lado, a barrar sistematicamente os nomes dos candidatos comunistas podiam conduzir a resultados muito duvidosos, que teriam lançado no descrédito a nova direção, expondo-a às críticas impiedosas dos russos. Gomulka utilizou a sua popularidade e provou que podia ter, atrás de si, a quase unanimidade do país. Uma etapa necessária foi vencida, o que torna possível a aplicação de um programa político.

Sem contestar essa apreciação, B. é muito mais reservado sobre o alcance das eleições. É certo que Gomulka atingiu seus objetivos, porém o apoio de que se beneficia é eminentemente equívoco. Seus eleitores não aprovaram com total conhecimento de causa uma orientação ou um programa político, responderam ao apelo do homem que acabava de dizer: "Riscar os nomes dos candidatos do Partido Operário Unificado significa riscar a Polônia do mapa da Europa". Gomulka apareceu como a encarnação de uma razão de Estado, como o homem insubstituível na situação presente. Os operários e a esquerda votaram nele, mas os católicos por um lado e os stalinistas, por outro, lhe deram igualmente seus votos. Significa dizer que aos olhos de todos representa — segundo a expressão tradicional — o mal menor. Significa dizer ainda que não representa nenhuma força social real. Uns esperam que reforme o Partido, que dê um lugar preponderante aos órgãos das massas na gestão da economia; outros que defenda os direitos da pequena propriedade camponesa e do pequeno comércio; outros que leve a Polônia insensivelmente de volta ao campo das democracias populares e devolva a autoridade aos líderes do antigo regime. E, para sermos justos, acrescentemos que uma fração do Partido espera que ele saiba continuar a ziguezaguear entre as tendências opostas evitando todo compromisso em relação a uma e a outra. Se as eleições marcam uma etapa deixam, por conseguinte, o futuro aberto e prenhe de conflitos possíveis.

Nossos interlocutores citam-nos um caso que, mais do que qualquer outro, testemunha a obediência da população às indicações de Gomulka. Gozdzik, que tinha sido colocado em sétimo lugar numa das chapas da capital, não foi, apesar da popularidade de que goza, recolocado pelos eleitores numa situação melhor que lhe tivesse permitido eleger-se. Ora, sabe-se que Gozdzik, secretário do Partido na fábrica Zeran, foi um dos principais autores de Outubro. Foi ele quem mobilizou os operários na empresa durante a visita de Kruchev, é uma das figuras mais amadas do novo regime, tendo sido apelidado "o ídolo de Varsóvia". Todavia, em vez de alterar a ordem da lista estabelecida pelo Partido, os eleitores preferiram sacrificá-lo.

O exemplo é duplamente interessante. Leva-nos novamente de volta às manobras da direção do Partido, pois não é por acaso que Gozdzik não foi designado para encabeçar a chapa. Menos reticente que C., B. está convencido que a personalidade do metalúrgico, firme partidário do desenvolvimento dos conselhos, é cada vez menos apreciada por Gomulka. Ficamos sabendo, aliás, em seguida que foi vivamente criticado por ter atacado os elementos centristas do comitê de Varsóvia numa época em que este era o alvo dos otanianos. Gozdzik foi provavelmente punido por não ter querido jogar o jogo da prudência gomulkista.

Por outro lado, o comportamento da população é desorientador. Perguntamos a C. e a B. como teriam votado se se encontrassem colocados na circunscrição do secretário de Zeran. Um responde que não teria mudado a ordem da lista, o outro que teria recolocado Gozdzik entre os primeiros da lista. Porém, ambos nos asseguram que a derrota deste não é sinal da passividade do corpo eleitoral, que ele foi conscientemente sacrificado à razão de Estado.

#### SOBRE A RAZÃO DE ESTADO

Nossos interlocutores estão muito preocupados em comentar esses termos, muito preocupados em nos fazer compreender os sentimentos do polonês médio. A mentalidade da população mudou, dizem-nos, desde o esmagamento da insurreição húngara. Na primeira fase desta a indignação chegou ao ápice; os poloneses identificavam-se com os húngaros, queriam manifestar sua simpatia de mil maneiras. Na frente das agências da Cruz Vermelha, onde vinham doar sangue, as filas de espera exprimiam o protesto pú-

blico. Via-se mesmo crianças pequenas arrastadas contra a vontade pelo pai na imensa corrente de solidariedade. Nas empresas e na Universidade pedia-se ao governo que tomasse posição a favor dos insurretos. Uma resolução chegou até a propor que o exército polonês fosse enviado à Hungria substituir o exército russo no quadro do pacto de Varsóvia. Mas quando os blindados esmagaram Budapeste, os poloneses descobriram que estavam à mercê de repressão semelhante, que estavam novamente "sós" dentro do bloco soviético e que, no caso de um ataque russo, ninguém viria socorrê-los, assim como ninguém tinha ajudado a Hungria. Desde então a obsessão da ameaça russa é comum e, mesmo quando o perigo é menos provável, está-se consciente de que um incidente qualquer é suscetível de provocar uma explosão.

Se o argumento da razão de Estado é universalmente compreendido é porque encontra um sentido quase biológico de conservação.

Entretanto, nem C. nem B. querem justificar uma ideologia inspirada pela razão de Estado. Como A., parecem persuadidos de que o meio mais seguro de ressuscitar o stalinismo é deixar-se paralisar pela ameaça russa, renunciar às esperanças numa democratização mais impetuosa do regime e calar as críticas. Como A., falam-nos de sua luta constante contra a censura e ficamos sabendo, nessa ocasião, que os artigos proibidos são finalmente recolhidos ao Bureau político onde se pode esperar que tragam um eco das idéias da oposição de esquerda. Porém, entre a sua linguagem e a nossa há sempre um afastamento. Sentem que esperamos deles uma vontade mais firme de combater, maiores esperanças num futuro socialista, e nós sentimos, de nosso lado, que esperam de nós uma melhor compreensão da sua situação, uma apreciação mais prudente de sua relação com Gomulka. Condenam a razão de Estado tal como o governo a compreende, porém conservam dela a idéia que aplicam precisamente às suas relações com o governo, as circunstâncias parecendo-lhes necessariamente limitar a ação de uma esquerda de vanguarda.

Esse afastamento aparece claramente quando um de nós formula a alternativa na qual vê encerrada a situação polonesa: diz que ou haverá uma radicalização do movimento começado, os operários se reagruparão ativamente nos conselhos, exigirão responsabilidades mais importantes, tomarão, pouco a pouco, nas mãos as tarefas que eram reservadas à burocracia de Estado, enquanto os militantes e os intelectuais comunistas continuarão a lutar a favor de uma demo-

cratização da vida política e mais geralmente, da vida cultural; ou, acobertada por imperativos estratégicos e pela via das manobras efetuadas no nível das cúpulas, restabelecer-se-á uma separação completa entre a política dos dirigentes e as massas e a esclerose apoderar-se-á, novamente, do Estado e do Partido.

Nossos interlocutores não admitem a alternativa, pois se julgam uma manifestação revolucionária pouco provável no quadro da Polônia isolada, também não podem representar-se a supressão das conquistas de Outubro. Admitiriam que a violência pura possa, como na Hungria, reduzir ao silêncio os operários e os intelectuais, mas estimam impossível que um programa de burocratização leve insensivelmente de volta ao estado antigo. Fizeram do stalinismo uma experiência total — não apenas a experiência da sujeição a Moscou ou da irracionalidade do Plano, de um conjunto de erros e de coerções, mas a de um sistema completo de pensamento e de ação. Não imaginam que o Partido possa declarar-se novamente o agente infalível da História, que greves sejam proibidas em nome do argumento que os operários não podem entrar em conflito com seu próprio Estado, que escritores ou jornalistas sejam obrigados a adotar e repetir as verdades oficiais sob pena de serem tratados como contra-revolucionários. Aos olhos dos poloneses, o que entrou em falência não foi uma certa política nem uma equipe que a aplicava, mas uma certa representação da política, a idéia de que o Estado, o Partido, a verdade comunista possam ter um estatuto de direito divino.

Em tais condições, a escolha não seria entre revolução e contra-revolução pois, se é impossível transformar radicalmente a estrutura da sociedade, não o é menos (na ausência, repitamos, de uma intervenção russa) ressuscitar o antigo mundo. A Polônia votada a procurar seu caminho entre as duas não poderia escolher senão entre variantes do gomulkismo — variante autoritária ou variante democrática —, ao menos até que novos acontecimentos no mundo venham criar outras condições de evolução. Citando uma expressão de sucesso em curso nos meios de esquerda, C. diz-nos: a URSS teve que se construir cercada pelo capitalismo, a Polônia deve hoje construir-se no cerco "socialista". Fórmula profunda, sem dúvida, oculta na piada e que mostra bem a importância que se dá à URSS, porém é uma fórmula que não deixa de inquietar, pois não foi o socialismo que a URSS pôde edificar nas condições do cerco, mas o stalinismo. É certo que a Polônia libertada da mistificação não pede senão para durar, preservando as chances de um verda-

deiro socialismo, mas as exigências do cerco não são mais poderosas que as intenções dos homens políticos?

#### SOBRE AS TENDÊNCIAS REACIONÁRIAS E O PERIGO "CAPITALISTA"

C. e B. criticam-nos, aliás, por não levarmos em conta todos os aspectos da situação social. Não se pode raciocinar, dizem-nos, como se o socialismo polonês tivesse apenas por adversário o stalinismo russo e seus agentes otanianos. Ao contrário, devemos nos perguntar quais seriam os efeitos de uma instauração completa da democracia. A classe operária constitui apenas uma minoria da população; ainda sofre parcialmente a influência do clero cujo papel político foi determinante; se essa classe cresceu durante a era stalinista, viu-se acusada de heterogeneidade, absorvendo camadas do campesinato que, de imediato, se revelam mais submissas à exploração, mais conservadoras que o proletariado já moldado por um longo passado na indústria. Quanto ao campesinato, passou pela mais cruel e irracional das experiências, a da coletivização e da exploração burocrática, podendo, a justo título, acolher com a maior desconfiança a propaganda socialista de que, até agora, só conheceu a caricatura. Seria certamente absurdo considerá-lo globalmente como reacionário uma vez que sua resistência ao stalinismo era sadia, mas não se deve dissimular que não pode representar o papel de uma força revolucionária. Em certas regiões, diz-nos B., camponeses que passaram diretamente do regime da exploração feudal ao da exploração burocrática não sabem fazer outra coisa a não ser comparar esses dois estatutos de servidão, e do seu ódio contra o segundo tiram uma validação do primeiro. Assim, viu-se camponeses virem propor ao antigo proprietário da terra que retomasse posse dela ou pedirem, após o desmantelamento de uma cooperativa, autorização ao antigo proprietário para dividir as suas terras. Esses casos-limite, sem dar uma imagem da situação geral, indicam, contudo, até onde podem ir as tendências retrógradas no campesinato.

Como se vê, os argumentos de C. e de B. são essencialmente diferentes dos dos stalinistas franceses que agitam o perigo reacionário para condenar toda liberalização do regime nas democracias populares. Para eles e para todos os poloneses com quem discutimos, as disposições nas quais se encontram os camponeses em relação ao comunismo são o efeito direto do regime de terror que

suportaram. O camponês não é o inimigo, é aquele contra quem a ditadura do Estado se encarniçou com maior violência. Deve-se somente constatar que, de imediato, não tem possibilidade de *compreender* e que precisará de tempo antes de descobrir a verdade do socialismo.

Porém, no próprio quadro da sua apreciação da situação, nossos interlocutores interrogam-se, contudo, sobre o alcance da política governamental desde outubro. Por um lado, a tática gomul-kista pode encontrar mais justificativas; pode-se, por exemplo, ter por certo que eleições verdadeiramente livres teriam dado ocasião aos camponeses de eliminar maciçamente os candidatos comunistas, que era preciso, pois, em primeiro lugar, impedir esse perigo. Por outro lado, apenas iniciativas radicais da classe operária eram suscetíveis de associar a órgãos proletários órgãos de representação dos camponeses e assegurar em bases revolucionárias sua participação na vida política da nação. Não se pode negar que a preocupação da nova direção em monopolizar todas as responsabilidades restabeleceu uma separação entre as diversas camadas da classe operária e entre esta e o campesinato, a qual engendra a inércia e favorece as tendências reacionárias.

Não podemos, pois, concluir que a única e verdadeira hipoteca que pesa sobre a situação polonesa é a ameaça russa? Na sua ausência não fica claro que a única política válida seria jogar sem reservas o jogo da democracia socialista? Mas a questão que colocamos esclarece as dificuldades em que se debatem nossos interlocutores. C., principalmente, julga que os regimes de democracia popular, sede de uma revolução anti-stalinista, enfrentam o risco de um retorno ao capitalismo de tipo ocidental e que uma das tarefas maiores é, para os comunistas, conservar a direção da democratização fixando-lhe os limites em que tal perigo implica. Chega, assim, naturalmente, a reavaliar o papel da URSS na presente situação. Consciente do paradoxo que enuncia, apresenta a URSS, ao mesmo tempo, como a potência contra-revolucionária cuja total exploração da Polônia encontra-se na origem da reviravolta atual e que ameaça de extermínio as forças de emancipação, e como o regime sob cuja proteção é possível efetuar transformações que não reconduzam ao capitalismo.

Na minha opinião, e digo-o a C., um raciocínio como esse reintroduz um esquema neo-stalinista, de tipo tradicional. O capitalismo de tipo ocidental, isto é, fundado sobre a propriedade privada, é posto como o mal absoluto, o regime da URSS, sociologi-

camente indeterminado é apenas considerado como mau *de fato*; de tal maneira que, toda ação que corre o risco de favorecer o capitalismo ou os elementos que na Polônia lhe estão ligados, é excluída por princípio, enquanto que toda medida visando evitar ofender a URSS ou seus agentes otanianos é apenas qualificada como compromisso, astúcia necessária, mal menor, etc. Será que, na realidade, a propriedade privada é o fundamento de todas as perversões sociais? Não sabem os poloneses melhor do que eu que sua abolição pode caminhar paralelamente à aparição de novos métodos de exploração? Não sabem que uma pseudo-socialização dos meios de produção encontra-se na origem de uma nova camada social dominante cujos interesses são tão distintos dos da classe operária quanto o são os interesses da burguesia num regime ocidental? Podem acreditar, enfim, que o sucesso das forças reacionárias levaria a uma restauração da propriedade privada, a chamar de volta os antigos donos das fábricas e da terra mesmo quando a estatização da economia hoje realizada oferece possibilidades de exploração dos recursos materiais e de controle do trabalho vivo muito mais ricas que num regime capitalista de tipo clássico?

Tenho a surpresa de ver C. (que, lembremo-nos, é comunista) ter a mesma opinião que eu e me ultrapassar na crítica da URSS: não apenas não hesita em empregar o termo de capitalismo de Estado para caracterizar seu regime, mas afirma que, em comparação com ela, os regimes ocidentais "são indiscutivelmente progressistas". De um ponto de vista puramente econômico, diz ele, está confirmado, por um lado, que a expansão extraordinária da URSS não se tornou possível senão pela extrema riqueza de recursos de seus territórios e que não foi adquirida senão ao preço de uma exploração forçada dos trabalhadores, tornada impraticável nos países capitalistas avançados; por outro lado, que os mesmos métodos econômicos foram à falência nas democracias populares. De um ponto de vista social, a opressão totalitária que impede os operários de se organizar, de reivindicar e mesmo de mudar de trabalho e que proíbe aos intelectuais toda expressão livre, designa um regime "reacionário". E devo constatar, uma vez mais, no momento mesmo em que penso chocar preconceitos, que os meus interlocutores poloneses já souberam tirar conclusões radicais da sua experiência. As oscilações no raciocínio de C. fazem apenas supor que essas conclusões não foram confrontadas e reunidas no seu espírito, que não se chegou ainda a uma formulação de conjunto dos problemas que se colocam, hoje, ao comunista; mas seu pensamento

crítico, forjado dia a dia na contestação do totalitarismo stalinista, já dissolveu todos os tabus.

COM D

D. é o único comunista que encontramos ocupando altíssimas funções no aparelho de Estado. É o único também que parece apoiar sem reservas a política atual. Mas seu apoio nada tem de protocolar. Fala-nos com a maior franqueza, sem nunca se proteger por detrás de suas responsabilidades, sublinhando, por diversas vezes, que exprime opiniões pessoais que não são necessariamente definitivas. Discute as nossas críticas e observações situando-se num terreno ideológico, preocupado em não dar nunca respostas convencionais. No quadro um tanto solene de um escritório "diretorial", onde, sem dúvida, estão às vezes reunidos os mais importantes representantes do regime, a liberdade da nossa discussão atesta que o clima também se transformou nos meios dirigentes.

As primeiras palavras de D. são para nos dizer que é preciso reexaminar, numa nova perspectiva, cada um dos problemas que se colocam à Polônia. Não basta constatar o fracasso dos métodos stalinistas, é preciso libertar-se das teorias dogmáticas que, acobertadas pelo marxismo, pretendiam dar respostas de princípio a todas as questões concretas da vida social. Um exemplo? Apoiam-se na teoria da luta de classes, sem, aliás, se ter perguntado o que significa num país do qual o capitalismo foi excluído, para condenar o exercício do ensino religioso nas escolas. Ora, na realidade, não somente a imensa maioria da população, mas a imensa maioria do proletariado pede esse ensino. Hoje, é preciso restabelecê-lo, mas é preciso estar consciente de que problemas desta natureza não podem nunca ser resolvidos *a priori*. Outro exemplo: a coletivização na agricultura. Afirma-se que o socialismo implica na coletivização; supõe-se como *kulak* todo camponês que se lhe opõe e como camponês pobre o que a aceita. Na realidade, 95% do campesinato ergue-se contra a coletivização. Nessas condições, a teoria do socialismo no campo e da luta de classes torna-se absurda. Hoje não basta dissolver as cooperativas em todo lugar onde os camponeses desejarem, é preciso admitir a impossibilidade de elaborar uma teoria que não leve em conta a situação real do campesinato e as suas aspirações.

#### SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E O PARTIDO

Essas primeiras reflexões levam D. a formular uma idéia essencial que ouvimos exprimir, por várias vezes, em outras discussões: o Partido não deve identificar-se com o Estado. A confusão dos papéis, se compreendo bem D., engendra o totalitarismo. O Partido, sendo levado a considerar que a verdade do proletariado se encarna nele, não tolera, quando reina como Estado, a menor oposição, quer dizer, tudo o que marca um afastamento em relação à sua doutrina. Conseqüentemente, uma das tarefas é reconstituir um aparelho de Estado independente que governe em função das possibilidades oferecidas pela situação e das aspirações da população. O Partido poderá ter uma influência muito importante sobre esse aparelho, mas não tomará as decisões do poder.

Observamos que os vícios denunciados por D. são devidos tanto ao totalitarismo que reina no interior do Partido quanto à fusão dos dois aparelhos. O dogmatismo mostra seus estragos na medida em que se torna doutrina de Estado, mas deve, antes de mais nada, ser condenado como tal: é preciso, pois, desenvolver e institucionalizar a nova democratização, é preciso que tendências diversas sejam reconhecidas, que possam exprimir-se livremente, que o programa da organização seja objeto de verdadeiras discussões, etc. D. está de acordo, mas, na sua opinião, a reforma do Partido só pode ser muito lenta. Os imperativos estratégicos não permitem constituir um Partido de novo tipo em relação ao da URSS; além disso, não é possível chocar-se de frente com uma importante massa de militantes "permanentes" cuja sorte depende da unidade do aparelho. Aparentemente, D. opõe-se violentamente à concepção stalinista da estrutura do Partido mas, uma vez esta existindo, não vê nenhuma possibilidade de transformá-la radicalmente e propõe progredir *empiricamente* neutralizando-lhe os efeitos, quer dizer, transferindo, pouco a pouco, as responsabilidades da direção para um novo aparelho de Estado.

#### SOBRE O ESTADO BUROCRÁTICO E A GESTÃO OPERÁRIA

No que consistirá, pois, o aparelho? Ou será submetido em todos os níveis a um controle das massas, ou fará nascer uma nova burocracia cuja superioridade sobre a antiga não se vê, de forma alguma. Se se quer forjar um Estado democrático, se se procura um

controle popular, não se deve considerar que os conselhos de fábrica e órgãos análogos instituídos nos meios de trabalho devem formar a armadura do poder? E se se quer atingir esse objetivo não devemos nos inquietar com o fato de o governo, ao contrário, ter tendido, nos seus primeiros atos, a limitar estritamente seu campo de competência?

D. não pensa que os conselhos possam representar um papel de primeiro plano na presente situação. Em cada empresa, diz, o conselho tem tendência a defender os interesses imediatos dos operários que representa. Ora, esses interesses só podem ser desordenados; por um lado, a crise econômica é tal que um aumento substancial dos salários é impossível; por outro lado, impõe-se toda uma série de medidas de racionalização, tornadas urgentes pela irracionalidade da gestão stalinista. O pleno emprego foi obtido até agora graças a um desperdício considerável da mão-de-obra; tratava-se de dar um salário a todos, por mais baixo que fosse, sem se preocupar com as exigências objetivas do trabalho; tratava-se também — para os diretores das empresas — de utilizar o máximo de mão-de-obra para realizar as normas imperativas do Plano com menores custos. A presente preocupação de melhorar a gestão das empresas conduz a importantes demissões em massa, que se chocam com os interesses imediatos da massa dos operários. Além disso, novos investimentos são necessários para modernizar o equipamento o que implica em sacrifícios por parte dos assalariados. A racionalização da mão-de-obra, o endurecimento eventual das normas de trabalho, a determinação dos investimentos incumbem a uma autoridade suscetível de encarar as exigências da produção na sua totalidade e que possa transcender os interesses locais e quotidianos deste ou daquele ramo de indústria e deste ou daquele grupo particular de trabalhadores. D. chega a dizer que no interesse concedido aos conselhos operários há preocupações retrógradas e como que um retorno a um ideal corporativista.

Essa crítica facilita-nos a resposta. O que entendemos por “conselhos” (e tivemos a satisfação de ver essa concepção comparilhada por militantes comunistas poloneses), não são organismos essencialmente ligados à vida de uma empresa particular e dotados de atribuições exclusivamente “econômicas” (versões melhoradas de nossos comitês de fábrica), mas os elementos componentes de uma representação global dos trabalhadores. Sua originalidade vem de que, pelo seu modo de eleição e de revogabilidade, traduzem melhor que qualquer outro organismo a vontade coletiva dos homens asso-

ciados num meio concreto de produção e de que, pela sua federação, são capazes de tratar do conjunto dos problemas econômicos e sociais. Portanto, ora se pode temer que, limitado às tarefas de organização da empresa o conselho tenha tendência a exprimir os interesses materiais imediatos dos operários, ora se pode esperar que, colocado perante responsabilidades políticas e econômicas de conjunto, um organismo central saído dos conselhos saiba promover uma planificação que leve em conta as exigências da sociedade inteira, tanto de seu futuro quanto de seu presente. Lembramos que todos os argumentos dados no passado, principalmente na URSS, a favor de um aparelho de Estado independente, serviram ao advento de uma burocracia cujos efeitos podem ser apreciados agora. Se se julga, voltando a pôr em uso um velho esquema stalinista, que a classe operária não está *madura* para assegurar a gestão da produção, deve-se concluir, daí, que o socialismo não é realizável na Polônia. Por que, com efeito, o novo aparelho de Estado, uma vez estabelecido, trabalharia para a sua supressão, por que as camadas sociais aglomeradas em torno dele visariam outra coisa que não sua própria consolidação e a subordinação da massa dos trabalhadores à sua direção?

Aparentemente, D. recusa-se a raciocinar dentro da alternativa socialismo ou burocracia. A seus olhos, existe uma situação de fato de que é preciso partir sem ter a ambição de mudar radicalmente e no interior da qual certas reformas são possíveis. Pensa, como nós, que o controle do aparelho de Estado pelas massas é decisivo, porém, considera que a instituição de uma nova Dieta dotada de poderes efetivos é já um imenso passo adiante. O governo não decidirá sozinho, seus projetos não mais serão elaborados em segredo, serão discutidos logo, conhecidos pelo país inteiro; assim, exercer-se-á novamente uma pressão da opinião pública por intermédio dos deputados e o incrível isolamento em que a direção se encontrava no tempo do stalinismo, não mais será possível. D. acrescenta que, paralelamente, convém voltar a dar vida às instituições municipais e regionais que, reduzidas a um poder fictício no passado, podem ser novamente órgãos de verdadeira representação e trazer, no nível mais alto, no mesmo plano que o Parlamento, um contrapeso à autoridade governamental.

Podemos sublinhar que a representação parlamentar é de uma essência diferente da dos conselhos, que apenas dá ao eleitor a possibilidade de escolher de tempos a tempos (de quatro em quatro anos) seu representante, que não lhe oferece nenhum recurso du-

rante a duração do mandato, que dá a palavra a um indivíduo artificialmente dissociado de seu meio de trabalho. Podemos observar que no presente a organização das eleições já violentou a representação parlamentar ao assegurar artificialmente uma maioria comunista cuja disciplina com relação à direção poderia tornar vão todo debate. Nosso interlocutor não parece ter argumentos para nos opor nesse plano, ele se apresenta deliberadamente como um empirista, decidido a apoiar todas as medidas que enfraquecerem o totalitarismo passado, mas não menos resolvido a não fazer passar uma política concreta por uma teoria do mundo. Sua posição tem valor porque não procura dissimular as idéias sob um protocolo pseudo-marxista. Se lhe disséssemos, por exemplo: "Seu programa não é socialista", responderia, sem dúvida: "Ignoro o que se deve entender, hoje, por socialismo". E, de fato, pergunta e resposta foram indiretamente formuladas.

Ocorre também que a crítica legítima do stalinismo o conduz a procurar, consciente ou inconscientemente, novos paliativos nas instituições dos regimes capitalistas. Ora, tem-se o direito de perguntar se a sua virtude se regenera quando aplicados fora da estrutura capitalista tradicional. Para pensá-lo, seria preciso supor que há uma diferença de natureza entre o regime fundado na propriedade privada e o regime fundado na socialização dos bens de produção. Poder-se-ia sustentar, por exemplo, que o sistema parlamentar, viciado numa estrutura dilacerada pela luta das classes, em que os privilegiados têm mil meios de fazer prevalecer seu poderio, ganha novamente inteira eficácia ali onde toda a população se encontra integrada à vida produtiva e onde as condições do monopólio da propriedade não mais existem. Porém, esta tese repousa no equívoco criado pelo termo "socialização". Na realidade, se esta não se traduz pela gestão coletiva das empresas, por uma planificação dirigida pelos representantes dos trabalhadores, volta a uma socialização "privada", a circunscrever uma nova camada dirigente dispoendo livremente dos recursos materiais e da força de trabalho, livre para desenvolver e consolidar seus privilégios e pôr os meios de expressão política e cultural a serviço de seus próprios fins. No fim das contas somos sempre reconduzidos à mesma alternativa que interessa, ao mesmo tempo, à organização econômica e à organização política da sociedade: ou cisão entre uma burocracia dirigente e uma massa de executantes, cisão entre um aparelho de Estado e uma população de eleitores com direitos políticos mais ou menos extensos; ou, em todos os níveis da vida social, controle dos repre-

sentantes através do meio social de que são delegados e do qual não se destacam.

#### COME

E. exerce funções importantes na imprensa oficial do Partido. Ainda que tenha sido um jovem redator de *Po Prostu* que nos levou até ele, sua posição me aparece como sensivelmente diferente da dos outros elementos de esquerda que encontramos. Apresenta-se, antes de mais nada, como um militante, diz "nós" para designar o Partido; além disso, critica muito duramente os intelectuais que têm tendência a viver em meios fechados e que conhecem mal o que se passa nas fábricas. Ainda que não esconda nada da tática de Gomułka (foi quem nos forneceu a melhor interpretação para a eliminação de Gozdzik da cabeça das listas eleitorais), parece mais preocupado que outros em justificar a política da atual direção do Partido. Possui uma extensa formação política, uma análise penetrante: foi o único comunista que encontrei com uma visão teórica da situação polonesa.

#### SOBRE A FUNÇÃO DO PARTIDO NA SOCIEDADE

No início da conversa um de nós resume as informações colhidas sobre as atuais correntes políticas: de um lado, os stalinistas que não combatem de rosto descoberto, mas exploram todas as dificuldades e, principalmente, o descontentamento dos funcionários do Partido, denunciam o perigo anarquista e opõem-se, de fato, a toda transformação; na outra extremidade, os elementos que representaram o papel mais ativo no advento do novo regime e que desejam o prosseguimento da desestalinização, o reconhecimento do direito de tendência no Partido, a legalização da liberdade de imprensa, a extensão dos poderes dos conselhos de fábrica; no centro, Gomułka, apoiado principalmente pelos aliados de última hora, que temporiza, manobra para eliminar os stalinistas dos postos-chave sem contrariar sua tendência, procura reduzir ao silêncio os elementos de esquerda e que parece, principalmente, visar reconstituir a unidade do aparelho da organização sob a sua autoridade.

E. concorda com esta descrição apenas com reservas. Estima, ao menos, como prematura a distinção operada entre uma política

de esquerda e uma política gomulkista. Não nega que Gomulka tenha querido restaurar rapidamente a disciplina dentro do Partido às custas dos elementos revolucionários, mas, como C., julga que os objetivos da primeira fase não podiam ser senão a consolidação da unidade nacional realizada durante o mês de outubro. Somente após as eleições é que as tarefas propriamente políticas poderão ser formuladas e, conseqüentemente, a atitude de Gomulka poderá ser apreciada.

Além disso, E. considera que a reivindicação do direito de tendência (e, ainda mais, a da pluralidade dos partidos, avançada por um de nossos camaradas) não responde aos problemas presentes. Estes exigem essencialmente uma transformação da sociedade. Ora, a democracia no Partido é apenas um aspecto menor da democracia na sociedade, a qual implica numa participação cada vez maior dos operários e dos camponeses na vida política. A democracia no Partido só pode ser eficaz se este estiver novamente integrado à vida das classes, se for o veículo das aspirações dos trabalhadores. No momento, não é o caso. O Partido não é representativo. A primeira tarefa consiste, pois, em dar-lhe novamente uma função real. Mas, assim como D., ainda que num outro espírito, E. julga que essa função só pode ser restabelecida se o Partido for — e aparecer — distinto do Estado. De fato, a vida interior do Partido, e sobretudo suas ligações com as massas, só podem ser modificadas contanto que cesse de encarnar o poder e que volte a ser, conforme à sua primitiva destinação, a expressão da vanguarda, da camada mais consciente e mais combativa da população. Essa vanguarda tem, certamente, a tarefa de propagar sua ideologia na sociedade inteira, de combater a favor de um programa político, mas não pode substituir-se ao Estado que representa a sociedade no seu conjunto.

Em resposta a uma das minhas questões, E. precisa que numa sociedade socialista (e estamos de acordo para definir, por esse termo, uma sociedade em que o poder seria exercido por órgãos soviéticos) o Partido não poderia deter a função dirigente. Mas sua análise visa, antes de mais nada, a presente situação na Polônia, após a era stalinista, e reconhece como um fato a existência de um aparelho de Estado independente dos órgãos de representação dos trabalhadores, isto é, de uma burocracia de Estado.

Este último ponto separa-nos, pois, de minha parte, não concebo que a transformação da função do Partido não caminhe paralelamente a uma transformação do próprio Estado, quer dizer, a uma liquidação do aparelho burocrático ou, pelo menos, à instituição de

novas relações entre este e a massa situada no coração do processo de produção.

E. fundamenta-se numa estimativa bastante sombria das condições revolucionárias na Polônia. De imediato, a atitude do campesinato e da classe operária parece-lhe, por si só, impedir toda perspectiva socialista. Conseqüentemente, a única tarefa consiste em reabrir essa perspectiva graças a um lento trabalho de propaganda.

Sua análise tem interesse porque é válida independentemente das condições criadas pelo cerco russo e porque concerne, de maneira geral, a situação de um país que emerge de um regime de ditadura stalinista.

#### SOBRE A HERANÇA DO STALINISMO

O proletariado polonês, diz-nos E., atravessa uma crise que provém de fatores econômicos e ideológicos. Em primeiro lugar, a política de industrialização dos últimos anos provocou um afluxo de elementos camponeses nas suas fileiras. Como sempre acontece em semelhantes períodos, a massa dos elementos vindos do campo, mais conservadora que os operários, desprovida de tradições de luta, menos politizada, mais dócil, cria uma disparidade perigosa na consciência e freia a combatividade da classe.

Como oponho a essa primeira observação a revolta de Poznan, E. reconhece que os operários deram provas, nessa ocasião, de uma grande vontade de lutar; mas, na sua opinião, tratava-se, essencialmente, de um movimento provocado pela miséria e que o recente abrandamento da ditadura tinha facilitado; a burocracia exploradora foi atacada enquanto tal, mas as mais diversas reivindicações políticas foram formuladas, testemunhando uma grande confusão. Como mostra este exemplo, o que E. põe em dúvida, finalmente, não é tanto a capacidade de luta que o proletariado possui, quanto a de representar para si sua própria ação, como ação de classe, e de visar objetivos revolucionários.

Esta crise, de acordo com E., não pode ser explicada senão a partir do stalinismo. Este, vencido, deixa uma classe operária socialmente atomizada e ideologicamente desconcertada.

A classe operária viu primeiramente sua vanguarda destacar-se dela. Os melhores militantes comunistas foram promovidos a funções que os separavam do resto da massa, foram transformados em funcionários políticos, por vezes em quadros técnicos, integra-

dos, de uma forma ou de outra, ao aparelho de exploração. A massa viu, assim, opor-se a ela sua própria vanguarda; descobriu seus líderes como estranhos que contribuía para acorrentá-la à produção. Muitos operários (tanto mais numerosos quanto mais o tempo passava), sem dúvida, puderam fazer a crítica desses elementos destacados deles, denunciar a permanência da exploração. Mas o peso de seus problemas esmagava-os: por que o comunismo se transformava no seu contrário, por que os melhores elementos operários se transformavam nos melhores agentes do Estado? Somente uma pequena minoria podia reafirmar objetivos revolucionários contra aqueles que os desfiguravam, não conseguindo ainda, contudo, formular um novo programa, uma nova orientação, nem reunir-se, nem organizar-se numa situação em que a organização dominante proibia toda associação rival e em que ela mesma continuava a professar uma doutrina que reivindicava o socialismo. Para a maioria, contudo, a hostilidade ao regime, a resistência à exploração, na ausência de uma ideologia nova, adquiriam a forma de uma oposição cega: o socialismo, tal como aparecia na realidade quotidiana, tornava-se um tecido de mentiras, a expressão de um poder de coerção aperfeiçoado. A propaganda do Partido punha em descrédito, ao mesmo tempo que o Partido, o comunismo.

Simultaneamente, encontravam-se revalorizados os regimes ocidentais de que se sabia pouca coisa, salvo que ofereciam melhores condições de existência, condições de trabalho menos penosas. E encontravam-se, assim, revalorizadas, na própria Polônia, as forças sociais — o clero em primeiro plano — que defendiam, contra o terror stalinista, a liberdade de expressão e os direitos do indivíduo.

Numa situação dessas, em que o proletariado tendia a perder consciência da sua identidade, a política de diferenciação dos salários, deliberadamente praticada pelo stalinismo, exerceu uma influência mais nociva que em outros países: categorias, corporações, regiões opondo-se umas às outras, reivindicando vantagens materiais umas às custas das outras, tanto menos capazes de superar suas divisões porque se enfraquecia a visão de um futuro de classe.

E. não nega, por isso, que os operários tenham representado o papel determinante na derrubada do regime stalinista; portanto, continuam se afirmando como a força revolucionária na sociedade. Apenas julga que a luta contra o stalinismo, por mais necessária e válida que seja, não coincide com uma luta em vista de objetivos socialistas. O stalinismo, acentua, uniu contra ele todas as camadas da população, voltou a dar sentido a todas as reivindicações pe-

queno-burguesas que se tornaram indissociáveis das reivindicações operárias, engendrou uma oposição confusa no interior da qual o proletariado tende a apagar-se.

Esse apagar-se da classe operária não deve, aliás, ser entendido num sentido exclusivamente ideológico. Exploradas ou maltratadas em graus diversos, as diferentes camadas sociais conhecem uma espécie de nivelamento. O operário não tem mais a possibilidade de se representar como membro de uma classe específica quando o empregado, o pequeno-burguês empobrecido, o intelectual, o camponês participam da mesma situação de oprimidos. As antigas linhas de clivagem entre as classes esfumam-se enquanto uma única linha de demarcação se institui entre a burocracia, por um lado, e a imensa maioria da população, por outro. Ora, se a burocracia constitui uma camada social específica e suscita uma luta de classe, esta luta, contudo, não permite ao proletariado colocar-se como uma classe à parte, porém associa-o a forças sociais muito diferentes por tradição e mentalidade.

Deve-se, pois, temer que, em tal situação, os conselhos eleitos pelos operários nas fábricas não possam tornar-se rapidamente a armadura de um novo Estado. Ainda que seja importante que se formem, se multipliquem, reivindiquem responsabilidades maiores, nas atuais circunstâncias, no clima de despolitização e incerteza que o stalinismo engendrou, seria vão esperar que tenham como perspectiva exercer uma função dirigente na sociedade e que consigam impor à sociedade inteira o modelo da democracia operária.

Se se considerar a evolução do campesinato durante estes últimos anos, o otimismo é ainda menos justificado. Novamente, os efeitos do nivelamento social são sensíveis. Efetivamente, enquanto antes da guerra a massa dos camponeses pobres podia tomar consciência de sua sorte própria e opor-se aos grandes e médios proprietários, sente-se solidária com toda a população agrícola, igualmente vítima da exploração burocrática. O grande proprietário, afligido pelos impostos, coagido a entregas em massa das colheitas, não pode ser percebido como inimigo de classe, ainda que a sua riqueza potencial, suas prerrogativas passadas, sua mentalidade continuem a distingui-lo do camponês pobre.

De imediato, o ódio contra a camada privilegiada dos agentes do Estado mascara os antagonismos de classe tradicionais e impede, pois, que a massa dos exploradores reconheça seus interesses específicos. Um dos sinais dessa confusão aparece na hostilidade votada a toda forma de coletivismo. Esquecendo que a cooperativa é algo

mais que um processo de arregimentação do trabalho agrícola, que fornece aos pequenos proprietários um meio de multiplicar a produção através da sua coalizão e de triunfar da concorrência da grande propriedade, a massa dos camponeses reivindica cegamente o retorno à pequena exploração.

A hostilidade ao coletivismo é de tal ordem que os camponeses que desejam reconstituir um colcós devem reunir-se clandestinamente (E. acaba de assistir a uma reunião dessas) para discutir o seu projeto, de medo de serem perseguidos pelos vizinhos.

A análise de E. não poderia, com certeza, ser aplicada à URSS. Nesse país, vinte e cinco anos de industrialização e de coletivização transformaram profundamente a estrutura da sociedade: a classe operária, após ter assimilado importantes camadas operárias, transformou-se num grande proletariado moderno; simultaneamente, constituiu-se uma verdadeira classe burocrática, composta pelos altos funcionários do Estado e do Partido, por diretores de fábrica, pela camada superior dos técnicos e pelos quadros do exército. Nos campos, os antigos proprietários foram completamente desapropriados, a coletivização realizada criou uma nova divisão entre a massa dos produtores e a burocracia dirigente. Em suma, na sociedade inteira as antigas relações de classe foram abolidas e substituídas por novas relações. Em contrapartida, a Polônia, assim como a Hungria e as outras democracias populares, são sociedades em transição, tendendo mas não tendo ainda chegado a transformar-se em regimes burocráticos. Por um lado, a camada dominante não consegue colocar-se como uma verdadeira classe, sua coesão permanece essencialmente política; além disso, a subordinação ao imperialismo estrangeiro (russo) impede seu enraizamento na sociedade. Por outro lado, as antigas forças sociais, por mais alteradas que estejam, não foram abolidas. Daí o jogo de oposições inextricáveis — novas e antigas — do qual não se poderia extrair, de imediato, uma clara política de classe e objetivos revolucionários.

A conclusão de E. se demonstra por si mesma: é preciso que o novo regime restabeleça as condições da luta de classes. A destruição da ditadura e a instauração da democracia, acompanhando, por um lado, o retorno à iniciativa privada no pequeno comércio e na agricultura, por outro lado, a participação dos conselhos operários na gestão das empresas, devem permitir às forças sociais reconstituírem-se umas em relação às outras e ao Partido Comunista reencontrar seu terreno de ação.

No fundo, E. procura definir uma política empírica que, sob a égide de uma burocracia liberal, favoreça, ao mesmo tempo, a restauração de certas formas do capitalismo (limitada pela manutenção da socialização dos meios de produção) e a instituição de certas formas de gestão operária. Longe de batizar esse regime de socialismo, apresenta-o, honestamente, como uma solução transitória, imposta pelas condições objetivas herdadas do stalinismo, aliás, a única possível no atual quadro internacional.

Contudo, mesmo aplicada unicamente à situação polonesa, sua análise coloca-nos a seguinte questão: pode-se admitir a hipótese de uma burocracia liberal? Não está na essência da burocracia, se quiser governar, concentrar em suas mãos a autoridade política e econômica, reduzir a nada todo poder ou todo embrião de poder rival? Não se deve pensar, em todo caso, que se, por necessidade, pode reconhecer a existência de formas capitalistas em setores secundários ou na agricultura e se compor ideologicamente com a Igreja, não poderia tolerar órgãos operários que limitassem ou contestassem sua autoridade no coração da vida econômica?

#### OS CONSELHOS OPERÁRIOS

Por várias vezes, mencionei os conselhos operários poloneses que estiveram, de fato, no núcleo de todas as nossas discussões. Esse movimento, em curso, cuja amplitude é ainda mal conhecida e cuja significação é objeto de calorosas controvérsias, marca uma das principais conquistas do proletariado polonês. Não há dúvida que a esquerda se define, principalmente, pelo apoio que lhe dá. Podemos colher, a seu respeito, algumas informações em duas fábricas de Varsóvia, W.F.M. (fábrica de motocicletas) e Zeran, a grande fábrica de automóveis e encontrar vários membros do conselho da primeira empresa.

Como relatei no quadro das discussões precedentes, esses organismos nasceram depois de Outubro, isto é, depois que foram dissolvidos os comitês revolucionários surgidos na luta contra o stalinismo. Foram oficialmente criados com o acordo do governo e apresentados como "experiências" de participação operária na gestão das empresas. O que significa que se encontram desprovidos de toda responsabilidade política e que qualquer aproximação com os conselhos operários húngaros seria falsa.

Contudo, não seria menos falso ver neles uma criação artificial do novo governo, pois vieram responder a uma exigência desde há muito formulada pela classe operária. Foi-nos dito na W.F.M. que o exemplo dos conselhos iugoslavos exerceu uma poderosa atração sobre os operários poloneses (tanto mais forte, talvez, porque estes ignoravam, geralmente, seu funcionamento real) e que, desde a última primavera, era exigido o controle operário sobre a produção paralelamente à abolição das leis sobre a disciplina do trabalho e o aumento dos salários. Durante o período de intensa agitação nas fábricas, o qual vai da primavera ao mês de outubro, a reivindicação torna-se mais precisa e se generaliza. É, pois, verossímil que a ausência de qualquer medida governamental nesse sentido teria provocado uma viva decepção entre os operários de vanguarda. É igualmente verossímil que estes só aceitaram a dissolução dos comitês de Outubro com a promessa governamental de criar novas formas de organização nas fábricas.

O que pelo menos é certo é que o vocabulário oficial não está de acordo com a realidade. O governo declara tentar uma "experiência". Na W.F.M., na Zeran, os interessados consideram-se como os pioneiros de um movimento que deve generalizar-se sob pena de perecer. Deve-se constatar, desde agora, que ele se estendeu muito mais rapidamente do que foi previsto pela direção do Partido — e, sem dúvida, do que desejava um certo número de dirigentes. Zeran, cujo conselho foi constituído no início de dezembro, recebe quotidianamente delegações provenientes de todas as regiões da Polónia. Estas vêm informar-se sobre o modo de funcionamento do conselho, sobre o trabalho já realizado e propor estabelecer contactos permanentes entre as empresas.

Esboça-se, já, uma federação no quadro de certas corporações. Precisaram-nos que na eletrotécnica tinha-se constituído um cartel de conselhos ao qual a agência central — antiga fortaleza da burocracia — fora levada a ceder o lugar. Porém, também se estabelecem ligações entre conselhos de fábrica provenientes de diferentes ramos da indústria e estas últimas são tanto mais interessantes porque se efetuam independentemente de toda autorização oficial. A idéia de se caminhar para a criação de um órgão central dos conselhos encontra-se já formulada, ainda que de imediato se ignore como se chegará lá.

Uma caricatura traduz bem a divergência de vistas entre os partidários dos conselhos e as autoridades oficiais. Por entre um grupo de indivíduos que andam com as mãos, dois operários estão

de pé; são interrogados: "Que fazem vocês?" — "Experimentamos", respondem. Na imprensa, em geral, enfrentam-se bastante claramente duas concepções dos conselhos. Alguns artigos, principalmente em *Po Prostu*, insistem sobre o papel radical que esses organismos podem representar na transformação das relações de produção; enquanto outros apresentam-nos como simples órgãos locais, destinados a melhorar o rendimento da empresa associando os operários aos lucros anuais (durante nossa estadia, um artigo de *Tribuna Ludu* visava violentamente *Po Prostu*, criticando-a por entravar o progresso dos conselhos — hipocrisia clássica — motivado por sua ignorância das suas tarefas práticas).

O conselho da W.F.M. foi um dos primeiros a serem constituídos (a 20 de novembro; o da Zeran, nos primeiros dias de dezembro). Compreende vinte e quatro membros, ou seja, um representante para cem eleitores. A eleição foi feita nas seguintes condições: para cada cadeira a preencher são selecionados 3 candidatos, no decorrer de uma votação pública, com a mão levantada; depois, uma votação secreta designa os representantes. Estes devem se reunir uma vez por mês, pelo menos (de fato, reúnem-se mais frequentemente); a cada sessão, a presidência muda. O diretor faz parte do conselho, apenas com direito a voz e não pode ocupar a presidência. O conselho dá contas de sua atividade perante a assembléia do pessoal de três em três meses. As decisões concernentes às questões mais importantes, principalmente a divisão dos lucros, só são tomadas em presença de todo pessoal. Além disso, todas as reuniões são públicas.

É eleito por dois anos mas pode ser dissolvido antes do fim do mandato caso seja pedido, de fato, por um terço do pessoal ou pelo diretor, após ter sido demonstrada sua incompetência.

Sua autoridade e a extensão de suas atribuições são, aparentemente, importantes. O conselho nomeia o diretor com o acordo do ministro. Estuda a organização da empresa (a melhor utilização dos locais, a melhor repartição dos trabalhadores), todas as medidas suscetíveis de melhorar o desenvolvimento técnico (eliminação das máquinas estragadas, investimentos em máquinas modernas, utilização de novos processos de fabricação, etc.), as finanças (análises dos balanços comunicados pela direção), as condições de trabalho, finalmente, sobretudo as normas e os salários.

Desde a sua instalação, o conselho da W.F.M. havia procedido — como o da Zeran, cujo modo de funcionamento é similar — já a uma transformação do sistema de salários fazendo integrar a

maior parte dos prêmios no salário-base; havia também adotado um certo número de medidas concernindo a racionalização da empresa, que implicavam, aliás, a demissão de um certo número de improdutivos. Na Zeran, o conselho tinha manifestado sua autoridade ao recusar a candidatura do diretor comercial proposta pelo ministro e ao remanejar consideravelmente o plano de reorganização administrativa proposto pela direção.

Contudo, o exame dos estatutos da W.F.M., assim como a conversa que tivemos com os membros do conselho, revelam um certo equívoco e é difícil saber até onde se estende a autoridade real desse organismo.

Em primeiro lugar, está bem especificado que, reduzido a tarefas de co-gestão no quadro da empresa, o conselho trabalha "sobre a base fornecida pelo Plano econômico nacional"; não parece ter poder para colaborar na elaboração desse Plano nacional; além disso, sua aprovação do plano anual da empresa é solicitada mas nenhuma medida prevê o que poderia se passar em caso de recusa do plano. O problema consiste, então, em saber se o Plano é bastante flexível para permitir uma iniciativa local; caso contrário, os direitos do conselho, por exemplo, seu direito de determinar as normas de trabalho, seriam puramente formais.

Em segundo lugar, falta precisão nas relações entre o conselho e o diretor: se o órgão do pessoal nomeia o diretor, este, em contrapartida, "dirige sozinho a atividade da empresa", precisa o estatuto. Além disso, é ele quem prepara, a cada reunião, o trabalho do conselho. Parece que o conhecimento que ele tem quotidianamente do funcionamento global da empresa lhe dá uma superioridade considerável sobre os membros do conselho, reunidos, em princípio, uma vez por mês para controlar a marcha da produção.

Em terceiro lugar, as funções do conselho e as do sindicato estão mal divididas. Tanto as decisões concernentes ao salário, à repartição dos lucros quanto as tocantes às questões sociais, à segurança e ao regulamento interior da fábrica são da competência dos dois organismos.

Apesar dessas reservas parece que o conselho da Zeran já deu provas de intensa atividade. Mas o seu caso coloca outras questões: tem a particularidade de ser composto, na maioria de seus membros, por técnicos; como explicar essa proporção quando 80% do pessoal são operários? Prova, sem dúvida, ao mesmo tempo, que a eleição não é feita tendo como base a oficina, ou que os operários

não têm suficiente confiança neles mesmos para escolher seus delegados no seu próprio seio.

Finalmente, é preciso assinalar que a duração do mandato dos membros do conselho (dois anos), a própria natureza do organismo (que não tem existência legal no intervalo das sessões), cria um tipo de representação muito diferente daquele encarnado, na história do movimento operário, pelos conselhos de fábrica.

De fato, para apreciar a importância dos organismos poloneses, seria preciso saber como os próprios operários os julgam, o que esperam deles, se percebem seu trabalho de maneira nova. Não encontramos resposta a questões desse tipo em estatutos. Ser-nos-ia, igualmente, necessário conhecer o papel representado pelos técnicos nos conselhos. A era stalinista caracterizou-se, todos os testemunhos concordam nesse ponto, por um extremo autoritarismo das instâncias políticas centrais e por uma grande desordem econômica. É natural que em tais condições um número importante de técnicos e mesmo de diretores de fábricas tenham se tornado favoráveis a uma descentralização relativa e ao princípio da cooperação do pessoal, tendo em vista uma racionalização do trabalho. Mas esses quadros dirigem o novo movimento mantendo-o dentro dos limites de uma gestão econômica liberal ou são suscetíveis de ser arrastados pelos operários numa modificação das relações tradicionais de produção?

Tal como se esboçam no presente momento, os conselhos poloneses não devem ser nem superestimados nem subestimados. São de uma natureza inteiramente diferente da dos conselhos iugoslavos. O terreno político em que nascem é muito mais rico de possibilidades. Se o movimento caminhasse em direção a uma federação nacional, a importância das tarefas econômicas que teria que enfrentar lhe daria um caráter necessariamente político. Mas, numa perspectiva como essa, também não se pode duvidar que o movimento se chocaria com a direção do Partido, cujo comportamento recente mostra claramente sua impossibilidade de tolerar um poder democrático rival.

#### REFLEXÕES

Durante nossa estadia, como relatamos, numerosos comunistas poloneses nos disseram: "As eleições marcam uma virada decisiva. Encerra-se uma fase, a da unidade nacional. Forte pelo sucesso que acaba de conseguir, Gomulka pode agora desenvolver uma política coerente; pode promover uma reforma do Partido, liquidar

os stalinistas, institucionalizar a democracia. A URSS deve levar em conta o apoio que lhe foi dado por 90% da população”.

O mês que termina inflige um desmentido a essa esperança. A luta contra os comunistas de esquerda precipita-se; a liberdade é denunciada como incompatível com a disciplina do Partido. Os sinais de um novo autoritarismo burocrático se multiplicam e não é mais possível hesitar sobre o seu sentido.

Staszewski demite-se. Ele era secretário-geral do comitê do Partido em Varsóvia, considerado como um adversário irredutível dos stalinistas; tinha organizado a mobilização da população durante as jornadas insurrecionais de Outubro. Sua popularidade, disseram-me, era quase igual à de Gomulka... Ao mesmo tempo, o Bureau político dirige uma carta a todos os órgãos do Partido na qual acusa os conservadores que se opõem a toda mudança e os revisionistas que querem liquidar o programa da organização e provocar a anarquia. De fato, estes últimos são os elementos da esquerda revolucionária e é a primeira vez que são atacados de frente, oficialmente, enquanto tendência. Mas o B.P. ainda equilibra as advertências entre stalinistas e esquerdistas. Perante os 3 000 delegados do congresso da organização superior técnica, Gomulka declara: “A crítica dos erros do passado não deve eternizar-se e ultrapassar os limites fixados pelas necessidades do dia”. O que significa claramente que a denúncia dos stalinistas deve terminar. A luta da direção não ocorre mais em duas frentes, mas numa só, contra a esquerda.

Pouco depois fica-se sabendo que Gomulka, indo contra a oposição da maioria dos que o haviam apoiado em Outubro, impõe a permanência de Nowak, o principal representante stalinista, na vice-presidência do conselho do governo. É ele ainda quem convoca os principais redatores dos grandes jornais poloneses e acusa a imprensa, criticando-a por não se dobrar à disciplina do Partido e por propagar o revisionismo. Matwin, redator-chefe de *Tribuna Ludu*, sendo coagido a demitir-se, oito membros da redação se solidarizam com ele (entre os quais, um que encontrei e de quem pude apreciar o rigor, a ligação ao Partido e os escrúpulos na análise da situação). Matwin é substituído por Kassman, que exerceu a mesma função de 1948 a 1954, durante a era stalinista.

Finalmente, encontra-se recolocado na cúpula dos sindicatos um stalinista notório, fortemente detestado pelos operários.

Certos progressistas franceses — em *France-Observateur* ou no *L'Express* — querem fazer acreditar que não se trata senão de um conflito entre Gomulka e os intelectuais “liberais”. Expressão,

aliás, de um eterno conflito entre o político e o intelectual, entre a moral de responsabilidade e a moral de intenção. Gomulka governa, dizem-nos, e não pode senão obedecer aos imperativos de uma situação que conhece; os intelectuais que ignoram tudo do poder protestam em nome de um absoluto de liberdade. Staszewski é, pois, mais intelectual que Gomulka? Matwin que o stalinista Kassman? Cozszik, o metalúrgico excluído do parlamento? E o militante que há um mês acusava os intelectuais na minha frente, coagido hoje a deixar seu jornal? O movimento dos conselhos que a direção do Partido vigia com uma desconfiança hostil é também um movimento de intelectuais?

A verdade encontra-se, antes, no fato de que a política esboçada por Gomulka após a sua chegada ao poder, qual seja, retomar nas mãos o aparelho do Partido, centralização do poder, não pode senão levar a uma reconstituição da burocracia. A verdade é que o conflito que se desenvolve com uma rapidez sempre maior não pode senão ter conseqüências sociais decisivas.

É útil observar que todos os que há um ano tomavam ao pé da letra as declarações de Kruchev sobre a desestalinização e falavam ruidosamente de uma volta do comunismo às suas origens, estão igualmente apressados em identificar o gomulkismo com o comunismo polonês, visto que estão habituados a não ver na história senão o rosto dos governantes.

Se, contudo, há um ensinamento a tirar dos recentes acontecimentos na URSS, é que a mudança política marcada pelo XX congresso não tinha nenhuma significação revolucionária e que a desestalinização apenas podia converter-se em reação violenta aos primeiros sinais de luta contra o totalitarismo. E, da mesma forma, se há um ensinamento a tirar dos acontecimentos poloneses, é que o expurgo da equipe stalinista só poderia ter alcance real contanto que a estrutura da sociedade precedente fosse transformada, que a desestalinização só poderia realizar-se tornando-se revolução social.

A “desestalinização” na qual a esquerda francesa funda suas esperanças está engendrando um novo mito. Tem, seguramente, um conteúdo real e uma força explosiva pois a denúncia do stalinismo exprime e ativa o ódio das massas pelo Estado e pelo Partido totalitário. Porém, enquanto designa uma política, um conjunto de medidas governamentais suscetíveis de extirpar “vícios” do regime burocrático sem transformá-lo, é uma mistificação. O stalinismo é, sem dúvida, uma forma extrema do regime burocrático, mas apenas uma forma; e se a forma ultrapassa o fundo, exprime-o, contudo,

tão intensamente, que, de fato, não é possível negá-la. Assim, em Moscou, K. revaloriza Stalin após tê-lo esmagado e em Varsóvia, Gomulka, a antiga vítima dos stalinistas, julga preferível não condená-los e reintroduzi-los, logo, na cena política. A variante liberal da ditadura tenta, aqui e acolá, substituir a variante autoritária, porém, os primeiros sinais de *détente* provocam tal tumulto e tal esperança que a liberalização, apenas esboçada, se transforma em violência.

Não estamos insinuando que Gomulka valha o mesmo que Kruchev. Ele foi, efetivamente, levado ao poder por forças revolucionárias, soube condenar sem equívoco o terror policial, a exploração dos operários e dos camponeses, a incapacidade dos planejadores. Encontrava-se na prisão enquanto Kruchev estava no poder; seu anti-stalinismo tem fundamentos diferentes e uma força diferente. Entre os dois homens não há comparação possível. De resto, se a situação polonesa tivesse evoluído como a situação húngara, é infinitamente provável que Gomulka tivesse representado o papel de Nagy e não o de Kadar, que tivesse escolhido fazer explodir o Partido (o qual procurava preservar de qualquer maneira) em vez de se compor com os russos à revelia dos insurretos.

Nem por isso é menos verdade que a situação na Polônia nos inspira uma conclusão análoga à que tirávamos de uma análise da situação russa após o XX congresso: uma verdadeira ruptura com o regime stalinista só pode ser efetuada se as instituições totalitárias são quebradas. Na URSS nem se chegou a esboçar uma revolução. Na Polônia, uma formidável sublevação popular permitiu expulsar uma parte da equipe dirigente, impôs a volta ao poder dos líderes presos, o aparelho policial foi provisoriamente dissolvido, a ditadura denunciada, os burocratas impiedosamente criticados e seus privilégios suprimidos, o pensamento comunista despertou, instaurou-se um livre debate ideológico, órgãos operários surgiram nas fábricas. Mas, ao mesmo tempo, a instituição essencial do totalitarismo polonês foi preservada; paralisadas pela ameaça russa, as forças revolucionárias não puderam tirar as conseqüências da sua ação e quebrar a formidável máquina do poder, o Partido.

Face à revolução, incapaz de impor suas próprias formas de governo, a organização forjada pelo stalinismo permaneceu a única organização na sociedade, o único quadro no interior do qual se podia desenvolver uma atitude coerente, o aparelho suscetível de transmitir as decisões de um poder central a todos os setores da vida social. Face à vanguarda, nascida no decorrer da luta iniciada na primavera, mas ainda disseminada, a camada dos "permanentes"

— reduzida durante algum tempo ao silêncio — manteve-se no lugar, único corpo constituído sobre o qual a nova direção podia apoiar-se. A centralização do poder, a hierarquia das relações, a separação das tarefas, tudo o que caracteriza o Partido, continuaram a ser a forma dominante na qual acabou por moldar-se a política de Gomulka.

É verdade que se pode comparar a evolução da Polônia à da Hungria: aqui o aparelho do Partido foi pulverizado, porém, a conseqüência imediata disso foi o esmagamento da insurreição pelos russos. Não constitui a prova de que em Outubro uma política revolucionária era impossível e que permanece sendo até hoje, uma vez que a ameaça não foi definitivamente afastada? Não constitui ainda a prova de que, apesar das críticas que o caminho seguido por Gomulka suscita, ele era o único praticável?

Colocada nesses termos, a questão não reclama uma resposta certa. Pode-se dissertar sem fim para provar que a Polônia teria tido a mesma sorte que a Hungria, ou que, ao contrário, a conjunção das duas insurreições teria transformado a face do mundo. De qualquer maneira, é um fato que a intervenção russa na Hungria paralisa as forças revolucionárias na Polônia; não se pode senão constatá-lo (e compreendê-lo, muito bem...). Mas também não se pode induzir daí que todas as medidas tomadas por Gomulka tinham um caráter de necessidade. O reconhecimento do governo Kadar, a recepção dada ao Partido Comunista Francês, a luta contra os elementos mais representativos do movimento de Outubro, a influência devolvida a notórios stalinistas, quem dirá que eram ditadas pelo acontecimento? Seguramente, nem tudo é possível a cada momento; mas os limites do possível, ninguém os conhece. Retrospectivamente, a audácia que proibiu Kruchev de entrar no Comitê central, a 20 de outubro, parece quase natural e natural também a mobilização da população, enquanto que as tropas russas deixavam o acantonamento. E contudo, se os poloneses não tivessem resistido, essa audácia teria sido considerada uma loucura.

Não podemos julgar qual o peso dos motivos que determinam as decisões de Gomulka. Mas não é o que nos importa. Mesmo que se provasse que Gomulka não pode tentar nada além daquilo que faz e que seu coração detesta seus próprios atos, nem por isso poderíamos nos solidarizar com a sua política. Pois esta, admitindo que seja a única política possível de *governo*, nem por isso deixa de ter uma lógica contra-revolucionária, nem por isso deixa de levar à restauração da ditadura de uma burocracia.

Em outras palavras, o que nos importa, é atitude da esquerda revolucionária, da vanguarda dos operários e dos intelectuais que lutou contra o stalinismo. Ora, mesmo que esta se reconheça hoje minoritária, mesmo que admita que os objetivos socialistas são inacessíveis no presente, nem por isso sua tarefa deixa de ser a de resistir passo a passo à ofensiva autoritária de Gomulka, a de contrariar a evolução em direção à ditadura e de preparar o futuro.

No nosso entender, a oposição só poderá ser eficaz se se revelar capaz de fazer a teoria da revolução no regime burocrático, se descobrir, principalmente, a função que o Partido representa como órgão essencial do totalitarismo, se traçar a perspectiva de uma demolição desse aparelho. Apenas essa clarificação permitiria à oposição organizar-se, pois libertar-se-ia, assim, da idéia tradicional de que o Partido oferece o único quadro de trabalho possível. Além disso, colocaria os intelectuais na obrigação de sair do isolamento, mascarado pelo fato de pertencerem ao Partido, e engajá-los-ia a procurar no proletariado as formas possíveis de reagrupamento revolucionário e os órgãos suscetíveis de assegurar um poder democrático.

Durante minha estadia na Polônia, ficou claro que os elementos de esquerda, apesar de sua lucidez, hesitavam em caracterizar a política seguida por Gomulka, hesitavam em pensar-se como tendência separada, e permaneciam incertos com relação ao papel do Partido. Como relatei, muitos "sentem" o perigo que o Partido representa, mas esperam que uma certa divisão dos poderes, uma revalorização do Parlamento e dos órgãos municipais, uma extensão dos conselhos de fábrica atuais neutralize progressivamente sua autoridade, sem ver que a função por ele representada à cabeça e no coração da sociedade, condu-lo, necessariamente, a subordinar a si todos os outros órgãos representativos.

Não há dúvida nenhuma que a evolução da situação não precipita a tomada de consciência dessa esquerda. Em todo caso, depende dela que se mantenham, pelo menos, as conquistas de Outubro, sobre cujo valor inestimável falamos, no início. Se sua pressão se afrouxasse, a ordem stalinista ou neo-stalinista não tardaria muito a reinar novamente em Varsóvia.

Sobre a ação dos Conselhos, indicamos: A. Babeau, *Les Conseils ouvriers en Pologne*, Paris, 1960; e E. Morin (mesmo título) in *La Vérité*, 15 de fevereiro de 1957.

## 9.

**Alargar as fronteiras do possível\***

Não sabemos como será o futuro do movimento de massa que abala o regime comunista na Polônia; a incerteza é tal que, ao escrever estas linhas, nós nos perguntamos se as tropas soviéticas não desembarcarão em Varsóvia antes que tenhamos podido terminá-las. Hoje mesmo, 27 de novembro, a maior parte dos matutinos anunciou o desencadear de uma greve geral na capital polonesa, enquanto à noite tinha sido suspensa em consequência de um súbito e novo recuo do governo que consentia na libertação de dois sindicalistas presos um pouco antes. Aceitava, além disso, o princípio de uma *enquête* dentro da polícia e da justiça sobre as responsabilidades dos agentes da repressão dirigida contra os operários. As prisões dos militantes do Solidariedade, na origem do último conflito, teriam sido resultado de uma provocação montada pelos elementos mais duros do Partido ou um feito do governo? Seja como for, este cedia abertamente à ameaça da greve. Contudo, no momento em que a rádio dava essa informação, ficávamos sabendo que os sinais de uma intervenção militar soviética se multiplicavam e que os americanos os levavam suficientemente a sério a ponto de lançar um novo apelo ao Kremlin, incitando-o a deixar que os próprios poloneses cuidem dos seus próprios negócios.

Assim, os acontecimentos se precipitam, é verdade, porém essa precipitação não cessou desde o início da greve de Gdansk. Prova de força sucedendo a prova de força, ainda que o enfrentamento do poder e das massas permaneça no registro do simbólico. O

(\*) *Esprit*, janeiro de 1981.

último episódio mencionado foi precedido por muitos outros, não menos graves, e talvez anuncie outros mais dramáticos ainda que não darão aos russos o sinal para a invasão. Contudo, como afastar a hipótese da intervenção? Não é apenas plausível; considerando a lógica do sistema totalitário, é provável. O Partido Comunista Polonês não pode aceitar por muito tempo ver sua autoridade contestada de fato e limitada de direito pela ação de sindicatos independentes; ainda menos admitir que esses sindicatos, cuja ação tinha a esperança de subjugar ou de neutralizar, são arrastados por correntes de reivindicações que não conseguem canalizar. A Polônia, segundo todas as informações que nos chegam, é, no momento, um país onde a palavra se solta em toda a extensão da sociedade, onde a crítica e o protesto se acendem de um núcleo a outro, em todos os principais centros, da fábrica à universidade ou ao hospital. É o país onde uma parte sempre maior das massas se tornou indiferente às promessas dos governantes e também indócil aos conselhos de seus próprios líderes, onde de nada mais serve aos que comandam ameaçar e ordenar, onde as balizas da legitimidade desmoronam.

Mesmo num regime democrático, uma situação como essa não poderia prolongar-se, a não ser que desembocasse numa revolução. Entretanto, este último regime está incomparavelmente melhor armado para acolher e absorver as reivindicações. A natureza de suas instituições arranja o espaço do conflito social; a diversidade dos interesses que se definem e se exprimem no quadro da sociedade civil dá ao poder estabelecido os meios para se defender contra os empreendimentos de contestação mais enérgicos; a possibilidade de uma mudança política sob o efeito da opinião, de um deslocamento da maioria no momento das eleições dá, à maior parte da população, a esperança de dominar o futuro. Viu-se, assim, como a sociedade francesa acabou com a formidável efervescência que se tinha apoderado dela em maio de 68. As concessões do governo foram, então, eficazes porque se acreditava nelas; ninguém duvidava que os acordos de Grenelle fossem executados. Sua capacidade de manobra beneficiava-se com a atitude de uma fração da população, hostil às aventuras revolucionárias, agarrada à defesa de seus interesses e preocupada com a ordem. Obtinha a lealdade do exército em razão mesmo da posição que este conservava como garantia, ao mesmo tempo, da ordem pública e dos interesses dominantes. Finalmente, e encontra-se aí, sem dúvida, a melhor explicação para a sobrevivência do regime: o movimento de greve, por mais amplo que fosse, a contestação da autoridade, por mais variada que fosse

inscreviam-se numa dinâmica de conflito que, por estar comumente contida dentro de limites estreitos e de lugares fragmentados, é sempre reconhecida como inerente à democracia. Maio de 68 era um episódio de agonia no interior de uma sociedade que aceita, tacitamente, viver ao ritmo de suas discordâncias, dar lugar ao desregramento e à opacidade. Maio de 68 marcava a irrupção de uma palavra antiautoritária, anti-hierárquica, antiburocrática, de um desejo de liberdade, de igualdade, de identidade que estão comumente comprimidos, até mesmo reprimidos, mas que nunca estão excluídos da vida social.

Na Polônia, a situação é completamente diferente. Perante a contestação popular, o governo faz concessões substanciais; promete reconhecer a independência de novos sindicatos; promete uma revalorização dos salários; promete limitar a censura, pôr termo ao arbítrio da informação, facilitar a difusão do catolicismo; melhor, consente em transformar-se: a autoridade passa às mãos de novos homens. Entretanto, essas concessões não são dignas de crédito, pelo fato de que a posição permanece inalterada, que o governo pretende permanecer no princípio da vida social, que se forma sempre a partir do Partido e o próprio Partido a partir da sua cabeça, que a população não tem a faculdade de decidir sobre os seus representantes.

Paradoxalmente, o governo mostra-se em busca de um consenso, enquanto continua alojado num poder separado da sociedade. Daí, suas concessões não lhe prestarem serviço, lançando-o, antes, no descrédito; acabam por destruir essa identificação com o povo, com o proletariado, a qual, supostamente, lhe fornece sua plena legitimidade. Como agradecer-lhe que mendigue a confiança, se, por princípio, encarna a sociedade? Há, sem dúvida, muito tempo que os poloneses — pelo menos os que acreditavam nela — pararam de acreditar na figura da encarnação comunista. Mas nos enganaríamos se negligenciássemos o alcance do acontecimento que assinala publicamente a destituição dessa figura. Nos enganaríamos ainda se imaginássemos que as sempiternas autocríticas dos dirigentes comunistas marcavam, no passado, a mesma dessacralização do poder. Quando um Gierek mostrava os erros do Partido ou da direção, não sugeria, de forma alguma, que o poder comunista tivesse deixado de coincidir com o povo; apenas imputava seus erros empíricos a defeitos de organização, à fraqueza de homens que não tinham sabido ocupar plenamente o lugar do poder, coincidir com o povo. Não parava de reivindicar a ocupação desse lugar, o domínio

da decisão que, tanto no futuro quanto no passado, o Partido detém, de direito. Ocorrendo agitações nas fábricas ou na rua, o dirigente podia declarar que o Partido devia levar em conta as reações populares, o que significava apenas que o Partido devia ouvir nele mesmo a voz do povo de tal maneira que este reconhecesse sua própria voz. Significado inteiramente diferente tem o movimento de Gdansk no qual se opera uma cisão entre o poder e os operários, no qual aquele se mostra impotente para mascarar sua posição de ator particular face à reivindicação de independência dos novos sindicatos, no qual, coagido à concessão, decai da posição simbólica do poder encarnador.

Além disso, a vulnerabilidade do sistema totalitário, numa situação de crise, provém do fato de que as divisões sociais internas estão subordinadas a uma divisão geral entre a esfera do poder e a da sociedade civil. A Polônia não é, certamente, uma sociedade homogênea; assim como alhures, os interesses particulares entram em choque; porém forma-se um interesse comum, um interesse da sociedade civil face à ascendência do Partido e da burocracia. Nessas condições, o poder, a partir do momento em que se encontra ameaçado, não dispõe plenamente da faculdade de jogar com as oposições entre camadas sociais diferentes. E, simultaneamente, o apoio do exército é mais dificilmente obtido. Pois se este duvida da justificação de sua missão de proteção da segurança pública, se não encontra, numa larga fração da população, sinais de consentimento à ordem estabelecida, se, enfim, vê sua função confundida com a da polícia, é a representação de seu papel nacional que vacila. Enfim, diferentemente da democracia, o sistema totalitário não se constitui e não se conserva senão pela exclusão de toda forma de contestação. Nesse sentido, desde que esta encontre bastante força para se exprimir, passa pela experiência de sua nova legitimidade mobilizando-se, ao mesmo tempo, por seus objetivos determinados. Inventase um direito que abre um campo de ação e de pensamento libertado da tutela do poder. Assim, os operários poloneses não esperam apenas do poder medidas que lhes dessem satisfação; dão-se uma capacidade de iniciativa indefinida; sua reivindicação não visa apenas um objeto, ela é reivindicação da reivindicação. Em suma, a dinâmica popular não se desenvolve dentro dos limites do regime. Mesmo quando ela não parece pôr em causa seus princípios, quando, por exemplo, os líderes operários declaram não fazer política ou, melhor ainda, reconhecer o papel dirigente do Partido Comunista, ela transpõe, de imediato, o espaço fechado do totalitarismo.

Pode-se, sem dúvida, supor que a consciência do perigo introduz um freio na contestação do regime. Mas essa consciência é mais aguda nos líderes envolvidos na negociação com as autoridades que naqueles que experimentam na greve uma liberdade nova, descobrem a força de uma resistência coletiva e a vulnerabilidade do poder. Com os sucessos conseguidos na ação aumenta o campo do possível enquanto se esfuma a imagem de um limite intransponível.

Que poderá fazer a nova direção do Partido se o movimento de massa não declinar? O problema não consiste em apreciar a sinceridade dos comunistas aparentemente ganhos para a fórmula de sindicatos independentes, nem em avaliar seu sentimento patriótico. Se a existência do Partido está em jogo, os russos aparecerão como os únicos salvadores possíveis. Os moderados cederão lugar aos duros ou se comporão com eles ou farão eles mesmos o trabalho dos duros. Desde agora, de resto, pode-se razoavelmente supor que a estratégia de Kania foi sempre e unicamente ditada por uma preocupação realista. Seu governo não parou de combinar tentativas de corrupção dos sindicalistas, manobras de intimidação e concessões. O próprio foi ministro da segurança. Sabe-se o que isso significa num regime comunista? Lemos com espanto artigos que, no dia seguinte aos acordos de Gdansk, celebravam a vitória conseguida pelas duas partes, os representantes operários e os dirigentes políticos, como se um comunismo liberal estivesse se instituindo. Parece-nos mais justo supor que Kania fez prevalecer a fórmula da contemporização e que esta se encontra a serviço de um combate para restaurar a autoridade do Partido. Segura uma ponta da corda que seus adversários agarraram pela outra ponta; alternadamente, deixa que desenrole, puxa-a, deixa-a mais uma vez desenrolar, à espera que os outros se cansem. Feitas as contas, ninguém pode afirmar que ele se engana. Mas nós acreditamos mais verossímil que seja arrastado para muito longe do seu campo e que unicamente a intervenção de um terceiro, o colosso soviético, impedirá o desabamento do Partido. Além disso, é preciso insistir, esse terceiro não é indiferente. Não é no quadro da Polônia que a lógica do totalitarismo se deixa apanhar mas, antes, no quadro daquilo que é preciso chamar de império soviético. Ora, a burocracia do Kremlin vê seu próprio poder contestado, a ordem que instaurou na Europa

do Leste ameaçada pelos operários poloneses. Espera os resultados da estratégia de Kania. Não esperará sua derrota para agir.

Não estou entre aqueles que temem que uma análise desse gênero condene o movimento polonês. É verdade que há uma maneira de designar a barreira do impossível que leva a concluir pela vaidade de toda ação. É a maneira de julgar como espectador, sem compreender que a representação do impossível contribui para apagar o sentido do possível. Os poloneses em luta contra o regime não ocupam a posição de espectadores da sua própria vida. Sabem-se atores num sistema que precisa deles para se conservar. Se correm riscos tão extraordinários é porque, à falta deles, continuariam, na obediência, mantendo sua servidão. E o fato é que, enfrentando esses riscos, empurraram já as fronteiras do possível. A existência de sindicatos independentes, a legalização da greve, por exemplo, pareciam incompatíveis com a lógica do totalitarismo. Essa lógica, eles a desarranjaram, ao menos, por algum tempo. E seja qual for o futuro, tornou-se manifesto que um poder comunista se dobra perante a resistência ativa das massas e que a imagem da potência soviética não basta para desencorajar a iniciativa coletiva.

Que se considere, de resto, os últimos trinta anos: a revolta de Berlim-Este foi esmagada em 1953, a da Hungria em 1956, a da Tcheco-Eslováquia em 1968; quantos fracassos, dir-se-á... Mas o movimento que agora se esboça na Polônia é herdeiro dessas revoluções, apresentando novos meios de contestação que o poder comunista, há quatro meses, não sabe como vencer. De resto, beneficia-se, em parte, de uma experiência histórica acumulada no próprio país que passou pelos conflitos de 1956, 1970 e 1976. Vê-se a sua maturidade através de numerosos sinais: sua habilidade, principalmente no primeiro período, em evitar as manifestações de rua que expõem à repressão, ou quando evita desafiar abertamente o poder comunista. Acrescentemos que na própria URSS a crítica do regime mobiliza uma oposição, esparsa e ainda minúscula, é certo, mas que espalha para fora os temas de uma resistência ao totalitarismo.

Os intelectuais poloneses que apoiaram ativamente os operários, alvo da repressão, em seguida ao movimento de Gdansk, compartilham da mesma sensibilidade que os dissidentes soviéticos, assim como se sabem próximos dos intelectuais tchecos ou húngaros perseguidos. A idéia de que a potência do totalitarismo não torna impossível a ação fez seu caminho através das iniciativas individuais ou coletivas — iniciativas de grupos ou de massas. Num certo sentido, o movimento polonês vai mais longe que todos os movi-

mentos anteriores, ainda que na aparência seja menos radical do que foi a insurreição húngara, pois sai do dilema: reformas ou destruição do poder comunista — duas perspectivas abertas em Praga e Budapeste — para afirmar, à distância desse poder, uma autonomia da sociedade civil, a qual não só é incompatível com a natureza do regime, como também o contradiz do interior, ignorando, por assim dizer, seus princípios.

Ao insistir sobre a lógica do totalitarismo, não pensamos, de maneira alguma, que seja insuperável, que continue invulnerável apesar dos golpes dados aqui e acolá. O que excluimos é a hipótese de um compromisso durável, num país do bloco soviético, entre as exigências do poder comunista e as exigências democráticas formuladas pelos operários, os intelectuais, e, mais geralmente, todas as camadas dominadas por esse poder. Tais como se afirmam agora, essas últimas exigências apontam para um novo núcleo de poder. Ora, uma situação de duplo poder não parece concebível. Desconhece-se a profundidade do conflito quando se julga que as reivindicações formuladas poderiam ser satisfeitas sem atentar contra a supremacia do Partido. O problema não consiste em que esta seja respeitada, pois não é a supremacia que caracteriza a posição do Partido: ou o poder é total ou o regime se desarticula. Em outras palavras, o que excluimos, é a instalação de um comunismo democrático no qual, simultaneamente, o conflito social e a oposição seriam institucionalizados. Em contrapartida, o que observamos, é uma *quebra* do sistema totalitário. E não acreditamos que esta seja accidental, efeito de circunstâncias cuja conjugação explicaria, por si só, os efeitos explosivos. Tem-se, sem dúvida, razão em assinalar o papel que o catolicismo representa na cristalização da resistência polonesa. Este revelou-se inextirpável, tornou possível a reconstrução de redes de socialização às quais o poder teve que se acomodar e que permitiram estabelecer solidariedades, fazer circular informações que fazem falta em outros países do Leste. Manteve, sobretudo, um pólo de legitimidade, exterior ao poder, o qual permitiu aos poloneses defenderem-se contra os efeitos desagregadores do totalitarismo no interior da sociedade. Por outro lado, não há dúvida de que a crise econômica, pela sua amplitude, atizou as reivindicações, conduziu a população ao limiar do intolerável. Porém, uma vez conhecidas as circunstâncias, é importante reconhecer que a quebra de que falamos se desenha segundo as linhas de clivagem do sistema. E é sobre esse fenômeno que mais do que nunca devemos concentrar nossa atenção.

## DIREITO E AVESSE DO TOTALITARISMO

É tal a representação mais difundida do sistema totalitário que tende a persuadir-nos de sua monstruosa coerência e, simultaneamente, da sua perenidade. De sua parte, os governos ocidentais e os principais líderes políticos admitiram tacitamente, até a negociação de Helsinki, e quase explicitamente durante esta, que o bloco soviético tinha não somente fronteiras intocáveis mas, o que dava no mesmo, que formava um conjunto legítimo de entidades políticas. Para os ocidentais, assinar o acordo de Helsinki significava, aceitando o fato do totalitarismo, autenticar a idéia de uma humanidade que vive segundo suas próprias leis para além da Cortina de Ferro, de populações que fazem apenas um com o poder que as subjuga; era as sociedades da Europa do Leste dentro dos horizontes definitivos de seus regimes, como se essas populações não aspirassem à liberdade; como se essas sociedades não fossem trabalhadas pelo fermento da democracia; como se o poder comunista não estivesse exposto aos efeitos das contradições engendradas pelo seu modo de dominação. Apesar das recomendações da terceira força, o alcance do acordo não tinha equívocos: a divisão entre o espaço democrático e o espaço totalitário se encontrava oficialmente instituída. Possuía um significado geopolítico e um significado histórico: o totalitarismo estava, de direito, instalado na duração; era colocado como insuperável dentro de suas próprias fronteiras. O futuro do mundo via-se figurado em função dessa divisão.

Contudo, talvez se deva julgar mais significativo, ainda que de menor importância, o fato de que a crítica do totalitarismo, conduzida por uma minoria que perdera, desde há pouco, as ilusões sobre os benefícios do totalitarismo, dava, freqüentemente, crédito à imagem de um sistema de opressão sem falhas, capaz de triturar eficazmente toda oposição, contra o qual apenas personalidades heróicas, dissidentes, podiam erguer um protesto. Essa crítica exprimia-se, então, em nome de uma resistência moral contra a violência de um Estado que concentrava todas as forças de coerção próprias dos Estados modernos, e não deixava outra possibilidade senão tentar influenciar, através do protesto, as decisões mais cruéis tomadas pelo poder comunista contra os opositores perseguidos. A situação aberta pela invasão do Afeganistão, a tensão internacional que se lhe seguiu modificaram um pouco a sensibilidade no que toca à natureza do regime soviético. Mas, no melhor dos casos — eu usaria dizer, pensando na complacência da política francesa em

relação à União Soviética —, não fez senão aumentar a crença na onipotência desse regime e numa divisão do mundo em dois blocos, dos quais um, o bloco totalitário, gozaria, ao mesmo tempo, da supremacia das armas e de uma coesão de todas as suas partes a serviço de seus objetivos expansionistas.

Ora, se é verdade, considerando a situação em termos militares, que há dois campos (cuja capacidade de ação, aliás, só pode ser justamente apreciada contanto que se leve em conta todo o jogo de forças que se desenvolve no mundo independentemente da sua vontade), e se é verdade também que há uma diferença de essência entre os sistemas de tipo totalitário e os sistemas de tipo democrático, isso não nos poderia fazer esquecer que na sua realidade as sociedades do Leste e do Oeste não se definem apenas pelo critério da potência das armas e que elas são teatro de conflitos múltiplos, latentes ou manifestos, que contradizem a lógica do sistema. Essas contradições são tanto mais notáveis no Leste porque se encontram comumente dissimuladas, tanto mais temíveis porque são artificialmente contidas. Ora, forjar a imagem de regimes que teriam adquirido o domínio da opressão significa contribuir, de uma certa maneira, para essa dissimulação.

Que o leitor queira nos desculpar por nos referirmos às nossas próprias análises; mas o fato é que, já há vinte e cinco anos, denunciávamos essa imagem como sendo simétrica à do comunismo radioso. O que é preservado de uma a outra é a crença na onipotência de um sistema, na sua capacidade de se traduzir, no real, sem sobras. Notemos, de passagem, que um dos últimos avatares dessa maneira de inverter a tese comunista, continuando na sua dependência, se localiza em Zinoviev, quando substitui a idéia de um povo-Uno pela de um povo em pedaços para concluir, segundo o mesmo esquema, que o regime responde ao seu desejo; ou então, quando substitui a idéia de um futuro luminoso pela de uma noite interminável, como se os lúgubres mecanismos da repetição viessem ainda atestar a lógica sem defeito que outrora era posta a serviço da edificação da boa sociedade.

Tentando conceber o totalitarismo, dedicamo-nos sempre a distinguir o que é idealmente, conforme ao projeto por ele animado, daquilo que é de fato, ao ver seus efeitos reais. Não dispúnhamos, outrora, dos extraordinários testemunhos trazidos pelos acontecimentos de 1956 na Polônia e na Hungria, de 1968 na Tcheco-Eslôvquia ou pelas grandes análises da sociedade soviética feitas por Soljenitsin. A história desses últimos decênios parece-nos, agora,

confirmar e esclarecer melhor essa distinção. Por um lado, o totalitarismo é esse sistema no qual a divisão social sob todas as suas formas se encontra radicalmente mascarada. Não há distância entre o Estado e a sociedade civil; o Estado apresenta-se como consubstancial à sociedade; ele é o Estado social, o Estado proletário, a própria sociedade reconduzida a seu princípio ativo; nesse sentido, tende a ser onipresente em todos os setores da vida social. Essa presença lhe é assegurada pelo Partido que desenvolve suas ramificações em todo lugar, cujos responsáveis se tornam os agentes do Universal duplicando todos os agentes sociais particulares, tanto no espaço da produção quanto no da cultura. Também não há distância entre as classes ou, dizendo mais precisamente, não há divisões que pareçam engendrar-se a partir do interior do sistema; a luta de classes intensamente proclamada é imputada à existência de camadas sociais saídas do passado, de uma burguesia ou de um campesinato herdeiros do antigo regime, ou de grupos manipulados pelo imperialismo estrangeiro; a burocracia dominante faz-se invisível, parece dissolvida no corpo social homogêneo do socialismo. Finalmente, pela mesma razão, não há distância entre o *lugar* do poder identificado com o do povo, o *lugar* da lei e o *lugar* da palavra onde é enunciado o conhecimento último do real. O Partido-Estado, ou melhor, seu órgão dirigente, detém, junto com o comando, o princípio da justiça e o princípio da verdade. Nesse sentido, opera-se uma profunda transformação da ideologia. Enquanto numa democracia burguesa ela se alimentava em vários núcleos e se exprimia, por assim dizer, em várias línguas em espaços fragmentados — político, econômico, jurídico, cultural —, tende a unificar-se e a reconduzir às mesmas normas toda representação social. O discurso do poder, a partir do momento em que se torna onipresente, procura apagar sua origem; deixa de ser esse discurso sobre o social que, na democracia burguesa, exibia a posição dos que o falavam, para imergir no social. Assim se constitui um poder do discurso enquanto tal, que submete a si seus agentes, passa através deles mais do que se faz neles, imprime-os num saber impessoal que os subtrai à experiência dos outros e das coisas.

Porém, seríamos vítimas do fantasma que habita esse sistema se imaginássemos que se realiza efetivamente, que conseguiu alguma vez realizar-se, mesmo na época mais bela do stalinismo. Esqueceríamos que a divisão social se encontra apenas mascarada; que, de fato, o poder se encontra nas mãos de homens que decidem sobre a sorte de todos; que as classes continuam a existir; que a

burocracia compõe uma nova camada dominante; que a desigualdade reina sob formas novas; que o Partido, presente em todo lugar, agindo em todo lugar, não faz senão imiscuir-se na fábrica, no escritório, no laboratório, em todos os setores da produção e da cultura que continuem a definir-se em função de suas próprias finalidades. Esqueceríamos também que as balizas simbólicas da lei, do saber, do real puderam ser denegadas mas não abolidas; e que a expansão prodigiosa da ideologia se paga com uma impotência em manter os critérios do legítimo e do ilegítimo, assim como do imaginário e do real. É desfazendo-se da ilusão que procura dar crédito ao projeto totalitário que podemos entrever as múltiplas contradições do regime que se ordena em conformidade.

Sua fantástica tentativa de apagar a divisão social, de tragar todos os processos de socialização no processo da estatização, de precipitar o simbólico no real encontra-se exposta à ameaça de uma restituição violenta de todos os sinais da divisão e da alteridade. O poder que se dissimula corre o risco de reaparecer como órgão de opressão, dominando todo o conjunto da sociedade, e de tornar-se o alvo comum de toda contestação; o Partido, que penetra em todos os meios, exerce seu controle sobre todas as atividades, arrisca-se a fazer-se ver, em toda parte, como um parasita; a distância entre os do alto e os de baixo e, mais geralmente, a desigualdade, correm o risco de mostrar-se nuas; enfim, a ideologia invasora arrisca-se a provocar uma recusa generalizada em acreditar, um modo radical de desafeto que a relega ao estatuto de pura mentira política — o poder do discurso desmoronando para deixar sem tela protetora a imagem do poder opressor.

Ora, desde a morte de Stalin, do *Egocrata*, segundo a expressão de Soljenitsin, que sustentava a imagem do corpo da sociedade socialista, produziram-se inúmeros fatos que testemunham a erosão do sistema. Tanto na URSS quanto nos países do Leste onde o peso da opressão estrangeira se acrescenta ao da opressão interior, a fratura entre o poder e a população aprofundou-se. A ideologia enfraqueceu. Com a degradação da legitimidade dos regimes estabelecidos, o cinismo burocrático e a corrupção precipitaram-se, enquanto que a representação da desordem e da desigualdade apagava a fé nos valores do socialismo. Enfim, surgiram modos de contestação que não são necessariamente convergentes, mas que têm em comum tentar abrir um espaço fora dos limites do poder e fora do fechamento imaginário do social — espaço do direito, espaço da religião, espaço da identidade nacional.

Enquanto alguns não se demoram em considerações sobre essas mudanças, impressionados com a persistência da opressão, outros tiram daí a conclusão de que não se poderia mais qualificar de totalitários regimes que são impotentes para obter a adesão das populações. Ouvindo-os, estes se apóiam apenas na polícia e no exército; ou beneficiam-se com as tradições nacionalistas, ali onde têm a possibilidade de mobilizá-las; ou exploram a atração exercida pelo desenvolvimento econômico e técnico, até mesmo a desartificialização da sociedade submetida. Parece-nos mais justo apreender o sistema totalitário na sua história, observar que as contradições que abrigava desde a sua formação se desenvolveram, que tinha um avesso que se podia desde há muito adivinhar o qual se transforma, cada vez mais, no seu direito.

Acreditamos que os acontecimentos da Polônia apenas são inteligíveis se relocalados nessa história do totalitarismo e, seja qual for o futuro, têm uma significação que ultrapassa o quadro preciso do presente conflito. Não há dúvida nenhuma que os dirigentes russos sabem disso. Dizíamos que serão, provavelmente, conduzidos à decisão de uma intervenção militar se a situação de duplo poder se prolongar. Mas a sua hesitação, a sua impotência desde há meses em influir, através da ameaça, sobre a conduta dos operários poloneses — e isso apesar dos exemplos húngaros e tchecos —, o que devemos chamar a sua tolerância, forçada, certamente, em relação a uma contestação que os atinge através do Partido de Gierak e depois de Kania, são tão significativas quanto uma eventual intervenção. Ouvimos por todo lado que o precedente do Afeganistão os põe em dificuldades perante a opinião mundial. Vendo a fraqueza das reações que a invasão suscitou, o argumento nos parece pouco convincente. Pensamos que a firmeza da vigilância dos Estados Unidos não pode senão incliná-los à prudência e que desconfiam mais de Reagan que de Carter... talvez. Mas tudo consiste em saber se a necessidade em que se encontram de restabelecer a ordem nas fronteiras de seu campo não prevalecerá sobre a eventualidade de uma tensão de que não se vê muito bem, a longo prazo, que os ocidentais e principalmente os europeus sejam capazes de tirar conseqüências contrárias à sua política econômica e àquilo que concebem como a sua segurança. Acreditamos de bom grado que a Polônia colocou a burocracia soviética perante uma situação inédita, que recebe um desafio que, repitamos, por ser menos radical que o desafio hún-

garo, é mais desconcertante uma vez que solapa os fundamentos da autoridade comunista e restitui à população a consciência de sua força sem que tome, aparentemente, uma forma política. Em Gdansk, os operários disseram, em resumo, aos dirigentes do Partido e, através deles, aos dirigentes russos: "Vocês são vocês, nós não invejamos o seu poder, mas tomamos nas mãos, aqui e agora, a defesa dos nossos direitos e dos nossos interesses". Isso cria o desconhecido para todos os poderes comunistas; e não é seguro que conseguirão eliminá-lo melhor por um golpe de força que pela contemporização.

Claude  
Lefort

# D · A INVENÇÃO · DEMOCRÁTICA A

OS LIMITES DO TOTALITARISMO

Por que invenção democrática? Porque sendo a marca da democracia a criação social de novos direitos e o confronto com o instituído, a prática democrática não cessa de expor os poderes estabelecidos aos conflitos que os desestabilizam e transformam, numa recriação contínua da política. Em segundo lugar, porque a desconfiança perante políticas já tentadas e já instituídas convida a criar novas formas da experiência política, novos modos de convivência social inventando contra-poderes sociais capazes de enfrentar a onipotência conferida ao Estado e às administrações burocráticas, desvendando um mistério que somente o peso das experiências presentes e passadas poderia desvendar, isto é, que um poder democrático não se inventa a partir dos poderes instituídos, mas contra eles.

Enfim, porque as lutas democráticas passadas e presentes evidenciam que o desejo de liberdade e de igualdade pode ser bloqueado, reprimido e impedido pelas instituições existentes, mas não pode ser destruído por elas, a menos que nisto consintamos, abdicando desses direitos e aceitando a servidão voluntária.

Invenção democrática significa, apenas, que a democracia tem a capacidade extraordinária de questionar-se a si mesma questionando suas próprias instituições e abrindo-se para a história, sem dispor de garantias prévias quanto aos resultados da prática política. A democracia não é algo que foi inventado certa vez. É re-invenção contínua da política.

Da apresentação de Marilena Chaui

**editora brasiliense**